



LEITURAS DA
PARAÍBA

A PARAÍBA VISTA PELO NEPP-PB

MÁRCIO CANIELLO
(ORGANIZADOR)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS
TEORIAe**DEBATE**



LEITURAS DE



PARAÍBA

A PARAÍBA VISTA PELO NEPP-PB

MÁRCIO CANIELLO
(ORGANIZADOR)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

NOVEMBRO / 2022

Este **Caderno Teoria e Debate** faz parte da série Leituras dos Estados, um conjunto de elaborações que tem como objetivo problematizar questões da sociedade contemporânea e propor políticas públicas para o Brasil, realizado no âmbito do Centro de Altos Estudos e dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs) e dos Núcleos Estaduais de Políticas Públicas (NEPPs). Esses cadernos constituem subsídios para o debate propositivo e de alternativas para o país e não têm caráter de resolução partidária, programa de governo, além disso não necessariamente expressam as opiniões da direção da Fundação Perseu Abramo. As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade dos autores.

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Elen Coutinho, Jéssica Italoema, Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Geraldo Magela, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho Curador

Dilma Rousseff (presidenta de honra), Fernando Haddad (presidente), Ana Maria de Carvalho, Ademir Arthur Chioro dos Reis, Arlete Avelar Sampaio, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, Laís Wendel Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, Vladimir de Paula Brito.

Equipe editorial

Rose Spina, Rogério Chaves, Raquel Costa e David da Silva Jr.

Projeto gráfico, editoração e capa

Caco Bisol Produção Gráfica

Revisão

Angélica Ramacciotti e Claudia Andreotti

Centro de Altos Estudos

Coordenação executiva: William Nozaki

Coordenador dos NEPPs: Eduardo Tadeu Pereira

Coordenação

MÁRCIO CANIELLO – Coordenador

LÍGIA PEDROZA – Coordenadora Adjunta

Coordenadores de Grupos de Trabalho

ADEMIR DINIZ DE ANDRADE – Coordenador GT Ciência, Tecnologia e Tecnologia da Informação

ALEXANDRE GUEDES – Coordenador GT Memória governos Lula e Dilma

ALMIR NÓBREGA – Coordenador GT Políticas Fiscais e Tributárias

ASTRONADC PEREIRA DE MORAES – Coordenador GT Segurança Pública
CARLOS ANDRADE – Coordenador GT Economia
FELIPE DOS SANTOS – Coordenador GT Direitos LGBTQIA+
FLÁVIO TAVARES – Coordenador GT Cidades
FRANCISCO BRITO – Coordenador GT Saúde
JONAS DUARTE – Coordenador GT Semiárido e Agricultura Familiar
KIM ALVES – Coordenador GT Desporto
LUCIO RODRIGUES – Coordenador GT Cultura
MARCO VIDAL – Coordenador GT Meio Ambiente
ITAMARA SILVA – Coordenadora GT Juventude
PRISCILA KELLY – Coordenadora GT Mulheres
SOCORRO PIMENTEL – Coordenadora GT Combate ao Racismo
VERÔNICA OLIVEIRA – Coordenadora GT Crianças e Adolescentes

Equipe Técnica

EMILLY RODRIGUES – Secretária
MICHAEL MOREIRA – Colaborador Voluntário
MARX DA FONSECA – Colaborador Voluntário

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P24 A Paraíba vista pelo NEPP-PB [Livro eletrônico] / Márcio Caniello (org.) – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2022. (Cadernos Teoria e Debate ; Leituras da Paraíba)

328p
ISBN 978-65-5626-081-5
Contém imagens

1. Paraíba – Estado 2. Políticas públicas 3. Ações Afirmativas 4. Desenvolvimento econômico I. Título
II. Caniello, Márcio (org.)

(Bibliotecário responsável: Eduardo Fahl – CRB 8 / 6387)

NOTA EDITORIAL

Os textos que compõem a série “Leituras dos Estados” foram elaborados pelos NEPPs da Fundação Perseu Abramo durante o segundo semestre de 2022.

Apesar de passada a disputa eleitoral, são registros históricos importantes, com diagnósticos, dados e formulação de debates programáticos que merecem ser publicados.

Pedimos, assim, atenção aos leitores e leitoras, pois tomamos a liberdade de manter os tempos verbais presentes no original.

SUMÁRIO

- 8** INTRODUÇÃO
- 10** PRÓLOGO: O LEGADO DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO NA PARAÍBA
- 44** GEOGRAFIA E INFRAESTRUTURA
- 71** MEIO AMBIENTE
- 79** O MUNDO RURAL
- 127** UM OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO PARAIBANO
- 133** ECONOMIA
- 142** O MERCADO DE TRABALHO
- 155** O SETOR DA CULTURA
- 161** O POVO PARAIBANO E SUAS CONDIÇÕES DE VIDA
- 170** CIDADES
- 178** SEGURANÇA PÚBLICA
- 195** PODER JUDICIÁRIO OU “SISTEMA DE JUSTIÇA” E GARANTIAS DEMOCRÁTICAS
- 208** EDUCAÇÃO
- 219** UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS DE C&T E T.I.
- 221** DESPORTO
- 223** MULHERES
- 243** AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA PARAIBANA
- 249** CONQUISTAS E DESAFIOS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAP+
- 253** PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- 273** CRIANÇAS E ADOLESCENTES
- 287** JUVENTUDE
- 291** ANEXO 1 - MEMÓRIA DO NEPP-PB
- 301** ANEXO 2 - LISTA DE LIVES DO NEPP-PB

INTRODUÇÃO

MÁRCIO CANIELLO¹

Mais do que um produto, este *A Paraíba vista pelo NEPP-PB* expressa um processo, pois consolida o esforço de mais de uma centena de militantes, dirigentes e simpatizantes do PT² pela construção do Núcleo Estadual de Políticas Públicas da Paraíba – NEPP-PB como um espaço vivo, dinâmico e aberto de reflexão sobre a realidade paraibana, as conjunturas nacional e estadual e as perspectivas do país e do estado no contexto do mais importante ano pré-eleitoral da história recente do Brasil.

De fato, demandada pela Fundação Perseu Abramo, a direção estadual do PT não titubeou em assumir uma tarefa difícil e inovadora, que procurava “estadualizar” a dinâmica histórica dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas, os NAPPs, nervo e substância, como diria Caio Pardo Jr., desse *think tank* democrático popular que é a FPA.

O objetivo concreto demandado pela FPA para o NEPP-PB foi o de elaborar um “diagnóstico” do estado da Paraíba para subsidiar os Planos de governo de Lula e da nossa aliança na Paraíba, ora encabeçada pelo senador Veneziano Vital do Rêgo. Isso foi feito, aqui está o texto, que, sem dúvida, poderia ser melhor, mas estivemos premidos por muitas circunstâncias adversas, como a pandemia da COVID-19, a limitação de tempo das pessoas que voluntariamente se envolveram no processo, a turbulência política interna no PT/PB que consumiu muita ener-

1. Secretário-geral do PT da Paraíba. Coordenador do NEPP-PB.

2. Ver a Lista Geral de Participantes p. 333.

gia, paciência e tempo de todos nós desde a eleição de 2020 e, evidentemente, a própria falta de estrutura, no sentido marxista da palavra.

Assim, este *A Paraíba vista pelo NEPP-PB* se oferece aos companheiros e companheiras do PT como isso mesmo, uma “visão” sem a pretensão de completude, mas com o propósito de trazer alguns elementos relevantes da realidade paraibanas organizados e perscrutados pelos autores e autoras que colaboraram com a sua feitura, a quem agradeço, penhoradamente, pelas contribuições.

Assim, este texto é apenas uma pequena expressão de um processo muito mais amplo de formação intelectual e mobilização política promovido pelo NEPP-PB, como se pode verificar no Anexo 1, que traz a sua memória. Durante pouco mais de um ano de atividades, foram realizados nada menos do que 35 eventos, entre reuniões, lançamentos de Grupos de Trabalho, Sessões Especiais na Câmara de Vereadores de João Pessoa e da Assembleia Legislativa da Paraíba e 18 *lives* transmitidas pela nossa parceira, a TV Roda de Conversa, as quais permanecem disponíveis na internet.

Tarefa dada, tarefa cumprida. Muito obrigado a todos, todas e todes que tornaram possível o NEPP-PB. Adelante na luta por um novo Brasil e uma nova Paraíba.

PRÓLOGO

O LEGADO DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO NA PARAÍBA

MÁRCIO CANIELLO¹

“O Partido dos Trabalhadores (PT) é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãs que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade, transformações políticas, sociais, institucionais, econômicas, jurídicas e culturais, destinadas a eliminar a exploração, a dominação, a opressão, a desigualdade, a injustiça e a miséria, com o objetivo de construir o socialismo democrático.”

Art. 1º do Estatuto do PT

Como bem ressaltam Hoffman e Mercadante, “o Brasil foi, até recentemente, um país em que a confiança era tão grande quanto os desafios; uma nação admirada e respeitada porque estava vencendo a pobreza e começando a superar desigualdades históricas por um caminho de paz e democracia. Um país em que todos os dias uma nova escola se abria, um novo emprego era criado, uma nova semente era plantada e um fruto colhido. Um lugar neste mundo em que todos os dias alguém do povo realizava ou podia renovar um sonho” (HOFFMAN; MERCADANTE, 2020, p. 7).

1. Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), desde 1987. Foi presidente municipal do PT de Campina Grande, candidato a deputado estadual em 2018, e a deputado federal em 2022. Atualmente é secretário-geral do PT da Paraíba e coordenador do Nepp-PB.

De fato, na Era Lula-Dilma, o PIB brasileiro cresceu 88%, atingindo a cifra de 5,687 trilhões de reais em 2014. O PIB *per capita* aumentou 60% no mesmo período, chegando a 27.229,35 reais no último ano do primeiro governo Dilma. A taxa de investimentos sobre o PIB atingiu 19,7% em 2014, aumento de 20% em uma década, ao passo que o investimento do setor público em Formação Bruta do Capital Fixo passou de 2,6% do PIB em 2003 para 4,4% em 2012 (BRASIL, 2013, p. 7-8), aumento de 69%. O Brasil tornou-se superavitário em sua dívida externa em 2006² e o país apresentava um superávit junto ao FMI de 1,13 trilhão de reais em novembro de 2015³. As reservas internacionais montaram a 371,5 bilhões de dólares em fevereiro de 2016⁴, quase dez vezes mais do que em 2002 (CANIELLO, 2016).

Em virtude das mais de 20 milhões de novas vagas de emprego abertas em uma década (BRASIL, 2014 e 2014b, p. 16), o país atingiria sua menor taxa histórica de desemprego em dezembro de 2014 (4,6%) e fecharia 2015 com uma taxa média anual de 6,9% que, comparada com a taxa de 12,9% verificada no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (2002), evidencia uma redução absoluta de 6 pontos percentuais, isto é, uma queda de 53% do desemprego no período dos governos Lula e Dilma (CANIELLO, 2016, p. 305).

Refutando as teses neoliberais quanto ao papel do Estado na economia e numa clara opção estratégica de crescimento econômico sustentável por meio da ampliação do mercado interno, então por décadas represado, os governos de Lula e Dilma empreenderam uma série de iniciativas inovadoras, destacando-se, por um lado, as políticas de inclusão social e distribuição de renda por meio de programas como o Fome Zero e o Bolsa Família e, por outro, as políticas de estímulo à geração de empregos e de aumento real do salário mínimo, que teve um ganho de 80% acima da inflação entre 2002 e 2016, passando a corresponder a 2,12 cestas básicas em janeiro de 2014, contra 1,42 no último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (DIEESE,

2. Banco Central do Brasil, Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em 05 de fev. 2016.

3. Tesouro Nacional, *Séries Temporais*. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx#ancora_consulta. Acesso em: 05 de fev. 2016.

4. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?RESERVAS>. Acesso em 05 fev. 2016.

2013, p. 10)⁵. Em virtude disso, e dos outros avanços já citados, a renda familiar *per capita* elevou-se de 679,90 reais em 2002 para 1.052,00 reais em 2014⁶, aumento de 41%, e, segundo a ONU/PNUD, a proporção de pobres despencou 86%, saindo de 25,5% em 2000 para 3,5% em 2010 (BRASIL, 2014c).

Como enfatizou Tânia Bacelar, o conjunto de estratégias, políticas, programas e ações desenvolvidas entre 2003 e 2014 pelo governo federal “teve impactos positivos, especialmente nas regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, que se beneficiou das oportunidades criadas em escala nacional” (BACELAR, 2014, p. 545-546).

A Paraíba é um bom exemplo disso, beneficiada que foi pelas políticas públicas desenvolvidas pelos governos Lula e Dilma (2003-2016) e por aquelas implementadas pelo governo Ricardo Coutinho (2011-2018) em nível estadual. De fato, como demonstraremos em várias partes deste Relatório, Lula, Dilma e Ricardo, sintonizados política e administrativamente, transformaram o estado da Paraíba, rompendo as amarras do domínio oligárquico que oprimiu o seu povo por mais de 400 anos.

Por isso mesmo, por terem ousado governar para os mais pobres e necessitados – a imensa maioria do povo brasileiro e paraibano – esses três mandatários eleitos democraticamente foram duramente perseguidos pelas forças reacionárias que se abrigam nos recônditos de um sistema político arrivista, fisiológico e dominado pelos interesses da classe dominante, numa mídia hegemônica corporativa, parcial e antipovo e em setores de um Poder Judiciário que urge ser reformado para o bem deste país. Vítimas do *lawfare*, Lula e Ricardo foram presos ilegal e injustamente; vítima da misoginia e do baixo clero do Congresso Nacional, Dilma foi apeada do poder por um golpe parlamentar.

5. “A lo largo de los ocho años de Gobierno del Presidente Lula da Silva (2003-2010), el salario mínimo creció 5.8% en promedio anual, con un incremento real acumulado de casi 60%. En este mismo periodo, el PIB aumentó 4% al año en promedio, mientras que el PIB per cápita lo hizo a un ritmo de 2.3%. El resultado ha sido un crecimiento del salario mínimo por encima de la expansión real del PIB, desencadenando efectos redistributivos importantes y contribuyendo a la reducción de los niveles de pobreza. Este crecimiento es casi el doble del observado en el periodo del Gobierno del Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): incremento real del salario mínimo de 3.3% al año, mientras el PIB creció 2.3% y el PIB per cápita 0.8%” (OIT, 2011, p. 79).

6. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita_2014/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf. Acesso em: 05 fev. 2016.

Sob nosso ponto de vista, Lula, Dilma e Ricardo realizaram administrações pautadas na construção do socialismo democrático no Brasil e na Paraíba, pois governaram de acordo com os preceitos consignados no Artigo 1º do Estatuto do PT, transcrito em epígrafe neste prólogo. E deixaram um legado extremamente positivo para o país e nosso estado em termos de desenvolvimento humano, exatamente o cerne dos programas de governo progressistas socialmente referenciados.

Nesse sentido, abordaremos aqui os principais condicionantes da evolução do desenvolvimento humano na Paraíba, focando nas realizações de Lula, Dilma e Ricardo no estado, sem a pretensão de esgotar todos os seus aspectos, dado o imenso cabedal de seus governos e as grandes limitações deste escriba, envolvido dos pés à cabeça no processo eleitoral que há de trazer um novo tempo para o Brasil e a Paraíba.

A EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PARAÍBA

Em 2000, a ONU apurou que o IDH da Paraíba era 0,506 (baixo), mas em 2010 este índice saltou para 0,658 (médio)⁷, o que representa uma melhoria de 30%, isto é, um incremento médio anual de 3%, evolução verdadeiramente notável. Considerando-se que os fatores elencados por Neri e Sousa (2012) para classificar o período 2003-2012 como “década inclusiva” (NERI & SOUZA, 2012) permaneceram atuantes até o golpe que derrubou a presidenta Dilma em 2016 (CAMELLO, 2016, p. 304-306), podemos projetar, com razoável segurança, que o IDH-PB deva ter atingido o estrato alto em meados da década 2010-2020⁸, hipótese que poderá ser verificada assim que o Censo demográfico for finalmente realizado e seus resultados publicados.

Passemos à apreciação dos principais condicionantes dessa evolução na Paraíba, considerando as políticas públicas, programas, projetos e ações gover-

7. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta>. Acesso em: 15 jun. 2022.

8. Ora, se o IDH-PB sofreu um incremento de 30% entre 2000 e 2010, basta que o IDH-PB tenha crescido 6,5% em cinco anos – isto é, um incremento anual médio de 1,3% contra os 3% da média anual da década anterior – para que o IDH tenha atingido 0,701 em 2015 na Paraíba.

namentais implementadas por Lula, Dilma e Ricardo no estado referentes a cada um dos “três pilares” que constituem o IDH, o desenvolvimento econômico, a saúde e a educação⁹.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Não há renda sem emprego, não há emprego sem empreendedores e não há desenvolvimento econômico sem um Estado que o induza por meio de investimentos públicos, garantia de direitos a trabalhadores e trabalhadoras, fomento às atividades produtivas e implementação de políticas de distribuição da riqueza produzida pela sociedade. A história recente do Brasil demonstra isso claramente quando se compara o desastre socioeconômico provocado pelos governos neoliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro (MERCADANTE, 2021), com os governos progressistas de Lula e Dilma, que protagonizaram um extraordinário ciclo de desenvolvimento no país (CANIELLO, 2016, p. 302-306). Vejamos como esse processo virtuoso se refletiu na Paraíba.

Se o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro evoluiu 88% entre 2002 e 2014, como mencionamos anteriormente, o PIB paraibano saltou de pouco mais de 12 bilhões para cerca 26 bilhões de reais no mesmo período¹⁰, o que representa um crescimento real de 167%, portanto mais que o dobro da média nacional. Entre 2006 e 2014 foram abertas 9.699 novas empresas na Paraíba¹¹, um aumento de 19% no período e, em 2016, havia 125.881 empresas optantes pelo Simples no estado, sendo 83.175 microempreendedores individuais (GAIA, 2016). É de se registrar, como um indicador impressionista do dinamismo econômico da Paraíba nos governos Lula, Dilma e Ricardo que, entre 2006 e 2016, a frota de veículos praticamente triplicou, saltando de 415.184 para 1.184.259¹², uma evolução de 185%.

Entre janeiro de 2003 e março de 2016 foram criados 278.304 novos empregos na Paraíba (GAIA, 2016), o que representava 42,5% de todos os postos de trabalho formal do estado naquela ocasião. Segundo o IBGE, entre 2006 e 2014, o pessoal

9. O que é o IDH. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh>. Acesso em: 17 jun. 2022.

10. Em valores deflacionados. Cf. Capítulo 5.

11. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 15 jun. 2022.

12. Idem.

ocupado cresceu 49,3% no estado, enquanto o pessoal ocupado assalariado cresceu ainda mais, 52,1%¹³. No contexto do golpe, colocado em curso assim que a presidenta Dilma Rousseff se reelegera, essa tendência se reverteu, pois entre 2015 e 2019, a Paraíba perdeu 26.259 empregos assalariados, uma queda de 3,9%¹⁴.

O aquecimento da construção civil no estado – uma evidência sentida sensivelmente pelo mercado entre 2003 e 2014 – está na base desse processo, pois é o segmento com maior representatividade na indústria local. Com 32,1% de participação, o segmento fica à frente dos serviços industriais de utilidade pública (23,9%), couro e calçados (11,2%), alimentos (6%) e minerais não metálicos (5,8%). O dinamismo da indústria da construção também é visto no desempenho do PIB do estado, pois dos 15,5% de participação da indústria no PIB paraibano, cerca de 5% é adicionado pela construção¹⁵.

Assim, não pode haver dúvida de que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado foram fundamentais nesse processo, até porque, como ressalta Tânia Bacelar, “o PAC envelopou um conjunto de projetos concentrados na ampliação da infraestrutura econômica e social do país [...] e o principal beneficiário dessas iniciativas foi o setor da construção civil, bom gerador de empregos. Tal atividade se dinamizou em todo o país e liderou as taxas de crescimento do emprego formal Brasil afora” (BACELAR, 2014, 547-548).

Na Paraíba, a obra de maior simbolismo do PAC foi a Transposição do Rio São Francisco, cujas águas do Eixo Leste demandam a Campina Grande, principal polo regional do semiárido brasileiro, encravado no coração do Nordeste. Com mais de 400 mil habitantes, a cidade estava prestes a entrar em colapso hídrico com as reservas do Açude de Boqueirão atingindo, no início de 2017, a sua menor cota desde a inauguração, 3,18%. A população se servia da água do volume morto e hoje conta com a estabilidade do volume do seu reservatório. Assim como milhares de paraibanos beneficiados pelos dois eixos que cruzam o estado.

13. *Idem*.

14. *Idem*.

15. Disponível em: <https://sindusconj.com.br/construcao-civil-da-paraiba-e-a-3a-mais-representativa-entre-os-estados-do-nordeste/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Outro programa fundamental do PAC para a dinamização da economia paraibana, criação de empregos e, claro, para a melhoria da qualidade de vida da população, foi o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Com investimentos na ordem de 2,9 bilhões de reais em subsídios federais e 4,9 bilhões de reais em financiamentos, o governo federal contratou 103.958 unidades habitacionais na Paraíba, sendo que 69.596 moradias (67%) haviam sido entregues até março de 2016. Por meio do Programa Minha Casa Melhor, que financiava a compra de eletrodomésticos e móveis para os beneficiários do MCMV, o governo federal estimulou o comércio paraibano ao disponibilizar mais de 120 milhões de reais para 24.239 famílias efetuarem as suas compras em 616 lojas participantes, espalhadas por todo o estado (GAIA, 2016).

O fomento ao empreendedorismo também teve um papel importante na dinâmica econômica paraibana durante os governos socialistas democráticos. Em nível federal, já citamos o Simples, mas é importante mencionar o Programa Crescer – Microcrédito Orientado que, a partir de 2011, realizou 653.352 operações, movimentando 801,6 milhões de reais (GAIA, 2016). Em nível estadual, o Programa Empreender Paraíba, criado bem no início do governo Ricardo Coutinho, o programa foi concebido como “uma política estruturante para viabilizar a reorganização financeira do estado a partir de iniciativas da população, proporcionando, com a concessão de microcrédito, o aumento das oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais e informais” (FJM, 2020, p. 76). Ao final dos dois mandatos do governador Ricardo Coutinho, o atendimento do Empreender Paraíba tinha alcançado 202 municípios, mais de 25 mil paraibanos e cerca de 2 mil empreendedores, com um investimento de, aproximadamente, 130 milhões de reais (FJM, 2020, p. 79).

Além da criação de empregos, do aumento real do salário mínimo e da dinamização do mercado como um todo, os programas de renda mínima tiveram um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico na Paraíba durante os governos Lula, Dilma e Ricardo. Com efeito, em abril de 2016, 524.956 famílias eram atendidas pelo Programa Bolsa Família na Paraíba com uma transferência naquele ano de cerca de 1,1 bilhão de reais (GAIA, 2016). Conforme estimativas do

MDS, esse contingente representava algo em torno de 45% da população paraibana¹⁶. Cumpre registrar que, em 2012, o governo Ricardo Coutinho instituiu o Abono Natalino às famílias beneficiadas pelo PBF. Único estado brasileiro a conceder esse tipo de benefício, em 2017 foram atendidas 26 mil famílias, com investimento de 16,1 milhões de reais em recursos próprios do governo¹⁷.

AGRICULTURA FAMILIAR

Procuramos demonstrar anteriormente (CANIELLO, 2016) que a Agricultura Familiar teve um papel central no processo de desenvolvimento econômico induzido pelos governos Lula e Dilma, o qual levou à ampliação do mercado interno, ao revigoramento do setor produtivo, à geração de emprego e renda, à melhoria da qualidade de vida da população, a uma ascensão social extraordinária e, conseqüentemente, à redução da desigualdade, da pobreza e da fome no país.

Ora, se a estratégia do governo desde 2003 estabelecia como meta primordial o combate à fome, à pobreza e à miséria, os camponeses deveriam ter um papel central nesse processo, seja como produtores de alimentos, seja como beneficiários prioritários das novas políticas públicas. Por um lado, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são de agricultores familiares – os quais concentram 74,4% do pessoal ocupado no setor – e embora detenham apenas 24,3% das terras, eles são responsáveis pela produção de 70% dos alimentos consumidos no país (UNSCN, 2014, p. 30; BRASIL, 2009; FRANÇA *et al.*, 2009, p. 26). Por outro lado, no Brasil, como em outros países, a população do campo é a mais vulnerável, detendo os piores índices socioeconômicos e um histórico bloqueio em relação ao acesso às políticas públicas.

Isso é uma grande contradição, aliás histórica: o grupo social responsável pela segurança alimentar da Humanidade encontra-se pressionado constantemente por suas necessidades básicas, inclusive a sua própria alimentação, pois “aproximadamente três quartos dos indivíduos subnutridos do mundo pertencem ao

16. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/12/beneficiarios-do-bolsa-familia-estao-concentrados-em-tres-cidades-da-pb.html>. Acesso em: 12 jun. 2022.

17. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/bolsa-familia-unico-no-pais-506-mil-pessoas-na-pb-recebem-o-abono-natalino. Acesso em: 12 jun. 2022.

mundo rural” (MAZOYER & ROUDART, 2010, p. 27). No Brasil, não era diferente e, por isso, no seu discurso de posse em 2003, o presidente Lula elencou as medidas que tomaria para combater a fome, reduzir a pobreza e a miséria e melhorar a economia e a distribuição de renda no país, enfatizando que “vamos incrementar a agricultura familiar, o cooperativismo e as formas de economia solidária”.

Financiamento, crédito e assistência técnica

De fato, o orçamento para a Agricultura Familiar quintuplicou entre as safras de 2002-2003 e 2013-2014, evoluindo de 4,2 bilhões para 21 bilhões de reais em dez anos, o que representa um aumento de nada menos que 400%. O PRONAF, que é seu “carro-chefe”, teve naquela última safra 18 bilhões de reais disponíveis para as linhas de custeio, investimento e comercialização, um avanço de mais de 300% em relação ao primeiro ano do Plano Safra da Agricultura Familiar. Entre 2010 e 2015, foram celebrados 307.946 contratos do PRONAF na Paraíba, com um investimento total de 844,1 milhões de reais (GAIA, 2016).

Criado na safra 2008/2009, o Programa Mais Alimentos – uma das linhas de crédito do PRONAF diretamente associada às políticas de combate à fome e redução da miséria – financiou cerca de 15,5 bilhões de reais, beneficiando mais de 400 mil famílias da agricultura familiar em todo o Brasil. Em 2012, foram efetuadas mais de 54 mil operações de crédito para aquisição de inúmeros bens de produção, entre eles 58 mil tratores, 14 mil veículos de transporte de carga, 1.000 colheitadeiras e 10 mil resfriadores de leite¹⁸.

No que tange ao Garantia-Safra, instituído por meio da Lei 10.420/2002 visando garantir renda mínima às famílias com perdas devido à falta de chuva, em dez anos, o seguro pagou 2,6 bilhões de reais, realizando mais de 2,9 milhões de transferências a famílias de agricultores familiares do Semiárido brasileiro, inclusive, evidentemente a Paraíba. O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) surgiu dois anos depois e, em oito anos, investiu 2,7 bilhões de reais. Foram realizados cerca de 4,5 milhões de contratos, que beneficiaram mais de 500 mil agricultores. Na safra 2012/2013, Garantia-Safra e SEAF somados disponibilizaram quase 900

18. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/noticias/ultimas-noticias/2013/junho/em-10-anos-plano-safra-ja-beneficiou-2-5-milhoes-de-familias-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 01 maio 2014.

milhões de reais¹⁹. É de se ressaltar, ainda, que os investimentos em Assistência técnica e extensão rural (ATER) foram os que mais cresceram nos primeiros dez anos de existência do Plano Safra da Agricultura Familiar, pois no seu primeiro ano foram destinados 46 milhões de reais, enquanto a safra 2012/2013 disponibilizou 540 milhões de reais para o setor, um aumento de mais de 1.000%²⁰. Em dezembro de 2015, 22.234 famílias rurais paraibanas que contavam com a ATER garantida eram extremamente pobres (GAIA, 2016).

Não foi possível desagregar os dados da Paraíba, mas enquanto estado eminentemente rural²¹ essa unidade da federação foi uma grande beneficiária desses avanços, como pudemos apurar em pesquisa de opinião realizada numa amostra aleatória de 260 famílias rurais do estado no âmbito de uma pesquisa nacional realizada em 2010 envolvendo mais de 10 mil famílias, pois, seguindo a tendência geral verificada para o Brasil (CANIELLO, 2016, p. 315-317), também na Paraíba havia uma percepção clara sobre a melhoria da qualidade de vida por parte dos respondentes.

De fato, 58,8% dos entrevistados paraibanos afirmaram que a situação econômica da família melhorara a partir de 2004, enquanto apenas 7,7% disseram que houvera piora. Quando indagados sobre quantos membros da família tiveram de sair da unidade produtiva familiar para trabalhar fora no mesmo período, 60,4% responderam que nenhuma pessoa tivera que deixar a propriedade, enquanto 20,4% disseram que poucos tiveram que fazê-lo, o que totaliza 80,8%, maioria esmagadora. Por outro lado, 58,5% e 52,6% dos entrevistados, respectivamente, afirmaram que as condições de alimentação e de saúde da família eram ótimas, contra apenas 3,8% e 12,4% que consideram ser ruins ou péssimas. Quanto às condições de moradia, consideradas ótimas ou boas por 63,4% dos respondentes paraibanos, todas as casas tinham energia elétrica, 90,2% tinham água dentro ou próxima da residência, 92% tinham fogão a gás, 91,5% geladeira e 75% telefone. Este é um dado que dispensa maiores considerações, pois expressa uma “valoração” extremamente positiva dos respondentes quanto aos itens básicos da vida: renda, alimentação, saúde e moradia.

19. *Idem.*

20. *Idem.*

21. Cf. Capítulo 3.

Não pode haver dúvida que essa avaliação positiva tenha relação, também, com dois programas que transformaram o Brasil rural e, especialmente o semiárido nordestino. Primeiramente, o Programa Luz para Todos, que teve um forte impacto nas condições de vida no campo, pois o percentual de estabelecimentos agropecuários com energia elétrica no Brasil subiu de 69% em 2006 para 83% em 2017, enquanto no Nordeste foi de 63% para 79% (BRASIL, 2006 e 2017). De fato, segundo a ANEEL, o Luz para Todos realizou 3.389.037 novas ligações elétricas no meio rural brasileiro, sendo 1.686.927 (49,8%) no Nordeste²². Na Paraíba, o programa realizou 63.606 ligações elétricas no estado da Paraíba, com um investimento de 273,2 milhões de reais (GAIA, 2016).

Foi também o Nordeste o principal beneficiário das políticas públicas de segurança hídrica empreendidas pelos governos Lula e Dilma – como o Programa Água para Todos – que elevaram o percentual de estabelecimentos agropecuários com recursos hídricos na região de míseros 41% em 2006 para 73% em 2017 (BRASIL, 2006 e 2017). Já no Semiárido, o aumento foi ainda mais significativo, variando de 40% a 76%. Segundo o IBGE, entre 2006 e 2017, 880 mil famílias rurais brasileiras passaram a dispor de água em suas propriedades, números talvez subestimados, já que segundo dados oficiais²³, até maio de 2017, só os programas de captação e armazenamento de água de chuva do governo federal haviam atendido 1,4 milhão de famílias com cisternas de 16 mil litros para consumo humano e 190 mil famílias com cisternas de 54 mil litros para produção de alimentos.

Na Paraíba, o Água para Todos construiu 53.224 cisternas para consumo e 9.462 cisternas para produção (GAIA, 2016) e, em parceria com o governo estadual, que injetou de 33,7 milhões de reais no programa, foi possível atender a 92 municípios com obras de melhorias ou criação de sistemas locais de abastecimento de água. Também em parceria com instituições federais, estaduais e organizações da sociedade civil, o Programa Água Doce viabilizou a instalação de sistemas de dessalinização e potabilização de água em 64 localidades, com um investimento de 5,3 milhões de reais. Essas ações tiveram como objetivo garantir o amplo acesso à

22. Disponível em: <https://epbr.com.br/os-principais-indicadores-do-luz-para-todos-renovado-ate-2022/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

23. Disponível em: http://mds.gov.br/caisan-mds/boletins/Boletim_Programa_Cisternas_mai_2017.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, fosse para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, colaborando para a geração de excedentes comercializáveis e, assim, propiciando a ampliação da renda familiar dos produtores rurais (FJM, 2020, p. 102).

Infraestrutura e comercialização

Uma das principais dificuldades para a manutenção e reprodução da unidade familiar camponesa é a comercialização de sua produção, pois, como produtores “periféricos” (FOSTER, 1967, p. 6) e descapitalizados, que mantêm um parco controle sobre os meios de produção (WOLF, 1970, p. 16), os camponeses são “particularmente mal equipados” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 27) e estão situados num “contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações” (PLOEG, 2008, p. 40).

Para superar esse bloqueio, a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) investiu mais de 5 bilhões de reais na aquisição de veículos e equipamentos – as chamadas “Patrulhas do PAC” – destinados à manutenção e melhoria das estradas vicinais, visando melhorar a mobilidade dos habitantes do campo e o escoamento da produção agropecuária. Na Paraíba foram investidos cerca de 308 milhões de reais na aquisição de 1.057 máquinas e veículos, sendo 219 retroescavadeiras, 218 motoniveladoras, 218 caminhões caçamba, 201 caminhões pipa e 201 pás carregadeiras. 218 municípios paraibanos foram beneficiados, nada menos do que 98% do total (GAIA, 2016). Enquanto as prefeituras recebiam esses equipamentos do governo federal, o Programa Caminhos da Paraíba, concebido e executado durante os governos de Ricardo Coutinho, investiu mais de 1,3 bilhão de reais na pavimentação e renovação de estradas em todo o estado, chegando à marca histórica de 2.581 quilômetros de rodovias. Foram 125 estradas concluídas ou recuperadas e 54 novas estradas que retiraram do isolamento asfáltico 54 cidades paraibanas, todas elas imersas no mundo rural paraibano. Sem dúvida nenhuma, esses esforços articulados pelos governos federal e estadual redundaram num avanço extraordinário na estrutura viária para os produtores rurais e a população dos municípios paraibanos, especialmente para os 191 (85%) considerados rurais pelos critérios da CEPAL, OCDE e Banco Mundial (DELGADO *et al.*, 2013).

Mas, os governos Lula e Dilma foram inovadores e extremamente benfazejos à Agricultura Familiar ao criarem programas focados nas chamadas “compras governamentais”, uma política pública importante em nível mundial, pois articulam o estímulo à produção familiar e a segurança alimentar da população, especialmente os beneficiários das estratégias de desenvolvimento rural e de combate à fome e à miséria nos países em desenvolvimento (FAO, 2013), inclusive no Brasil (Cf. CANIELLO *et al.*, 2016). Paralelamente ao estímulo aos mercados locais e feiras onde tradicionalmente a produção camponesa é comercializada, bem como o avanço das produções orgânica e agroecológica que conferem uma maior competitividade aos produtos da agricultura camponesa no mercado em geral *vis-à-vis* sua qualidade e sanidade, o governo brasileiro criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – que adquiria alimentos da Agricultura Familiar para distribuição entre entidades filantrópicas, organizações não governamentais dedicadas ao combate à fome e à miséria, hospitais etc. – e inovou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ao determinar que no mínimo 30% do valor repassado pelo governo federal para a merenda escolar deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Entre 2003 – seu ano de lançamento – até 2016, quando começou a ser desarticulado em decorrência do golpe contra a presidenta Dilma – o Programa de Aquisição de Alimentos beneficiou mais de 400 mil agricultores e foram adquiridas mais de 4 milhões de toneladas de alimentos de pequenos produtores. Em julho de 2010, a CONAB chegou a ter mais de 5,5 milhões de toneladas de milho armazenadas²⁴. No seu primeiro ano, o PAA recebeu um aporte de 164,6 milhões de reais, contra 1,2 bilhão de reais na safra 2012-2013, o que representa um aumento de recursos na ordem de 630%. Além do PAA nacional, a Paraíba possui um PAA estadual, criado em 2015 e executado pela EMATER-PB com recursos próprios do estado.

Entre 2011 e 2017, o governo federal destinou cerca de 82,4 milhões de reais para o PAA na Paraíba (FRUTUOSO DE SOUZA, 2019, p. 86), beneficiando 1.189 unidades receptoras, que realizaram 10.535.973 atendimentos no total (FRUTUOSO DE SOUZA, 2019, p. 93). Em 2015, o PAA adquiriu 1.462.542 quilos de alimentos de 623 agricultores familiares paraibanos, sendo 495 extremamente pobres, no valor de 3,11 milhões

24. Disponível em: <https://institutolula.org/do-incentivo-ao-pequeno-produtor-ao-fim-do-paa>. Acesso em 16 jun. 2022.

de reais, beneficiando 138 entidades em todo o estado da Paraíba (GAIA, 2016). Entre os anos de 2015 e 2017, o PAA Estadual investiu cerca de 2,15 milhões de reais na aquisição e distribuição de mais de 1.400 toneladas de alimentos (FRUTUOSO DE SOUZA, 2019, p. 95).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujas origens remontam aos anos 1940, é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado. Em 2014, foram atendidos aproximadamente 42,2 milhões de alunos com um investimento de cerca de 3,6 bilhões de reais²⁵. Em 2009 foi promulgada a que estabeleceu a exigência de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Entre 2011 e 2014, o FNDE repassou cerca de 13 bilhões de reais para os entes federados empregarem na merenda escolar, sendo que 1,89 bilhão de reais (14,5%) foram efetivamente investidos na aquisição de gêneros fornecidos pelos agricultores familiares e suas organizações²⁶, o que representa 14,5% do total, ou seja, bem abaixo do percentual mínimo, fato explicado por diversas razões (CANIELLO; CANIELLO; MELO, 2016). Em 2012, o PNAE destinaria 1 bilhão de reais às escolas municipais, estaduais e federais em 2012 somente para compras junto aos agricultores familiares, mas os seus gestores executaram apenas 36% desse valor.

Na Paraíba, entre 2011 e 2014, cerca de 288 milhões de reais foram repassados pelo governo federal para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, mas foram executados apenas 30 milhões de reais (10,65%), onerando os pequenos produtores em mais de 257 milhões de reais (CANIELLO; CANIELLO; MELO, 2016, p. 86). Sem embargo, comprometido com o fortalecimento e consolidação desse vínculo novo entre os agricultores familiares e as escolas, o governo Ricardo Coutinho passou a destinar recursos próprios para a compra de hortifrutigranjeiros diretamente dos pequenos produtores familiares para a merenda escolar, iniciando com a destinação de 2,6 milhões de reais em 2011 e atingindo a cifra de 6,1 milhões de reais em 2016 (FJM, 2020, p. 110-111).

25. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/alimentacao-escolar-dados-estatisticos>. Acesso em: 24 ago. 2016.

26. O Portal do FNDE: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar-disponibiliza-apos-dados-referentes-a-2011-2014>. Acesso em 24 ago. 2016, para todas as remissões estatísticas neste trabalho.

O PAA e o PNAE desempenharam um papel importantíssimo no fomento à Agricultura Familiar paraibana e o seu completo desmonte pelos governos Temer e Bolsonaro é sentido profundamente por agricultores e agricultoras familiares, que invariavelmente verbalizam o seu descontentamento com o fim dos programas nos fóruns de debate estado afora.

Política Territorial

Cumprе mencionar, finalmente, a implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRONAT), uma outra política pública muito importante para a Agricultura Familiar, a qual já analisamos em vários trabalhos²⁷. No período de 2003 a 2015, o MDA repassou 3,3 bilhões de reais²⁸ em recursos do Tesouro Nacional, a fundo perdido, para os territórios rurais através do Programa Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), que financiou 8.141 projetos produtivos nas diversas regiões do país, sendo que o maior volume de recursos foi destinado ao Nordeste, um montante de 755 milhões de reais (38% do total), ou 1,1 bilhão de reais em valores atualizados (CANIELLO, 2022). Em junho de 2015, 95% das obras e ações contratadas entre 2003 e 2007 estavam concluídas, o mesmo ocorrendo com 77% daquelas contratadas de 2008 a 2011 (TEIXEIRA; CANIELLO, 2016, p. 319). No Nordeste foram construídos 361 centros de comercialização, 94 agroindústrias, 69 casas de mel, 58 Escolas Famílias Agrícolas, 45 abatedouros, 35 casas de farinha, entre outros inúmeros projetos, e ainda foram promovidos 276 cursos de capacitação²⁹ com recursos do PROINF/PRONAT.

Na Paraíba, foram aprovados 333 projetos de investimento com repasses na ordem de 88 milhões de reais em valores correntes (CANIELLO; VALENCIA, 2021, p. 266), entre os quais destacamos inúmeras obras de segurança hídrica (construção de barragens subterrâneas, cisternas etc.), aquisição de equipamentos e material de consumo para feiras agroecológicas espalhadas pelo estado, aquisição de equipamentos para a produção de forragem, cujos silos-trincheira construídos pelos camponeses paraibanos foram fundamentais para a sustentação dos rebanhos na

27. Cf. especialmente: Caniello, 2016; Piraux; Caniello, 2009, 2016 e 2019; Valencia; Caniello; Barone; Piraux; Calvi; Teixeira; Oliveira, 2020; Caniello; Valencia, 2021; Caniello, 2022.

28. Valores atualizados pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Base: 31/12/2015. Fonte: CEF (04/05/2015); CGMA/SDT/MDA (06/2015).

29. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>. Acesso em: out. de 2015.

maior seca já vivenciada no estado (CANIELLO; VALENCIA, 2021, p. 268), a construção do Banco Mãe de Sementes no Território da Borborema, articulando as centenas de bancos comunitários de sementes crioulas que preservam os *gêrmens* da sobrevivência do campesinato paraibano, desde há muito tempo valorizados por um amplo processo coletivo puxado pela Articulação do Semiárido (ASA) denominado “Sementes da Paixão”³⁰, dentre outros.

O PRONAT vigorou por 13 anos, foi interrompido pelo governo golpista de Michel Temer e sepultado pelo governo fascista de Jair Bolsonaro. Com efeito, as forças reacionárias encasteladas nos poderes formais e informais da República durante esses governos promoveram um amplo processo de desmonte das políticas públicas inclusivas e progressistas, implementadas pelos governos do PT. No âmbito do desenvolvimento rural, tudo começou pela a extinção do MDA, uma das primeiras medidas de Michel Temer, mantida pelo governo Bolsonaro, eleito presidente da República em 2018.

Sem embargo, em consequência das políticas públicas implementadas pelos governos Lula e Dilma para os povos do campo, entre 2001 e 2011, “a renda cresceu mais nas áreas rurais pobres, 85,5%, contra 40,5% nas metrópoles e 57,5% nas demais cidades” (NERI; SOUZA, 2012: 7; 21) e “mais de 3,7 milhões de pessoas das áreas rurais entraram na classe média” (FAO/IFAD/WFP, 2014, p. 25). Evidentemente, na Paraíba não foi diferente.

SAÚDE

Para a Organização das Nações Unidas, ter “uma vida longa e saudável” é um dos fundamentos do desenvolvimento humano³¹ e atingi-la depende, evidentemente, das políticas públicas de saúde. Nesse aspecto, os governos Lula e Dilma foram prolíficos, pois nunca se investiu tanto em saúde no Brasil e nunca o Sistema Único de Saúde (SUS) foi tão fortalecido no país como nos 13 anos dos governos do PT. De fato, as despesas com ações e serviços públicos de saúde

30. ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). *Sementes da paixão: legitimidade científica e reconhecimento histórico*. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2012/06/12/sementes-da-paixao-legitimidade-cientifica-e-reconhecimento-historico-jiji/>. Acesso em: 05 fev. 2021.

31. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh>
<https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh>. Acesso em: 18 jun/06/. 2022.

criaram 86% acima da inflação, passando dos 64,8 bilhões de reais investidos em 2003, no primeiro ano do governo Lula, para 120,4 bilhões de reais no último ano do governo Dilma³². Entre 2010 e 2015, o Fundo Nacional de Saúde transferiu um total 7,6 bilhões de reais para a Paraíba, o que representa uma média anual de 1,3 bilhão de reais, num orçamento que cresceu 53,60% naquele período (GAIA, 2016).

Os programas e ações dos governos Lula e Dilma pela saúde pública no estado da Paraíba são inúmeros e iremos aqui destacar apenas alguns de seus aspectos, dada a extensão deste já prolixo prólogo.

Em fevereiro de 2016 havia 1.474 Unidades Básicas de Saúde (UBS) na Paraíba (eram 1.326 em 2010), estado em que foram construídas 396 novas unidades e executados 504 projetos de ampliação e reforma durante os governos Lula e Dilma, que implantaram 28 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) no estado, sendo 10 em funcionamento e 18 em construção em 2016. Lula e Dilma ainda repassaram à Paraíba 123 ambulâncias básicas e 40 UTI móveis do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), cobrindo os 223 municípios. Havia, ainda, 1.353 Equipes de Saúde da Família, com cobertura potencial de 91,15% da população e 1.257 equipes de saúde bucal atuando em 66 Centros de Especialidades Odontológicas do Programa Brasil Sorridente. Os 223 municípios paraibanos aderiram à Rede Cegonha, propiciando atendimento a uma estimativa de 58.535 gestantes (GAIA, 2016). Durante os governos do PT, o Programa Saúde Não Tem Preço beneficiou 514.383 paraibanos hipertensos e diabéticos com medicamentos gratuitos, 29.096 com medicamentos gratuitos de asma e 288.065 pessoas com medicamentos com desconto adquiridos numa rede de 600 farmácias populares espalhadas pelo estado. O saudoso Programa Mais Médicos propiciou a contratação de 413 médicos alocados em 140 municípios paraibanos.

No mesmo diapasão atuava o governo de Ricardo Coutinho que, no período de 2011 a 2018, viabilizou 1.295 novos leitos hospitalares à população paraibana, elevando a sua oferta em 65% e mais que triplicando os leitos de UTI. Foram construídos seis novos hospitais e outros três foram estruturalmente adequados

32. Disponível em <https://pt.org.br/com-lula-e-dilma-o-sus-foi-fortalecido-e-saude-teve-investimento-historico/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

equipados. Na área da saúde bucal, o governo apoiou os municípios com a implantação de 127 equipes especializadas. Na construção e implantação do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires foram investidos mais de 150 milhões de reais, sendo 85% oriundos de recursos próprios do governo do estado; com 226 leitos, o hospital é referência em cardiologia e neurologia além de oferecer serviço de diagnóstico por imagem, ambulatório, Centro Cirúrgico, UTI e UTI Coronariana (FJM, 2020, p. 141-143).

É importante mencionar, ainda, que o investimento em saneamento básico e abastecimento de água pelos governos Lula e Dilma reduziu as disparidades regionais históricas, elevando a taxa de domicílios nordestinos com acesso a esgoto ou fossa séptica de 77,3% em 2006 para 83,2% em 2012 e de domicílios com acesso à rede de abastecimento de água, poço ou nascente de 76,5% para 86,5% no mesmo período (BELCHIOR, 2021).

A recuperação financeira e modernização da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), que se tornou superavitária em 2016 e que atingiria mais de 100 milhões de reais de superávit em 2018 (FJM, 2020, p. 98), sem dúvida contribuiu muito para que o estado otimizasse as ações do governo federal no que tange ao saneamento básico e ao abastecimento de água na Paraíba. Ademais, o governo Ricardo Coutinho investiu fortemente na construção de adutoras, implantando o Sistema Adutor Translitorânea, com 23 quilômetros de extensão ligando os mananciais à Região Metropolitana de João Pessoa e adjacências e iniciando as obras do Sistema Adutor TransParaíba, destinado a atender a aproximadamente 250 mil pessoas de 23 cidades das microrregiões mais secas do estado, o Curimataú e o Seridó (FJM, 2020, p. 101).

Esses esforços e investimentos se refletiram sensivelmente nos indicadores de saúde da população. A taxa de mortalidade infantil na Paraíba teve uma redução de 158% entre os anos de 2000 e 2016, saindo de 39,2 óbitos por mil nascidos vivos para 15,2 (no Brasil a taxa é de 14 óbitos para mil nascidos vivos) e a esperança de vida ao nascer saltou de 68 anos em 2002 para 72,6 anos em 2016, um aumento de 4,6 anos (BELCHIOR, 2021). Assim, a longevidade evoluiu muito na Paraíba durante os governos Lula, Dilma e Ricardo, saltando de 68 anos em 2002 para 72,6 anos em 2015, um aumento de quase 5 anos, até atingir 74,1 anos em

2019 segundo o IBGE³³. Entretanto, a Paraíba fica muito abaixo do índice nacional (80,1 anos), colocando-se na 18ª posição entre as 27 unidades da federação e em 5º lugar entre os nove estados do Nordeste, superando apenas Maranhão, Piauí, Alagoas e Sergipe.

EDUCAÇÃO

A política educacional nos 13 anos do PT foi verdadeiramente revolucionária, pois foram adotados um novo padrão de financiamento, novos instrumentos de parceria federativa, além de muita inovação e expansão da rede federal de ensino, o que resultou num amplo processo inclusivo na educação brasileira. Para isso, o orçamento do MEC foi triplicado na Era Lula-Dilma, passando de 49,3 bilhões de reais, em 2002, para 151,7 bilhões de reais, em 2015. No governo Dilma, os investimentos na área superaram em 54 bilhões de reais o piso constitucional (PT, 2019, p. 35).

Ensino Superior

Uma das maiores transformações promovidas pela política educacional sob Lula e Dilma deveu-se à implementação de um conjunto de políticas inclusivas e afirmativas resultando em uma ampliação sem precedentes no número de estudantes universitários no país. De fato, nos 13 anos de PT, as matrículas no ensino superior nas redes pública e privada mais que dobraram, saltando de 3,52 milhões em 2002 para 8,03 milhões em 2015. Na Paraíba, a evolução foi ainda mais pronunciada pois, segundo o INEP, as matrículas nos cursos superiores presenciais quase triplicaram, saltando de 47.500 em 2002 para 136.330 em 2015. É interessante notar ainda que, em 2002, 53,3% das matrículas foram efetivadas na capital do estado, ao passo que em 2015 havia mais estudantes matriculados em universidades do interior, processo impulsionado, em parte pelo crescimento da rede privada, mas, efetivado, sobretudo pela expansão da rede pública federal (SILVA; CANIELLO, 2022, p. 60).

Isso deveu-se, por um lado, ao Programa de Expansão das Universidades Federais, que propiciou a criação de 18 novas universidades e 178 novos *campi*

33. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73097>. Acesso em 11 jun. 2022.

das universidades federais, propiciando, segundo o INEP, um aumento de 91% nas matrículas nas universidades federais do Nordeste entre 2002 e 2013 (COSTA, 2018). Por outro lado, a expansão das matrículas no ensino superior no país foi fortemente estimulada por dois programas muito importantes, o ProUni – que concedeu 1,9 milhão de bolsas integrais a estudantes carentes – e o FIES sem fiador, que propiciou o financiamento com custo altamente subsidiado a 2,71 milhões de alunos de baixa renda (PT, 2019, p. 39).

O Programa de Expansão das Universidades Federais teve um forte impacto no Nordeste, que triplicou o número de *campi* universitários, passando de 30 em 2003 para 90 em 2015 (SILVA; CANIELLO, 2022, p. 59). Na Paraíba foram criados quatro novos *campi*, sendo três na UFCG – dois dos quais implantados por este que vos escreve – e um na UFPB. Esse movimento foi acompanhado em nível estadual pela expansão da UEPB, desencadeada a partir de 2004, que resultou na criação de cinco novos *campi* da Instituição. Por isso, a Paraíba é um dos três estados brasileiros em que há mais alunos na rede pública do que na rede privada, pois, de acordo com o INEP, das 136.330 matrículas registradas no estado em 2015, 70.469 foram efetuadas no sistema público, o que representa 51,7% do total (SILVA; CANIELLO, 2022, p. 60). Esse é um dado extremamente relevante para um estado em que, conforme apurado pela PNAD/IBGE, a renda *per capita* em 2019 era de apenas 928,86 reais, portanto abaixo do salário mínimo nacional então vigente³⁴. Daí também a importância do ProUni, que concedeu 19.840 bolsas na Paraíba de 2005 a 2016 e o FIES que financiara 7.156 alunos até 2009 e que totalizou 40.265 contratos entre 2010 e 2016 (GAIA, 2016). Ainda no ensino superior é relevante mencionar que 1.954 alunos paraibanos foram atendidos pelo Ciência Sem Fronteiras.

Mas não foi só isso. Entre outras ações para o ensino superior é importante destacar que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) evoluiu muito nos governos do PT, partindo de 101,2 milhões de reais em 2008 para 742,7 milhões de reais em 2014, um crescimento de nada menos do que 634%. Nesses sete anos, o programa destinou 2,8 bilhões de reais às instituições federais

34. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/28/renda-domiciliar-per-capita-da-pb-foi-a-9a-menor-do-pais-em-2019-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 17/06/2022.

de ensino superior (COSTA, 2018) para a implementação de ações de assistência estudantil, como no investimento e custeio de residências e restaurantes universitários, por exemplo.

Não podemos deixar de citar ainda, pelo seu valor histórico, político e inclusivo, a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, que garante 50% das vagas oferecidas por universidades e institutos federais sejam ocupadas por estudantes oriundos do ensino médio público, com cotas para negros, pardos e indígenas. Em virtude dessa lei, segundo o INEP, em 2018 o número de matrículas de estudantes pretos e pardos – 50,3% – ultrapassou pela primeira vez o de alunos brancos nas instituições de ensino públicas brasileiras³⁵ e, de acordo com Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), no mesmo ano, 60,4% dos estudantes matriculados nas instituições federais de ensino superior haviam cursado todo o ensino médio em escolas públicas. Em 2003, esse percentual era 37,5%³⁶. Uma verdadeira revolução, no sentido estrito do termo.

Ensino Técnico e Profissional

Outra ação revolucionária no campo educacional perpetrada pelos governos do PT foi o fortalecimento do Ensino Técnico e da Formação Profissional. Ora, até 2002, em toda a história do Brasil, haviam sido criadas 140 escolas técnicas, em 119 municípios. Nos 13 anos de governo do PT, foram criadas 422 novas escolas, parte de uma rede estruturada em torno dos Institutos Federais de Ensino Tecnológico, que chegou a 596 municípios, beneficiando, em 2015, meio milhão de jovens (PT, 2019, p. 39). Como resultado, a Paraíba conta atualmente com 21 *campi* e sete polos de ensino à distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e três escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (SANTOS, 2022, p. 75-76). Das 24 unidades de ensino presencial de ensino técnico e profissional existentes na Paraíba, 21 foram criadas a partir da promulgação da Lei 11.892/08 (SANTOS, 2022, p. 78-79). Atualmente o IFPB tem

35. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2022/03/26/lei-de-cotas-completa-10-anos-qual-o-impacto-dessa-politica-na-educacao.htm>. Acesso em: 18 jun. 2022.

36. Disponível em: <https://exame.com/brasil/maior-parte-dos-estudantes-de-universidades-federais-e-de-baixa-renda/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

19.731 alunos matriculados em cursos de graduação, médio e pós-graduação em regime presencial.

O governo Ricardo Coutinho também foi transformador no que tange ao ensino técnico-profissional ao criar as Escolas Cidadãs Técnicas Integrals (ECITs), atualmente com 127 unidades que ofertam 43 cursos técnicos em diversas áreas, com mais de 27 mil alunos matriculados³⁷.

Outro instrumento importante do ensino técnico-profissional implementado a partir do primeiro ano do governo Dilma foi o PRONATEC que, em apenas 4 anos, garantiu 9,49 milhões de matrículas em cursos gratuitos realizados no Sistema S e nas escolas técnicas federais e estaduais. Os cursos foram oferecidos em 82% dos municípios brasileiros e buscavam chegar a todos os públicos, com vagas reservadas e especialmente preparadas para os beneficiários do Bolsa Família (PT, 2019, p. 39). Na Paraíba foram efetuadas 248.101 matrículas entre 2011 e 2016, sendo 36.310 de estudantes e 211.791 de trabalhadores (GAIA, 2016).

Ensino Básico

Os governos do Lula e Dilma buscaram apoiar estados e municípios no cumprimento de suas atribuições na política educacional. Além da aprovação do FUNDEB, que ampliou o total de recursos transferidos para as unidades da federação e foi criado o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que descentralizou cerca de 14 bilhões de reais para financiar melhorias em infraestrutura física e pedagógica das escolas (PT, 2019, p. 41).

A partir do governo Lula, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que atendia apenas os estudantes matriculados nas escolas públicas do ensino fundamental, foi progressivamente ampliado para os estudantes do ensino médio e da educação de jovens e adultos. Entre 2007 e 2015 foram distribuídos mais de 1 bilhão de livros para estudantes de 183.287 escolas públicas, as quais também receberam acervos para as suas salas de leitura e bibliotecas (COSTA, 2018).

37. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/noticias/paraiba-avanca-em-educacao-profissional-e-tecnica-e-cria-opportunidades-para-jovens-no-mercado-de-trabalho-1#:~:text=Em%202021%20j%C3%A1%20s%C3%A3o%20mais,cresceu%20155%25%2C%20desde%202018>. Acesso em: 17 jun. 2022.

O Programa Caminho da Escola foi uma ação importantíssima dos governos do PT, especialmente para o chamado “Brasil profundo”. O programa adquiriu 30.554 ônibus escolares, sendo 28.048 para alunos da zona rural e 2.506 ônibus urbanos acessíveis, além de 918 lanchas e 97.664 bicicletas e capacetes. Todos os municípios da Paraíba foram contemplados com o programa e receberam um total de 1.127 ônibus, uma lancha e 9.100 bicicletas e capacetes (GAIA, 2016). Neste aspecto, o governo Ricardo Coutinho também seguiu os passos dos governos Lula e Dilma e, por meio do Pacto Social e do Orçamento Democrático (OD) viabilizou a aquisição de 850 ônibus e 15 mil bicicletas com equipamentos com a assinatura de mais de três mil convênios com as prefeituras (FJM, 2020, p. 50 e 107). Assim, a Paraíba aposentou para sempre os paus de arara que humilhavam e colocavam em risco de vida seus estudantes rurais por décadas.

Já citamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas é importante ressaltar que esse programa foi continuamente aprimorado nos governos Lula e Dilma. Além do reajuste no valor *per capita* transferido para estados e municípios, a merenda foi assegurada também aos estudantes do ensino médio. O número de estudantes atendidos pelo programa de merenda escolar cresceu de 36,4 milhões para 41,3 milhões, entre 2002 e 2015, isto é, durante os governos Lula e Dilma cerca de 5 milhões de estudantes passaram a se alimentar na escola todos os dias. Entre 2012 e 2015, a Paraíba recebeu 323,8 milhões de reais do PNAE, que atendeu uma média anual de 871.921 estudantes matriculados em cerca de 5.000 escolas (GAIA, 2016).

Ensino Médio

Responsabilidade do governo estadual, o Ensino Médio teve um grande impulso na administração de Ricardo Coutinho, que mais do que quadruplicou o orçamento da Educação, atingindo algo em torno de 1,4 bilhão de reais em 2018 (FJM, 2020, p. 109). Em termos de infraestrutura, foram construídas 58 novas escolas e realizadas 500 obras de reforma e adequação, totalizando 3.095 novas salas de aula. Acoplados às unidades escolares, foram edificadas 20 novas auditórios e nove reformados, além da construção de 59 novos ginásios de esporte e 50 reformas em equipamentos desse tipo já existentes (FJM, 2020, p. 109-110). Foram ainda instalados 413 Laboratórios de Robótica, 513 laboratórios de informática

fixos e móveis e 184 laboratórios de ciência, bem como adquiridos 38 impressoras 3D, 422 lousas digitais, 17 mil *notebooks*, 902 impressoras e 61 mil *tablets*, os quais foram distribuídos para os alunos do 1º ano do Ensino Médio e seus respectivos professores (FMJ, 2020, p. 112).

É importante ressaltar que, embora criticado pelos docentes pela forma como foi implantado, o ensino médio integral foi uma inovação do governo Ricardo Coutinho que, ao final de sua gestão, era disponibilizado em 30% das escolas estaduais (FMJ, 2020, p. 113). Ricardo também inovou criando o Programa Gira Mundo, inspirado no Ciência Sem Fronteiras, que propiciou intercâmbio em países do exterior para 350 estudantes e 155 professores (FMJ, 2020, p. 121).

A evolução do Ensino Médio na gestão de Ricardo Coutinho foi realmente notável: 60 novas escolas foram construídas em oito anos, elevando a rede estadual de 377 para 437 escolas. A ampliação das matrículas cresceu nesse mesmo ritmo, elevando-se de 106.279 alunos, em 2015, para 122.724 em 2018, o que representa um aumento de 15,5%. Devido à implantação das ECITs, o crescimento das matrículas no Ensino Profissional foi extraordinário, saindo de parcas 1.210 alunos matriculados em 2010 para nada menos do que 19.214 em 2018 (FMJ, 2020, p. 120).

Ensino Fundamental

O governo federal, nos mandatos do PT, assegurou recursos para a construção de 8.664 creches e pré-escolas, das quais 3.125 estavam concluídas quando o golpe interrompeu o mandato da presidenta Dilma (PT, 2019, p. 41) e, entre 2008 e 2014 repassou mais de 500 milhões de reais para mais de 55 mil escolas pelo Programa Escola Acessível. Na Paraíba, foram investidos 297 milhões de reais na construção de 251 creches e 587 escolas se tornaram plenamente acessíveis com a destinação de recursos na ordem de 4,3 milhões de reais para as adaptações (GAIA, 2016).

O esporte escolar, tão negligenciado no nosso país, foi também estimulado por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por meio da construção e cobertura de milhares de quadras esportivas Brasil afora e na implantação de

341 Centros de Artes e Esportes Unificados. A Paraíba foi aquinhoadada com 130 milhões de reais para a construção de 240 quadras, a cobertura de outras 44 e para a construção de quatro Centros de Artes e Esportes Unificados (GAIA, 2016).

Também o governo Ricardo Coutinho contribuiu para a evolução do ensino fundamental na Paraíba, por meio do Pacto pela Aprendizagem na Paraíba, que ficou conhecido como Soma, uma iniciativa apoiada no Regime de Colaboração, que organizava um movimento coletivo a favor da construção dos melhores índices educacionais, com atenção especial para o Ensino Fundamental. Na sua primeira fase, houve a adesão de 219 dos 223 municípios paraibanos, envolvendo 3.332 escolas, 12.051 professores, 225.648 alunos matriculados e 3.445 gestores, dentre os quais 235 coordenadores.

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Segundo Julião, Beiral e Ferrari:

[...] o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) promoveu importantes reformulações na implementação da política nacional de EJA no Brasil, destacando-se, dentre elas, a criação, em 2004, (i) da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD); (ii) a aprovação do FUNDEF, que substituiu o FUNDEF a partir de 2007, incluindo as matrículas da EJA na previsão dos seus recursos; (iii) a instituição, em 2007, da proposta de Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos; e (iv) a implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) em 2010. (JULIÃO; BEIRAL; FERRARI, 2017, p. 47)

Para estes autores, a política educacional dos governos Lula e Dilma possibilitou maior visibilidade à modalidade de EJA, ampliando o atendimento aos jovens e adultos mediante a implementação de inúmeros programas, embora oferta, de forma geral, mantivesse-se fragmentada e ainda primando por uma formação aligeirada, como em governos anteriores (JULIÃO; BEIRAL; FERRARI, 2017, p. 52).

Na Paraíba, o governo Ricardo Coutinho empreendeu esforços em prol da Educação de Jovens e Adultos, cujas matrículas foram ampliadas em 33,5% dos municípios que aderiram ao Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba já em 2011, quando foi iniciado (FJM, 2020, p. 43). Entre o ano inaugural do Pacto e 2017, o EJA na Paraíba alcançou 10.337 matrículas, sendo que, a partir de 2012, o EJA atendia a mais de mil detentos do sistema prisional anualmente, atingindo a marca de 1.923 matrículas em 2017 (FJM, 2020, p. 108).

Valorização do Magistério e Formação Docente

Não poderíamos concluir este alongado prólogo sem abordar a questão da valorização do magistério e da formação docente. Em virtude da importância do tema, peço um pouco mais de paciência ao leitor, avocando Padre Vieira: “perdoem-me por ser prolixo, não tive tempo para ser breve”.

O grande marco histórico da valorização do magistério no Brasil foi a promulgação, pelo presidente Lula, da Lei 11.738/2008, que criou o piso nacional para os professores da educação básica. Além de definir um salário mínimo a ser pago, em qualquer lugar do Brasil, por uma jornada de 40 horas semanais, a lei também reserva uma parte da jornada para que o profissional planeje e prepare aulas, estude e corrija avaliações. Em 2009, o primeiro piso foi fixado em 950 reais, crescendo 42% acima da inflação até 2016 (PT, 2019).

No que tange à formação docente, há que se destacar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que oferece bolsas para alunos de cursos de Licenciatura desenvolverem atividades pedagógicas em escolas públicas, e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), destinado a professores em exercício na rede pública que não possuem a formação em nível superior. Entre 2009 e 2015, o número de bolsas do PIBID cresceu de 13.694 para 90.247, beneficiando 72.840 alunos de licenciaturas e 11.716 professores da educação básica da rede pública de ensino. Em 2015, estavam envolvidas no PIBID 282 instituições de ensino superior e 6.055 escolas de educação básica. No mesmo período, o PARFOR implantou 2.463 turmas, em 497 municípios de 24 estados, atendendo a professores oriundos de 2.611 municípios (PT, 2019).

Na Paraíba, depois de muitos anos sem concursos públicos para contratação de profissionais da educação, o governo Ricardo Coutinho os realizou e contratou 4.040 professores, 3.180 técnicos e 194 professores de concursos anteriores. O respeito à data-base, a concessão de aumentos salariais anuais, a instituição da Bolsa Avaliação de Desempenho, da Gratificação de Hora-Atividade Complementar e o pagamento do 14º e 15º salários, baseados na qualidade dos resultados, foram ações importantes para a valorização do magistério da rede pública estadual (FMI, 2020, p. 109).

Paraíba: uma educação transformada, mas ainda com muitos desafios

Esse conjunto de políticas, programas e ações dos governos socialistas democráticos de Lula, Dilma e Ricardo redundou em consequências extremamente positivas na educação da Paraíba pois, de fato, o IDH-Educação evoluiu de 0,331 em 2000 para 0,555 em 2010, um crescimento de 67,7%, bem superior à média nacional no mesmo período (39,7%) e também superior às variações do IDH-Longevidade (16,5%) e IDH-Renda (12,7%) do próprio estado³⁸. Contudo, o imenso déficit histórico da educação na Paraíba, governada há séculos por elites oligárquicas, pesa muito no processo de superação de suas profundas carências. Afinal, a Casa Grande surta quando a Senzala aprende a ler.

Os números demonstram essa contradição. Com efeito, entre 2002 e 2016, a taxa de analfabetismo teve uma redução de 39% no Brasil, 37% no Nordeste e 40% na Paraíba, mas ainda é muito alta na região e no estado, que ainda apresentam taxas de 14,8% e 16,3%, respectivamente (BELCHIOR, 2021), mais do que o dobro da média nacional (7,2%), que, evidentemente, não é nada desprezível, pois revela que cerca de 15 milhões de brasileiros e brasileiras ainda não sabem ler e escrever. Isso é uma tragédia.

Em relação ao IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública, a Paraíba evoluiu a uma taxa de 28,6%, passando de 2,8 em 2007 para 4,6 em 2019, índice inferior à média nacional (4,4) e regional (3,9), fato observado também no IDEB do Ensino Médio da rede estadual, que evoluiu pouquíssimo entre 2007 e 2017, passando de 2,9 para, tão somente, 3,1. A nota positiva vai para o ensino

38. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

infantil, pois entre 2006 e 2013, o número de estabelecimentos que oferecem creche no Nordeste duplicou, saltando de 7.149 para 14.389, o maior quantitativo em todo o país (BELCHIOR, 2021). Com efeito, as matrículas em creches e pré-escolas evoluíram de 111.975 em 2000 para 138.458 em 2013, um aumento de 23,6% (PARAÍBA, 2015, p. 19). Precisamos investir fortemente em educação básica para que essas crianças não se percam pelo caminho...

Ora, segundo o Plano Estadual de Educação da Paraíba 2015-2025, "97,3% das crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos frequenta a escola do ensino fundamental. Estima-se que o percentual restante corresponda àqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. Já em relação ao percentual de pessoas de 16 anos, com pelo menos o ensino fundamental concluído, o percentual da Paraíba (51,3%) é inferior ao percentual da Região Nordeste (55%) e do Brasil (66,7%)" (PARAÍBA, 2015, p. 22). Ou seja, realmente as crianças vão se perdendo pelo caminho na medida em que se aumenta o grau de ensino...

De fato, no tocante às matrículas no Ensino Médio, a situação torna-se crítica, pois apenas 47% dos jovens paraibanos de 15 a 17 estão matriculados neste nível de ensino no estado, quando o Plano Nacional de Educação estabelecia a meta de universalização do atendimento até 2016 e da elevação da taxa líquida de matrículas para 85% até 2024 (PARAÍBA, 2015, p. 29). O que é pior é que as matrículas no Ensino Médio vêm caindo no estado, pois caíram de 155.277 em 2007 para 139.415 em 2013, uma redução de mais de 10% em cinco anos (PARAÍBA, 2015, p. 30).

Já no que tange ao Ensino Superior, as tendências se revertem, pois as matrículas em cursos de graduação presenciais se elevaram de 78.990 em 2009 para 132.620, em 2019, um aumento de 67,9% (SEMESP, 2021), com mais da metade dos alunos na rede pública (51,5%), como já mencionamos anteriormente, o que indica que as políticas de expansão e inclusão no Ensino Superior empreendidas pelos governos Lula e Dilma tiveram um impacto importante na Paraíba.

Este é um quadro que nos traz alento e, ao mesmo tempo, preocupação. Muito foi feito pela educação nos governos Lula, Dilma e Ricardo, mas resta muito a fazer.

O LEGADO E O FUTURO

O IDH da Paraíba, um dos menores do país, vem evoluindo bem, pois saltou de um patamar de 0,506 (baixo) em 2000 para 0,658 (médio) em 2010 e pode já ter atingido estrato alto, conforme assinalamos anteriormente neste estirado prólogo. Se a educação caminha a passos largos, mas ainda apresenta grandes limitações, as condições gerais de vida da população paraibana melhoraram muito em virtude das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas pelos governos socialistas democráticos de Lula, Dilma e Ricardo na Paraíba.

De fato, o percentual de pessoas extremamente pobres na população que era de 25,17% em 2000 caiu para 13,39% em 2010, uma redução de 46,8%, enquanto os pobres, que representavam 49,61% da população do estado no ano 2000, eram 28,93% em 2010, uma queda de 41,7% (FREIRE, 2014). Segundo o Gabinete de Informação da Presidência da República, entre 2011 e 2016, 980.821 pessoas saíram da extrema pobreza na Paraíba (GAIA, 2016), o que representa 24,7% da população do estado (GAIA, 2016).

Ora, como salientam Neri e Sousa (2012) sobre a evolução do padrão de vida do povo brasileiro nos governos Lula e Dilma, “de maneira geral, a renda de grupos tradicionalmente excluídos que tinham ficado para trás foi a que mais prosperou no período [2003-2012], em particular, negros, analfabetos, crianças, *nordes-tinos* e moradores do campo” (NERI; SOUZA, 2012, 8-21). A Paraíba confirma essa proposição, pois o rendimento médio mensal da população paraibana seguiu evoluindo após o período da chamada “década inclusiva”, pelo menos enquanto o Brasil era governado por Dilma Rousseff, saltando de 1.479,00 reais em 2012 para 1.723,00 reais em 2015, segundo o IBGE³⁹, aliás processo que se reverteu após o golpe, pois, em 2021 o rendimento médio mensal dos paraibanos era de 1.540,00 reais, uma queda de mais de 10%⁴⁰.

De fato, após o golpe de 2016, as coisas mudaram de figura na Paraíba, como de resto em todo o país, pois, se em 2017, 39,7% dos paraibanos viviam em situação

39. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/10070/64506?tipo=grafico&indicador=80660>. Acesso em: 11 jun. 2022.

40. *Idem*.

de pobreza, agora são 45,2%, enquanto naquele ano eram 10,9% em extrema pobreza e hoje são 14%, segundo dados do IBGE e FGV⁴¹. Isto é, em cinco anos de neoliberalismo forçado, a Paraíba teve a pobreza aumentada em 13,85% e extrema pobreza da pobreza em 28,44%. É um retrocesso trágico, mas que pode ser revertido com uma receita já conhecida pelo povo brasileiro: a fórmula do socialismo democrático.

Oxalá, muito em breve, um novo tempo de alegria, esperança e prosperidade haverá de se elevar das urnas pela vontade popular, restaurando a justiça social, o desenvolvimento humano, a inclusão social, o respeito à diversidade, à cultura, à ciência, à tecnologia e ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Cartilha do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013-2014. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>. Acesso: 01 maio 2014.

BRASIL. *Censo Agropecuário 2006*. Brasília: IBGE, 2009.

BRASIL. *Censo Agropecuário 2017*. Brasília: IBGE, 2017.

BACELAR, T. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro, BNDES, 2014.

BELCHIOR, M. "O Nordeste e a Paraíba nos governos do PT". Intervenção no *Webinário do NEPP-PB: Memória dos Governos Lula e Dilma na Paraíba*, realizada em 29 de novembro de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/BrsUhTHSHLA>. Acesso: 10 out. 2022.

BRASIL. *Economia brasileira em perspectiva*. 18ª edição. Brasília: Ministério da Fazenda, 2013.

41. Situação de pobreza cresce 4% na Paraíba em dois anos, diz pesquisa do Ibre da FGV. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/09/08/situacao-de-pobreza-cresce-4percent-na-paraiba-em-dois-anos-diz-pesquisa-do-ibre-da-fgv.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2022. Em um ano, número de paraibanos em situação de pobreza cai 2,5%, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/12/05/em-um-ano-numero-de-paraibanos-em-situacao-de-pobreza-cai-25-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. *O panorama da economia brasileira*. Brasília: Ministério da Fazenda/Secretaria de Política Econômica, 2014.

BRASIL. *Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa mensal de emprego: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (2003-2013)*. Brasília: IBGE, 2014b.

BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: IPEA, 2014c.

CANIELLO, M. "Identidade e qualidade de vida nos territórios da cidadania na 'década inclusiva' brasileira". *Sociologias*, 18 (43), Porto Alegre, p. 300-334, 2016.

CANIELLO, M. "O Nordeste, o recente ciclo de desenvolvimento brasileiro (2003-2014) e a sua dissolução: elementos para o debate". Palestra Magna proferida no *XIV Encontro da Sober/Nordeste*. Bacabal – MA, 29 a 31 de outubro de 2019.

CANIELLO, M. "A Política Territorial no Brasil e no Nordeste: elementos para reflexão". In: ALBUQUERQUE, C. F.; VIEGAS, M. E. F. S.; OLIVEIRA, I. M. R. P. (orgs.). *Dinâmicas territoriais em Alagoas: anotações sobre uma experiência de extensão universitária*. Maceió: EDUFAL, 2022, no prelo.

CANIELLO, M. et al. (orgs.). Dossiê "Reavaliando a Aquisição Institucional de Alimentos". *Raízes*, 36 (2), Campina Grande, 2016, 145 p.

CANIELLO, M.; CANIELLO, N. T.; MELO, W. J. L. "Compras governamentais de produtos da Agricultura Familiar para a merenda escolar no Território Rural do Seridó Paraibano". *Raízes*, 36 (2), Campina Grande, 2016, p. 82-95.

CANIELLO, M.; VALENCIA, M. "Camponeses, agroecologia e política territorial na 'diagonal seca' do semiárido paraibano: encontros, processos e desafios". In: SA-BOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E. S. (orgs.). *A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no Nordeste semiárido brasileiro*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2021.

COSTA, B. *O legado dos governos Lula e Dilma para a Educação*. Brasília: Assessoria da Liderança do PT no Senado Federal, 2018.

DIEESE. "Política de valorização do Salário Mínimo: valor para 2014 será de 724,00 reais". *Nota Técnica* n. 132. São Paulo, dezembro de 2013.

FAO. *Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar: Estudio de caso de ocho países*. Roma: FAO, 2013.

FAO/IFAD/WFP. *The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Roma: FAO, 2014.

FJM – Fundação João Mangabeira. *Governos do PSB na Paraíba: Gestões de Ricardo Coutinho 2011-2018*. Brasília: Editora FJM, 2020 (Coleção Eduardo Campos, v. 1).

FOSTER, G. M. "What is a peasant?". In: POTTER, J.; DIAZ, M.; FOSTER, G. (orgs.). *Peasant society: a reader*. Boston, Little Brown, 1967.

FRANÇA, C. G. *et al. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.

FREIRE, R. "Paraíba: economia e sociedade em uma década de mudanças". *Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 2014.

FRUTUOSO DE SOUZA, R. W. *Camponeses e Políticas Públicas: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Borborema – PB*. Dissertação de Mestrado, Campina Grande, UFCG/PPGCS, 2019.

GAIA – Gabinete de Informação da Presidência da República. *Resultados dos Governos Lula e Dilma*. Brasília: Lideranças do PT no Senado Federal e Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://www.ptargumento.org.br/index.php/Inicio>. Acesso em: 11 jun. 2022.

HOFFMANN, G.; MERCADANTE, A. "Vamos juntos reconstruir o Brasil". *Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

JULIÃO, E. E.; BEIRAL, H. J. V.; FERRARI, G. M. "As políticas de Educação de Jovens e Adultos na atualidade como desdobramento da Constituição da LDB. *Poiésis*, 11 (19), Tubarão, 2014, p. 40-57.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, NEAD, 2010.

MERCADANTE, A. "Um balanço de cinco anos de golpe". In: BRANDÃO, S. (org.). *Brasil: cinco anos de golpe e de destruição*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

NERI, M. C.; SOUZA, P. H. C. F. "A Década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda". *Comunicados do IPEA*, n. 155. Rio de Janeiro, setembro de 2012.

OIT. *Panorama laboral 2011*. Lima: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2011.

PARAÍBA. "Plano Estadual de Educação da Paraíba". Anexo único da *Lei 10.488, de 23 de junho de 2015*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba; Secretaria de Estado da Educação; Conselho Estadual de Educação da Paraíba, 2015.

PT (Partido dos Trabalhadores). *O partido que mudou o Brasil: a verdade sobre os governos do PT*. São Paulo, 2019. Disponível em: www.pt.org.br/o-pt-faz. Acesso em: 12 fev. 2020.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. (orgs.) "Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública". *Revista Raízes*, 28 (1,2), 2009: 6-8.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. "Avanços, dilemas e perspectivas da governança territorial no Brasil: reflexões sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)". In: MIRANDA, C. A. R. et al. (orgs.). *Gestión territorial para el desarrollo rural: construyendo un paradigma*. México: Juan Pablos Editor, 2016.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. "Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil". *Revista Raízes*, 39 (2), 2019: 359-379.

SANTOS, J. V. *Uma análise do IFPB Campus Picuí-PB e sua relevância socioeconômica para o Seridó Oriental paraibano*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFCG/PPGCS, 2022, 140 p.

SEMESP. *Mapa do Ensino Superior: estado da Paraíba*. São Paulo: Instituto SEMESP, 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/paraiba/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SILVA, L. P.; CANIELLO, M. "Iniciativas recentes pela democratização da educação superior no Brasil: expansão e interiorização". In: FREITAS, M. et al. *Redes rizomáticas de pesquisas em EJA: diálogos interdisciplinares*. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2022.

TEIXEIRA, O.; CANIELLO, M. "Fragilidades do financiamento da infraestrutura para o desenvolvimento territorial brasileiro". *Anales XI Bienal del Coloquio Transformaciones Territoriales: repensando políticas y estrategias*. Ciudad de Salto, Uruguay: Universidad de la República de Uruguay, 2016.

VALENCIA, M. *et al.* "Doce años del Programa Desarrollo Sustentable de Territorios Rurales del Ministerio de Desarrollo Agrario de Brasil. ¿Cómo vamos?". In: BERDEGUÉ, J.; CHRISTIAN, C.; FAVARETO, A. (orgs.). *Quince años de desarrollo territorial rural en América latina. ¿Qué nos muestra la experiencia?* Buenos Aires: Teseo, 2020.

UNSCN. *The nutrition sensitivity of agriculture and food policies. A synthesis of eight country case studies*. Genebra, Suíça, UNSCN, 2014.

WOLF, E. R. *Sociedades camponesas*. Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

GEOGRAFIA E INFRAESTRUTURA

MÁRCIO CANIELLO¹

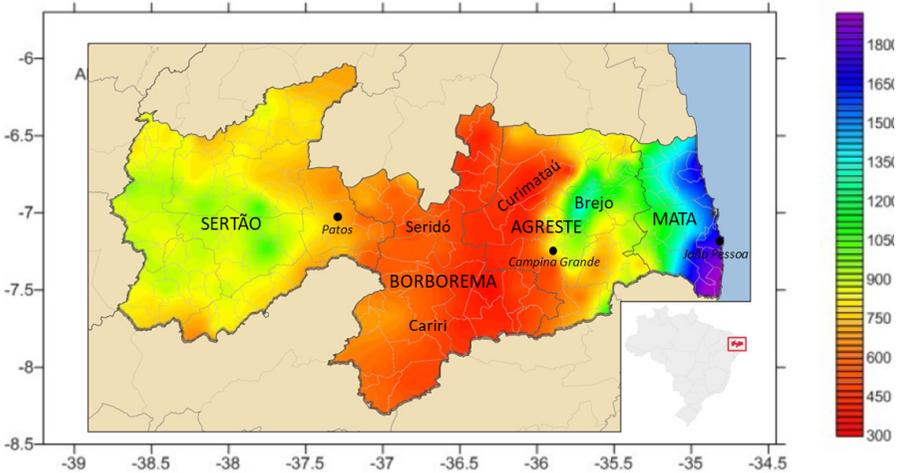
EMILLY DOS SANTOS RODRIGUES²

CLIMATOLOGIA

O estado da Paraíba se localiza sob o domínio dos climas quentes de baixas latitudes, apresentando temperaturas médias anuais sempre superiores a 18°C (FRANCISCO, 2017, p. 12). Com um relevo diversificado e solos variados, o seu território é trespassado pela “diagonal seca” (COHEN; DUQUÉ, 2001, p. 48) na altura do chamado “Compartimento da Borborema”, que compreende uma pequena parte do Brejo paraibano e as microrregiões do Cariri, Seridó e Curimataú, situadas na porção central do estado, onde se observam os menores índices de precipitação pluviométrica do Semiárido brasileiro, entre 300 e 500 milímetros (mm) anuais, em regime extremamente irregular (Figura 1). A oeste desse divisor, no Sertão, a pluviosidade gira em torno de 700 a 900 mm anuais, ao passo que a leste, no Agreste, ela vai aumentando de 700 mm a 1.200 mm (no Brejo), até atingir um máximo de 1.600 mm na Zona da Mata (FRANCISCO, 2017, p. 33).

1. Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), desde 1987. Foi presidente municipal do PT de Campina Grande, candidato a deputado estadual em 2018, e a deputado federal em 2022. Atualmente é secretário-geral do PT da Paraíba e coordenador do Nepp-PB.

2. Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), membro da JPT Campina Grande-PB, secretária do NEPP-PB.

Mapa 1: Pluviosidade Anual Média (mm), Paraíba e Mesorregiões

Fonte: adaptado de Francisco, 2017

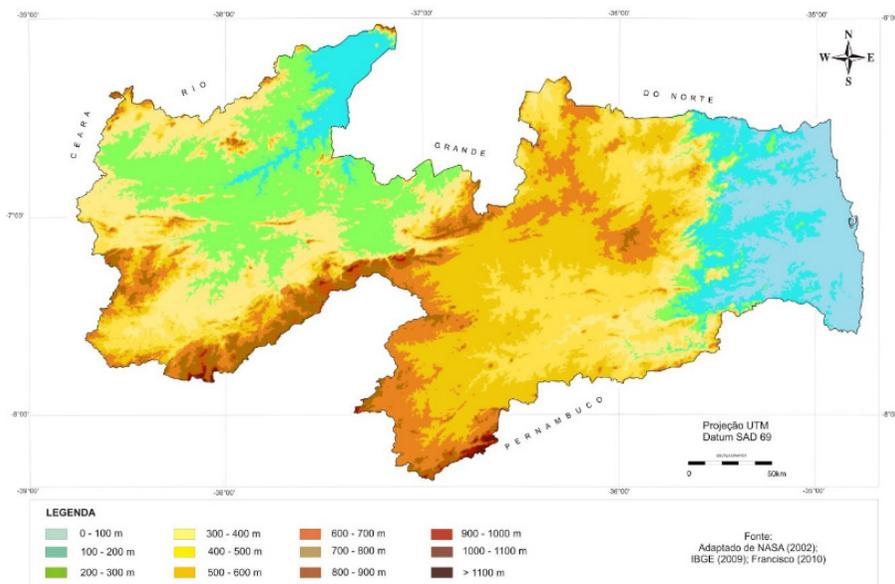
À exceção da Zona da Mata, todas as mesorregiões paraibanas foram extremamente afetadas pela maior seca já registrada no semiárido nordestino (2012/2017), fato que levou o governo federal a incluir mais 24 municípios na delimitação oficial do semiárido brasileiro e, assim, atualmente, 194 dos 223 municípios da Paraíba estão alocados nele, o que representa 90% da área total do estado.

RELEVO

Estado mais a leste do Brasil e, portanto, a porção mais oriental da América do Sul, o território paraibano tem 56.468,427 quilômetros quadrados (km²). É a sétima menor unidade federativa do país em área. Mesmo assim, a Paraíba apresenta as três principais formações geomorfológicas do Brasil: planície (Zona da Mata), planalto (Borborema, Agreste e Sertão) e depressão (Sertão) (EBBESEN, s/d) (Figura 2).

A planície paraibana, no leste do estado, é formada por áreas sedimentares marinhas e flúvio-marinhas. O litoral possui 117 km de extensão e é quase todo

Mapa 2: Hipsometria do Estado da Paraíba



Fonte: Francisco; Santos; Lima

marcado por coqueirais e areias finas. Nesta porção do estado, recifes de coral se proliferam, especialmente próximos à desembocadura do rio Mamanguape e ao sul do estuário do rio Paraíba. Já a baixada litorânea compreende porções planas com sedimentos muito recentes, onde se desenvolvem dunas, lagos, mangues, restingas e várzeas (EBBESEN, s/d).

Ainda na Mata Paraibana, mais adentro do continente, registra-se a presença de tabuleiros costeiros, que recebe muita influência do Planalto da Borborema, tanto que as fontes dos sedimentos da área são de rochas características dos planaltos. Os trechos ao norte do rio Gramame (divisa de João Pessoa com o município de Conde) possuem cotas altimétricas que variam de 49 (João Pessoa) a 177 metros (rio Miriri). Ao sul do rio Gramame, a altitude pode ultrapassar 200 metros com porções ora soerguidas, ora rebaixadas (EBBESEN, s/d).

Mais ao centro do estado está o Planalto da Borborema que apresenta as porções mais altas da Paraíba, onde os índices altimétricos variam de 400 a 800

metros de altitude. O ponto mais elevado do estado é o Pico do Jabre, na Serra do Teixeira, cuja altitude atinge 1.197 metros. Os solos rasos e pedregosos estimulam a aridez na região, dificultando o desenvolvimento da agricultura. É na Chapada do Borborema, também, que estão as nascentes dos rios Camaratuba, Mamanguape e Paraíba, importantes fontes fluviais do estado, que desaguam no Oceano Atlântico (EBBESEN, s/d).

Já o oeste paraibano é caracterizado pela depressão sertaneja com formas agudas, convexas ou tabulares, distribuídas em superfícies erosivas ou pediplanos. Neste último, destacam-se as elevações residuais alongadas e alinhadas com a estrutura geológica regional. Nas proximidades de Sousa, cortada pelo Rio do Peixe, o relevo é plano ou levemente ondulado. Os níveis altimétricos na região ficam em torno dos 200 metros. Tanto a norte como a sul da cidade, o embasamento cristalino predomina com um relevo um pouco mais ondulado. Na Serra do Bongá, divisa da Paraíba com o Ceará, está um importante manancial do estado, já que é ali a nascente do rio Piranhas (EBBESEN, s/d).

HIDROGRAFIA

As principais bacias hidrográficas da Paraíba estão representadas pelos rios Piranhas, Paraíba e Mamanguape. Nas bacias do litoral estão os rios Camaratuba, Miriri e Gramame. Finalmente, na Bacia da Borborema Setentrional, podemos encontrar o Rio Curimataú.

Na hidrografia da Paraíba, os rios fazem parte de dois grupos, Rios Litorâneos e Rios Sertanejos.

Grupo dos Rios Litorâneos: são rios que nascem no Planalto da Borborema e vão em busca do litoral paraibano, para desaguar no Oceano Atlântico. Entre estes tipos de rios podemos destacar: o Rio Paraíba, que nasce no alto da Serra de Jabitacá, no município de Monteiro, com uma extensão de 360 quilômetros de curso d'água, correndo com seus afluentes em direção ao mar, constituindo na maior bacia hidrográfica do estado. Também na porção oriental podemos destacar outras bacias, a do Rio Curimataú, que continua no Rio Grande do Norte, Camaratuba e Mamanguape, entre outros.

Grupo dos Rios Sertanejos: são rios que vão em direção ao norte em busca de terras baixas e desaguando no litoral do Rio Grande do Norte. O rio mais importante deste grupo é o Rio Piranhas, que nasce na Serra de Bongá, perto da divisa com o estado do Ceará. Esse rio é muito importante para Sertão da Paraíba, pois através desse rio é feita a irrigação de grandes extensões de terras no Sertão. Tem ainda outros rios, como o Rio do Peixe, Rio Piancó e o Rio Espinharas, todos afluentes do Rio Piranhas. Os rios da Paraíba estão inseridos na Bacia do Atlântico Nordeste Oriental e apenas os rios que nascem na Serra da Borborema e na Planície Litorânea são perenes. Os outros rios são temporários e correm em direção ao norte, desaguando no litoral do Rio Grande do Norte.

Mapa 3: Bacias Hidrográficas do estado da Paraíba



Fonte: <http://historiadaparaiba.blogspot.com/2010/01/hidrografia-paraibana.html>

VEGETAÇÃO

O clima, o relevo e a hidrografia determinam a vegetação que se apresenta diferenciada, em toda extensão do território paraibano.

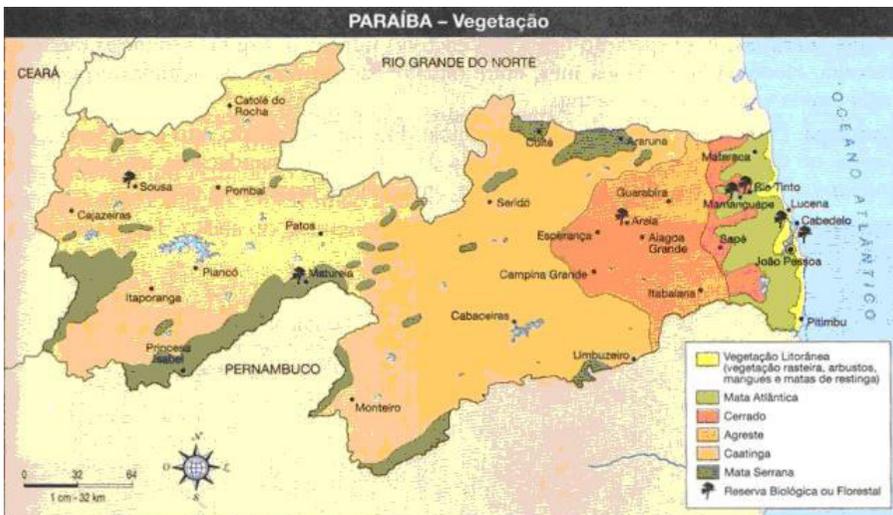
Destacam-se os seguintes tipos de vegetação:

Vegetação litorânea: Localizada bem junto ao litoral, nas partes mais próximas às praias; caracterizam-se pela presença de mangues, dunas, tabuleiros, vegetação rasteira, arbusto e matas de restinga.

No litoral paraibano, destaca-se a vegetação típica das praias: pinheiro das praias, salsa da praia, coqueirais, entre outros. Em Cabedelo, há a mata de restinga. Nela encontramos árvore de porte médio, trocos com diâmetros pequenos, copas largas e irregulares. As espécies principais são o cajueiro, maçaranduba e aroeira da praia. Na foz dos rios e até onde exista influência das marés, existem solos lamacentos, salinos e instáveis com alto teor de matéria orgânica em decomposição. Uma magnífica vegetação arbórea de mangue dá o devido destaque em algumas partes no litoral do estado. As espécies dessa formação vegetal apresentam algumas características essenciais para essa adaptação ao meio, por exemplo, raízes suportes e respiratórias.

Algumas espécies, como o mangue vermelho, mangue de botão, mangue branco e o siriúba, vivem obrigatoriamente no setor pantanoso, e outras, como a samambaia-assu e a guaxuma, ocorrem nos setores marginais de solos, com características mais estáveis, só esporadicamente alcançados pelas marés).

Mapa 4: Vegetação do Estado da Paraíba



Mata Atlântica: Corresponde à área da zona da mata, os tabuleiros e as várzeas que antes eram ocupados pela vegetação da Mata Atlântica, hoje são ocupados pela cana-de-açúcar e pelas cidades. Encontrava-se nas várzeas e tabuleiros, estando bastante alterada ou mesmo inexistente na maior parte do litoral devido à expansão da monocultura canavieira.

Nas encostas orientais e nos vales úmidos que cortam o Baixo Planalto (Tabuleiro), aparecem os solos areno-argilosos e os solos férteis de várzeas. Aí predominava a chamada Mata Atlântica, infelizmente hoje reduzida a apenas 5% de sua área primitiva do estado. Ainda existem atualmente “reliquias” desta mata, representada pela Mata do Buraquinho, Mata de Pacatuba, entre outros. Nessa vegetação, encontram-se árvores altas, copas largas, troncos com grande diâmetro, folhas perenes, muitos cipós, orquídeas e bromélias.

Já recobriu grande extensão do território paraibano; atualmente, quase toda devastada pelo homem ficando algumas reservas como Pau-Brasil, Jatobá e outros.

Cerrados: Tipo de vegetação campestre, é formado por árvores e arbustos distanciados entre si, com árvores tortuosas e tufos de capim encontrados nos tabuleiros. Localizam-se nos baixos planaltos costeiros, onde predominam a mangaba, a lixeira, o cajuí e o batiputá, entre outros.

Agreste: Na faixa de transição entre o clima tropical úmido e o clima semiárido, surge o agreste. Trata-se de uma vegetação intermediária entre a caatinga e a floresta, com espécies das duas formações.

Vegetação acaatingada com espécies de mata atlântica vegetação de transição, observa-se a presença de plantas tanto dos tabuleiros quanto dos sertões. Sua vegetação é constituída por espécies que se misturam, floresta tropical e caatinga (cactos, pequenas árvores e arbustos).

A formação do Agreste também vai ocorrer em faixas entre o brejo úmido e o Cariri semiárido, ou seja, em área de transição climática. Algumas espécies que não ocorrem ou são raras na depressão aparecem no chamado Agreste da Borborema, como umbuzeiro, catingueira, aroeira, facheiro etc.

| Mata Serrana: Vegetação das encostas úmidas das serras isoladas da região semiárida e semiúmida (Serra do Teixeira, Monte Horebe, Araruna, Santa Luzia, Cuité entre outros). São formadas por espécies de mata úmida e arbustos da caatinga.

Desenvolveram-se, nessas serras, uma formação vegetal classificada como Mata Serrana, com espécies arbóreas e arbustivas da caatinga (baraúna, angico, jurema) e algumas espécies de Mata úmida como pau-d'óleo, praíba. Ocorrem ainda a tatajuba, violeta etc.

| Caatinga: Área de domínio do clima semiárido, isto é, no Sertão, Cariri, Curimataú, Seridó, recobrando em 65% o território.

Vegetação dominante, formada por xerófilas, cactáceas, caducifólias e aciculifoliadas. Pode ser dividida em hiperxerófila – áreas mais secas (Cariri, Seridó e Curimataú) ou hipoxerófila (proximidades do Agreste e no Sertão).

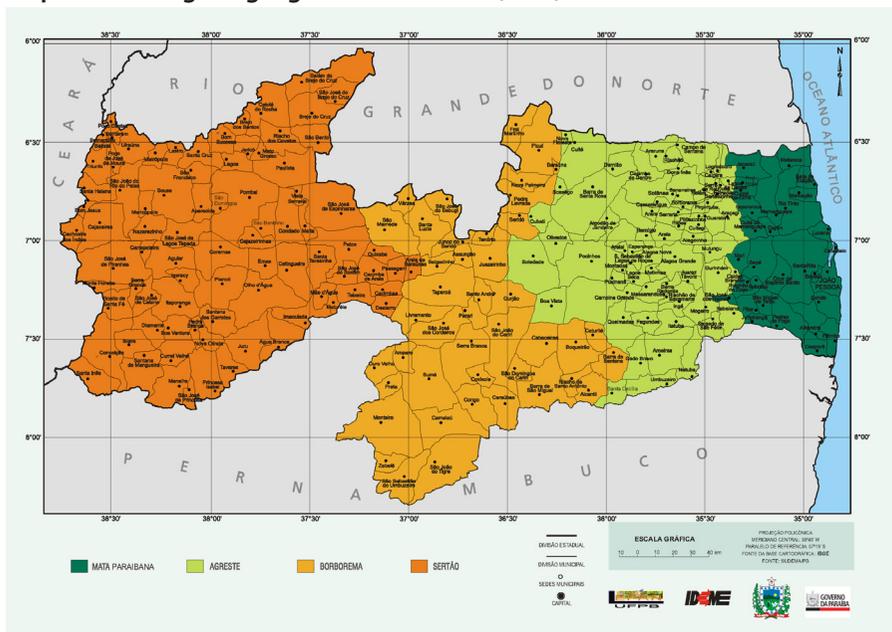
É formado por xiquexique, mandacaru, macambira, baraúnas, aroeira, angico, umbuzeiro, juazeiros e outros.

Os solos são rasos e pedregosos. A vegetação da caatinga, com muitas baraúnas, angicos e aroeiras, primitivamente arbustivo-arbórea, foi sendo degradada, ao longo do tempo, para a ocupação do solo com o algodão, milho e ainda com o pasto para a criação do gado, principal atividade econômica. A caatinga ocorre atualmente, quase como uma formação do tipo arbustiva esparsa, com predomínio de favela, marmeleiro, pereiro, jurema preta, macambira, mandacaru, xiquexique etc. somente ao longo de alguns rios aparecem oiticicas, craibeiras e carnaúbas, testemunhando antigas matas ciliares.

MESORREGIÕES

No tocante aos aspectos econômico, social e político, a Paraíba está dividida em 4 mesorregiões, assim denominadas, de acordo com a classificação estabelecida pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. Essas mesorregiões estão, por sua vez, desagregadas em 23 microrregiões geográficas abrangendo os 223 municípios do estado (Figura 5).

Mapa5: Mesorregiões geográficas da Paraíba (IBGE)



MATA PARAIBANA

Faixa de clima úmido que acompanha o litoral, o qual se estende por cerca de 133 quilômetros. Formada por 30 municípios agrupados em 4 microrregiões, é a parte mais povoada e mais urbanizada do estado, onde se situa a Região Metropolitana de João Pessoa com 1 milhão e 155 mil habitantes¹ (29% da população total) que, além da capital do estado (825 mil hab.), é composta pelos municípios de Santa Rita (138 mil hab.), Bayeux (97 mil hab.), Cabedelo (70 mil hab.) e Conde (25 mil hab.).

Na microrregião do Litoral Norte se localizam aldeias indígenas do Povo Potiguar (15 mil indígenas) nos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, em terras demarcadas parcialmente. No Litoral Sul, vive o Povo Tabajara, cujas terras ainda não foram demarcadas nos municípios de Conde, Pitimbu e Alhandra.

1. Nesta seção, os dados populacionais são oriundos das estimativas do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Na economia da Zona da Mata destacam-se a monocultura da cana-de-açúcar (principal produto agrícola da Paraíba) associada à indústria sucroalcooleira, a cultura do abacaxi (segundo maior produtor do Brasil), o chamado “turismo de praia e sol” e o parque industrial instalado na Região Metropolitana de João Pessoa.

AGRESTE

Região de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, tem clima semiárido, embora chova mais do que na Borborema e no Sertão. É formada por 66 municípios agrupados em oito microrregiões, entre as quais se destaca o município Campina Grande (420 mil hab.), segunda maior cidade do estado e do interior do Nordeste brasileiro, entreposto comercial e hub logístico, é um importante polo regional com o seu parque universitário (cerca de 30 mil alunos matriculados em cursos superiores públicos e privados).

É também no Agreste que se localiza a microrregião do Brejo Paraibano, polarizada pelo município de Guarabira (60 mil hab.), espaço sub-regional importante em virtude de sua produção agrícola, e a cidade de Itabaiana (25 mil hab.), cuja secular feira de gado simboliza a principal vocação desse espaço sub-regional, a criação de gado leiteiro e de corte.

BORBOREMA

Localiza-se no planalto da Borborema, entre o Sertão e o Agreste e é a região mais seca do estado. É formada por 44 municípios agrupados em 4 microrregiões, onde se destacam os municípios de Monteiro (33 mil hab.), no Cariri, e os municípios Cuité (20 mil hab.) no Curimataú e Picuí (19 mil hab.) no Seridó, distantes 50 quilômetros entre si. Suas principais vocações econômicas são a ovinocaprinocultura e a mineração.

SERTÃO

É formado por 83 municípios agrupados em 7 microrregiões, onde se destacam os municípios de Patos (108 mil hab.), polo sub-regional do chamado Médio Sertão, as cidades de Sousa (70 mil hab.), cujas várzeas abrigam o principal projeto de agricultura irrigada do estado e Cajazeiras (62 mil hab.) – distantes 45 quilômetros uma da outra – que são os polos sub-regionais do Alto Sertão e o município de Itaporanga (25 mil hab.), polo sub-regional do Vale do Piancó.

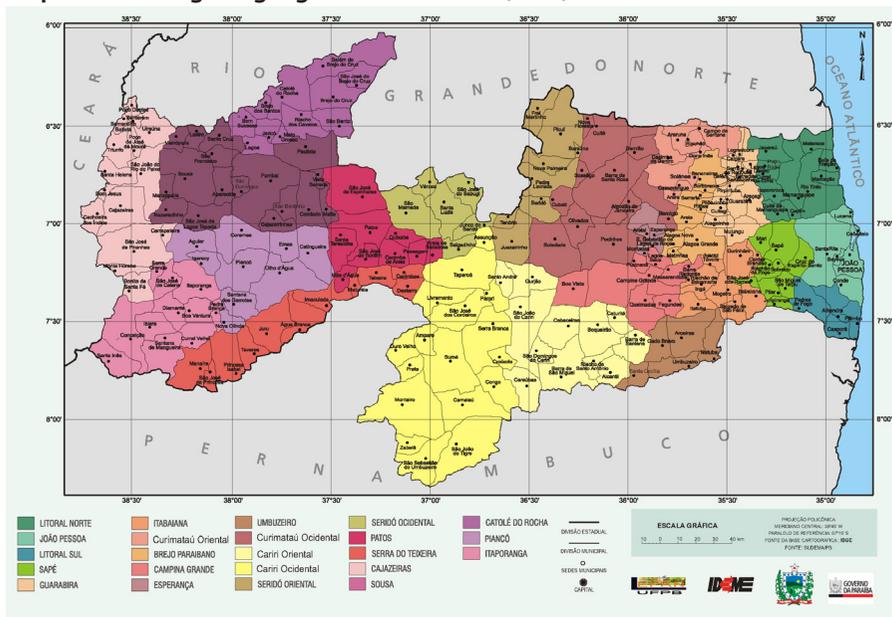
Ao contrário do que ocorre em outros estados do Nordeste, o Sertão não é a mesorregião mais seca do estado e sua principal vocação econômica é a criação extensiva de gado de corte.

MICRORREGIÕES

As quatro mesorregiões da Paraíba são divididas em 23 microrregiões, segundo o quadro vigente entre 1989 e 2017, ano em que o IBGE extinguiu as mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro, com novas divisões geográficas denominadas, respectivamente, regiões geográficas intermediárias e imediatas.

Entretanto, o quadro microrregional da Paraíba instituído pelo IBGE em 1989 ainda é tomado como referência pelos estudiosos em decorrência do acúmulo histórico de dados agregados segundo aquela divisão e, principalmente, porque a população continua se referenciando por elas.

Mapa 6: Microrregiões geográficas da Paraíba (IBGE)



Como se pode observar na Tabela 1, a Mata Paraibana é a macrorregião mais populosa do estado, pois concentra 37% da população residente. É onde se localiza Microrregião de João Pessoa, a microrregião mais populosa do estado, composta pela capital e os municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde, Lucena e Santa Rita, totalizando 27,5% do total da população paraibana.

A segunda macrorregião mais populosa é o Agreste Paraibano, com 32,2% da população residente, onde se localiza a Microrregião de Campina Grande, composta pela segunda maior cidade do interior do Nordeste brasileiro e a segunda mais populosa do estado e os municípios de Boa Vista, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã, Queimadas e Serra Redonda, que respondem por 13,3% do total da população paraibana.

O Sertão Paraibano é a terceira região mais populosa do estado com 22,9% da população residente e a Borborema a menos populosa, que responde por apenas 7,9% da população paraibana.

Tabela 1 - Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba, número de municípios e população (2010)

| Mesorregião | Nº de Municípios | Microrregiões | População (2010) | % Paraíba |
|-----------------------------|------------------|------------------------|------------------|--------------|
| SERTÃO PARAIBANO | 83 | Catolé do Rocha | 116.056 | 3,1% |
| | | Cajazeiras | 167.971 | 4,5% |
| | | Sousa | 181.850 | 4,8% |
| | | Patos | 126.683 | 3,4% |
| | | Piancó | 70.696 | 1,9% |
| | | Itaporanga | 84.034 | 2,2% |
| | | Serra do Teixeira | 115.888 | 3,1% |
| | | TOTAL SERTÃO | 863.178 | 22,9% |
| BORBOREMA | 44 | Seridó Ocidental | 39.132 | 1,0% |
| | | Seridó Oriental | 73.896 | 2,0% |
| | | Cariri Ocidental | 121.531 | 3,2% |
| | | Cariri Oriental | 63.704 | 1,7% |
| | | TOTAL BORBOREMA | 298.263 | 7,9% |

continua

| | | | | |
|------------------------------|----|----------------------|------------------|--------------|
| AGRESTE PARAIBANO | 66 | Curimataú Ocidental | 119.735 | 3,2% |
| | | Curimataú Oriental | 93.423 | 2,5% |
| | | Esperança | 53.596 | 1,4% |
| | | Brejo Paraibano | 116.488 | 3,1% |
| | | Guarabira | 164.827 | 4,4% |
| | | Campina Grande | 502.669 | 13,3% |
| | | Itabaiana | 108.561 | 2,9% |
| | | Umbuzeiro | 53.980 | 1,4% |
| | | TOTAL AGRESTE | 1.213.279 | 32,2% |
| MATA PARAIBANA | 30 | Litoral Norte | 142.023 | 3,8% |
| | | Sapé | 132.745 | 3,5% |
| | | João Pessoa | 1.034.615 | 27,5% |
| | | Litoral Sul | 82.425 | 2,2% |
| | | TOTAL MATA | 1.391.808 | 37,0% |

INFRAESTRUTURA

AEROPORTOS

A Paraíba possui 20 aeroportos, sendo 14 públicos, dois deles concedidos à iniciativa privada, e seis privados.

Aeroporto Internacional Castro Pinto

O Aeroporto Internacional de João Pessoa Presidente Castro Pinto, que compõe o Bloco Nordeste junto com outros cinco aeroportos regionais (Recife, Maceió, Aracaju, Campina Grande e Juazeiro do Norte), foi concedido à iniciativa privada em leilão realizado no dia 15 de março de 2019, pelos próximos 30 anos, conforme contrato de concessão assinado com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). A vencedora do certame foi a Aena Desarrollo Internacional que, desde o dia 24 de fevereiro de 2020, passou a ser a gestora do aeroporto, conforme previa o plano de transição operacional (PTO).

O Aeroporto Castro Pinto tem uma Área Bruta Locável (ABL) de 2.308,36 m² nos dois pavimentos, distribuídos em:

| 13 pontos de Varejo: 186,15 m²
| 19 pontos de Serviços: 89,05 m²
| 20 unidades de Alimentação: 409,86 m²
Total de pontos comerciais: 52

MOVIMENTO

O Aeroporto de João Pessoa recebeu 1.315.767 passageiros em 2019

SIGLAS IATA /ICAO

JPA/SBJP

EMPRESAS AÉREAS

Azul

Gol

Latam

SÍTIO AEROPORTUÁRIO

3,886 milhões de m²

PÁTIO DE AERONAVES - PÁTIO 1

10.962 m²

PÁTIO DE AERONAVES - PÁTIO 2

11.062 m²

PÁTIO DE AERONAVES - PÁTIO 3

12.841 m²

ESTACIONAMENTO DE AERONAVES - PÁTIO 1 (AVIAÇÃO REGULAR)

3 Posições

ESTACIONAMENTO DE AERONAVES - PÁTIO 2 (AVIAÇÃO REGULAR)

3 Posições

ESTACIONAMENTO DE AERONAVES - PÁTIO 3 (AVIAÇÃO GERAL)

5 Posições

DIMENSÕES DA PISTA - PISTA

2.515m x 45m

TERMINAL DE PASSAGEIROS

9.090 m²

PASSAGEIROS CAPACIDADE/ANO

2,3 Milhões

ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

600 vagas

Aeroporto João Suassuna

O Aeroporto de Campina Grande – Presidente João Suassuna, que compõe o Bloco Nordeste junto com outros cinco aeroportos regionais (Recife, Maceió, Aracaju, João Pessoa e Campina Grande), foi concedido à iniciativa privada em leilão realizado no dia 15 de março de 2019, pelos próximos 30 anos, conforme contrato de concessão assinado com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). A vencedora do certame foi a Aena Desarrollo Internacional, que desde o dia 16 de janeiro de 2020, passou a ser a gestora do aeroporto, conforme previa o plano de transição operacional (PTO).

Os concessionários comerciais do aeroporto faturaram em 2016:

| Varejo: R\$ 2.225,00

| Serviços: R\$ 1.335.862,67

| Alimentação: R\$ 77.239,85

Com uma Área Bruta Locável (ABL) de 196,23 m², o aeroporto oferece:

| 2 pontos para Varejo: 26,01 m²

| 8 pontos para Serviços: 137,72 m²

| 3 pontos para Alimentação: 35,26 m²

Total de pontos comerciais: 13

MOVIMENTO

O Aeroporto de Campina Grande recebeu 125.468 passageiros de janeiro a novembro de 2019.

SIGLAS IATA / ICAO

CPV / SBKG

COMPANHIAS AÉREAS

Azul

Gol

ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

203 vagas

Aeroportos Regionais

Aeroporto Regional de Cajazeiras (IATA: ***, ICAO: SJZA) - Cajazeiras

Aeroporto de Catolé do Rocha (IATA: ***, ICAO: SIBU) - Catolé do Rocha

Aeroporto de Conceição (IATA: ***, ICAO: SIBW) - Conceição

Aeroporto de Cuité (IATA: ***, ICAO: SICB) - Cuité

Aeroporto de Guarabira (IATA: ***, ICAO: ****) - Guarabira

Aeroporto de Itaporanga (IATA: ***, ICAO: SIBZ) - Itaporanga

Aeroporto de Monteiro (IATA: ***, ICAO: SIBY) - Monteiro

Aeroclube da Paraíba (IATA: ***, ICAO: SNJO) - João Pessoa

Aeroporto Regional de Patos (IATA: JPO, ICAO: SNTS) - Patos

Aeroporto de Rio Tinto (IATA: ***, ICAO: ****) - Rio Tinto - Fechado

Aeroporto de Sousa (IATA: ***, ICAO: SNQD) - Sousa

Aeroporto de Fagundes (IATA: ***, ICAO: SFGS) – Fagundes

Aeroportos Privados

Aeroclube de Campina Grande (IATA: ***, ICAO: SNKB) - São José da Mata

Aeródromo Clube Estância Ouro Verde (IATA: ***, ICAO: SNWE) - Santa Rita

Aeródromo Destilaria Tabu (IATA: ***, ICAO: SWDU) - Caaporã

Aeródromo de Pedra (IATA: ***, ICAO: SWDU) - Pedra Lavrada

Aeródromo Professora Francisca Cardoso (IATA: ***, ICAO: SWJY) - São Miguel de Taipu

Aeródromo de Tabuleiro (IATA: ***, ICAO: SJFU) - Bananeiras

PORTOS

Porto de Cabedelo

Administrado pela Companhia Docas da Paraíba, é um dos melhores suportes logísticos localizados no centro do Nordeste. Com movimentação de aproxima-

damente 2 milhões de toneladas por ano, o Porto conta com uma estrutura de mais de 60 hectares de áreas.

| 602 metros de cais.

| Calado de 9,14 m (com ampliação prevista para 13m).

| 10.000 m² de armazéns.

| Cerca de 24.000 m² de pátios com vias de fácil tráfego.

| 32 hectares de retro área a 5km do cais.

Possui acesso:

Marítimo: A barra, na entrada do estuário do rio Paraíba do Norte, tem largura de 200 m e profundidade de 9,14 m, suficiente para a entrada de grandes embarcações.

Ferrovário: O porto é servido pela Companhia Ferroviária Transnordestina, com seus 4.238 km de extensão de malha ferroviária, ligando-o aos estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, além de estados de outras regiões.

Rodoviário: Pela rodovia federal BR-230, integrada à BR-101, as quais permitem a ligação com toda a malha rodoviária federal do país.

Fluvial: Através do rio Paraíba do Norte, apresentando condições de navegabilidade para embarcações com calado máximo de 6 m. Somente trafegam pequenas embarcações a montante do porto, não influenciando no volume das cargas movimentadas.

Aéreo: Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, em João Pessoa, a 45 km.

FERROVIAS

O Sistema de Trens Urbanos da Capital Paraibana compreende uma extensão de 30km de via férrea singela, que atende aos municípios de Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita, na Região Metropolitana. Com 12 estações ferroviárias – Cabedelo, Jardim Manguinhos, Poço, Jacaré e Renascer no município de Cabedelo; Mandacaru, João Pessoa (Central), Ilha do Bispo e Alto do Mateus em João Pessoa; Bayeux, no município de Bayeux e Várzea Nova e Santa Rita, no município de Santa Rita, os trens atendem atualmente cerca de 7 mil pessoas/dia (em períodos normais) e cerca de 4 mil (em período de pandemia).

O Ramal de Cabedelo é um ramal ferroviário de ligação que une dezesseis estações ferroviárias do litoral paraibano, especialmente as estações de Paula Cavalcanti à Estação Cabedelo. A malha ferroviária nasce ao lado do cais do Porto de Cabedelo, cortando o estado de leste a oeste e de norte a sul. O potencial do modal ferroviário é estratégico para grandes negócios que estejam chegando à Paraíba. Atualmente, a concessão da operação está sob a responsabilidade da Transnordestina Logística. Encontra-se, em grande parte, desativado.

O Ramal de Bananeiras foi um ramal ferroviário de ligação que unia seis estações ferroviárias do brejo paraibano, especialmente as estações de Bananeiras à Estação de Guarabira, teve seu primeiro trecho entregue em 1910 e chegou em Bananeiras somente em 1925[1]. Seus 35 quilômetros foram entregues em 15 anos, embora o ramal deve-se avançar mais 35-40 km para atingir Picuhy, ele jamais avançou. Em 1966, o trem deixou de circular pelo ramal. Em 18 de Abril de 1970, o ramal foi oficialmente suprimido. Encontra-se desativado.

O Ramal de Campina Grande é uma ligação ferroviária entre a Linha Norte (Recife-Nova Cruz), em Itabaiana, Paraíba e o Ramal da Paraíba, em Sousa, também na Paraíba, apresentando um comprimento de 368 quilômetros. O seu primeiro trecho, entre a estação de Itabaiana e a Estação Velha de Campina Grande, foi inaugurado em 2 de outubro de 1907, tendo posteriormente chegado a Patos, após a ligação ter sido inaugurada em 19 de abril de 1944 e a Sousa, após a incorporação do trecho que incluía Pombal. Encontra-se desativado.

HIDROVIAS

Mais de 3 bilhões de reais em investimentos entre 2010 a 2017. O estado já recebe as águas da transposição do Rio São Francisco, através do eixo leste. Foram investidos 1,4 bilhões de reais em obras complementares para o recebimento destas águas. Temos 900 mil pessoas beneficiadas. Já são 44 cidades atendidas. As obras do eixo norte já serão reiniciadas. Tivemos a maior obra hídrica da história desenvolvida nesta gestão: Canal Acauã Araçagi – 1,1 bilhão de reais em investimentos.

RODOVIAS

O estado da Paraíba possui mais de 1.700 quilômetros de rodovias sob jurisdição exclusivamente federal, 5.000 quilômetros de rodovias pertencentes à malha estadual e aproximadamente 29.000 quilômetros de vias sob jurisdição municipal. Há ainda mais de 400 quilômetros de estradas planejadas a serem implantadas por todas as esferas governamentais.

Segundo levantamento divulgado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em 2019, a Paraíba possui 75,4% de estradas e rodovias classificadas como ótima, boa e regular, sendo o terceiro estado nordestino que possui o maior percentual de rodovias avaliadas como ótima e boa e o sétimo no país. A pesquisa avalia o estado geral da malha rodoviária pavimentada de todo o país, considerando pavimento, sinalização e geometria da via.

De acordo com a pesquisa, a Paraíba é terceiro estado do Nordeste com o maior percentual de rodovias avaliadas como ótima e boa (52,2%), ficando abaixo dos estados de Alagoas (86,4%) e Pernambuco (53,7%). O levantamento aponta que 13,5% das rodovias paraibanas são classificadas como ótima, 38,7% como boa e 23,2% regular. Se o mesmo critério for atribuído apenas ao quesito pavimentação, a média é ainda mais elevada, chegando a 82,8%; enquanto a sinalização alcança um índice de 82,3% na avaliação ótima, boa e regular. Pela pesquisa da CNT, apenas 24,6% das rodovias paraibanas estão em má situação, sendo classificadas como ruim ou péssima.

Rodovias Federais

Doze rodovias federais sob administração do DNIT cortam o estado da Paraíba: 101, 104, 110, 116, 230, 361, 405, 408, 412, 426, 427 e 434. São 1.707,2 quilômetros de malha federal. As principais são as seguintes:

BR 101/PB - A rodovia BR 101 tem importância nacional, interligando 10 estados no eixo Norte - Sul (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), ao longo de mais de 4.500 quilômetros. Na Paraíba, mostra-se um corredor estratégico de grandeza regional, interligando o estado aos vizinhos: Rio Grande do Norte e Pernam-

Mapa 7 - Mapa Rodoviário da Paraíba



buco, com extensão de 127,7 quilômetros. A exploração econômica do turismo na região, a partir da década de 1970, acarretou um significativo incremento de tráfego na BR-101 que, desenvolvendo-se paralelamente à linha da costa, representa um caminho natural para o fluxo turístico que demanda à região nordeste. Com implantação de trechos realizada ao longo dos anos 1950, 60 e 70, sofreu uma série de intervenções de caráter estrutural até a sua duplicação, iniciada e concluída pelo governo Lula.

BR 230/PB - A BR 230/PB, a Rodovia Transamazônica, é considerada uma das vias transversais mais longas do país e atravessa o Brasil de leste a oeste, cortando sete estados, com extensão implantada de quase 4.300 quilômetros. Na Paraíba, inicia-se em Cabedelo (Porto - km 0) e interliga os principais centros urbanos: João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras, numa extensão de 517 quilômetros. Trata-se de um corredor estratégico estadual. Com trechos implantados a partir da década de 1970 em todo o estado, a rodovia BR 230/PB foi duplicada no trecho da zona metropolitana da Grande João Pessoa durante os anos 1990. Já a duplicação do trecho que liga

a capital à Campina Grande, nos anos 2000. Atualmente, o DNIT trabalha nas obras de adequação de capacidade e segurança (implantação de terceira faixa e melhorias) do quilômetro 2 ao quilômetro 10. O empreendimento tem por objetivo o aumento da capacidade de tráfego e escoamento da produção da região portuária, proporcionando também o fortalecimento do comércio local, além dos benefícios de mobilidade.

BR 104/PB - Importante rodovia que interliga os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, percorrendo importantes cidades do interior dos primeiros (Santa Cruz, Campina Grande e Caruaru) até a capital alagoana, ao longo de pouco mais de 670 quilômetros. No estado, seus quase 200 quilômetros abrangem os municípios da microrregião do agreste paraibano, sendo responsável pelo escoamento da produção agrícola da região e do tráfego dos polos turísticos e tecnológicos de Campina Grande/PB e Caruaru/PE.

BR 110/PB - Rodovia que interliga os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, transpondo importantes cidades do interior destes estados, como Mossoró, Patos, Monteiro, Ibimirim, Paulo Afonso e Alagoinhas, ao longo de pouco mais de 1.000 quilômetros. No estado, seus quase 200 quilômetros abrangem os municípios da microrregião da Borborema, sendo responsável pelo escoamento da produção agrícola da região dos municípios envolvidos.

BR412/PB - Rodovia de ligação entre as rodovias 230 e 110, com importância significativa ao longo da mesorregião da Borborema, contribuindo com o tráfego de acesso à rodovia de importância estadual, BR-230/PB.

Rodovias Estaduais

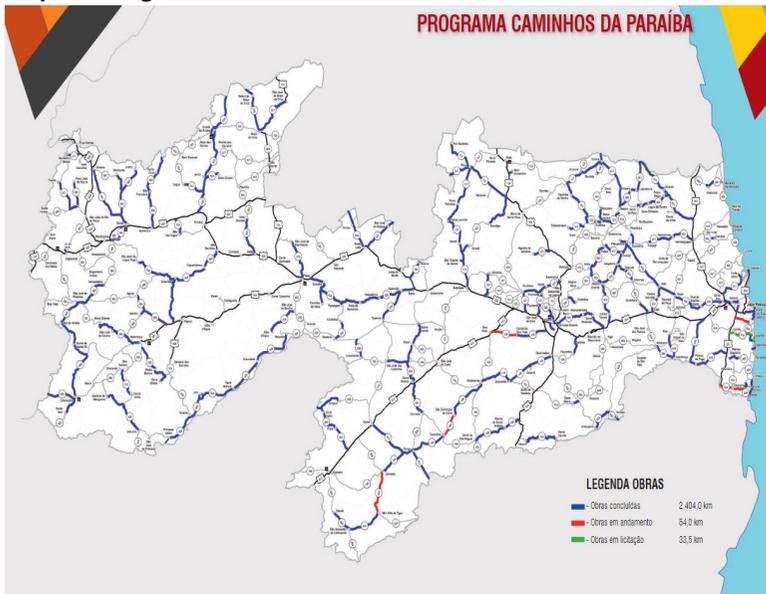
O estado da Paraíba viveu uma das maiores transformações logísticas nos últimos tempos no modal rodoviário. O Programa Caminhos da Paraíba, concebido e executado durante os governos de Ricardo Coutinho, investiu mais de 1,3 bilhão de reais na pavimentação e renovação de estradas em todo o estado, chegando à marca histórica de 2.581 quilômetros de rodovias, construídas ou recuperadas, em um ritmo que exigiu, em média, a pavimentação ou recuperação de 322,55 quilômetros por ano.

Foram 125 estradas concluídas ou recuperadas e 54 novas estradas que retiraram do isolamento asfáltico 54 cidades, cuja população somava mais de 230 mil pessoas.

Na relação das inúmeras rodovias pavimentadas pelo governo Ricardo Coutinho, destaca-se a pavimentação da maior obra rodoviária dos últimos 30 anos na Paraíba: o Anel do Cariri. Com uma extensão de 204,1 quilômetros, nos quais foram investidos cerca de 115 milhões de reais, a obra promoveu a integração de mais cinco municípios do Cariri paraibano à malha asfáltica estadual: São João do Tigre, Camalaú, Congo, Caraúbas e São Domingos do Cariri.

Outra extensa e importante rodovia pavimentada pelo governo Ricardo Coutinho foi a PB-228, denominada Rodovia da Reintegração. Com 84,3 quilômetros, a obra permitiu a interligação dos municípios de Assunção, Salgadinho, Areia de Baraúna, Passagem, Quixaba, o entroncamento com a BR-230 e o acesso a Caimba de Areia. O investimento total nesta obra que beneficiou o Médio Sertão foi de cerca de 70 milhões de reais.

Mapa 8 - Programa Caminhos da Paraíba



Fonte: Governo da Paraíba, 2017

Desde o governo de Ricardo Coutinho, todas as cidades da Paraíba estão interligadas por rodovias pavimentadas, livres de isolamento asfáltico. As obras valorizaram um patrimônio de cerca de 5.000 km de rodovias que ligam os 223 municípios.

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

DANÚBIA KELLY²

TV Cabo Branco/ TV Paraíba – Abrangência estadual

Jornal da Paraíba/ G1 Paraíba

Rádio Cabo Branco FM/ CBN João Pessoa e CBN Campina Grande

- Alinhamento com governo Estadual/ Família Ribeiro

Propriedade: em transição

TV Correio – Abrangência Estadual

Rádio Correio FM e AM/ Rádio Mix FM

Portal Correio

- Alinhamento com Nilvan Ferreira/ Bolsonaro (ideológico)

Propriedade: Roberto Cavalcante

TV Arapuan – Abrangência Parcial Estadual

TV Miramar – Local João Pessoa

Rádio Arapuan FM (JP, CG, Patos e Cajazeiras)

Portal Paraíba.com

Propriedade: João Gregório

TV Tambaú – Abrangência Estadual

Rádio Jovem Pan

Portal T5

- Alinhamento político: indeterminado

Propriedade: grupo Marquise/ Metrôpoles

2. Ex-Secretária de Comunicação do PT/PB.

TV Manaíra – Abrangência parcial estadual

Rádio Bandnews FM

Propriedade: Sistema Opinião

Rádio Pop FM - abrangência Litoral, CG e Brejo

Propriedade: Ruy Dantas

Rádio Tabajara FM – Abrangência Estadual

Jornal a União/ portal A união

Propriedade: Estado da Paraíba/ empresa pública

Portal Click PB

Propriedade: Alberto Loureiro

Mais PB

Propriedade: Heron Cid

Parlamento PB

Propriedade: Claudia Carvalho

Paraibaonline

Propriedade: José de Arimatéa Souza

WCom

Propriedade: Walter Santos

Pbagora

Propriedade: Luiz Fabio Targino de Paiva Cavalcanti

Paraibanotícia

Propriedade: Edmilson Pereira da Silva

Notícia paraíba

Propriedade: Luanja Christina Dantas de Oliveira

REFERÊNCIAS

BEZERRA, F. J. A.; BERNARDO, T. R. R.; XIMENES, L. J. F.; VALENTE JUNIOR, A. S. *Perfil socioeconômico da Paraíba*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

BEZERRA, F. J. A.; BERNARDO, T. R. R.; XIMENES, L. J. F.; VALENTE JUNIOR, A. S. *Perfil socioeconômico da Paraíba*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; SOARES, F.; LYRA, M. R.; CAVALCANTI, J. "Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros". In: MIRANDA, C. (org.). *Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).

CANIELLO, M.; VALENCIA PERAFÁN, M. "Camponeses, agroecologia e política territorial na 'diagonal seca' do semiárido paraibano: encontros, processos e desafios". In: SABOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E. S. (orgs.). *A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no Nordeste semiárido brasileiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 257-274.

Características do Aeroporto Castro Pinto. Disponível em <https://www.aenabrazil.com.br/pt/aeroportos/aeroporto-internacional-de-joao-pessoa-presidente-castro-pinto/Caracteristicas.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Características do Aeroporto Castro Pinto. Disponível em <https://www.aenabrazil.com.br/pt/aeroportos/aeroporto-de-campina-grande-presidente-joao-suasuna/Caracteristicas.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

COHEN, M.; DUQUÉ, G. *Les deux visages du Sertão: Strategies paysannes face aux sécheresses* (Nordeste, Brésil). Paris: Éditions de l'IRD, 2001.

DEL GROSSI, M.; FLORIDO, A. C. S.; RODRIGUES, L. F. P.; OLIVEIRA, M. S. "Comunicação de pesquisa: delimitado a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros". *Revista NECAT*, 8 (16), 2019: 40-45.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P.; SCHMITT, C. J.; GRISA, C.; KATO, K.; WESZ JUNIOR, V. J. "Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados". In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 21).

DNIT é responsável por doze rodovias federais na Paraíba e conta com três Unidades Locais. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-e-responsavel-por-doze-rodovias-federais-na-paraiba-e-conta-com-tres-unidades-locais>. Acesso em: 10 jun. 2022.

EBBESEN, L. *Geografia da Paraíba*. Disponível em <https://www.infoescola.com/geografia/geografia-da-paraiba/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

FJM (FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA). *Governos do PSB na Paraíba: Gestões de Ricardo Coutinho 2011-2018*. Brasília: Editora FJM, 2020 (Coleção Eduardo Campos, v. 1)

FRANCISCO, P. R. M. *Climatologia do estado da Paraíba*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2017.

FRANCISCO, P. R. M.; SANTOS, D.; LIMA, E. R. V. *Potencial pedológico das terras do estado da Paraíba para as principais culturas agrícolas*. Campina Grande: Editora da UFCG, 2017.

IBGE. *Censo agropecuário 2006*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 12 jan. 2022.

IBGE. *Censo agropecuário 2017*. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LANDAU, E. C.; GUIMARÃES, L. S.; HIRSCH, A.; GUIMARÃES, D. P.; MATRANGOLO, W. J. R.; GONÇALVES, M. T. *Concentração geográfica da Agricultura Familiar no Brasil*. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013.

O Sistema de trens da capital paraibana. CBTU, 2022. Disponível em: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/joao-pessoa#:~:text=Com%2012%20esta%C3%A7%C3%B5es%20ferrovi%C3%A1rias%20%E2%80%93%20Catedelo,atualmente%20cerca%20de%207%20mil>. Acesso em: 13 abr. 2022.

Paraíba tem 3ª melhor malha rodoviária do Nordeste, aponta pesquisa da CNT. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/paraiba-tem-3a-melhor-malha-rodoviaria-do-nordeste-aponta-pesquisa-da-cnt>. Acesso em: 10/06/2022.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o 'rural' como espaço singular e ator coletivo". In: *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEIO AMBIENTE

MARCO VIDAL¹

ÁREAS PROTEGIDAS NO ESTADO

As Unidades de Conservação são parte do território nacional, abrangendo as águas territoriais, com traços naturais de muito valor, de domínio público ou de propriedade particular, legalmente estabelecidas pelo Poder Público com finalidades e limites definidos, sob regras especiais de administração, os quais aplicam-se garantias de proteção.

Estas Unidades de Conservação são devidamente manejadas e tratadas ao seu modo, para que mantenham suas principais características, sua diversidade natural, favorecer a pesquisa científica, promover a educação ambiental, o lazer e assegurar a qualidade ambiental.

| Nome | Área (ha) | Documento de Criação | Data | Município | Bioma |
|--|-----------|----------------------|----------|-----------------------|----------------|
| Reserva Ecológica Mata do Pau-Ferro | 607,0 | Decreto 14.832 | 19/10/92 | Areia | Mata Atlântica |
| Reserva Ecológica Mata do Rio Vermelho | 1.500,0 | Decreto 14.835 | 19/10/92 | Rio Tinto | Mata Atlântica |
| Parque Pico do Jabre | 500,0 | Decreto 14.834 | 19/10/92 | Matureia e Mãe D'água | Mata Atlântica |
| Monumento Natural Vale dos Dinossauros | 40,0 | Decreto 14.833 | 19/10/92 | Souza | Caatinga |

continua

1. Biólogo, analista ambiental, especialista em conservação da biodiversidade. Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT da Paraíba (SMAD/PB), Coordenador do Grupo de Trabalho Meio Ambiente do NEPP-PB.

| | | | | | |
|---|-------|----------------|----------|-------------|----------------|
| Parque Estadual Pedra da Boca | 157,3 | Decreto 14.889 | 07/02/00 | Araruna | Caatinga |
| Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha | | Decreto 21.263 | 07/02/00 | Cabedelo | |
| Jardim Botânico Benjamim Maranhão | 329,4 | Decreto 21.264 | 07/02/00 | João Pessoa | Mata Atlântica |
| Parque Estadual da Mata do Xém-Xém | 182 | Decreto 21.262 | 07/02/00 | Bayeux | Mata Atlântica |

Após a finalização do mapeamento florestal, o estado vem selecionando áreas que podem apresentar potencialidades para a criação de novas Unidades de Conservação. Dentre elas, já em face de levantamentos de campo e estudos, temos as seguintes áreas:

1. Parque do Cabo Branco – João Pessoa
2. Mata da Usina São João – Santa Rita
3. Mata do Triunfo – João Pessoa
4. Mata Engenho Socorro – Areia, Alagoa Grande
5. Mata de Cabedelo – Cabedelo
6. Sítio Arqueológico de Pai Mateus – Boa Vista
7. Mata do Jacarapé – João Pessoa
8. Mata do Aratú – João Pessoa
9. Mata do Açude dos Reis – Santa Rita
10. Pedra do Ingá – Ingá
11. Fazenda Junco – Areia
12. Fazenda Lagoa da Cruz – Remígio
13. Mata da Jussara – Areia
14. Fazenda Craibeiras – B. de Santa Rosa
15. Fazenda Riacho da Cruz – B. de Santa Rosa
16. Mata de Monteiro – Monteiro
17. Serra do Jabitacá – Monteiro (nascente do rio Paraíba)
18. Serra dos Sucurus – Sumé
19. Serra Branca – Serra Branca
20. Serra do Caturité – Boqueirão
21. Serra Santo Antônio – Piancó

22. Mata Esc. Agrícola de Souza
23. Fazenda Pedra Cumprida – Sumé
24. Mata de Mangabeira – João Pessoa
25. Área de Proteção Ambiental Tambaba – Conde
26. Área de Proteção Ambiental das Onças – São João do Tigre
27. Reserva Ecológica Estadual de Goiamunduba – Bananeiras

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO

Lei 6.544 de 20 de outubro de 1997

Cria a Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais; dá nova redação e revoga dispositivos da Lei 6.308, de 02 julho de 1996, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Lei 6.002 de 29 de dezembro de 1994

Institui o Código Florestal do Estado da Paraíba, e dá outras providências.

Lei 4.335 de 16 de dezembro de 1981

Dispõe sobre Prevenção e Controle da Poluição Ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie.

Lei 4.033 de 30 de dezembro de 1978

Dispõe sobre a criação da Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba (SUDEMA-PB), e dá outras providências.

Decreto 19.259 de 31 de novembro de 1997

Dispõe sobre o Regulamento e a Estrutura Básica da Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais, e dá outras providências.

Decreto 15.357 de 15 de junho de 1993

Estabelece padrões de emissões de ruídos e vibrações bem como outros Condicionantes Ambientais e dá outras providências.

Decreto 15.149 de 19 de fevereiro de 1993

Cria o Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Paraíba, institui a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico e dá outras providências.

Decreto 15.102 de 11 de dezembro de 1992

Regulamenta os artigos 242, 246, 250 e 251 da Lei 3.654 de 10 fevereiro de 1971, que estabelecem normas de Controle Interno para os órgãos e entidades da Administração Indireta e Fundacional do Estado, e dá outras providências.

Decreto 14.833, 14.834, 14.835 de 19 de outubro de 1992

Declara de interesse Social para fins de desapropriação as áreas de terras que indica e dá outras providências.

Decreto 14.832 de 19 de outubro de 1992

Cria a Reserva Ecológica da “MATA DO PAU FERRO” e dá outras providências.

Decreto 14.474 de 27 de maio de 1992

Dá nova redação ao Art. 5º e ao seu Inciso I; ao Inciso I, do Artigo 6º, todos do decreto 13.798 de 26 de dezembro de 1990, adequando-o à Lei 5.583, de 19 de maio de 1992, e acrescenta novas disposições ao mesmo Decreto.

Decreto 14.169 de 14 de novembro de 1991

Altera a redação do artigo 23 do regulamento de agrotóxicos aprovado pelo decreto 13.964, de 04 de julho 1991.

Decreto 13.964 de 04 de janeiro de 1991

Aprova o Regulamento que fixa os procedimentos relativos a cadastramento, licenciamento, fiscalização do uso e sua aplicação, imposição de penalidades e recursos na distribuição e comercialização de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins no território do estado da Paraíba, e dá outras providências.

Decreto 13.798 de 26 de dezembro de 1990

Regulamenta a Lei N.º 4.335, de 18 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinadora da espécie, e dá outras providências.

Decreto 13.622 de 17 de abril de 1990

Transfere a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG-PB) e sua Secretaria Executiva para a Superintendência de Administração do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Decreto 13.529 de 21 de fevereiro de 1990

Transfere a presidência da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba para a Superintendência de Administração do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Decreto 12.965 de 16 de fevereiro de 1989

Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro (COMEG/PB), e dá outras providências.

Decreto 12.705 de 14 de outubro de 1988

Transforma a 24ª Cia. do 5º BPM, em Companhia de Polícia Florestal (Cia P Flo) e dá outras providências.

Decreto 12.552 de 12 de julho de 1988

Dá nova redação aos Artigos 3º, 5º e 7º, do decreto 12.254, de 03 de dezembro de 1987, e dá outras providências.

Decreto 12.360 de 20 de janeiro de 1988

Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica e o Regulamento da Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba – SUDEMA/PB, e dá outras providências.

Decreto 12.360 de 20 de janeiro de 1988

Dispõe sobre a Estrutura Organizacional básica e o Regulamento da Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba – SUDEMA/PB, e dá outras providências. Altera o Art. 25.

Decreto 12.254 de 03 de dezembro de 1987

Cria a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG/PB), e determina outras providências.

Decreto 12.254 de 03 de dezembro de 1987

Cria a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG/PB), e determina outras providências. Altera o Art. 4.

Decreto 9.482 de 13 de maio de 1982

Dispõe sobre o Tombamento da área destinada ao Parque Estadual do Cabo Branco.

ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS LIGADAS AO MEIO AMBIENTE

APAN: A Associação Paraibana dos Amigos da Natureza é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos (OSCIP) localizada em João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Desde 1978, a associação promove a defesa do meio ambiente paraibano e a preservação dos ecossistemas naturais do estado. Disponibiliza ao público uma biblioteca com 3 mil exemplares e encaminha denúncias sobre crimes ambientais aos órgãos públicos competentes, além de divulgar a memória de ambientalistas.

SUDEMA: A Superintendência de Administração do Meio Ambiente, mais conhecida pelo acrônimo SUDEMA, é um órgão público do estado brasileiro da Paraíba responsável pela execução da política de proteção e preservação de meio ambiente do estado. Criada em 20 de dezembro de 1978, pela Lei 4.033, é subordinada à Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia.

REA – PB: A Rede de Educação Ambiental da Paraíba é uma articulação de entidades governamentais ou não, educadores, ambientalistas e outros interessados na área da educação ambiental na Paraíba, constituída com o objetivo de unir informações, desenvolver experiências e construir estratégias de educação ambiental para promover o compromisso social frente ao desafio da preservação do meio ambiente.

OCEMA: A Organização Comunitária de Educação e Meio Ambiente desenvolve ações educativas relativas ao descarte de resíduos sólidos, motivadas pelo descarte incorreto destes nas reservas de Mata Atlântica do bairro Cidade Verde.

Guajiru: A Associação Guajir – Ciência, Educação e Meio Ambiente é uma ONG que atua, principalmente, nas praias urbanas dos municípios de João Pessoa e Cabedelo. Sua principal atividade é com o Projeto Tartarugas Urbanas (PTU), motivo pela qual a ONG foi criada. As atividades do PTU relacionam-se com a proteção e manejo dos ninhos de tartaruga marinha.

AP: A Assembleia Popular participa ativamente dos debates e ações sobre questões ambientais nacionais com implicações locais como o debate sobre o modelo energético, a luta contra os organismos transgênicos e contra a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos e o debate sobre as alterações no Código Florestal Brasileiro.

CJ – PB: O Coletivo Jovem de Meio Ambiente da Paraíba e tem o objetivo de fomentar grupos de jovens que discutam e atuem em torno da construção de políticas voltadas para o meio ambiente e para juventude. **APAAB:** A Associação de Proteção Animal Amigo Bicho tem o objetivo de sensibilizar a população pessoense sobre o cuidado com animais domésticos principalmente em relação a “guarda responsável, maus tratos e a esterilização para controle populacional”.

Nós podemos: O movimento “Nós podemos” Paraíba objetiva desenvolver o respeito e a sensibilização da população para mudanças de comportamentos em relação ao meio ambiente. Assim, organizam palestras, *workshops*, concursos e atividades em parceria com empresas associadas.

Movimento SOS Rio Cuiá: Criado por iniciativa de um grupo de moradores da comunidade Santa Bárbara que tinham como principal atividade econômica a pesca no rio. Com a pesca prejudicada pelo aumento da poluição do rio, o grupo se mobilizou para trabalhar a sensibilização ambiental e evitar a deposição de lixo doméstico no Cuiá.

SITUAÇÃO DO SANEAMENTO NO ESTADO, ÁGUA, ESGOTO E RESÍDUOS

A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, mais conhecida por CAGEPA, opera no segmento de saneamento básico na Paraíba e é responsável pela distribuição de água, coleta e tratamento de esgotamento sanitário em 83% dos municípios da Paraíba. Sendo uma empresa de economia mista, o seu patrimônio social é dividido entre o governo do estado da Paraíba (99,9 %), Prefeitura Municipal de Campina Grande, SUDENE e DNOCS. O atendimento aos municípios paraibanos é realizado pelas Unidades de Negócio que estão distribuídas por região em todo o território da Paraíba

Em 2021, O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o governo do estado da Paraíba entraram numa parceria para a realização de estudos voltados à estruturação de um projeto que possibilitará a ampliação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário em 93 municípios da Paraíba. O objetivo era que o projeto aumente em 22% a cobertura de fornecimento de água e em 54% a de esgoto. Isso possibilitaria que a água tratada chegasse a 2,26 milhões de pessoas e o esgotamento, a 2,06 milhões.

Segundo o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS, 2019), 25% da população da Paraíba não tem acesso à água tratada e 65%, à coleta de esgoto.

O governo da Paraíba incluiu no projeto inicialmente 93 municípios dos 223 do estado, ocasionando um benefício a uma população de 2,2 milhões de pessoas. Eles foram divididos em dois blocos. O primeiro abrange a microrregião Alto Piranhas, no sertão: composto por 38 municípios, com 444.278 habitantes. O segundo bloco integra a microrregião Litoral, no entorno de João Pessoa: composto por 55 municípios, com 1.844.817 habitantes.

O MUNDO RURAL

MÁRCIO CANIELLO¹

PARAÍBA: UM ESTADO RURAL

O último censo demográfico realizado no país (IBGE, 2010) apurou que 24,6% da população paraibana (927.850 pessoas) é domiciliada na zona rural, mas essa estatística é sabidamente subestimada, como aliás ocorre em todo o país (DELGADO *et al.*, 2013). De fato, 40% da população paraibana está concentrada em apenas seis municípios, quatro deles situados na região metropolitana da capital (João Pessoa, Bayeux, Cabedelo e Santa Rita), com 1 milhão de habitantes, bem como em Campina Grande (385 mil) e Patos (100 mil), mas 90 municípios paraibanos (40%) apresentaram populações rurais superiores às populações urbanas e 191 (85%) têm densidades demográficas menores do que 150 hab./km², sendo que 120 (54%) com taxas abaixo de 50 hab./km² (IBGE, 2010).

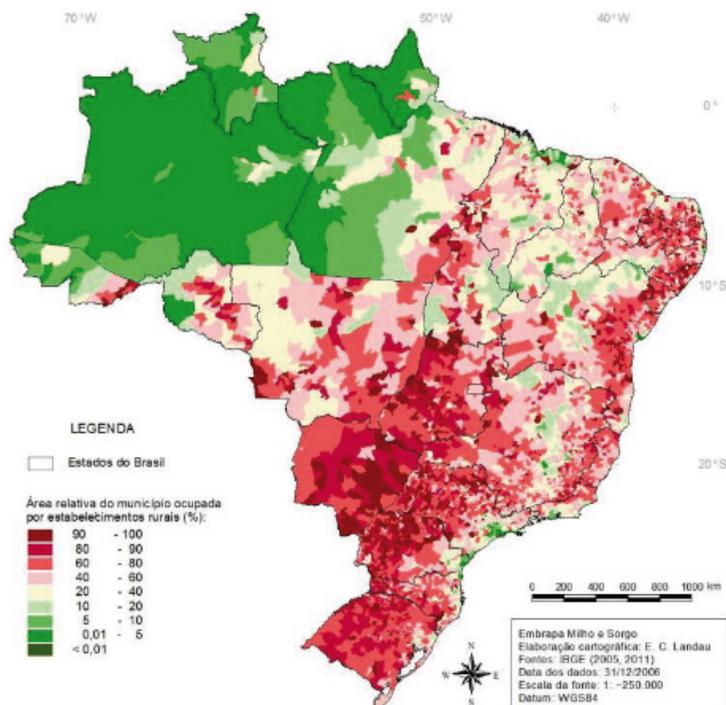
Esses indicadores – prevalência de baixas densidades demográficas e longas distâncias separando os pequenos municípios de cidades com mais de 100 mil habitantes (no total apenas seis, sendo quatro na região metropolitana da capital) – evidenciam a natureza rural do estado da Paraíba, conforme as tipologias da CEPAL, OCDE e Banco Mundial (DELGADO *et al.*, 2013). Pode-se argumentar que a participação de apenas 3,6% da agropecuária no PIB estadual (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 34) invalidaria tal caracterização, mas a Paraíba – especialmente sua ampla porção semiárida – pode ser caracterizada como “um campo economicamente

1. Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), desde 1987. Foi presidente municipal do PT de Campina Grande, candidato a deputado estadual em 2018, e a deputado federal em 2022. Atualmente é secretário-geral do PT da Paraíba e coordenador do Nepp-PB.

esvaziado, mas socialmente vivo [pois] o bioma Caatinga configura-se como o maior polo contínuo de ruralidades no país, mas com baixa participação do valor agregado pelas atividades agropecuárias no valor agregado total, no qual dominam os serviços” (BITOUN *et al.*, 2017, p. 210-11). De mais a mais, a Paraíba apresenta uma cultura fortemente marcada pela ruralidade enquanto “categoria histórica” (WANDERLEY, 2009, p. 204), o que lhe confere um *ethos* marcadamente rural, que tem o seu epítome nos festejos de São João, o maior evento turístico do estado.

De fato, como se pode verificar no mapa abaixo, o “grau de ruralização” (relação entre a área ocupada por estabelecimentos rurais e a área total de cada município) da Paraíba é bastante significativa, colocando-se entre uma das maiores do Brasil e a maior no Nordeste, em termos proporcionais (LANDAU *et al.*, 2013, p. 35).

Mapa1: Área rural por município do Brasil
Área relativa ocupada por estabelecimentos rurais



Fonte: Landau *et al.*, 2013

PRESEÇA CAMPONESA

Nesse panorama, ressalta a presença camponesa, pois 125.489 estabelecimentos agropecuários paraibanos, 77% do total, foram classificados como pertencentes à “agricultura familiar” no último Censo agropecuário (IBGE, 2017), cuja metodologia excluiu da classificação milhares de estabelecimentos que ampliaram sua “pluriatividade” no interstício entre este e o Censo anterior, realizado em 2006 (DEL GROSSI *et al.*, 2019, p. 44), o qual havia contabilizado 148.077 estabelecimentos da agricultura familiar na Paraíba – 88,5% do total (IBGE, 2006). Considerando que a articulação das atividades agrícolas com ocupações não agrícolas pelos membros da unidade produtiva familiar faz parte de sua “estratégia de reprodução” (SCHNEIDER, 2009) e reforçam a “resistência camponesa” no mundo contemporâneo (PLOEG, 2008, p. 49), pensamos que o Censo Agropecuário de 2006 registra com mais precisão a presença camponesa na Paraíba.

Seja como for, o campesinato é o ator mais importante do meio rural paraibano não apenas em função de sua magnitude, mas sobretudo em virtude de sua organização, longevidade e resiliência pois “as primeiras manifestações da agricultura familiar na Paraíba datam do começo da efetiva ocupação do território pelos portugueses a partir de 1585” (TARGINO; MOREIRA, 2020, p. 134). Entretanto, a “campesinização” (PLOEG, 2008) do espaço agrário paraibano começou no limiar do século XVIII, tendência observada no “Nordeste oriental” como um todo (PALACIOS, 1987, p. 327).

Como bem sintetizam Targino e Moreira (2020, p. 134-135), a história agrária da Paraíba envolveu sete processos:

1. Ocupação de terras marginais da *plantation* canavieira;
2. Cultivo de roças no interior das grandes propriedades por trabalhadores livres e escravos;
3. Produção de subsistência no interior das missões indígenas;
4. Exploração da agricultura familiar no interior dos quilombos;
5. Utilização dos brejos de altitude para produção de lavouras de subsistência;
6. Transformação de escravos em posseiros ou moradores;
7. Criação de unidades produtivas familiares pela política agrária.

Em pouco mais de 400 anos de história camponesa, o estado da Paraíba experimentou vários processos de “descampesinização” (PLOEG, 2008) de seus espaços agrários, sempre movidos, com maior ou menor violência, pelos interesses econômicos das elites mandatárias e dos grandes proprietários rurais, mas também vivenciou diversos processos de “recampesinização”, fruto de transições produtivas conquistadas e mantidas pela resiliência de camponeses e camponesas.

Não pode haver dúvida que os governos Lula e Dilma contribuíram imensamente para o desenvolvimento do campesinato paraibano por meio de políticas públicas para a chamada Agricultura Familiar como se pode verificar no capítulo deste Relatório ligado ao tema.

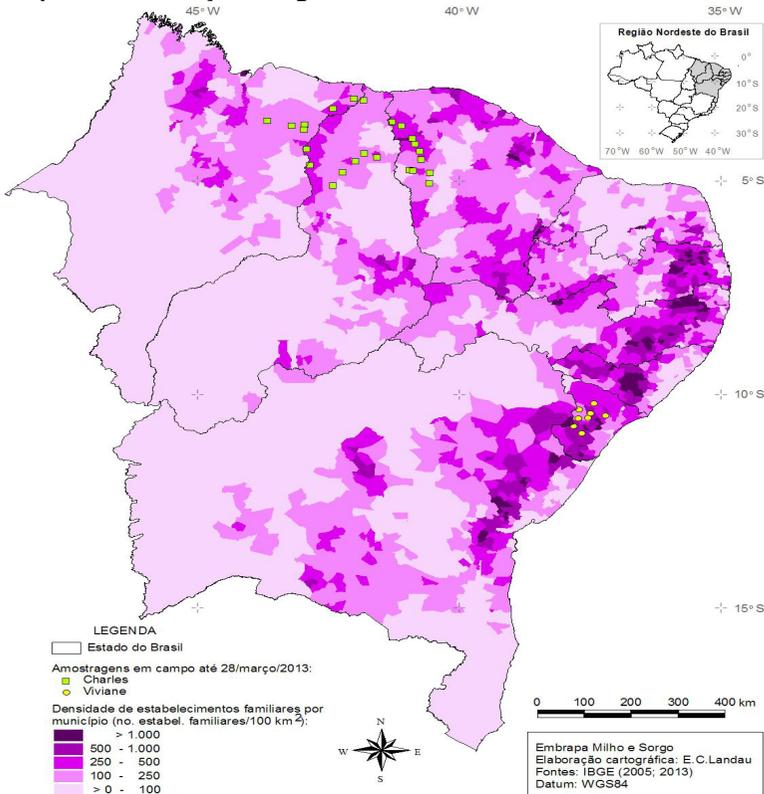
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Em estudo utilizando dados do Censo Agropecuário de 2006, Landau *et al.* (2013) apuraram que a densidade de estabelecimentos familiares² na Paraíba é bastante alta, pois das 20 microrregiões mais densas do Brasil, todas do Nordeste, seis são paraibanas, cinco delas no Agreste (Campina Grande, Esperança, Curimataú Oriental, Brejo paraibano e Guarabira) e uma na Zona da Mata (Sapé).

Na Zona da Mata, que apresenta os melhores solos e o regime pluviométrico mais favorável da Paraíba e, por isso mesmo, onde até hoje dominam os grandes plantadores de cana-de-açúcar – principal produto agrícola do estado (BEZERRA *et al.*, 2015, p. 37) e responsável por cerca de 35% do valor total da produção agropecuária paraibana em 2016, incluindo-se a agroindústria – a pequena propriedade camponesa tem o seu lugar, destacando-se como a maior produtora de abacaxi e mandioca (IBGE, 2016, p. 21), as lavouras temporárias mais rentáveis do estado depois da cana-de-açúcar, também majoritariamente cultivadas nesse espaço agrário, entre outras culturas alimentares.

2. Número de estabelecimentos familiares/100 km².

Mapa2: Concentração da Agricultura Familiar na Paraíba (2006)



Fonte: Landau et al., 2013

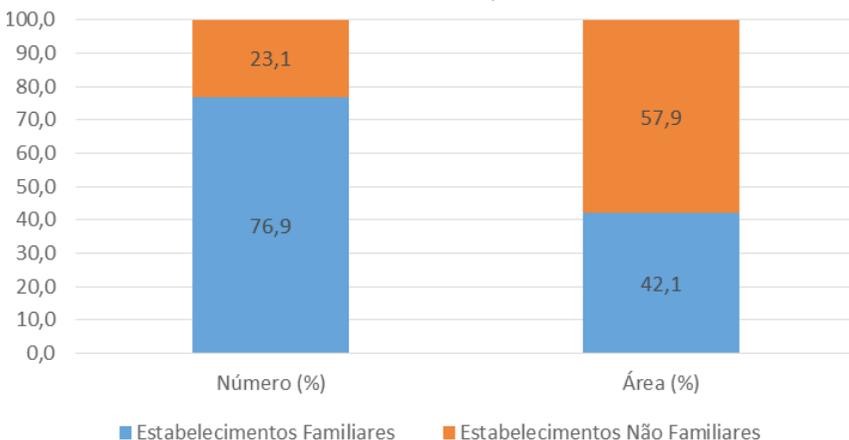
Por outro lado, nas mesorregiões do Agreste, Borborema e Sertão – onde a cotonicultura prosperou a partir do final do século XVIII e por todo o século XIX – estabeleceu-se “o tripé da produção semiárida, gado-algodão-culturas alimentares” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 79), processo que favoreceu a consolidação da pequena propriedade camponesa surgida no entorno das grandes fazendas de gado em virtude da “expansão dos sistemas de parceria e arrendamento, formas de trabalho características da região” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 78) e que levaria ao seu predomínio atual nesses espaços agrários, mesmo após a crise que se abateu sobre a cultura do algodão nas décadas de 1980 e 1990 e a consequente expulsão de muitos camponeses com o fim do “sistema de morada” (WANDERLEY, 2014, p. 27).

A resiliência camponesa no semiárido paraibano após a crise da cotonicultura deveu-se, fundamentalmente, à reconfiguração organizativa desse campesinato no início dos anos 1980 sob os influxos do “novo sindicalismo”, aos aliados que ele foi capaz de angariar a partir de então, aos processos de conversão produtiva construídos nos quadros dessa relação – notadamente a “transição agroecológica” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000) – e às políticas públicas que potencializaram e deram sustentabilidade ao seu “empoderamento” econômico, social e político, cujos principais marcos são a universalização da aposentadoria rural no início dos anos 1990, a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e o conjunto de políticas e programas implementado pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), quando o campesinato e suas organizações conquistaram um real protagonismo na pauta do Orçamento Geral da União e no diálogo com o governo federal e entes federados por meio do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), instituído em 2004 e extinto em 2016 pelo governo de Michel Temer (CANIELLO; VALENCIA, 2021).

UM GRANDE PROBLEMA: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E MINIFUNDIARIZAÇÃO

Como ressaltam Targino e Moreira (2020, p. 136), “quanto à área dos estabelecimentos, observa-se que os estabelecimentos familiares detêm uma participação bem inferior à do número dos estabelecimentos, denotando o perfil da concentração fundiária”. De fato, enquanto 76,9% dos estabelecimentos rurais do estado são da Agricultura Familiar, estes detêm apenas 42,1% da área, ao passo que os 23,1% dos estabelecimentos não familiares concentram 57,9% da área total, conforme se pode verificar no gráfico a seguir.

Contudo, na Paraíba os estabelecimentos da Agricultura Familiar apresentam um percentual da área bem superior, seja em relação à média nacional (23%) seja no que tange à média regional (36,6%). Apesar disso, é na Paraíba que se encontra a menor área média dos estabelecimentos familiares – 11,5 ha, contra 14,1 no Nordeste e 20,8 no Brasil (TARGINO; MOREIRA, 2020, p. 136). Portanto, a con-

Gráfico 1: Estabelecimentos rurais da Paraíba, 2017

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Agropecuário 2017.

centração fundiária, expressa por um coeficiente de Gini de 0,755³, e a minifundiarização caracterizam o meio rural paraibano, o que limita enormemente o potencial econômico do campesinato do estado e as suas condições de vida.

Sem embargo, havemos de concordar com Targino e Moreira (2020, p. 137) que “a importância da agricultura familiar na Paraíba se faz presente tanto em termos de geração de receitas quanto de emprego no setor primário estadual. Em relação ao emprego, 73,4% das 424.116 pessoas ocupadas na agropecuária paraibana estavam absorvidas nos estabelecimentos familiares em 2017. Essas unidades produtivas respondiam por 44,5% das receitas dos estabelecimentos agropecuários estaduais (IBGE/SIDRA, 2019)”.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO CAMPESINATO PARAIBANO E O SEU ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA

No final dos anos 1950, após séculos de exclusão socioeconômica e submissão política forçada pelas oligarquias dominantes, o campesinato paraibano come-

3. Cf. http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

ça a se organizar politicamente nas Ligas Camponesas que logo seriam esmagadas pela ditadura militar e seus acólitos (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 27). Mas, com o processo de “abertura política” iniciado em meados dos anos 1970, camponeses e camponesas da Paraíba passam a protagonizar processos de organização social, política e produtiva por meio da articulação de movimentos sociais, sindicatos rurais, coletivos, associações e cooperativas de produtores familiares, tendo como aliados parceiros institucionais como ONGs, a sociedade civil organizada, organismos de cooperação internacional e as universidades públicas espalhadas pelo estado.

Na virada dos anos 1970/1980, o movimento sindical brasileiro começava a retomar o seu protagonismo num contexto adverso de casuísmo jurídico, repressão violenta e cooptação de lideranças colaboracionistas – os chamados “pelegos” – pela ditadura militar implantada no país em 1964. O Brasil passava pela “abertura política lenta, gradual e segura” do general-presidente Geisel e a classe trabalhadora, justificadamente impaciente com a crescente deterioração de suas condições de vida e com o autoritarismo ainda reinante, pressionava o regime de exceção e o patronato que com ele se beneficiava. Surgia ali o chamado “novo sindicalismo” (LADOSKY; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014), que teria o seu ponto de inflexão nas massivas greves dos metalúrgicos do ABC paulista lideradas por Luís Inácio Lula da Silva.

O movimento pela renovação sindical que ocorria nas cidades se refletia no campo (FAVARETO, 2006), inclusive na Paraíba (BERTOLAZZI, 1989), onde ele se expressaria em três vertentes principais: na área canavieira do Brejo, no “Agreste de Campina Grande” – onde havia um grande contingente de trabalhadores rurais submetidos ao jugo dos senhores de engenho e usineiros, cuja crise produzia uma crescente onda de desempregados – e no Cariri paraibano, onde predominavam posseiros, moradores, arrendatários e, em menor escala, pequenos produtores sob a órbita da grande propriedade do complexo gado-algodão-policultura. Nesses espaços agrários imperavam as oligarquias proprietárias, empoderadas pela ditadura militar e pelo aparato repressivo do Estado.

No Brejo e no Agreste, a principal aliada dos trabalhadores rurais na construção do “novo sindicalismo” na década de 1980 foi a Igreja Católica – então dirigida

por D. José Maria Pires, um bispo progressista vinculado à Teologia da Libertação – por meio das Comissões Eclesiais de Base (CEBs) nucleadas pelas dioceses de João Pessoa, Guarabira e Campina Grande (BERTOLAZZI, 1989, p. 63), cidades que polarizavam as principais áreas de conflitos agrários e de atuação do sindicalismo rural no estado, com 64 STRs implantados (BERTOLAZZI, 1989, p. 132).

Nesses espaços, os camponeses conquistariam aliados muito importantes: professores de extração marxista da UFPB de João Pessoa e Campina Grande (atualmente UFCG), muitos deles voltando do exílio e outros tantos saindo do ostracismo forçado pelo regime de exceção, que, paralelamente às suas atividades regulares de ensino e pesquisa, se engajariam num intenso trabalho de assessoria sindical, capacitação e formação de lideranças camponesas e de quadros de apoio aos movimentos sociais do campo (NOVAES, 2003, p. 133) num “momento acentuado de lutas e mobilizações” (BASTOS, 2010, p. 40).

Esse contexto de íntima interação entre os camponeses, suas organizações e a universidade teria dois outros elementos fundamentais: primeiro, a cooperação franco-brasileira – inaugurada em 1979 por meio de um convênio firmado nos quadros do Acordo CAPES/COFECUB entre a UFPB (Cursos de Mestrado em Economia e Sociologia Rural de Campina Grande) e a Universidade Paris X (Nanterre) e, em segundo lugar, a emergência de várias Organizações Não Governamentais (ONGs) que começavam a atuar junto aos camponeses e suas organizações, como o Serviço de Educação Popular (SEDUP) – ONG criada em 1981 por militantes das CEBs de Guarabira, o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAc) – ONG criada em 1971 por religiosos da Congregação Redentorista sediados em Campina Grande e o CENTRAC, fundado em 1987 e que tinha como foco a assessoria às chapas de oposição sindical e direções dos sindicatos “renovados” (BASTOS, 2010, p. 73).

Esse processo interativo contribuiu decisivamente para a “renovação sindical” em duas áreas estratégicas para o “novo sindicalismo rural” articulado pela CUT/PB desde sua fundação em 1984: o Brejo paraibano e o então denominado “Agreste de Campina Grande”, onde havia um total de 39 STRs instalados, 31 dos quais “renovados” – ou, no mínimo, “sacudidos” – pela ação das “oposições sindicais” cutistas no final da década de 1980 (BERTOLAZZI, 1989, p. 127-132).

No Cariri, a dinâmica da renovação sindical foi diferente. Lá, a interação com a Igreja católica foi mais pontual e menos institucional, pois deu-se através do apoio de alguns padres “progressistas” e não das CEBs. Com efeito, no Cariri o processo foi desencadeado “por dentro” da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Paraíba (FETAG/PB), a partir do STR de São Sebastião do Umbuzeiro, um dos três primeiros a serem criados na região (BERTOLAZZI, 1989, p. 246) que, ao contrário dos outros dois ali então estabelecidos, já nasceu “autêntico”, pois foi fundado em 1974 por Luiz Silva, “trabalhador alugado de sandália nos pés” (BATISTA, 1997, p. 41).

Em virtude de sua combatividade à frente do sindicato e postura crítica nos eventos da FETAG, em 1980 Luiz Silva foi convidado – juntamente com Margari-da Maria Alves e outras (poucas) lideranças proeminentes do sindicalismo rural paraibano da época (FERREIRA, 2010, p. 86) – a participarem em Olinda (PE) da fundação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), ONG idealizada pelo legendário líder camponês Manoel da Conceição quando ele voltou do exílio, a qual, em suas palavras, “ajudou a construir a CUT” (FGV, 2006, p. 14). O CENTRU era uma organização nacional e tinha uma sucursal na Paraíba constituída por sindicalistas e que contava com a assessoria de professores da UFPB de João Pessoa (BATISTA, 1997, p. 137; FERREIRA, 2010, p. 18), sendo um aliado importante das lideranças sindicais “autênticas” na construção da CUT/PB (BATISTA, 1997, p. 147) e das “oposições sindicais” que renovaram os STRs na década de 1980, notadamente no Cariri, onde coordenou a criação de um Polo Sindical, centralizado em São Sebastião do Umbuzeiro (BATISTA, 1997, p. 150). Para se ter uma ideia da importância do movimento sindical rural do Cariri paraibano na época, Luiz Silva compõe a primeira diretoria nacional da CUT como um dos representantes da Paraíba (BATISTA, 1997, p. 145) e, em 1984, é eleito como vice-presidente para a Região Nordeste da central sindical (BATISTA, 1997, p. 146).

Assim, nas décadas de 1980/1990, a Paraíba contava com lideranças “autênticas” na direção de sindicatos “renovados” interagindo democraticamente com as suas bases crescentemente participativas nas diversas pautas de reflexão e luta que os movimentavam (BASTOS, 2010, p. 40), os quais – lideranças, sindicatos e bases – contavam com a assessoria de ONGs e da universidade, não raro apoiadas pela cooperação internacional.

Foi nesse contexto que a centenária ideologia do “combate às secas” que orientara as políticas públicas para o semiárido nordestino desde a fundação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909 – posteriormente rebatizado de IFOCS (1919) e DNOCS (1945) – começava a ruir diante de uma nova concepção, “a convivência com a seca”, originalmente proposta num documento produzido pela EMBRAPA e a EMBRAER em 1982 (SILVA, 2008, p. 71). Os limites deste artigo não nos permitem aprofundar como essa ideia se disseminou no meio acadêmico e na sociedade civil organizada, mas o fato é que, em 1993, quando mais uma seca fustigava a região, “centenas de trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a sede da SUDENE em Recife exigindo providências eficazes para amenizar a situação da população” (DUQUÉ, 2008, p. 135-136), ato público que engendrou a criação do Fórum Nordeste, formado por mais de 300 entidades, cujo manifesto, pautado pela ideia do “desenvolvimento sustentável” (DUQUÉ, 2008, p. 135-136) defendia que “a convivência do homem com a semiaridez pode ser assegurada [com] medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas e gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública” (*apud* DINIZ, 2002, p. 44). Pode-se afirmar, seguramente, que este é o grande marco da inflexão ideológica, estratégica e tática da sociedade civil organizada do Semiárido brasileiro em direção a um processo de transformação econômica, social, ecológica e cultural vinculado à “transição para a agroecologia” (NIEDERLE *et al.*, 2019).

A mobilização desencadeada em Recife teria seguimento imediato na Paraíba, onde foi “puxada” pela CUT/PB, os STRs a ela associados e mais quatro ONGs (DINIZ, 2002, p. 51), duas delas localizadas no Sertão e outras duas sediadas em Campina Grande, então constituídas por alunos, ex-alunos, professores e outras pessoas que gravitavam na órbita da UFPB/Campus II: os já citados CENTRAC e PATAC. A principal repercussão do Fórum Nordeste na Paraíba foi a criação da Articulação do Semiárido (ASA) em evento realizado em Campina Grande em junho de 1993 (DINIZ, 2002, p. 51), rede que se estenderia a todos os estados do Nordeste e norte de Minas Gerais e que atualmente “envolve mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, Oscip etc.” (ASA, 2021). Naquele mesmo ano, a AS-PTA (Assessoria e Serviços em Projetos de Agricultura

Alternativa), ONG de abrangência nacional, se instala no Território da Borborema, “introduzindo, de forma mais sistemática e organizada, o debate agroecológico no agreste da Paraíba” (DELGADO, 2009, p. 44).

De fato, “a tentativa de se construir um outro modelo de desenvolvimento [...] para a região do agreste paraibano teve início através da articulação de dois movimentos: o de renovação sindical e o movimento agroecológico” ((DELGADO, 2009, p. 44), o que se efetivaria por meio da criação do Polo Sindical da Borborema, articulada pela AS-PTA (PIRAUX *et al.*, 2012, p. 7), CENTRU e CENTRAC (BASTOS, 2010, p. 59), “com a participação da assessoria sindical promovida pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFPB” (BASTOS, 2010, p. 73). Resultado de “uma série de acontecimentos mobilizadores” iniciada em 1996 (BASTOS, 2010, p. 66), aquele “polo de renovação sindical” – como na época ficaram conhecidas as formações de STRs “renovados” em determinadas regiões, como no Cariri paraibano (BATISTA, 1997, p. 150) – seria fundado em 1998 e posteriormente rebatizado como Polo Sindical e das Associações da Agricultura Familiar da Borborema (POAB), resultado da “opção” do sindicalismo rural pela Agricultura Familiar (BATISTA, 1997, p. 52ss), o que refletia o processo de reconfiguração identitária do campesinato brasileiro desencadeada com a instituição do PRONAF (CANIELLO *et al.*, 2013, p. 86).

Seja como for, o Território da Borborema caracterizava-se por “um capital social relativamente consolidado” (CANIELLO *et al.*, 2012, p. 17) e se constituiria como o ponto irradiador da “transição agroecológica” no meio rural paraibano a partir da construção, em 1998, de um “dispositivo de parceria” que envolvia “grupos de agricultores-experimentadores” (SABOURIN *et al.*, p. 19) mobilizados pelo Polo Sindical, a AS-PTA, professores da UFPB dos Campi de Areia e Campina Grande (posteriormente UFCEG) e pesquisadores do CIRAD (SABOURIN *et al.*, p. 18). Podemos dizer que essa foi a origem do “encontro” dos camponeses do semiárido paraibano com a Agroecologia, posteriormente difundida em outras regiões do estado pela ASA (PIRAUX *et al.*, 2012, p. 8) por meio de ações como a construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva (DUQUÉ, 2008, p. 138), o fomento à constituição de “fundos rotativos solidários” (GONÇALVES, 2010), a diversificação das espécies vegetais e animais na produção familiar (DUQUÉ, 2008,

p. 138), o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a produção e armazenagem de suporte forrageiro, a implantação de cultivos orgânicos e feiras de produtores familiares, a criação de bancos comunitários de sementes crioulas, o uso de fontes de energia alternativas entre muitas outras. Essas ações estão no escopo de uma “Carta de Princípios” aprovada no Iº Encontro Nacional da Articulação do Semiárido Brasileiro (ECONASA), realizada em fevereiro de 2000, a qual assenta que a missão da ASA “se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares” (ASA, 2000).

No Território do Cariri, onde a ASA praticamente não atuava início dos anos 2000, o “encontro” do campesinato com a agroecologia seria promovido pelo Projeto Universidade Camponesa (UNICAMPO) (LEAL *et al.*, 2004, p. 211; TONNEAU, 2004), implementado entre 2003 e 2010 através de uma interação construtivista entre professores da UFCG e pesquisadores do CIRAD com lideranças do já citado processo de “renovação sindical” na região, movimentos sociais (como o MST), ONGs, governos locais e jovens camponeses, inicialmente contando com o apoio do MDA através do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) (COUDEL *et al.*, 2009). Esse projeto teria repercussões importantes na construção e dinâmica do Fórum Territorial do Cariri homologado em 2003 pelo MDA em virtude da atuação da Associação de Alunos da UNICAMPO (AAUC), ONG de assistência técnica criada pelos egressos do projeto (COUDEL *et al.*, 2011, p. 84ss), que praticaria “um engajamento coletivo perene dos atores nos dispositivos de governança territorial” (COUDEL *et al.*, 2017, p. 162, tradução nossa). O Fórum, por seu turno, seria decisivo para a criação, em 2009, do Campus da UFCG de Sumé, o qual sedia o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), que tem “como referência o paradigma agroecológico”, segundo o seu Projeto Acadêmico (UFCG, 2008, p. 49).

No limiar do século XXI, essa dinâmica interativa resultaria na consolidação do paradigma da “convivência com a seca” e da agroecologia como estratégias de sobrevivência e reprodução da população camponesa paraibana, notadamente em sua extensa porção semiárida. Isso se dá por meio do desenvolvimento de tecnologias apropriadas e de convivência com a seca, inovações criativas na

produção e armazenamento de forragem para as pequenas criações, diversificação de espécies vegetais e animais na produção familiar, a disseminação de bancos de sementes crioulas, a multiplicação de cultivos orgânicos e feiras de pequenos produtores, entre outras práticas e iniciativas.

Em virtude desse acúmulo organizativo na chamada “agricultura familiar”, a Paraíba foi um dos estados-chave no processo de concepção, construção e execução da estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil, uma “inovação institucional” destinada a promover a melhoria de vida das populações camponesas e contribuir para a soberania alimentar da população brasileira, política pública implementada em larga escala pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

A política territorial deixou um bom legado nos Territórios paraibanos: uma identidade territorial, social e organizacional reforçada pela criação de bens comuns, confiança e laços entre os atores e suas organizações; os impactos positivos dos projetos de investimento bem-sucedidos e a aprendizagem que os malogrados suscitou; a conquista de um Campus da UFCG no Cariri voltado ao desenvolvimento sustentável do semiárido; a construção de um Centro de Formação do MST na Borborema, onde bem perto funciona o Curso de Bacharelado em Agroecologia da UEPB; um Banco Mãe de Sementes da Paixão articulando as centenas de bancos comunitários de sementes crioulas que preservam os gérmenes da sobrevivência do campesinato paraibano; os milhares de silos-trincheira cheinhos de forragem para as pequenas criações, que são a “poupança” das famílias camponesas; a disseminação e o fortalecimentos das feiras da agricultura familiar em várias cidades desses territórios, reavivando quotidianamente, em produtores e consumidores, a mensagem da agroecologia.

Muito mais pesquisa tem que ser feita para avaliarmos o real peso das políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à miséria, ao desenvolvimento rural e territorial e à convivência com semiárido implementadas entre 2003 e 2016 no Brasil pelos governos Lula e Dilma, mas uma coisa é certa: na mais longa seca que essa vasta e sofrida região vivenciou em todos os tempos (2012-2017) não vimos, como dantes, a fome e a sede grassarem nos campos, os saques em feiras

e mercados, as “frentes de trabalho” escorchantes, as legiões de retirantes esquilidos e humilhados arrastando-se como párias pelas estradas.

PESSOAS OCUPADAS NO SETOR AGROPECUÁRIO

Em 2017, conforme o IBGE/SIDRA (2019), o setor agropecuário paraibano ocupava 424.116 pessoas. Destas, 97,4% tinham 14 anos ou mais. Vale dizer que apenas 2,6% eram trabalhadores infantis, evidenciando o acerto da adoção de políticas de combate ao trabalho infantil e a sua fiscalização pelo Ministério do Trabalho. A maior parte do pessoal ocupado é absorvida pela agricultura familiar, isto é, 311.236 pessoas, equivalente a 73,4% do total das ocupações do setor primário estadual. Ao se considerar o indicador mão de obra/100 hectares, os estabelecimentos familiares ocupam 21,6 pessoas, enquanto os não familiares ocupam 5,7 pessoas (TARGINO; MOREIRA, 2020, p. 138-139).

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

É importante registrar que, à exceção da Zona da Mata, as regiões agropecuárias paraibanas encontram-se extremamente deprimidas em decorrência da maior seca já registrada no Nordeste brasileiro⁴, inclusive em microrregiões anteriormente não afetadas pela carência de chuvas, como o Brejo paraibano, fato que levou a Sudene a incluir mais 24 municípios do estado no Semiárido em 2017. Assim, atualmente, 194 dos 223 municípios paraibanos estão alocados no Semiárido brasileiro, ficando de fora a mesorregião da Zona da Mata (21 municípios), além de 8 municípios da mesorregião do Agreste, o que representa apenas cerca de 10% da área total do estado (Figura 12).

Também cumpre ressaltar que a Paraíba é a sexta menor unidade da federação, representando 3,6% do território nordestino e 0,7% do brasileiro, pois esse dado tem relevância quando se compara a produção estadual com a produção regional.

4. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm>. Acesso em: 26 nov. 2019.

Segundo o último relatório produzido pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (Ideme), órgão estatístico do governo do estado, o PIB Agropecuário da Paraíba em 2013 foi de 1,846 bilhões de reais, representando uma participação de 4,5% no PIB estadual. Em termos agregados, o setor contribuiu com 0,6 pontos percentuais na taxa real de crescimento do Valor Adicionado Bruto (VAB) Estadual em 2013, que foi de 5,5%. As atividades do setor que mais cresceram naquele ano foram a agricultura (19,9%) e a pecuária (9,0%). As atividades de extração vegetal, silvicultura e aquicultura, com pouca representatividade na economia estadual (0,6%), cresceram, no seu conjunto, 6,5% em 2013 e acumularam uma evolução de 24,9% no período 2010-2013⁵.

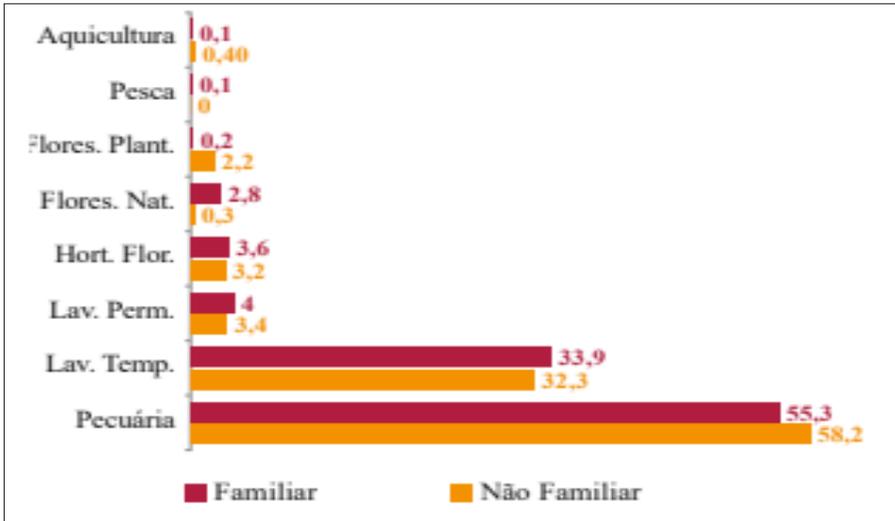
PRODUÇÃO VEGETAL

O valor da produção vegetal paraibana, em 2017, montava a 1,03 bilhão de reais. Desse total, 40,1% foram gerados pelos estabelecimentos familiares. Ao se comparar o valor da produção por hectare (cultivado, tem-se que essa diferença é significativamente menor: 312,37 reais nos não familiares contra 287,89 reais nos familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Essa informação coloca em questão a assertiva difundida da superior eficiência econômica da grande propriedade (TARGINO; MOREIRA, 2020, p. 139).

Não se observam diferenças significativas entre os estabelecimentos familiares e os não familiares em relação à distribuição segundo os tipos de atividade declarados como principais, pois, nos dois tipos, a orientação principal dos estabelecimentos está voltada primeiramente para a pecuária, seguida da produção de lavouras temporárias, de lavouras permanentes, de horticultura e fruticultura. Essas quatro atividades congregam 97,1% e 96,8% dos estabelecimentos não familiares e dos familiares, respectivamente. As diferenciações existentes estão relacionadas com: a) a exploração de florestas plantadas, que é praticamente inexistente nos estabelecimentos familiares e ocupa a quinta posição nos não familiares; b) nos familiares, as florestas naturais ocupam a quinta posição; e c) em números absolutos, a pesca é mais presente nos estabelecimentos familiares (149) do que nos não familiares (13) (TARGINO; MOREIRA, 2020, p. 139).

5. Disponível em: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib/produto-interno-bruto-do-estado-da-paraiba-e-de-seus-municipios-2010-2013.pdf/view>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Gráfico 2: Distribuição dos estabelecimentos por tipo e grupo de atividade (Paraíba, 2017)



Fonte: Targino; Moreira, 2020, p. 139

Segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), o IBGE avaliou a produção agropecuária da Paraíba em pouco mais de 1,887 bilhões de reais para o ano de 2016, distribuída conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 – Valor (em reais) e participação relativa (%) da produção agropecuária por segmento e principais regiões produtoras – Paraíba, 2016

| Segmento | Valor da Produção (R\$) | Participação (%) | Principais Regiões Produtoras |
|---------------------------|-------------------------|------------------|-------------------------------|
| Lavouras Temporárias | 1.159.164.000,00 | 61,43% | Mata |
| Produtos de Origem Animal | 402.605.000,00 | 21,33% | Sertão e Agreste |
| Lavouras Permanentes | 264.431.000,00 | 14,01% | Agreste |
| Aqüicultura | 35.449.000,00 | 1,88% | Agreste e Mata |
| Extração Vegetal | 13.020.000,00 | 0,69% | Sertão e Borborema |
| Silvicultura | 12.437.000,00 | 0,66% | Mata |
| Total | 1.887.106.000,00 | 100,00% | |

Fonte: elaboração própria com dados da PAM/IBGE.

Estes dados são relativamente superiores aos que foram apurados no Censo Agropecuário 2017, mas a proporção do valor da produção segundo os tipos de atividade e a distribuição regional são equivalentes.

Segundo Targino e Moreira (2020, p. 140), “ao se analisar a composição do valor da produção vegetal segundo os tipos de agricultura, verificam-se diferenças relevantes. Em primeiro lugar, constata-se uma diferença expressiva do peso das lavouras temporárias (81,5% nos estabelecimentos não familiares, contra 59,4% nos familiares). Como será visto adiante, essa diferença deve-se, fundamentalmente, à produção açucareira, que está restrita à grande propriedade e que se expandiu, nos anos recentes, aos assentamentos rurais cujas terras são arrendadas às usinas e destilarias” (FREIRE, 2019) (Figura 14).

LAVOURAS TEMPORÁRIAS

Segundo o Censo Agropecuário 2017, o valor da produção de lavouras temporárias na Paraíba somava 751,2 milhões de reais, sendo que 67,2% desse valor eram gerados nos estabelecimentos não familiares e 32,8% nos familiares (TARGINO; MOREIRA, 2020, p. 140).

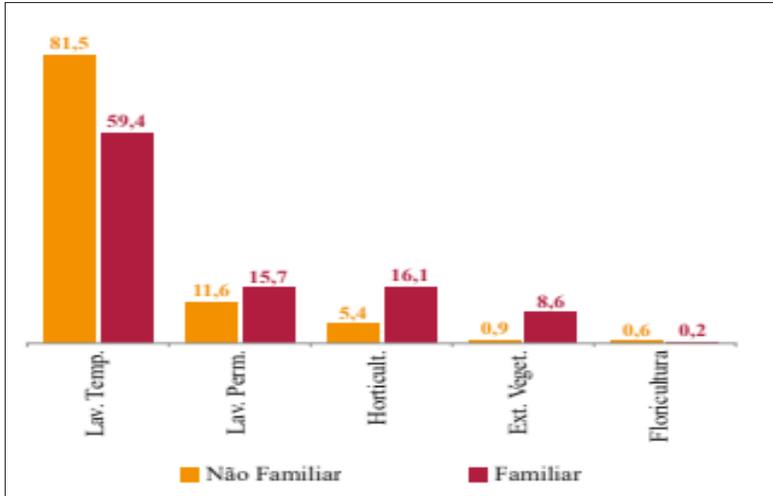
De acordo com a mesma pesquisa, eram cultivados 16 tipos de lavouras temporárias nos estabelecimentos familiares. No entanto, apenas seis apresentavam um valor da produção mais significativo (abacaxi, mandioca, feijão, milho, palma forrageira e cana-de-açúcar), que respondiam por 89,6% do valor dessas lavouras. Nível de concentração ainda maior foi observado nos estabelecimentos não familiares, pois as lavouras temporárias representavam 94,6%, sendo que só a cana contribuía com 59,4%. Esse é apontado como um dos graves problemas do setor agropecuário estadual (TARGINO; MOREIRA, 2020, p. 141) (Figura 145).

Cana-de-açúcar

Principal produto agrícola da Paraíba, em 2017 o estado colheu 104.766 hectares dessa cultura que é desenvolvida em 2.580 estabelecimentos, os quais produziram pouco mais de 5 milhões de toneladas gerando um rendimento de cerca de 450 milhões de reais. Conforme se pode observar no gráfico abaixo, depois

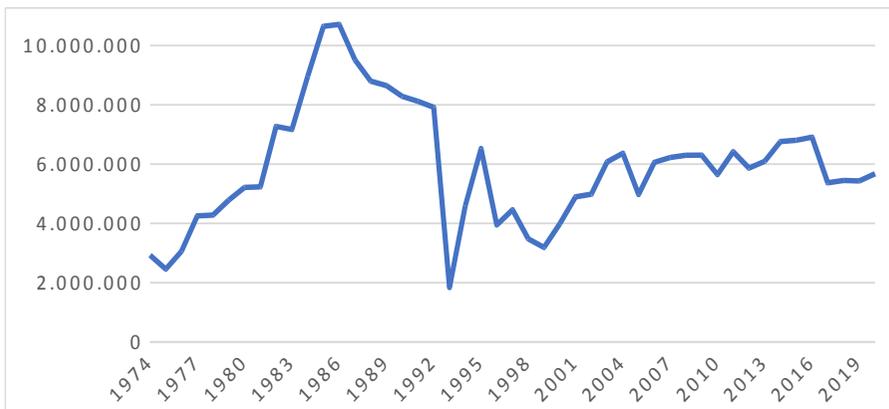
de uma queda vertiginosa da produção de cana-de-açúcar no estado no início dos anos 1990, a cultura vem retomando vigor, com uma produção anual média em torno de 6 milhões de toneladas/ano.

Gráfico 3: Composição (%) do valor da produção por tipo de agricultura segundo as atividades (Paraíba, 2017)



Fonte: Targino; Moreira, 2020, p. 140.

Gráfico 4: Produção de cana-de-açúcar (toneladas) - Paraíba, 1974-2020



Fonte: elaboração própria com dados da PAM/IBGE.

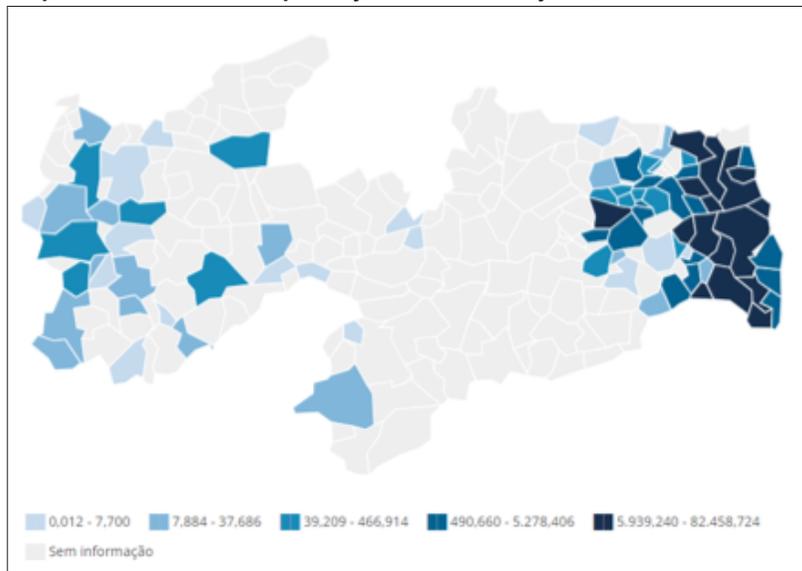
Tabela 2: Paraíba: Valor (em mil reais) da produção das lavouras temporárias, segundo as principais lavouras por tipo de agricultura – 2017

| Especificação | Total | | Não familiares | | Famíliares | |
|-----------------------------|---------------------|-------|---------------------|-------|---------------------|-------|
| | Frequência absoluta | % | Frequência absoluta | % | Frequência absoluta | % |
| Total* | 751.261 | 100,0 | 504.658 | 100,0 | 246.603 | 100,0 |
| Abacaxi | 82.582 | 11,0 | 29.103 | 5,8 | 53.479 | 21,7 |
| Cana-de-açúcar | 446.078 | 59,4 | 423.640 | 83,9 | 22.438 | 9,1 |
| Feijão | 42.883 | 5,7 | 8.067 | 1,6 | 34.816 | 14,1 |
| Mandioca (aipim, macaxeira) | 65.785 | 8,8 | 12.894 | 2,6 | 52.891 | 21,4 |
| Milho em grão | 38.833 | 5,2 | 8.135 | 1,6 | 30.698 | 12,4 |
| Palma forrageira | 34.528 | 4,6 | 7.723 | 1,5 | 26.805 | 10,9 |

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota (*) – Refere-se ao total das lavouras temporárias.

Mapa 4: Paraíba: valor da produção da cana-de-açúcar, 2017



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

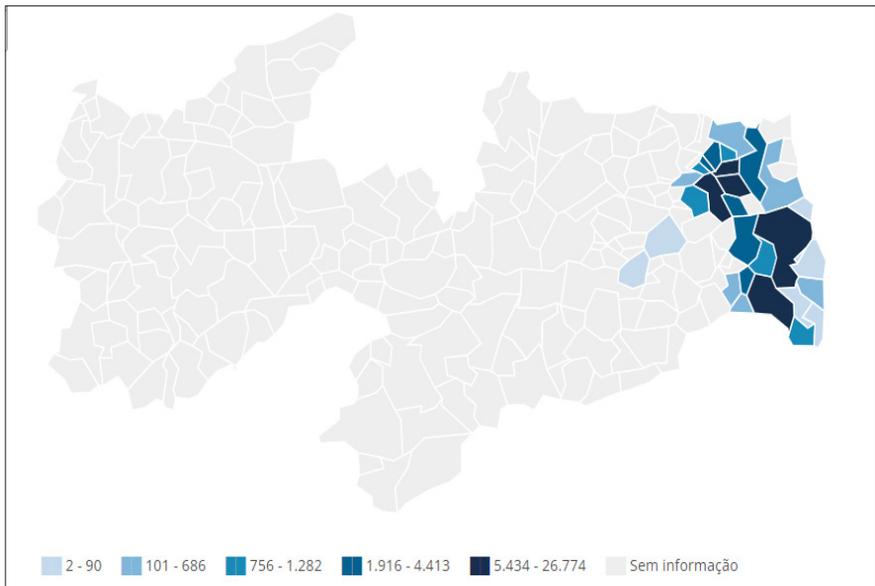
Essa é uma cultura altamente concentradora, pois, segundo o Censo Agropecuário de 2017, 97,5% da cana de açúcar é produzida na mesorregião da Zona

da Mata, onde os solos e o regime pluviométrico são extremamente favoráveis a essa lavoura, o que levou à apropriação do território pela grande propriedade canieira desde o século XVI. O restante é produzido na mesorregião do Agreste (2,4%), especialmente na microrregião do Brejo paraibano – *locus* da agroindústria da cachaça, inserida em importante destino turístico do estado – e ainda no Sertão (0,1%), onde se localiza a agroindústria rural da rapadura na Paraíba.

O aspecto concentrador da cultura da cana-de-açúcar se expressa de forma ainda mais dramática quando se constata que, dos 2.580 estabelecimentos rurais que a desenvolvem, 1.859 são de agricultores familiares (72%) que, entretanto, são responsáveis por apenas 4,2% do total da produção. Ou seja, os 28% de estabelecimentos patronais respondem por 95,8% da produção, apropriando-se, portanto, de 83,9% do valor total da produção de lavouras temporárias do estado.

Abacaxi

Mapa 5: Paraíba: valor da produção do abacaxi, 2017

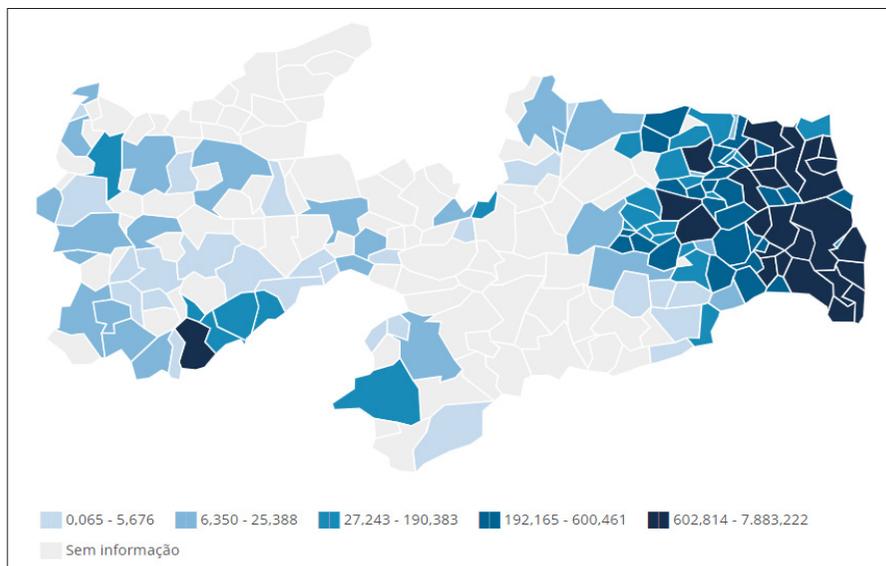


Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

Com uma produção de cerca de 100 milhões de frutos em 2017, a Paraíba é o segundo maior produtor nacional de abacaxi, que é a segunda lavoura temporária economicamente mais importante da Paraíba, sendo majoritariamente desenvolvida pela agricultura familiar. De fato, em 2017, a fruta foi produzida em 2.052 estabelecimentos, sendo 1.753 familiares, o que representa 85% do total. Naquele ano, a cultura apresentou uma área colhida de 3.976 hectares, gerando um rendimento de 82,586 milhões, sendo 53,483 milhões de reais (65%) apropriados por estabelecimentos da agricultura familiar. A produção está concentrada na Zona da Mata, que responde por 64% da produção, seguindo-se o Agreste, com 36%. De acordo com o governo do estado, em 2010 a cultura do abacaxi gerou cerca de 18 mil empregos⁶.

Mandioca

Mapa 6: Paraíba: valor da produção da mandioca, 2017



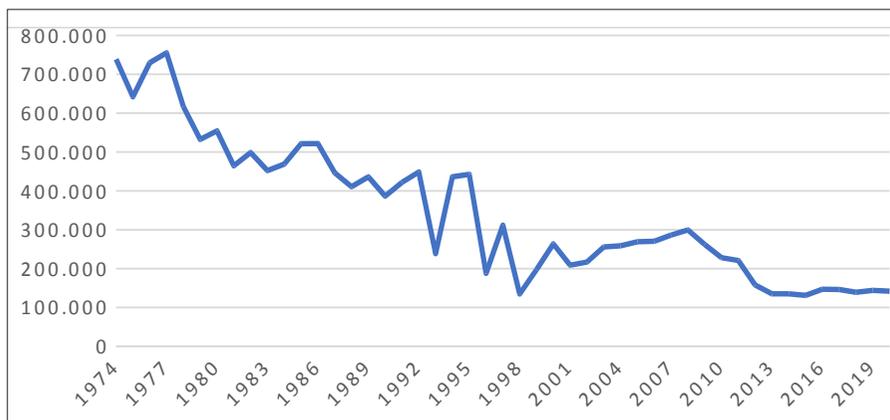
Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

6. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/pb-lidera-producao-nacional-de-abacaxi-e-emater-promove-debate/>. Acesso em: 30 dez. 2017.

A mandioca é a terceira lavoura temporária mais importante do estado, a qual rendeu pouco mais de 65 milhões de reais em 2017, 80% angariado por estabelecimentos familiares. A área colhida foi de 14.415 hectares distribuídos em 26.801 estabelecimentos que produziram cerca de 80 mil toneladas. A produção de mandioca também está fortemente concentrada na Zona da Mata e no Agreste.

A mandioca tinha um papel muito importante na agricultura paraibana até o final da década de 1980, período em que a farinha desempenhava um papel central na nutrição do povo paraibano. A partir de então, a produção de mandioca vai caindo de forma permanente no estado, saindo de um patamar de 700 mil toneladas no final da década de 1970 até se estabilizar num patamar de pouco mais de 100 mil toneladas/ano entre 2010 e 2020.

Gráfico 5: Produção de mandioca (toneladas) - Paraíba, 1974-2020



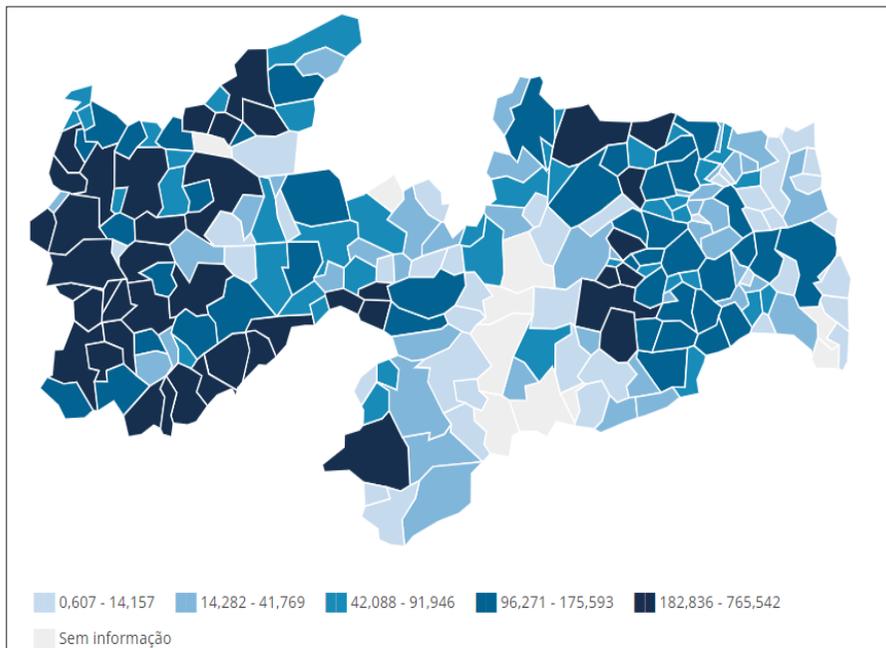
Fonte: elaboração própria com dados da PAM/IBGE.

Feijão

O feijão é a quarta lavoura temporária mais importante da Paraíba, que produziu 22.687 toneladas em 2017, sendo 11.256 toneladas de feijão fradinho (49,6%), 7.564 toneladas de feijão verde (33,3%), 2.897 toneladas de feijão de cor (13,2%) e 880 toneladas de feijão preto (3,9%), totalizando 42,901 milhões de reais como valor de produção estimado pelo IBGE. Como se pode observar no mapa, a cultura de feijão fradinho se encontra disseminada por, praticamente, todo o esta-

do, com mais de 75 mil estabelecimentos produtores, em sua imensa maioria da agricultura familiar.

Mapa 7: Paraíba: valor da produção de feijão fradinho, 2017



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

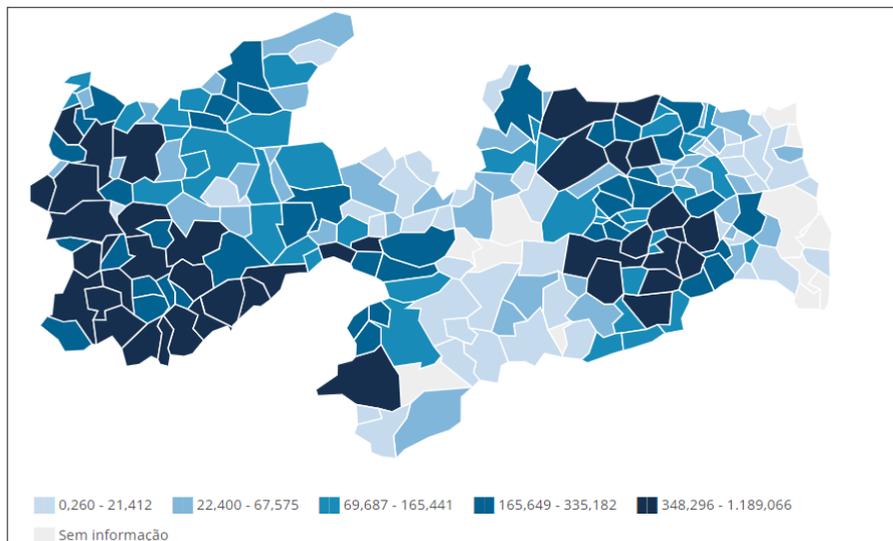
Em termos regionais, o Sertão lidera a produção de feijão fradinho (60%), seguido do Agreste, com 28%, mas quando se considera a produção de feijão verde, item importante do cardápio regional, a Zona da Mata é o destaque, com 70% da produção. Seja como for, em termos de rendimento, considerando-se toda a produção de feijão (fradinho, verde, de cor e preto), o Sertão responde por 39% (16,9 milhões de reais), o Agreste por 35% (14,8 milhões de reais), a Zona da Mata por 21% (8,8 milhões de reais) e a Borborema por 5% (2,3 milhões de reais).

A agricultura familiar responde por 80% da produção de feijão na Paraíba, um total de 18.284 toneladas em 2017, das quais pouco mais de 6 mil toneladas foram comercializadas, segundo o IBGE. Assim, dois terços da produção de feijão é consumida pelas próprias famílias que o produziram, o que demons-

tra que essa lavoura é extremamente importante para a reprodução das famílias camponesas da Paraíba.

Milho

Mapa 8: Paraíba: valor da produção de milho, 2017



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

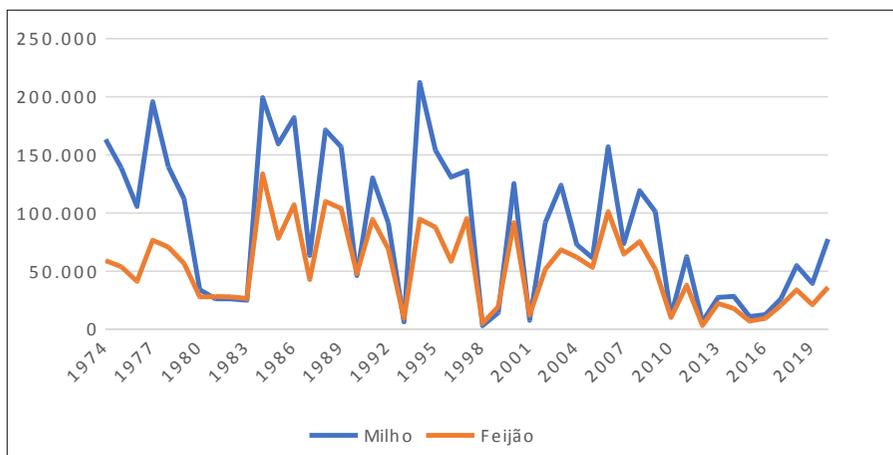
Quinta lavoura temporária mais importante do estado, o milho foi produzido em 83.184 estabelecimentos rurais na Paraíba em 2017 (51% do total), sendo 66.782 estabelecimentos da agricultura familiar (53% de todas as propriedades familiares), o que demonstra a prevalência dela nessa lavoura, pois 80% dos estabelecimentos rurais que produziram milho na Paraíba eram da agricultura familiar. De fato, das 36.512 toneladas produzidas naquele ano, 28.761 toneladas (79%) foram produzidas pela agricultura familiar, num valor estimado de 30,6 milhões de reais de um total de 38,8 milhões de reais.

Em termos regionais, o Sertão lidera a produção de milho, respondendo por 55,6% do valor total estimado pelo IBGE, seguindo-se o Agreste (34,5%), a Borborema (7,3%) e a Zona da Mata (2,5%).

Apenas 12,5% da produção de milho – 3.594 das 28.716 toneladas produzidas – foi comercializada pelos agricultores familiares em 2017, o que demonstra, como no caso do feijão, que esta é uma cultura estratégica para os camponeses do estado, seja para o consumo próprio das famílias, seja empregado na nutrição animal.

É importante ressaltar que as lavouras de milho e feijão são extremamente vulneráveis à seca e às estiagens, o que resulta em constantes quebras de safra, como se pode observar no gráfico abaixo, mas elas fazem parte da cultura e do “modo de vida” das populações do campo na Paraíba e são tipicamente camponesas, como se depreende pelo comportamento da comercialização desses produtos, conforme demonstrado anteriormente.

Gráfico 6: Produção de milho e feijão (toneladas) - Paraíba, 1974-2020



Fonte: elaboração própria com dados da PAM/IBGE.

LAVOURAS PERMANENTES

As lavouras permanentes têm um pequeno peso no setor agropecuário paraibano, pois o valor da produção dessas lavouras totalizou 137,8 milhões de reais em 2017, distribuídos em 52,7% nas unidades não familiares e em 47,2% nas unidades familiares. O valor das lavouras permanentes constitui apenas 12,5% e 20,9% da produção dos estabelecimentos não familiares e familiares, respectiva-

mente. Além de pequena, essa produção está concentrada em poucos produtos, nos dois tipos de atividade, como pode ser visto na Tabela a seguir.

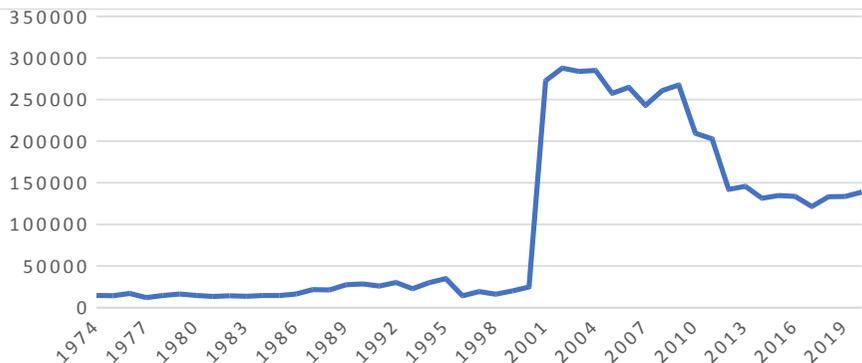
Tabela 3: Paraíba: Valor (em mil reais) da produção das lavouras permanentes, segundo as principais lavouras por tipo de agricultura – 2017

| Produtos | Total | | Não familiar | | Familiar | |
|--------------|---------|-------|--------------|-------|----------|-------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Total | 137.812 | 100,0 | 72.668 | 100,0 | 65.153 | 100,0 |
| Acerola | 6.279 | 4,6 | 3.238 | 4,5 | 3.043 | 4,7 |
| Banana | 51.876 | 37,6 | 13.853 | 19,1 | 38.021 | 58,4 |
| Coco-da-baia | 40.329 | 29,3 | 35.540 | 48,9 | 4.785 | 7,3 |
| Mamão | 16.693 | 12,1 | 13.283 | 18,3 | 3.411 | 5,2 |
| Maracujá | 6.692 | 4,9 | 1.633 | 2,2 | 5.056 | 7,8 |
| Subtotal | 121.869 | 88,4 | 67.547 | 93,0 | 54.316 | 83,4 |

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Banana

Gráfico 7: Produção de Banana – Paraíba, 1974-2020



Fonte: elaboração própria com dados do IBGE.

A banana é o principal produto das lavouras permanentes da Paraíba, que produziu 39 mil toneladas em 2017, com um valor estimado de 51,8 milhões de reais. Essa posição de destaque tem seu início no ano de 2001, quando a produção mais que decuplicou em um ano. Desde então, a cultura da banana vinha

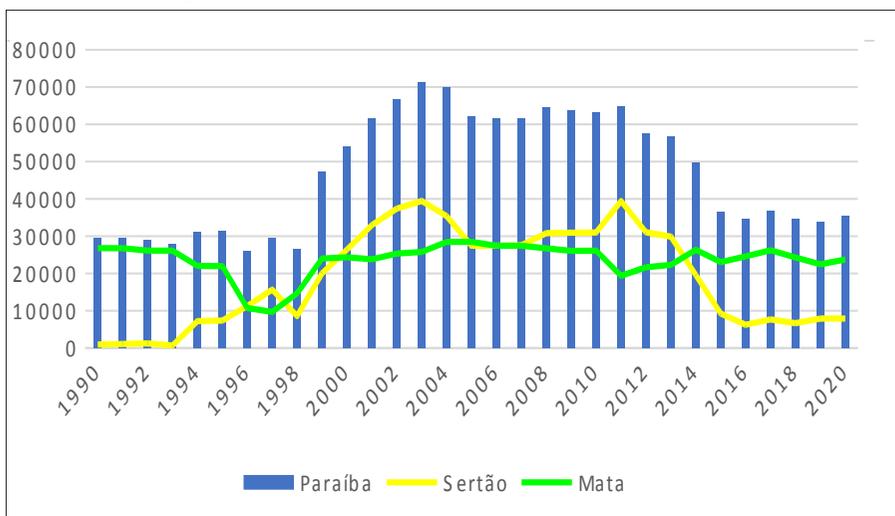
se estabilizando em torno de 250 mil cachos/ano, mas o ciclo seco determinou sua queda e, atualmente, a produção gira em torno de 130 mil cachos/ano, com leve ascensão entre 2017 e 2020.

Do total da produção de banana, 73% vem da agricultura familiar e a cultura se concentra fortemente no Agreste (principalmente na microrregião do Brejo), que responde por uma média histórica de 82% da produção estadual, seguida do Sertão (principalmente a microrregião de Sousa, onde se localiza um perímetro irrigado), com 13%.

Coco-da-baía

Segundo principal produto das lavouras permanentes do estado da Paraíba, o coco-da-baía é majoritariamente produzido pela agricultura patronal, que responde por 83% da produção, a qual é dividida de forma bastante equilibrada entre a Zona da Mata e o Sertão, mesorregiões que respondem por mais de 90% da produção estadual.

Gráfico 8: Produção de Coco-da-Baía – Paraíba, Sertão e Mata, 1990-2020



Fonte: elaboração própria com dados do IBGE.

No Sertão, o coco-da-baía é plantado principalmente na microrregião de Sousa, nacionalmente conhecida pela qualidade do produto, onde começou a ser produzido a partir da segunda metade dos anos 1990, o que fez a produção estadual dobrar, elevando-se de uma média de 30 mil toneladas/ano para 60 mil toneladas/ano entre 2001 e 2013. Entretanto, a produção de coco-da-baía despencou em decorrência do ciclo seco na zona semiárida, iniciado em 2011 e, em 2020, o estado da Paraíba produziu pouco mais de 35 mil toneladas, 67% dos frutos colhidos na Zona da Mata e apenas 22% no Sertão.

Um aspecto importante é a recente expansão da fruticultura irrigada, ainda que com uma dimensão bem menor daquela verificada em Pernambuco (Vale do São Francisco) e no Rio Grande do Norte (Vale do Açu). Dentre elas, as principais são o mamão, o maracujá e a acerola. Nas médias e grandes propriedades, são empregados os métodos convencionais de irrigação, enquanto nas pequenas propriedades é comum o uso das tecnologias sociais (TARGINO; MOREIRA; ARAÚJO, 2014). Importa lembrar que a expansão da fruticultura na Paraíba é prejudicada pela escassez de água. Na última grande seca que atingiu o estado (2012-2017), foi suspenso o uso de água para irrigação, prejudicando a atividade (TARGINO; MOREIRA, 2020, p.144).

Efetivos animais

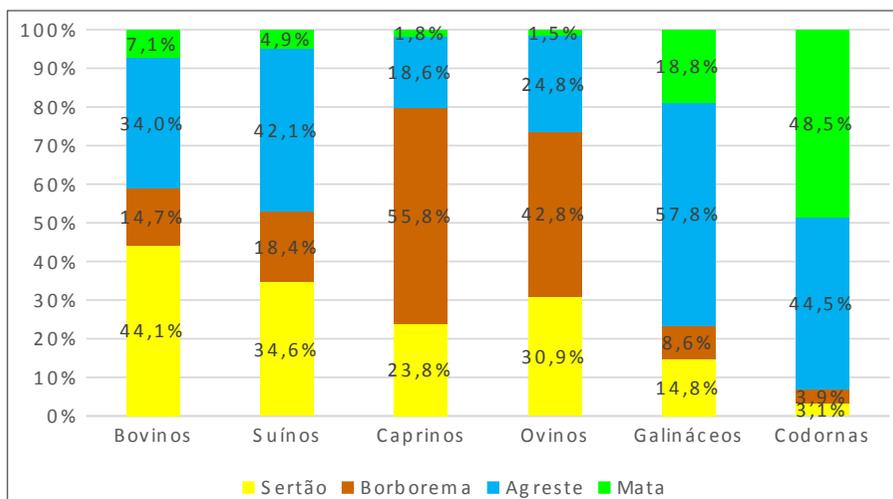
De acordo com o Censo Agropecuário 2017, a Paraíba apresentava os seguintes efetivos animais em seu território:

Tabela 4 – Efetivos animais (cabeças) por Mesorregião Geográfica – Paraíba, 2017

| Mesorregião | Bovinos | Caprinos | Ovinos | Suínos | Galináceos | Codornas |
|--------------|------------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|
| Sertão | 463.732 | 130.212 | 156.389 | 53.038 | 1.792.133 | 5.599 |
| Borborema | 154.790 | 304.851 | 216.423 | 28.227 | 1.038.945 | 7.023 |
| Agreste | 357.479 | 101.327 | 125.545 | 64.496 | 6.984.970 | 80.470 |
| Mata | 74.611 | 9.646 | 7.835 | 7.572 | 2.268.612 | 87.551 |
| Total | 1.050.612 | 546.036 | 506.192 | 153.333 | 12.084.660 | 180.643 |

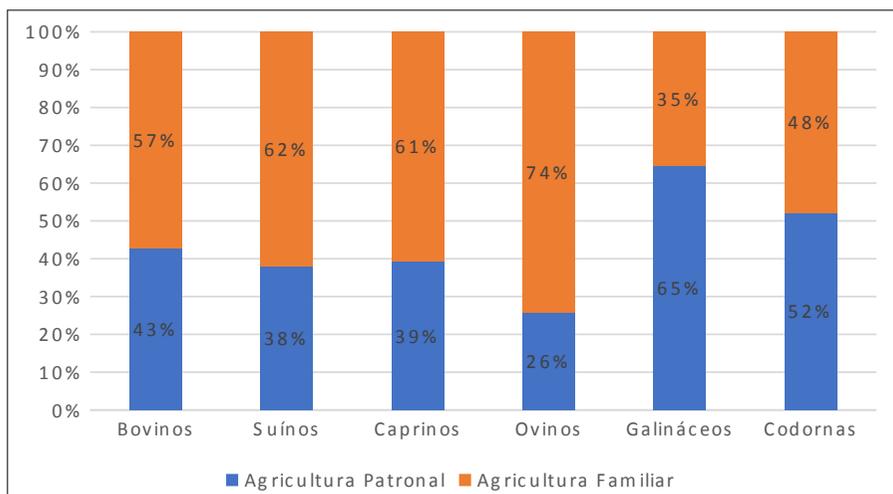
Em linhas gerais, as mesorregiões do Sertão, Agreste e Borborema têm como atividade principal a pecuária, enquanto a Zona da Mata concentra as lavouras temporárias, notadamente as mais rentáveis (cana-de-açúcar e o abacaxi). Essa divisão tem seu início no século XVII, quando a expansão da cultura da cana-de-açúcar determinou a migração dos rebanhos para o interior do estado, no que foi definido pelos historiadores como “frente de expansão pecuária”. Assim, enquanto a bovinocultura tem como principais regiões produtoras o Sertão e o Agreste, a caprinocultura e a ovinocultura fixaram-se na Borborema, mesorregião mais seca do estado, principalmente no Cariri. A avicultura é um capítulo à parte e seus principais efetivos dividem-se entre o Agreste e a Zona da Mata.

Gráfico 9: Efetivos animais por Mesorregião Geográfica (%) – Paraíba, 2017



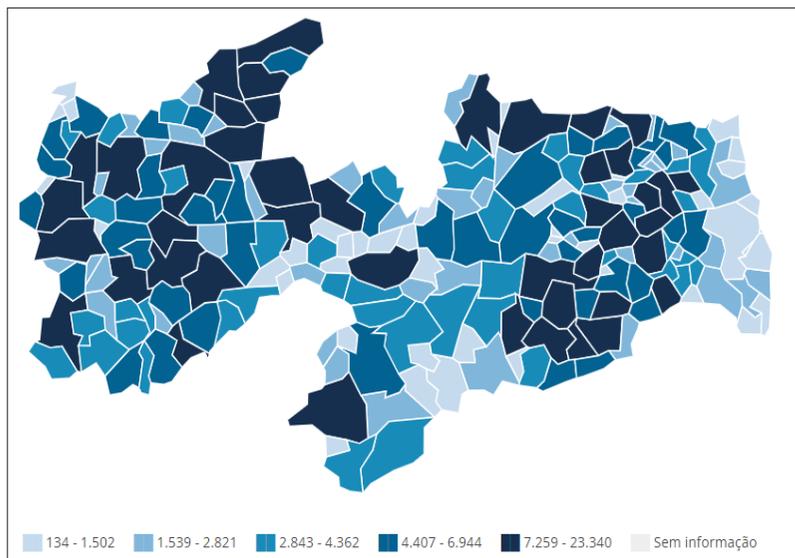
Fonte: elaboração própria com dados do Censo Agropecuário 2017.

Em termos de tipo de agricultura, os efetivos animais do estado da Paraíba são majoritariamente manejados pelos camponeses, que são responsáveis pela maior parte dos rebanhos bovino, suíno, caprino e ovino, sendo minoritários apenas nos efetivos de galináceos e de codornas, como se pode observar no gráfico a seguir.

Gráfico 10: Efetivos animais por tipo de agricultura (%) – Paraíba, 2017

Fonte: elaboração própria com dados do Censo Agropecuário 2017.

Bovinos

Mapa 9: Paraíba: efetivo bovino, 2017

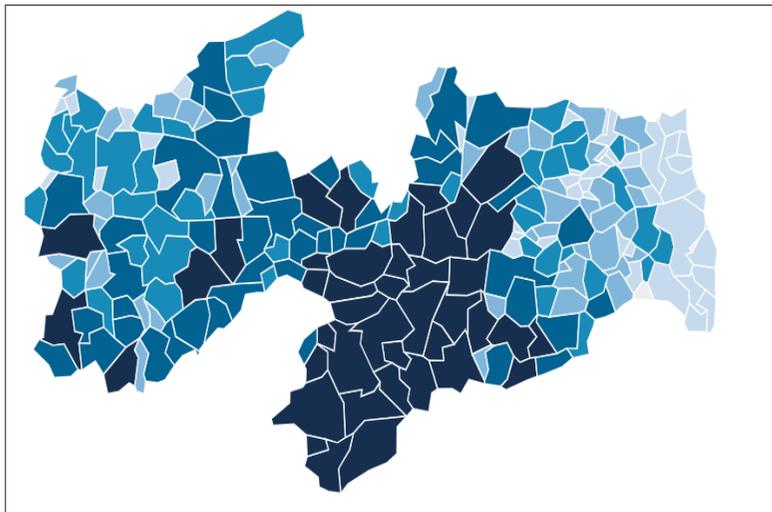
Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

A bovinocultura é a atividade pecuária mais importante da Paraíba, que contava com um rebanho de 1.050.612 cabeças de gado em 2017 (4,8% do efetivo nordestino). O Sertão, onde a criação de gado encontra-se bastante disseminada por todo o território, detém 44,1% do efetivo bovino paraibano, sendo as microrregiões de Sousa e Cajazeiras as que concentram os dois maiores rebanhos do estado. A criação de gado também é uma atividade importante no Agreste, que possui 34% do rebanho estadual, com destaque para as microrregiões de Guarabira e Itabaiana, terceiro e quarto maiores efetivos do estado, respectivamente. A Mesorregião da Borborema vem em terceiro lugar, com 14,7% do rebanho, entretanto bastante concentrado na microrregião do Cariri Ocidental, o sétimo maior no ranking estadual (o quinto e o sexto maiores rebanhos encontram-se nas microrregiões de Piancó e Catolé do Rocha, no Sertão) (Figura 29).

Segundo Targino e Moreira (2020, p. 144), “a dinâmica desse rebanho apresenta dois aspectos preocupantes. De um lado, o efetivo desse rebanho, desde a década de 1970, não tem ultrapassado o teto de 1,4 milhão de cabeças. Isto é, o efetivo do rebanho tem oscilado para baixo do teto ao longo dos últimos 50 anos. Quando ocorre uma seca, há uma redução do rebanho, que se recupera nos anos de bom inverno, mas sem conseguir ultrapassar o teto acima referido (TARGINO; CARVALHO; MARTINS, 2019). De outro lado, ainda prevalece um nível tecnológico baixo na pecuária paraibana (CLEMENTINO *et al.*, 2015). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, apenas 15,9% dos estabelecimentos recebem orientação técnica, 21% fazem controle de doenças e 20,3% fazem uso de suplementação alimentar. Quadro similar é registrado nos estabelecimentos familiares: 16,8% recebem orientação técnica, 21% realizam controle de doenças e 19,8% realizam suplementação alimentar (IBGE/SIDRA, 2019). Em 2017, o efetivo bovino da Paraíba era de 1.050.612 cabeças. Comparando com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal, observa-se que já havia uma recuperação do nível do rebanho, pois durante o longo período de estiagem que afetou o estado o efetivo do rebanho atingiu 967 mil cabeças em 2012. Do efetivo total do estado, as unidades familiares respondem por 57%. Entre essas unidades, as situadas nos grupos de área com até 50 hectares congregam 74,7% do seu efetivo bovino.

Caprinos

Mapa 10: Paraíba: efetivo caprino, 2017



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

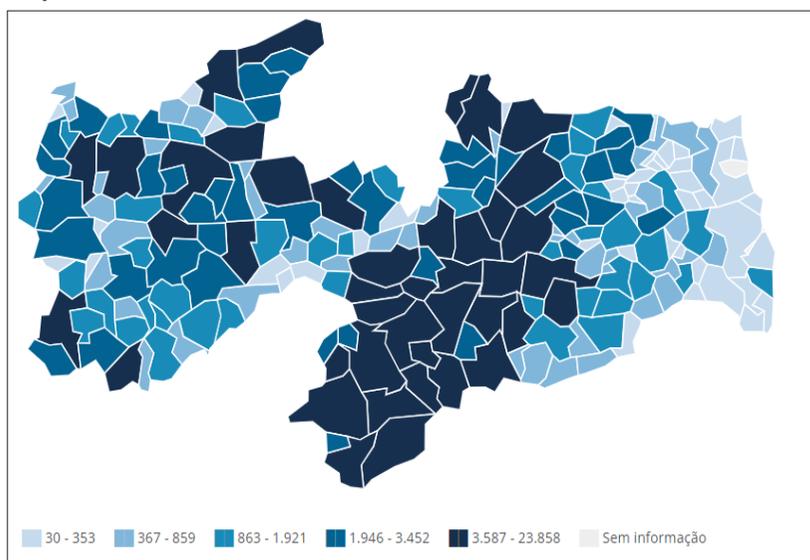
A caprinocultura é a segunda atividade pecuária mais importante da Paraíba, com 546.036 cabeças em 2017. A Mesorregião da Borborema apresenta o maior rebanho do estado (55,8%), fortemente concentrado nas microrregiões do Cariri Ocidental, com cerca de um terço do efetivo estadual, e do Cariri Oriental. A microrregião do Curimataú Ocidental, a mais seca do Agreste, apresenta o terceiro maior rebanho da Paraíba, seguida da microrregião da Serra do Teixeira, a mais importante do Sertão e quarta no *ranking* estadual.

A caprinocultura é uma atividade importante para o campesinato paraibano, pois dos 546 mil caprinos registrados, 61,9% pertencem aos estabelecimentos familiares. Segundo Targino e Moreira (2020, p. 146), “dois fatores contribuíram para um rápido crescimento desse rebanho: a) na década de 1990, o governo estadual adotou uma política de incentivo à caprinocultura estadual, com a introdução de novas raças, a intensificação da política de assistência técnica (GALVÃO *et al.*, 2006) e a introdução de novo tipo de palma forrageira para combater a praga da cochonilha do carmim; e b) com a criação do Programa de Aquisição de Ali-

mentos – Leite, houve um forte incentivo para a expansão da caprinocultura sobretudo na mesorregião da Borborema (REGO, 2019; TARGINO; MOREIRA, 2008), uma vez que o Programa garantiu demanda para produto (sobretudo para o leite) e um preço competitivo. Além disso, o Programa incentivou a instalação de várias unidades de beneficiamento do leite no Cariri Paraibano (DUQUÊ, 2007).

Ovinos

Mapa 11: Paraíba: efetivo ovino, 2017



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

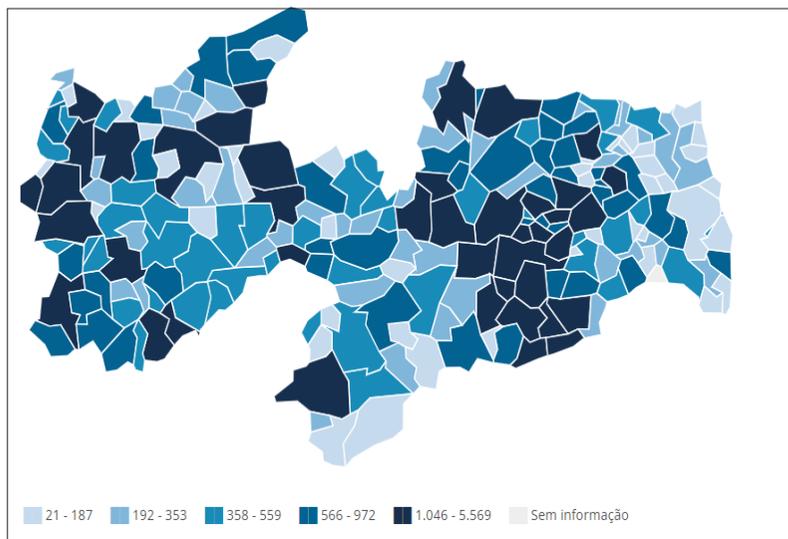
Em 2017, a Paraíba possuía um efetivo de 506.192 cabeças de ovinos, o que coloca a ovinocultura como a terceira atividade pecuária mais importante do estado. Assim como na caprinocultura, a Mesorregião da Borborema é a principal criadora de ovinos na Paraíba, possuindo 42% do rebanho estadual, sendo que, juntas, as microrregiões do Cariri Ocidental e do Cariri Oriental, concentram um terço do efetivo estadual. No Sertão, que responde por 34% do rebanho paraibano, destaca-se a microrregião de Sousa, o terceiro maior do estado e no Agreste (22% do rebanho estadual), a microrregião do Curimataú Ocidental, o quarto maior do estado.

A ovinocultura também é explorada principalmente pelos produtores familiares, pois das 506 mil cabeças registradas no estado, 307 mil pertencem às unidades familiares, o equivalente a 60,7% do rebanho estadual.

Como bem ressaltam Targino e Moreira (2020, p. 147), “estudos realizados na Paraíba mostram que a criação de ovinos no estado apresenta uma série de problemas que redundam em baixa produtividade da atividade. Entre esses problemas são apontados: manejo inadequado, falta de cuidados com a saúde do rebanho, baixa capacidade gerencial dos produtores e ausência de políticas públicas de sustentação desse criatório (LINS *et al.*, 2018)”.

Suínos

Mapa 12: Paraíba: efetivo suíno, 2017



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

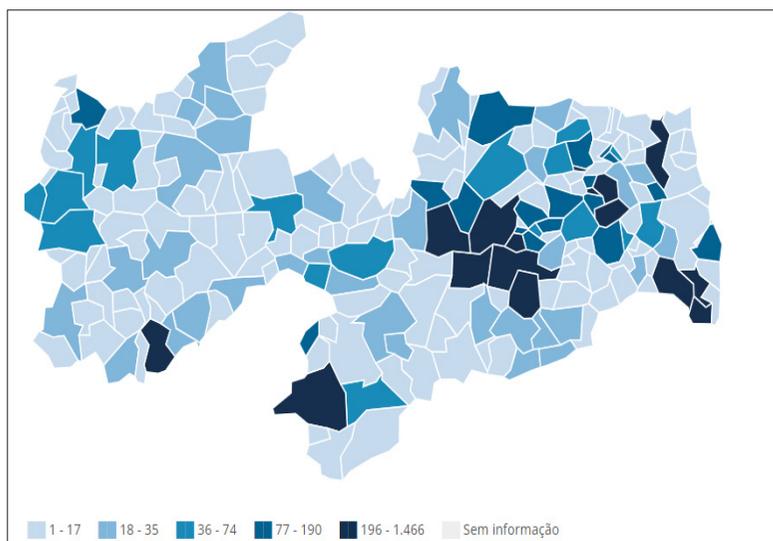
A criação de porcos tem um papel importante na organização econômica dos agricultores familiares paraibanos, servindo como uma espécie de “poupança” ou “reserva” para momentos de necessidade. Nas décadas de 1970-1980, a Paraíba apresentava um efetivo que oscilava entre 200 e 300 mil cabeças, mas entre 1990 e 1996, o efetivo suíno teve uma queda de 59%, estabilizando-se numa

média de 150 mil cabeças desde então. O Censo Agropecuário de 2017 contabilizou um efetivo de 153.333 cabeças, sendo 113.936 em estabelecimentos familiares, o que representa 74,3% do rebanho estadual.

A suinocultura é bastante capilarizada nas regiões interioranas do estado, como se pode perceber pelo *ranking* das principais mesorregiões criadoras: Agreste (42,1%), Sertão (34,6%) e Borborema (18,4%). O destaque vai para as microrregiões de Campina Grande, seguida da Serra do Teixeira, Cariri Oriental, Cariri Ocidental e Cajazeiras (Figura 32).

Galináceos

Mapa 13: Paraíba: efetivo de galináceos, 2017



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2017).

A criação de galinhas, galos, frangos e pintos é também uma atividade pecuária bastante relevante na Paraíba, que, em 2016, apresentava um efetivo de 12.084.660 galináceos. A principal região produtora é o Agreste (57,8%), onde se destacam as microrregiões do Curimataú Ocidental e Campina Grande, primeira e terceira no ranking estadual, respectivamente. A outra grande região produtora é a Zona da Mata, que responde por 18,8% do efetivo estadual, destacando-se

a microrregião do Litoral Sul, a segunda maior produtora do estado, seguindo-se as microrregiões de Sapé e João Pessoa. No Sertão, que responde por 14,8% do efetivo, o destaque vai para a microrregião da Serra do Teixeira, que possui o sexto maior efetivo do estado.

Essa é uma atividade majoritariamente desenvolvida por agricultores não familiares, que respondem por 65% do rebanho estadual, mas é importante ressaltar que, além da avicultura industrial de granja, dominada por grandes produtores, a avicultura caipira em sistema alternativo, desenvolvida por agricultores familiares, vem crescendo em todo o estado da Paraíba, colocando-se como uma importante fonte de renda para os pequenos produtores. Um bom exemplo de organização produtiva nesse setor é a Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF), situada no município de São Sebastião de Lagoa de Roça, no Agreste. A COPAF é composta por mais de 150 produtores cooperados e possui um moderno abatedouro com capacidade de abater até mil frangos/hora. Em decorrência de problemas diversos, o abatedouro encontra-se arrendado para uma empresa, mas a COPAF atua fortemente no mercado de ovos caipira, distribuindo o produto em redes de grandes supermercados (Figura 33).

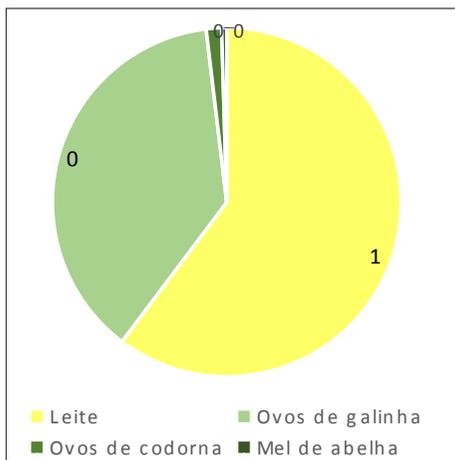
Codornas

Em 2017, a Paraíba contava com um efetivo de 180.643 codornas, sendo 48% criadas por agricultores familiares. É uma atividade restrita a áreas bastante específicas do estado, pois 48,5% das codornas são criadas na Zona da Mata, onde se destacam as microrregiões de João Pessoa, a maior produtora, e Litoral Sul, a terceira mais importante. O Agreste detém 44,5% do efetivo estadual, com destaque para as microrregiões de Guarabira, a segunda mais importante do estado, e de Campina Grande, a quarta no ranking estadual.

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Os produtos de origem animal são o segundo principal segmento da produção agropecuária paraibana, avaliada pelo IBGE em 402,6 milhões de reais em 2016, o que representa 21,74% do valor total da produção do setor na Paraíba. Como se pode observar no gráfico 9, 60% desse rendimento vem da produção de leite, ao passo que 38% da produção de ovos de galinha.

Gráfico 11 Valor da produção de origem animal por produto (%) – Paraíba, 2016

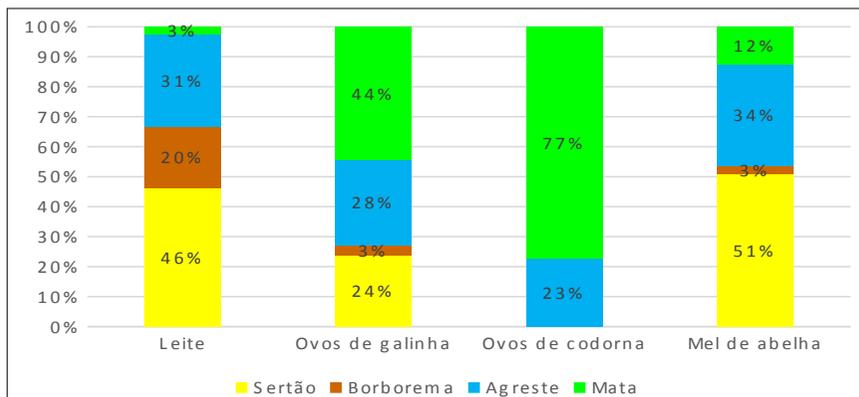


Fonte: elaboração própria com dados do IBGE.

Leite: em 2016, a Paraíba produziu 178,4 milhões de litros de leite (4,7% da produção nordestina), com um valor estimado pelo IBGE de 242,6 milhões de reais. As principais mesorregiões produtoras são o Sertão (46%), o Agreste (31%) e a Borborema (20%). Em nível microrregional, destacam-se as microrregiões de Sousa, responsável por 13% da produção estadual, seguindo-se Cajazeiras (10%), Campina Grande (9%) e Cariri Oriental (8%). O comportamento histórico da produção de leite na Paraíba segue as mesmas linhas da evolução dos efetivos bovino e caprino, pelas razões já citadas no item anterior. Sem dúvida alguma, é um segmento importantíssimo do setor agropecuário paraibano, especialmente quando se considera a agroindústria rural de laticínios, como veremos a seguir.

Ovos de Galinha: em 2016, a Paraíba produziu pouco mais de 35 milhões de dúzias de ovos de galinha (5,6% da produção nordestina), com um valor estimado pelo IBGE de 152,3 milhões de reais. As principais mesorregiões produtoras são a Mata (44% da produção e 33% do rendimento), o Agreste (28% da produção e 33% do rendimento) e o Sertão (24% da produção e 27% do rendimento). Em nível microrregional, se destacam as microrregiões do Litoral Sul, responsável por 43% da produção estadual, seguindo-se Serra do Teixeira (19%), Curimataú Ocidental (9%), Campina Grande (7%) e Guarabira (5%).

Gráfico 12: Produção de origem animal por produto e Mesorregião Geográfica (%) Paraíba, 2016



Fonte: elaboração própria com dados do IBGE.

AGROINDÚSTRIA

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a produção agroindustrial da Paraíba foi a seguinte:

Tabela 5 : Valor (em mil reais) e participação relativa (%) da produção da agroindústria rural – Paraíba, 2017

| Produto | Valor da Produção | Participação (%) |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|
| Laticínios | 86.187 | 52,2% |
| Carnes | 29.471 | 17,9% |
| Aguardente, rapadura e melado de cana | 24.056 | 14,6% |
| Farinha de mandioca e goma de tapioca | 5.307 | 3,2% |
| Doces e geleias | 2.833 | 1,7% |
| Carvão vegetal | 2.243 | 1,4% |
| Polpa de frutas | 1.232 | 0,7% |
| Outros | 13.340 | 7,7% |
| Total | 165.018 | 100% |

Fonte: elaboração própria com dados do Censo Agropecuário 2017.

Laticínios: a produção de queijo, requeijão, manteiga e creme de leite é responsável por 52,2% do rendimento agroindustrial rural na Paraíba e foi avaliada em 86,1 milhões de reais pelo IBGE, sendo que 96,5% desse rendimento vem da

produção de queijo e requeijão (queijo-manteiga), 5,789 mil toneladas em 2006 (12% da produção nordestina). A agroindústria de laticínios nas propriedades rurais é bastante capilarizada e sua distribuição está relativamente equilibrada entre as três mesorregiões que compõem o semiárido paraibano – Sertão (42%), Agreste (32%) e Borborema (25%) dos estabelecimentos – o que demonstra seu bom potencial econômico, entretanto não plenamente realizado em decorrência, fundamentalmente, de limites quanto à regularização sanitária dos produtos.

Carnes: o segundo produto mais rentável da agroindústria rural paraibana, sua produção está majoritariamente localizada no Agreste (45% da produção), notadamente na microrregião de Campina Grande, seguindo-se o Sertão (34% da produção) e a Borborema (20% da produção). É também um segmento com muitos problemas em relação à regularização sanitária dos produtos em decorrência da grande carência de abatedouros registrados.

Aguardente de cana, rapadura e melado: terceiro produto agroindustrial mais rentável do estado, com um valor da produção de pouco mais de 24 milhões de reais em 2017, a agroindústria da cana-de-açúcar na Paraíba tem um aspecto interessante: ela é extremamente localizada. De fato, 97% da aguardente de alambique paraibana – que apresenta alta qualidade e é apreciada nacionalmente – é produzida na microrregião do Brejo paraibano, principalmente nas cidades de Areia e Alagoa Nova, onde ocupa papel de destaque no turismo, relativamente bem desenvolvido na microrregião.

Fica claro que o potencial da agroindústria rural na Paraíba é subexplorado, sendo necessário, principalmente, desenvolver ações quanto à regularização sanitária dos produtos (laticínios e carnes)

PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Reproduzimos aqui a última parte do artigo de Targino e Moreira (2020, p. 149-151), a qual consideramos uma síntese bastante fundamentada sobre os limites e pontencialidades para o desenvolvimento da agricultura familiar na Paraíba:

Os estabelecimentos familiares paraibanos encontram uma série de dificuldades que obstaculizam o seu desenvolvimento. Dentre elas podem ser destacadas:

| Limitações do quadro natural, tais como: tipos de solo de baixa aptidão agrícola; baixa e irregular precipitação pluviométrica (NIMER, 1979), o que é agravado nos momentos de seca prolongada, como a que ocorreu na década de 2010, comprometendo até mesmo as iniciativas de produção irrigada. Grande parte dos solos da Paraíba apresenta limitações à atividade agrícola, principalmente na mesorregião da Borborema, onde além importantes de solos salinos (MOREIRA, 2000);

| Perfil dos produtores familiares: conforme visto anteriormente, os produtores familiares são, predominantemente, idosos e com baixo nível de escolaridade. Além disso, o êxodo rural e o assalariamento de parte da mão de obra familiar provocam restrições na disponibilidade da mão de obra por parte deste segmento produtivo (MORENO; TARGINO; QUEIROZ, 2016). O insuficiente nível de escolaridade é fator de restrição à adoção de técnicas produtivas mais diversificadas e eficientes;

| Nível tecnológico: de acordo com o discutido no item anterior, apesar de algumas inovações introduzidas por órgãos governamentais e por ONGs, o padrão tecnológico empregado pelos estabelecimentos familiares é insuficiente. Para superar essa deficiência, há uma intensificação da utilização de mão de obra tanto familiar, que ainda não migrou, quanto assalariada, de modo que o crescimento da produção decorre mais do emprego crescente do trabalho do que de outros fatores (TORRE, 2020; PANTA; MOREIRA, 2018);

| Tamanho dos estabelecimentos: o processo de minifundização em curso gera consequências importantes para a produtividade dos estabelecimentos familiares, sobretudo na porção semiárida do estado (90,9% do território estadual), pois, segundo alguns estudos, o tamanho mínimo que garante a sobrevivência da família nessa porção do estado é de 50 hectares (SILVA, 1980);

| Comercialização da produção: os canais de comercialização da produção familiar estão, sobretudo, sob controle de intermediários (PANTA; MOREIRA, 2018; FIGUEIREDO; TARGINO, 2019). Se de um lado os atravessadores representam um canal importante de escoamento da produção face à dispersão desta, por outro, implica um mecanismo de extração do sobretrabalho dos estabelecimentos familiares;

| Diversificação da produção: à exceção de algumas áreas da Zona da Mata e do Agreste, onde há presença das lavouras do abacaxi e da cana nos estabelecimentos familiares e da expansão da fruticultura em algumas áreas bem delimitadas do estado, há o predomínio das lavouras tradicionais, particularmente, na zona semiárida paraibana, fragilizando sobretudo o segmento no estado.

Diante dessas dificuldades, foram estabelecidas e implantadas diversas políticas públicas que objetivavam dar suporte à agricultura familiar, bem como fortaleceram ações de Organizações não Governamentais com a mesma finalidade. Dentre as políticas podem ser lembradas: a) a política agrária que efetivou o assentamento de 14.655 famílias em 294.672,08 hectares até abril de 2016; b) disponibilidade do crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programa que pela primeira vez propiciou o acesso do produtor familiar ao crédito, principalmente nas modalidades custeio e investimento; c) políticas de criação de mercado institucional, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas ainda que tenham tido uma cobertura limitada, foram importantes para assegurar demanda e preço para os produtos da agricultura familiar, como já destacado anteriormente; d) política de fortalecimento da assistência técnica, seja através dos canais tradicionais a exemplo da Emater, seja através prestação de serviço de assistência técnica através de cooperativas.

Além das ações governamentais, a atuação de ONGs foi também importante no suporte à agricultura familiar. As mais destacadas na Paraíba foram a Articulação do Semiárido (ASA-PB), a Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA/PB), o Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS) e o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAAC). Essas organizações têm desempenhado papel relevante na criação e difusão de tecnologias sociais, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e formas de convivência com a seca, a exemplo de: banco de sementes, cultivo agroflorestal, prática de agroecologia, cisternas de placa e cisternas calçadão, barragens subterrâneas, irrigação alternativa, tanques de pedra, biodigestor, insumos orgânicos etc. Além disso, as ONGs também têm atuado na difusão de formas organizativas e formação de lideranças comunitárias e no estímulo a novas atividades, tais como beneficiamento de produtos, artesanato, turismo rural etc.

Esse conjunto de iniciativas tem sido fator que contribui para a permanência da agricultura familiar no contexto do setor agropecuário estadual, seja para a sua diversificação seja para melhor qualificá-la tendo em vista sua integração ao mercado.

A atual conjuntura econômica e política brasileira apresenta um quadro progressivo de incertezas para a sustentação da produção familiar no Brasil e, particularmente, na Paraíba tendo em vista as limitações do quadro natural e do contexto mercadológico estadual. São pontos de inquietação:

a. O desmonte sistemático de algumas políticas (casos do PAA, da ATER e da Política Agrária). Os impactos já se fazem sentir no estado conforme notícias nas mídias e levantamento de pesquisas recentes (CORREIA, 2020; FIGUEIREDO; TARGINO, 2019);

b. Mudanças nas exigências para o encaminhamento do pedido de aposentadoria. Antes era exigida uma declaração do sindicato rural, atestando a condição de agricultor, agora o pedido deve ser feito diretamente no INSS, quando o solicitante deve preencher uma série de formulários e há aumento da documentação exigida (RG, CPF, Certidão de nascimento, título eleitoral e outros que comprovem a atividade rural, como comprovante de endereço rural, notas fiscais, fichas de atendimento do posto de saúde etc.). A mudança no procedimento, levou a um aumento do número de recusas do benefício e redução no número de aposentadorias concedidas (SIBABI, 2020). Isso poderá afetar não apenas o padrão de vida das famílias rurais, mas também a sustentação da agricultura familiar, uma vez que parte da aposentadoria é utilizada para garantir a produção (DELGADO, 1997; KATO; TARGINO, 2009), e;

c. Criminalização e perseguição dos movimentos sociais tendem a inibir a sua ação, que tem sido fundamental para a sustentação da luta por acesso à terra e por condições de permanência na terra por parte dos trabalhadores rurais (AMARAL; FIEDLER, 2018; MORAIS; MORAIS, 2016). (TARGINO E MOREIRA, 2020, p. 149-151).

REFERÊNCIAS

ASA (Articulação Semiárido Brasileiro). *Carta de Princípios da Articulação do Semiárido Brasileiro*. Igarassú (PE): 2000. Disponível em: <https://cedasb-asa.blogspot.com/2011/01/carta-de-principios.html>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ASA (Articulação Semiárido Brasileiro). *Sobre nós – história*. Articulação do Semiárido Brasileiro, 2012. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. Acesso em: 27 jan. 2021.

BASTOS, V. V. S. *Uma nova prática de ação sindical: o caso do Polo Sindical da Borborema – Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG. Campina Grande, 2010.

BATISTA, F. A. *Movimentos sociais no campo: o caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro/PB* (Trajetória política do dirigente Luiz Silva). João Pessoa: Imprell, 1997.

BERTOLAZZI, A. *Novo sindicalismo no campo paraibano: continuidades e mudanças*. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Sociologia Rural/UFPB, *Campus II*. Campina Grande, 1989.

BEZERRA, F. J. A.; BERNARDO, T. R. R.; XIMENES, L. J. F.; VALENTE JUNIOR, A. S. *Perfil socioeconômico da Paraíba*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; SOARES, F.; LYRA, M. R.; CAVALCANTI, J. "Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros". In: MIRANDA, C. (org.). *Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).

CANIELLO, M. "Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania". *Sociologias*, 18 (43), 2016: 300-334.

CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; BASTOS, V. "Capital social e desempenho institucional no Colegiado Territorial da Borborema, Paraíba". *Revista Raízes*, 32 (2), 2012: 11-31.

CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; BASTOS, V. "Identidade e participação social na gestão do programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo". *Estudos Sociedade e Agricultura*, 21 (1), 2013: 84-107.

CANIELLO, M.; VALENCIA PERAFÁN, M. "Camponeses, agroecologia e política territorial na 'diagonal seca' do semiárido paraibano: encontros, processos e desafios". In: SABOURIN, E.; OLIVEIRA, L. M. R.; GOULET, F.; MARTINS, E. S. (orgs.). *A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no Nordeste semiárido brasileiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 257-274.

CARNEIRO, A; CIOCCARI, M. *Retrato da repressão política no campo – Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.

COHEN, M.; DUQUÉ, G. *Les deux visages du Sertão: Strategies paysannes face aux sécheresses* (Nordeste, Brésil). Paris: Éditions de l'IRD, 2001.

COUDEL, E.; SABOURIN, E.; TONNEAU, J-P; CANIELLO, M. « Dynamiques et apprentissages d'une première expérience de construction d'une université paysanne au Brésil ». In: TURCKEIM, E.; HUBERT, B.; MESSÉAN, A. (orgs.). *Concevoir et construire la décision: Démarches en agriculture, agroalimentaire et espace rural*. Versailles: Éditions Quae, 2009.

COUDEL, E. *et al.* « Apprentissages sociaux pour le développement territorial ». In : CARON, P.; VALETTE, E.; WASSENAAR, T.; D'EECKENBRUGGE, G. C.; PAPAZIAN, V. (orgs.). *Des territoires vivants pour transformer le monde*. Versailles: Éditions Quae, 2017.

COUDEL, E.; CANIELLO, M.; SOUSA, M. L. R.; TONNEAU, J. P. « Le projet pilote de l'Unicampo au Brésil ». In: CLAVEL, D. (org.). *Savoirs et développement rural: Le dialogue au coeur de l'innovation*. Versailles: Éditions Quae, 2011.

DEL GROSSI, M.; FLORIDO, A. C. S.; RODRIGUES, L. F. P.; OLIVEIRA, M. S. "Comunicação de pesquisa: delimitado a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros". *Revista NECAT*, 8 (16), 2019: 40-45.

DELGADO, N. G. "Sociedade civil, estado e protagonismo institucional no desenvolvimento territorial: avanços e obstáculos no caso do Território Rural da Borborema/PB". *Revista Raízes*, 28 (1,2), 2009: 41-51.

DELGADO, N. G. *et al.* "Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados". In: MIRANDA, C.; SILVA, H. (orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 21).

DINIZ, P. C. O. *Ação coletiva e convivência com o semiárido: a experiência da Articulação do Semiárido Paraibano*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB/Campus II. Campina Grande, 2002.

DUQUÉ, G. "Conviver com a seca: contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 17 (1), 2008: 133-140.

FAVARETO, A. "Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (62), 2006: 27-44.

FERREIRA, A. P. R. S. *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB. João Pessoa, 2010.

FGV. "Depoimento de Manoel da Conceição Santos". Rio de Janeiro: CP-DOC/Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: <http://www.fgv.br/cp-doc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/manoel-da-conceicao-santos>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FRANCISCO, P. R. M. *Climatologia do estado da Paraíba*. Campina Grande: EDUFPG, 2017.

FREIRE, N. P. *Produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata paraibana: monopolização do território e estratégia de reprodução camponesa*. Tese de doutorado. Recife: UFPE/PPGG, 2019.

IBGE. *Censo agropecuário 2006*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 12 jan. 2022.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 12 jan. 2022.

IBGE. *Censo agropecuário 2017*. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LADOSKY, M.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. "O 'novo sindicalismo' pela ótica dos estudos do trabalho". *Revista Mundos do Trabalho*, 6 (11), 2014: 147-170.

LANDAU, E. C. *et al. Concentração geográfica da Agricultura Familiar no Brasil*. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013.

LEAL, F.; CANIELLO, M.; TONNEAU, J-P.; LIMA, J. P.; ARAÚJO, A. E. "Projeto Uni-campo: uma experiência de extensão no Cariri paraibano". In: CORRÊA, J. E.; CUNHA, E. S. M.; CARVALHO, A. M. (orgs.). *(Re)conhecer diferenças, construir resultados*. Brasília: UNESCO, 2004.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

NOVAES, R. R. "Memórias e imagens do Mestrado em Sociologia de Campina Grande (elementos de uma versão comprometida)". *Revista Raízes*, 22 (1), 2003: 130-135.

PIRAUX, M.; SILVEIRA, L.; DINIZ, P.; DUQUÉ, G. "Transição agroecológica e inovação socioterritorial". *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20 (1), 2012: 5-29.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PT ARGUMENTO, *Resultados dos governos Lula e Dilma*. Disponível em: http://www.ptargumento.org.br/index.php/Categoria:Relat%C3%B3rios_de_resultados_Nacionais,_Estaduais_e_Municipais. Acesso em: 11 jun. 2022.

SABOURIN, E.; SIDERSKI, P.; SILVEIRA, L. M.; HOCDÉ, H. "Construção da inovação entre agricultores e pesquisadores: os grupos de agricultores experimentadores no Agreste da Paraíba". *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, 10 (1), 2014: 17-30.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, R. M. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: tran-*

sições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008 (Série BNB Teses e dissertações, n. 12).

TARGINO, I.; MOREIRA, E. "Agricultura familiar na Paraíba: Perfil com base no Censo Agropecuário de 2017", *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 133-154, agosto, 2020.

TONNEAU, J-P. *Pensar novos sistemas produtivos camponeses: fundamentos de agroecologia*. Campina Grande: UFCG/Projeto UNICAMPO, 2004 (CADERNOS de Material Didático, n. 2).

UFCG. *Projeto Acadêmico do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus de Sumé*. Campina Grande: UFCG/Secretaria de Projetos Estratégicos, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo". In: *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. "O campesinato brasileiro: uma história de resistência". *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52 (4), Supl. 1, 2014: S025-S044.

UM OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO PARAIBANO

JONAS DUARTE¹

Este texto tem como objetivo se constituir em um documento base para ações políticas no Semiárido paraibano, de maneira a estimular petistas e/ou simpatizantes especialistas no sentido de provocar discussões democráticas em seminários ou outras formas de debate com a militância do campo democrático-popular e população.

ASPECTOS GERAIS DO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Com uma área de 51.306 quilômetros quadrados, o Semiárido paraibano estende-se por 194 municípios, onde vive uma população estimada de 2.498.117 habitantes, cuja renda *per capita* média gira em torno de 900 reais.

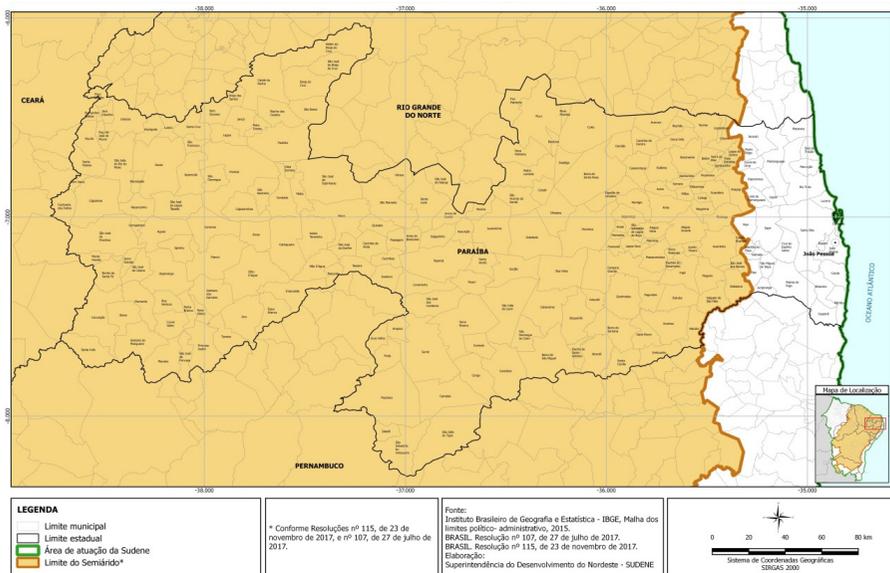
Atualmente, o número de beneficiários do Bolsa Família e do Auxílio Brasil é de 543 mil famílias no estado, sendo 86% no Semiárido, com renda inferior a 89 reais por mês. A principal base da renda no Semiárido é a aposentadoria rural.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Dos 194 municípios do semiárido paraibano, 123, ou seja, 63,4% tem população inferior a dez mil habitantes. Apenas cinco municípios têm população superior

1. Professor Titular de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pesquisador do Semiárido, Coordenador do Setor de Estudos e Apoio aos Movimentos Pulares (SEAMPO) da UFPB, Coordenador do Instituto Cariri do Bem-Viver (ICBV-HD) - Hemetério Duarte, Coordenador do GT Semiárido do NEPP-PB.

Mapa 1: Delimitação do Semiárido Paraibano



Fonte: Sudene

a 50 mil habitantes, isto é: 2,57% dos municípios concentrando uma população total de aproximadamente 710 mil habitantes e com alguns processos de conurbação em torno de cidades polos que formam cinturões urbanos que totalizam 1 milhão de habitantes, com cidades de populações acima de 30 mil habitantes, que desenvolvem atividades econômicas vinculadas a setores industriais e de serviços especializados.

Destaque-se nesse processo a cidade-polo-empório urbano de Campina Grande, que polariza os setores de indústria e serviços especializados com influência em um raio de cerca de 200 quilômetros e em uma população de aproximadamente 1,5 milhões de habitantes. Em função de Campina Grande se desenvolveram outras cinco cidades dormitórios.

Outros polos urbanos menores se estruturaram no Semiárido estadual. Patos, no Sertão das Espinharas, Cajazeiras no Alto Sertão, com Sousa e Pombal como polos urbanos com algum nível de comércio e de serviços especializados nas áreas de saúde e educação.

No Brejo Paraibano, hoje demarcado também como Semiárido, de acordo com a resolução 107, de 2017 da SUDENE, destaque para o município de Guarabira, com uma população de aproximadamente 60 mil habitantes e que desempenha a condição de cidade polo, oferecendo uma tímida atividade industrial, tímido setor de serviços especializados na área de saúde e educação e um importante comércio varejista. Nas proximidades de Guarabira se encontram cidades de portes menores, com populações de entre 20 e 30 mil habitantes que vinculam suas populações às atividades de Campina Grande e João Pessoa.

Ademais, a população do Semiárido Paraibano espalha-se em 123 minúsculos municípios, com populações inferiores a 10 mil habitantes, perfazendo um total sob essas condições de aproximadamente 650 mil habitantes. Sendo estes municípios e essa população praticamente rural, ou seja, exclusivamente vinculados às atividades rurais, que somados às atividades rurais dos 48 municípios que têm populações entre 10 e 20 mil habitantes e do quais 50% desenvolve atividades rurais, com total envolvimento com as condições climáticas de perfaz um total de 1 milhão de habitantes na Paraíba que, habitando o Semiárido, desenvolvem atividades econômicas produtivas primárias.

EDUCAÇÃO, SAÚDE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Do ponto de vista educacional a “Era PT” instalou uma significativa infraestrutura de educação técnica e superior públicas no Semiárido da Paraíba, que atualmente dispõe de diversas instituições instaladas em seus quatro cantos. De fato, estão estrategicamente distribuídos no Semiárido Paraibano, 16 *campi* da UFPB, UFCG e UEPB. Dos 21 *campi* do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), unidade do consagrado como a melhor escola de ensino médio do Brasil, no Semiárido constam quinze estrategicamente distribuídos por quase todas as microrregiões do estado, a saber: Areia; Cajazeiras; Campina Grande; Catolé do Rocha; Esperança; Guarabira; Itabaiana; Itaporanga; Monteiro; Patos; Picuí; Princesa Isabel; Santa Luzia; Soledade; Sousa.

Além dessa excelente estrutura dos institutos técnicos federais, há uma respeitável rede de escolas cidadãs integrais e técnicas estaduais, perfazendo, em 2018, um total de 61 espalhadas por todo território do Semiárido estadual.

Na área de educação e ciência, o semiárido paraibano ainda conta com dois *campi* da UFPB, em território Semiárido, o de Areia e Bananeiras; cinco *campi* da UEPB, sendo sua sede na cidade de Campina Grande, polo econômico de grande relevância social, cultural, de serviços e econômico regional.

Campina Grande ainda sedia a UFCG, que se destaca com mais de dez mil estudantes e uma gama de cursos de graduação e pós-graduação, referência às pesquisas científicas no Nordeste e se espalha por mais seis *campi*, todos em território Semiárido – Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

Pode-se dizer que o estado da Paraíba e seu Semiárido estão bem servidos de uma malha escolar consideráveis. De fato, a única microrregião do estado, em pleno Semiárido não servido de infraestrutura educacional é o Cariri Oriental.

Importante destacar que toda a malha educacional federal e estadual se liga às redes municipais de educação, com sistema de transporte eficiente e o Fundo Nacional da Educação Básica – FUNDEB, que possibilita aos municípios cumprirem com as metas educacionais estabelecidas.

A assistência à saúde pública acompanha o lastro educacional estruturado no Semiárido paraibano. O Programa “Mais Médicos” levou a todos os recônditos do estado equipes de atendimento à saúde e montou uma infraestrutura de postos de saúde para o atendimento básico que cobre as necessidades imediatas da população. Sistema que tem sido desestruturado nos últimos anos. Com todas as cidades do estado interligadas por malha asfáltica, o atendimento à saúde no estado, especialmente no Semiárido teve ganhos significativo.

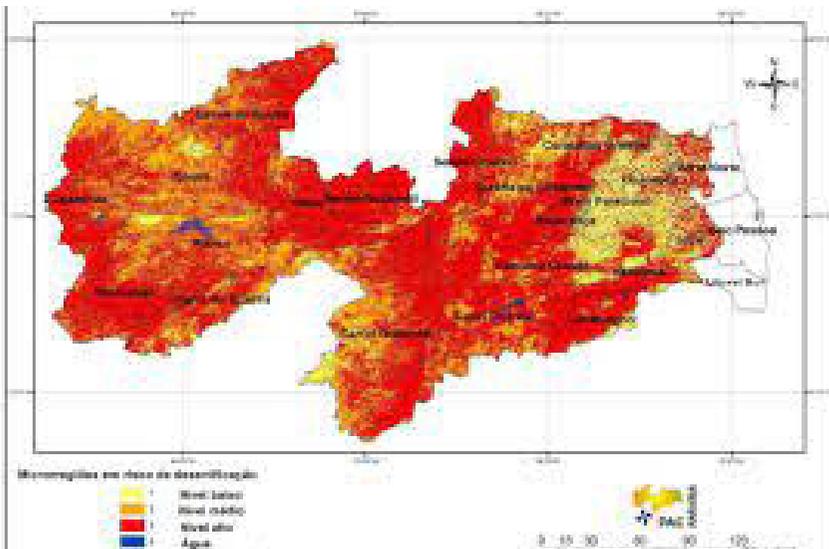
Há, no entanto, uma educação descontextualizada com as condições do Semiárido. Pratica-se, ainda, uma educação transplantada, copiada de outras realidades. Carece de uma educação decolonial, emancipadora, contextualizada com a realidade climática e cultural do Semiárido.

Da mesma forma, a saúde. Há uma enorme carência de profissionais da saúde que conheçam hábitos e a realidade do Semiárido.

Do ponto de vista da economia e meio ambiente, temas que se entrecruzam no semiárido paraibano, há questões cruciais, sendo o problema da degradação dos solos e desertificação os mais graves.

De acordo com a classificação do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado da Paraíba (PAE-PB), 93,7% do território do estado está em processo de desertificação, sendo que 58% em nível alto de degradação. Esse processo de degradação ambiental que torna as terras inférteis e improdutivas – segundo dados do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) – é consequência das ações humanas e não pode ser revertida sem uma intervenção planejada cientificamente.

Mapa 2: Mapa da Desertificação da Paraíba



Fonte: PAE/PB.

A imagem acima dá a dimensão do grave processo de desertificação e degradação ambiental do estado.

Um semiárido praticamente sem Indústria, com deficiência no setor de serviços e com o setor agrícola padecendo da grave situação da degradação dos solos é o cenário realista das atuais condições desse território.

No entanto, as possibilidades técnicas, sociais e culturais já estão dadas para superar esses desafios.

ECONOMIA

CARLOS ANTÔNIO SOARES DE ANDRADE¹

ASPECTOS GERAIS

A economia da Paraíba tem uma base primária. O principal produto agrícola do estado é a cana-de-açúcar. No mais, cultivam-se milho, algodão, pimenta do reino e frutas, como o melão. Na pecuária, destaca-se a criação de caprinos. Já no extrativismo, há a exploração de minas de quartzo, mica, granito, titânio, entre outros minerais.

A indústria paraibana é composta principalmente por indústrias têxteis e calçadistas. Os calçados de couro são os principais produtos de exportação do estado. Há ainda, concentradas na cidade de Campina Grande, indústrias de tecnologia de informação. O setor de serviços é dominado pela prática do comércio, com destaque para as pequenas cidades, e também pelo turismo. O litoral paraibano é muito requisitado pelos turistas e oferece uma boa infraestrutura de hospedagem e serviços.

O PRODUTO INTERNO BRUTO

O crescimento acumulado do PIB paraibano, no período 2010-2018, foi 14,2%, situando-se acima dos acumulados do Brasil (5,6%) e do Nordeste (8,4%), ficando em 3º lugar na região e 10º no país. O PIB *per capita* paraibano cresceu nominalmente 3,9%, passando para 16.108 reais em 2018.

1. Professor aposentado de Economia da UFCG. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1985) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba (2003). Coordenador do GT Economia do NEPP-PB.

Em 2018, a economia paraibana voltou a crescer com variação real positiva de 1,1%, demonstrando um avanço de 1,2 pontos percentuais diante do resultado anterior. O Brasil e a região Nordeste cresceram em 1,8% suas economias, porém, tiveram avanços menores, respectivamente de 0,5 e de 0,2 pontos percentuais.

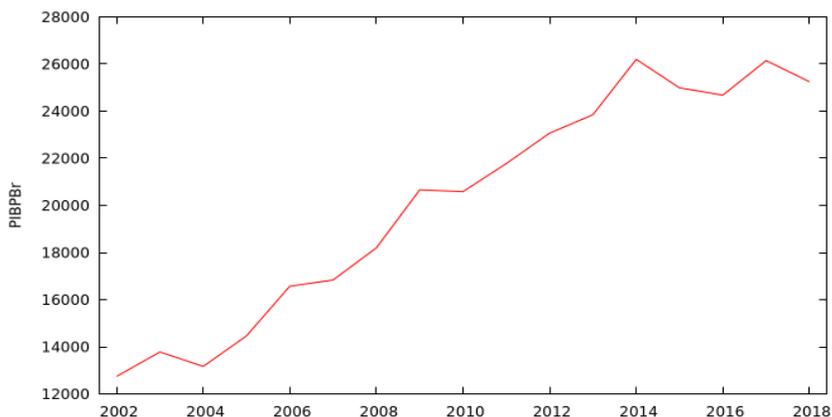
A Agropecuária se destacou como o setor que mais cresceu em 2018, com uma variação em volume de 7,8%. Por outro lado, na composição do Valor Adicionado Bruto estadual sua participação ainda é pequena, somou 4,0% nesse ano.

O setor Industrial, por sua vez, permanece como segunda maior participação no Valor Adicionado bruto estadual com 15,5%. Em 2018 registrou uma variação em volume de -2,4%, menor do que a observada em 2017, (-4,5%), mostrando, portanto, uma relativa recuperação de 2,1 pontos percentuais.

O setor Serviços, no total, cresceu 1,5% em 2018, e continuou contribuindo com a maior participação no VAB estadual, concentrou 80,6%. Destaca-se como sendo o que mais agrega valor para a economia paraibana.

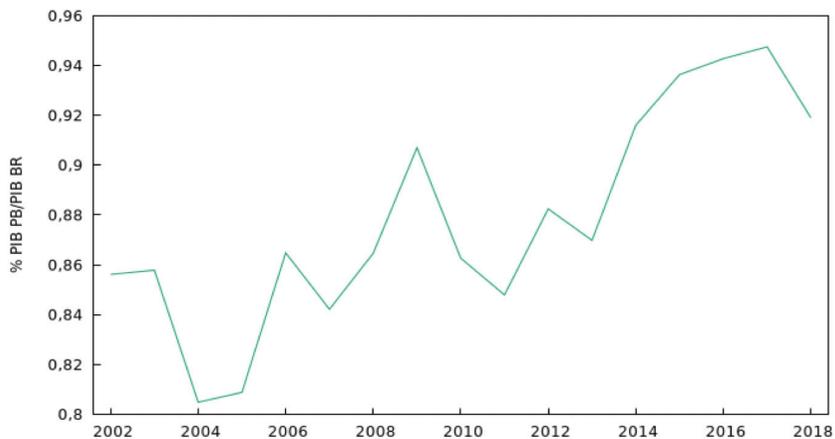
Entretanto, a economia da Paraíba, medida pelo PIB divulgado no Sistema de Contas Regionais do IBGE, no período de 2002 a 2018, revela que esta unidade da federação ocupa posições de baixa importância no cenário nacional.

Gráfico 1: PIB da Paraíba (deflacionado), 2002-2018



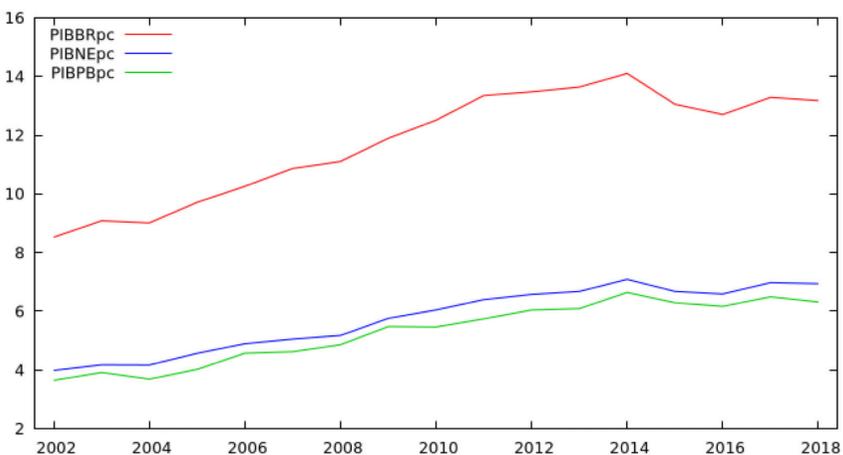
É a 23ª posição relativa da variação em volume do seu PIB e a 19ª posição relativa na participação do PIB total do país, desde o início do período analisado, 2002.

Gráfico 2: Participação do PIB da Paraíba no PIB do Brasil (%), 2002-2018



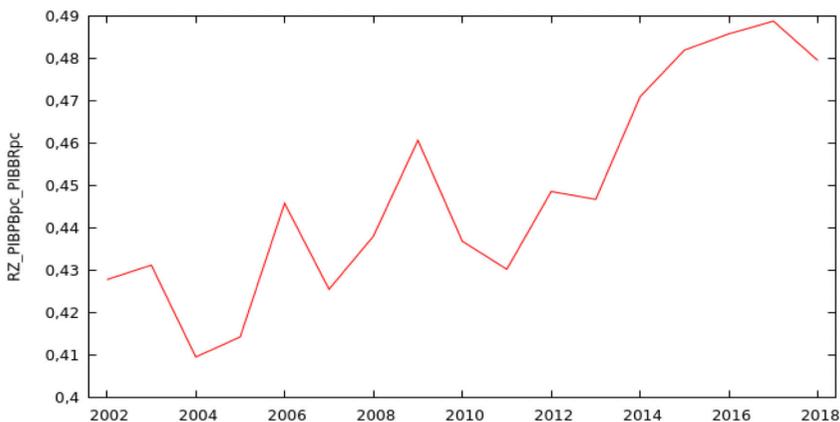
O PIB *per capita* no estado não alcançou nem 50% do PIB *per capita* do Brasil.

Gráfico 3: PIB per capita Brasil, Nordeste e Paraíba 2002-2018



Os melhores resultados da economia estadual ocorreram durante as gestões petistas na presidência da república.

Gráfico 4: Razão entre o PIB per capita da Paraíba e o per capita PIB do Brasil 2002-2018

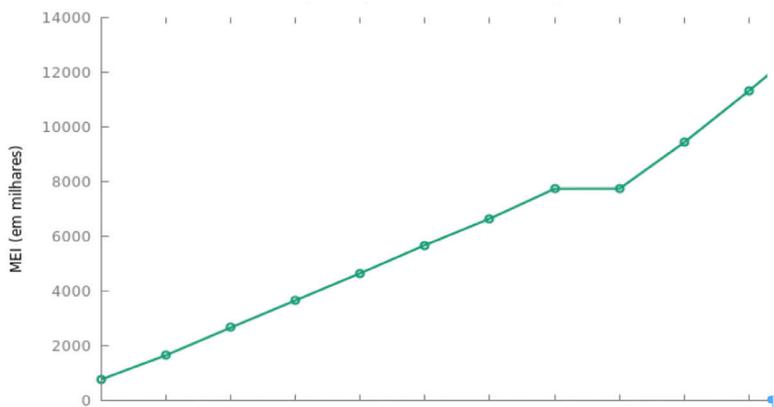


UM RETRATO DO MEI NA PARAÍBA

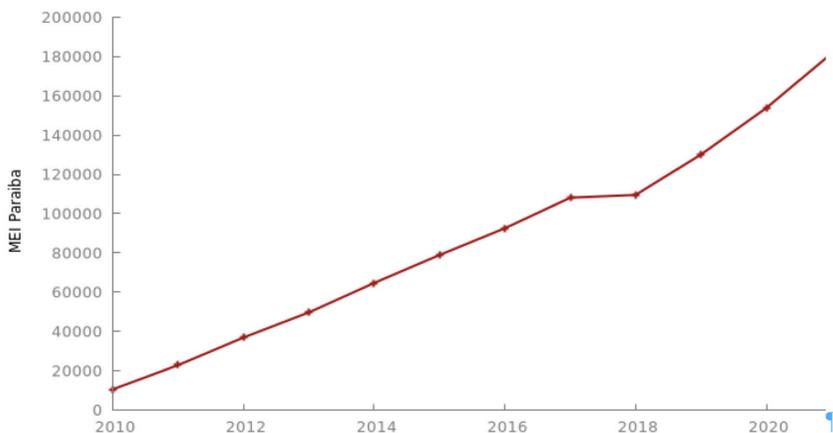
Há doze anos foi sancionada a lei que permite a formalização do profissional autônomo, por conta própria, do biscateiro e do trabalhador informal que não tinha acesso à previdência pública e não tinha reconhecimento formal para contratar e emitir nota fiscal. A lei complementar 128/2009 dá direitos e obrigações e institui a figura do MEI (microempreendedor individual). Existe um portal dedicado ao seu atendimento e orientações. O Portal do Empreendedor centraliza vários serviços e informações estatísticas que retratam a importância desse porte de empresa na economia brasileira. As estatísticas que fundamentam este texto foram obtidas do referido portal e referem-se à situação dos registros até 31 de dezembro de 2021. Todos os dias novos registros são adicionados.

A velocidade de adesão ao modelo de formalização de microempreendedor individual pelos profissionais autônomos, os “conta própria”, foi exponencial, como representado pelo gráfico 5. O ano de 2010 encerra com um total de 77.175 registros de formalização e alcança, ao fim de 2021, um total de 13.284.696 registros, segundo o Portal do Empreendedor². Em termos absolutos foi um crescimento de 17.113,73%. Uma taxa média de crescimento em torno de 22% ao ano.

2. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>. Acesso em: 17 out. 2022.

Gráfico 5: Evolução da quantidade de MEI - Brasil (2010-2021)

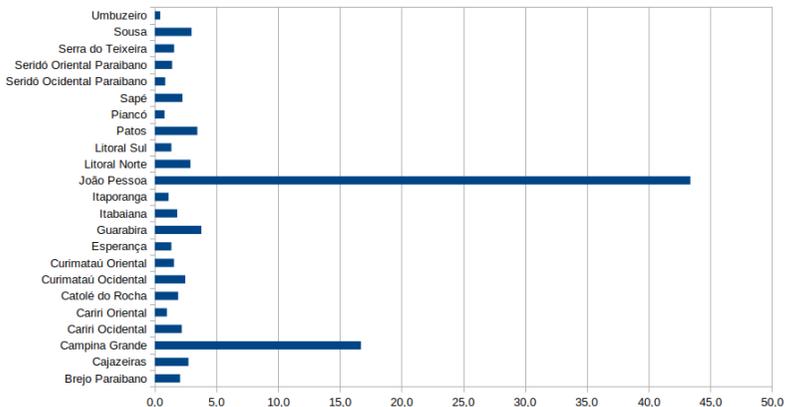
No estado da Paraíba, a adesão ao MEI também apresentou um crescimento exponencial, representado no gráfico [6](#). Encerra o ano de 2010 com 10.612 registros e chega no ano de 2021 com 181.673 registros. Uma variação absoluta de 1.611,96%. A taxa anual de crescimento ficou em torno de 22%.

Gráfico 6: Evolução da quantidade de MEI - Paraíba (2010-2021)

A distribuição geográfica da quantidade de microempresários individuais no território da Paraíba apresenta uma notável concentração tanto por microrregião quanto por municípios, como mostra o gráfico [7](#). As microrregiões de João Pessoa e de

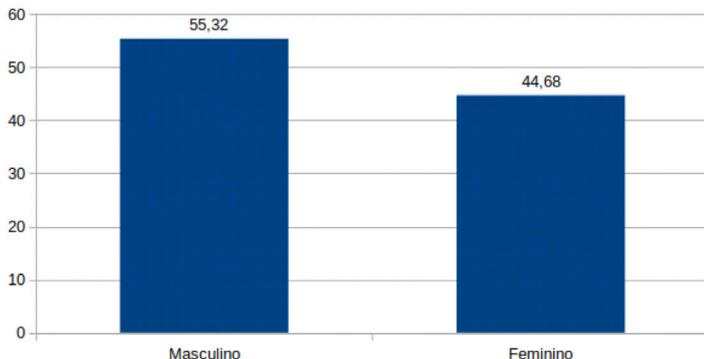
Campina Grande concentram 60% deste porte de empreendimento. Enquanto os municípios de João Pessoa e Campina Grande sediam 48% dos MEI da Paraíba.

Gráfico 7: Distribuição da quantidade de MEI por microrregião da Paraíba



A distribuição de MEIs por gênero na Paraíba, como visto no gráfico 8, apresenta um perfil majoritário masculino (55,32%) e uma parcela de 44,68% para o gênero feminino.

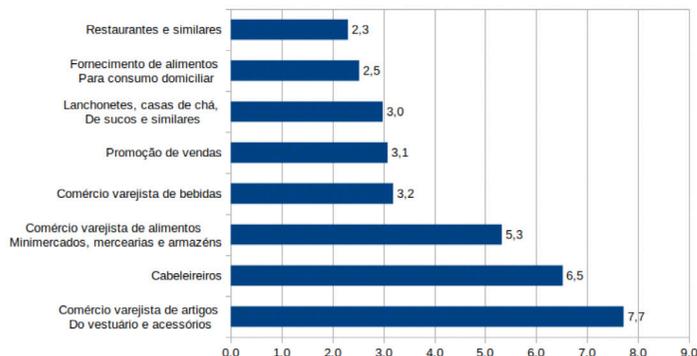
Gráfico 8: Distribuição dos MEIs da Paraíba por gênero (%)



As oito principais atividades econômicas exercidas pelos MEI concentram cerca de um terço dos estabelecimentos registrados no estado. Atividades estas

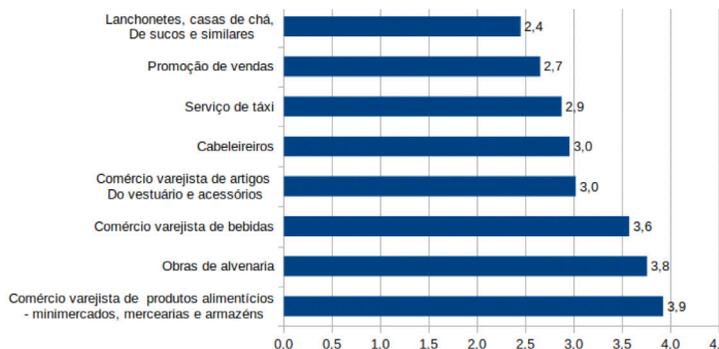
preponderantes dos ramos de comércio varejista e de prestação de serviços. O gráfico [9](#) informa esta distribuição.

Gráfico 9: Principais atividades exercidas pelos MEI da Paraíba (%)



Há uma dispersão considerável de atividades econômicas exercidas pelos declarantes do gênero masculino, contudo oito se destacam e são preponderantes dos ramos de comércio varejista e prestação e serviços. Destaque para o ramo da construção civil com a atividade Obras de alvenaria. O gráfico [10](#) representa esta informação.

Gráfico 10: Principais atividades exercidas pelos MEI do gênero masculino na Paraíba (%)



Os dados dos declarantes do gênero feminino apresentam uma configuração mais definida. Dentre as dez atividades econômicas as duas principais concen-

tram cerca de 24% dos registros: comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (12,9%) e cabeleireiros (10,9%). O gráfico [11](#) retrata essa estatística.

Gráfico 11: Principais atividades exercidas pelos MEI do gênero feminino na Paraíba (%)

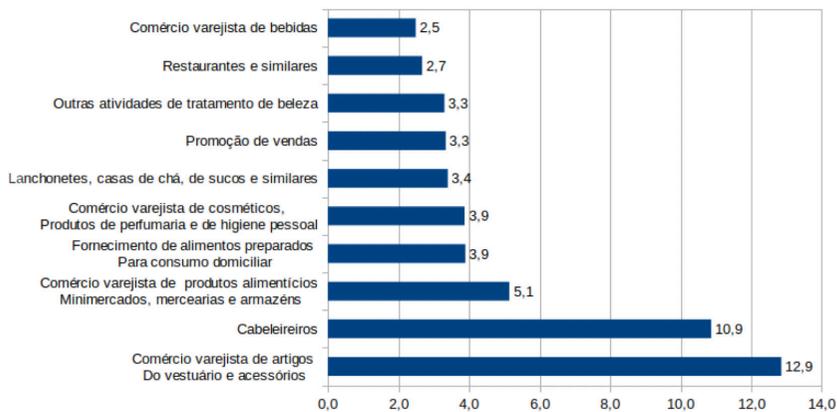
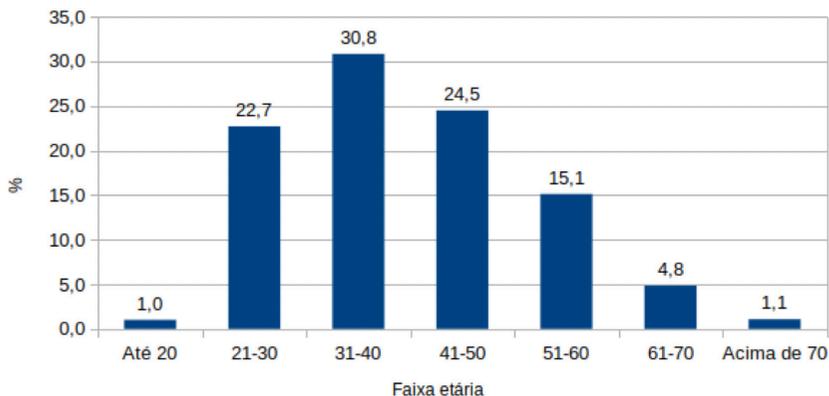


Gráfico 12 Distribuição dos MEIs da Paraíba por idade



Adaptando a convenção de classificar as faixas etárias da população em jovens (até 19 anos de idade), adultos (entre 20 até 50 anos de idade) e idosos (60 anos de idade em diante) aos dados estatísticos divulgados no Portal do Empreendedor, verifica-se que na Paraíba há predominância de adultos (93%) entre os MEI. Como podemos observar no gráfico acima.

As formas de atuação, segundo página da Receita Federal³ referem-se às maneiras pelas quais as atividades mercantis e/ou serviços serão exercidos, mediante contraprestação financeira, podendo ser caracterizadas por tipos.

Estabelecimento Fixo: Atividades exercidas em local/prédio determinado, em imóvel, cujo endereço coincide com o endereço do estabelecimento;

Internet: Atividades exercidas via internet;

Em Local Fixo Fora de Loja: Atividades exercidas em local fixo, mas fora do local/prédio/sede: quiosques, barracas etc., cujo endereço não coincide com o endereço do estabelecimento;

Correio: Atividades exercidas com oferta/compra/contratação por correspondência escrita: venda por catálogos, portfólios, encomendas, malotes etc., independente do veículo usado na entrega do produto ou serviço;

Porta a Porta, Postos Móveis ou por Ambulantes: Atividades exercidas com o deslocamento físico (pessoal) do prestador/vendedor diretamente para os domicílios físicos ou jurídicos dos clientes: vendas diretas e pessoais, feiras-livres, "camelôs", ambulantes etc.;

Televendas: Atividades exercidas com oferta/compra/contratação por telefone;

Máquinas Automáticas: Atividades exercidas com uso de máquinas automáticas/eletrônicas: máquinas de bebidas, de variedades, autosserviço etc.;

Atividade desenvolvida fora do estabelecimento: É quando a empresa exerce suas atividades no estabelecimento do cliente e não em seu próprio estabelecimento.

Na Paraíba, a forma de atuação dos MEI é majoritariamente exercida em estabelecimento fixo (49,6%), porta a porta (17,5%) e, em terceiro lugar, na internet (15,5%), como é mostrado no gráfico 9.

3. Disponível em: https://ww38.receita.fazenda.gov.br/cadsincnac/jsp/coleta/ajuda/topicos/Forma_de_Atacao.htm#

O MERCADO DE TRABALHO

MARIO HENRIQUE GUEDES LADOSKY⁴

INTRODUÇÃO

O Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB), vinculado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), foi criado em 2015, fruto de um termo de cooperação com o Ministério do Trabalho, onde faz parte da Rede de Observatórios do Trabalho, que tem como fim analisar e divulgar o banco de dados produzido pelo Ministério do Trabalho.

Este Boletim de Conjuntura retrata o estoque de emprego estadual durante dez anos a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O período de análise vai de 2011, início do mandato da presidenta Dilma Rousseff, a 2020, ano com os dados divulgados mais recentemente.

A análise procurou contemplar recorte com as variáveis sexo, setor de atividade econômica, escolaridade e faixa etária para que se permita uma compreensão mais detalhada. Em virtude dos dados obtidos, esse diagnóstico acabou dando maior ênfase aos setores de serviços e à administração pública; à faixa etária de 30 a 39 anos; e à escolaridade do ensino médio completo e do superior completo.

4. Professor de Sociologia da UFCG, atuou de 1987 a 2013 como assessor do movimento sindical ligado à CUT, sobretudo na formação sindical. Possui mestrado em Sociologia pela UFRJ (1996) e doutorado em Sociologia pela USP (2009) na mesma área. Desde 2014 é docente no curso de Graduação em Ciências Sociais (área de Sociologia) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG). Participa do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Política Pública (TDEPP) e coordena o Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB). Participa da Coordenação da Red de Estudios del Trabajo y Economía Informal en América Latina (REDLATT) e da representação brasileira na Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo (ALAST) na gestão 2019-2022.

O objetivo do recorte temporal foi o de compreender a dinâmica do mercado de trabalho na Paraíba em um período peculiar de nossa História: de 2011 a 2014, com um contexto favorável de crescimento econômico e formalização dos vínculos; de 2015 a 2017, a crise econômica-política que levou ao afastamento da presidenta Dilma e à posse de Michel Temer, com a retomada de políticas neoliberais de desregulamentação por meio da reforma trabalhista; de 2018 a 2020, com a ascensão de uma perspectiva fascista de poder, o primeiro ano do mandato de Bolsonaro e os efeitos da pandemia de COVID-19 em 2020.

Sua elaboração foi motivada por uma solicitação do Núcleo Estadual de Políticas Públicas da Paraíba (NEPP-PB) da Fundação Perseu Abramo do Partido dos Trabalhadores, tendo em vista subsidiar a elaboração de propostas nas eleições de outubro de 2022.

RESUMO EXECUTIVO

A dinâmica do mercado de trabalho paraibano no período 2011-2020 reflete o “clima” político e econômico conturbado, correlacionando expansão de vínculos até 2014; e uma queda no emprego seguida de estabilização de 2015 em diante, sobretudo a partir do primeiro ano da pandemia, em 2020.

Resumidamente, o *retrato* do mercado de trabalho paraibano no período tem maioria na administração pública; em geral, é mais masculino do que feminino (embora as mulheres tenham maior participação no setor público); concentra-se na faixa entre 30 e 39 anos e com ensino médio completo. Muito provavelmente o trabalhador com vínculo formal de emprego na Paraíba vive em João Pessoa, ou algum município do seu entorno, responsável por mais da metade do emprego estadual entre 2011 e 2020.

Contudo, a partir do retrato observado no período, pode-se indicar algumas *tendências* para serem acompanhadas:

A administração pública tem passado por significativa redução de vínculos e uma mudança no perfil em favor de vínculos com ensino superior completo

e de mulheres, em detrimento de trabalhadores com ensino médio completo, composto em sua maioria por homens.

O setor de serviços da iniciativa privada – segundo na participação de emprego na Paraíba – experimentou o maior percentual de crescimento de vínculos até 2020. A persistir essa dinâmica, esse setor pode superar a administração pública no quesito do emprego estadual. Contudo, a expansão dos vínculos nos serviços tem ocorrido no segmento do ensino médio completo.

Supõe-se, por hipótese, que tal característica do emprego no setor de serviços denote, no estado, um setor com baixa agregação de valor / baixa especialização.

Considerando essa hipótese sobre a iniciativa privada nos serviços, há uma dificuldade de os vínculos com ensino superior completo suplantarem o emprego de trabalhadores com o nível médio completo.

Em síntese, caso ocorra a consolidação do setor de serviços com tais características, teremos uma maior precariedade dos vínculos formais frente ao quadro observado entre 2011 e 2020.

Embora o setor de trabalho seja preponderantemente masculino, a presença de mulheres é bastante significativa e teve um crescimento maior que o de homens entre 2011 e 2020. A confirmação dessa tendência dependerá de outros fatores conjugados.

Diante desses itens, indica-se ao NAPP-PT da Paraíba uma reflexão sobre os seguintes pontos de debate para elaboração de políticas públicas de emprego e renda no estado:

| Estimular a retomada do crescimento econômico com geração de empregos formais. Está demonstrado que foi possível no passado e, portanto, pode ser reativado, sobretudo nos setores da indústria de transformação, no comércio e na construção civil, que foram os mais prejudicados na Paraíba após o golpe de 2016, com a retração do emprego.

| Estimular que se busque ter na Paraíba uma iniciativa privada no setor de serviços com perfil de maior especialização / agregação de valor, consequentemente

te que sua expansão seja geradora de empregos com maior qualidade, isto é, com vínculos de trabalhadores com ensino superior completo e maiores rendimentos. A abertura de vagas, por exemplo, em empresas de *call center* não deve ser uma opção em termos de políticas públicas de atração / incentivos fiscais, pois o emprego ali gerado é de baixa qualificação, mesmo quando emprega trabalhadores e trabalhadoras com ensino superior completo.

| Expandir os vínculos da administração pública como elemento de fortalecimento da capacidade indutora do Estado, sobretudo quando estiver articulado a um emprego com maior qualidade no setor público e para fomentar a geração de emprego em outros setores de atividade econômica na Paraíba.

| Ir além do emprego formal e elaborar políticas públicas que fortaleçam iniciativas de economia solidária no meio urbano – por exemplo, em atividades de coleta de materiais recicláveis e na economia criativa, como no artesanato, na cultura etc. – e junto à agricultura familiar, a partir de grupos já existentes.

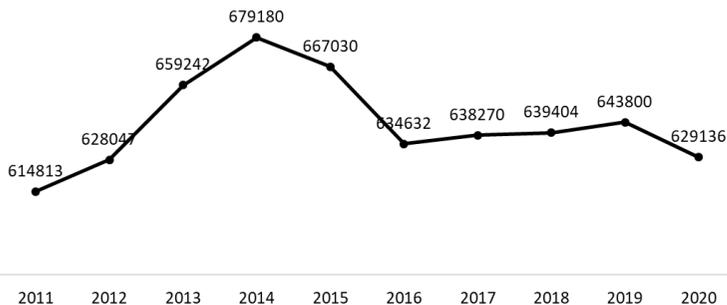
| Revitalizar os espaços tripartites de deliberação sobre as políticas públicas de emprego, trabalho e renda no estado, como o Conselho Estadual (CETE) e as Comissões Municipais, de modo a envolver os atores da sociedade e ter um enraizamento dessa política em todo o território paraibano.

BREVE RETRATO SOBRE A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NA PARAÍBA ENTRE 2011 E 2020

O gráfico 1 ilustra de forma evidente a dinâmica do mercado de trabalho na Paraíba. Observa-se que no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) houve uma expansão contínua dos vínculos formais no mercado de trabalho, seguindo-se nos anos seguintes de crise (2015 e 2016) uma retração brutal no emprego. No governo Temer e no primeiro ano do mandato de Bolsonaro, o nível de emprego na Paraíba se manteve praticamente estável, porém em patamar rebaixado, próximo ao que havia sido 2012-2013. Em 2020, já sob impacto da pandemia, ocorreu nova redução de vínculos no estado.

Esses números correspondem a aproximadamente 1,4% dos empregos da região Nordeste, que, por sua vez, soma 18,3% do emprego nacional.

Gráfico 1: Evolução dos vínculos na Paraíba



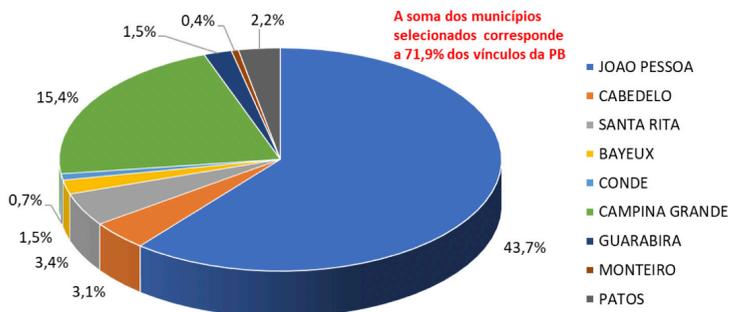
Fonte: RAIS - MTb Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

Analisando mais detidamente os vínculos formais de emprego na Paraíba, o gráfico 2 mostra uma grande concentração, pois 71,9% deles encontram-se em 9 municípios.

A capital foi responsável por 43,7% no período analisado e, somado aos municípios de seu entorno – Cabedelo, Santa Rita, Bayeux e Conde –, alcança 52,4%.

Outro polo de destaque no emprego paraibano é Campina Grande (15,4%). Patos (2,2%), Guarabira (1,5%) e Monteiro (0,4%), embora sejam referências no sertão, no brejo e no cariri, respectivamente, manteve uma participação relativa baixa no total de vínculos no estado.

Gráfico 2: Participação dos municípios do estoque de empregos da Paraíba (2011-2022)



Fonte: RAIS - MTb Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

Tabela 1: Vínculos de emprego na Paraíba

| Ano | Extrativa mineral | | Indústria de transformação | | Serviços industriais de utilidade pública | | | Construção Civil | | Comércio | | Serviços | | Administração Pública | | Agropecuária, extração vegetal, cacá e pesca | |
|--------------|-------------------|-------------|----------------------------|--------------|---|-------------|---------------|------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|-----------------------|---------------|--|--|
| 2011 | 1353 | 0,2% | 77661 | 12,6% | 7886 | 1,3% | 40627 | 6,6% | 91063 | 14,8% | 131202 | 21,3% | 250290 | 40,7% | 14731 | 2,4% | |
| 2012 | 1385 | 0,2% | 79931 | 12,7% | 7931 | 1,3% | 44011 | 7,0% | 95661 | 15,2% | 142532 | 22,7% | 244236 | 38,9% | 12360 | 2,0% | |
| 2013 | 1457 | 0,2% | 81024 | 12,3% | 7631 | 1,2% | 47028 | 7,1% | 100731 | 15,3% | 151454 | 23,0% | 256238 | 38,9% | 13679 | 2,1% | |
| 2014 | 1580 | 0,2% | 81781 | 12,0% | 7766 | 1,1% | 46387 | 6,8% | 106762 | 15,7% | 165864 | 24,4% | 255708 | 37,6% | 13332 | 2,0% | |
| 2015 | 1374 | 0,2% | 77914 | 11,7% | 7750 | 1,2% | 36506 | 5,5% | 106921 | 16,0% | 169531 | 25,4% | 253990 | 38,1% | 13044 | 2,0% | |
| 2016 | 1218 | 0,2% | 74530 | 11,7% | 7462 | 1,2% | 28589 | 4,5% | 103509 | 16,3% | 168568 | 26,6% | 237671 | 37,5% | 13085 | 2,1% | |
| 2017 | 1253 | 0,2% | 71013 | 11,1% | 7355 | 1,2% | 25800 | 4,0% | 103246 | 16,2% | 172936 | 27,1% | 243053 | 38,1% | 13614 | 2,1% | |
| 2018 | 1293 | 0,2% | 70778 | 11,1% | 7238 | 1,1% | 24595 | 3,8% | 104831 | 16,4% | 176981 | 27,7% | 239543 | 37,5% | 14145 | 2,2% | |
| 2019 | 1260 | 0,2% | 67918 | 10,5% | 7268 | 1,1% | 22792 | 3,5% | 106303 | 16,5% | 188168 | 29,2% | 235214 | 36,5% | 14877 | 2,3% | |
| 2020 | 1217 | 0,2% | 69584 | 11,1% | 6849 | 1,1% | 28149 | 4,5% | 104645 | 16,6% | 181909 | 28,9% | 221707 | 35,2% | 15076 | 2,4% | |
| Total | 13990 | 0,2% | 752134 | 11,7% | 75136 | 1,2% | 344484 | 5,4% | 1023672 | 15,9% | 1649145 | 25,6% | 2437650 | 37,9% | 137943 | 2,1% | |

Fonte: RAIS - MTB. Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

A tabela 1 mostra que a administração pública foi o principal empregador no período 2011 – 2020, responsável, em média, por 37,9% dos vínculos, seguido pelo setor de serviços (25,6%), comércio (15,9%) e indústria de transformação (11,7%).

Contudo, observa-se que a participação do setor público vem se retraindo em termos absolutos e relativos: redução de 250.290 em 2011 (40,7%) para 221.707 em 2020 (35,2%).

Os dados não nos permitem compreender a razão da diminuição do emprego no setor público paraibano, mas esse fenômeno se evidencia de 2018 em diante quando as quedas se tornaram mais acentuadas, sobretudo na pandemia, em 2020, quando se chegou a 221.707 vínculos, o nível mais baixo em toda a série histórica analisada. Por hipótese, admite-se que a expectativa de perda de direitos tenha levado ao aumento dos pedidos de aposentadoria, sem a oferta de concurso público para repor o quadro de pessoal. Também é possível que terceirizações, privatizações e outras medidas de reestruturação do estado estejam na base da redução do emprego na administração pública.

A queda do emprego no setor público é contrastada com a expansão dos vínculos no setor de serviços, quando houve a ampliação de 131.202 (21,3%) para 181.909 (28,9%) entre 2011 e 2020.

Também nesse caso os dados não nos permitem concluir as razões do aumento do emprego nos serviços, nem indica que tipo de serviços são esses que têm contratado mais empregados. Veremos no gráfico 4 a correlação entre essa dinâmica de emprego nesses setores com o grau de escolaridade.

Ainda sobre o emprego nos setores de atividade econômica, chama atenção que a indústria de transformação teve uma ampliação dos vínculos entre 2011 e 2014, seguido por uma queda praticamente contínua de 2015 em diante, numa notória correlação entre emprego e crise político-econômica que configuraram o período como um todo.

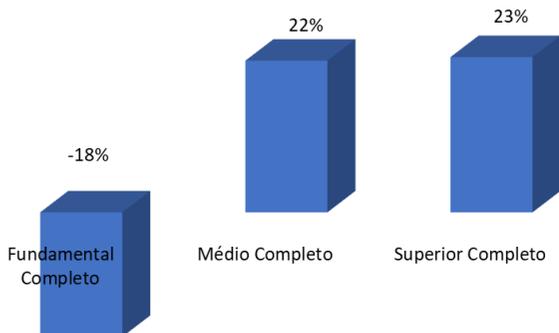
Tabela 2: Vínculos de emprego na Paraíba segundo a escolaridade

| Ano | Fundamental Completo | | Médio Completo | | Superior Completo | |
|--------------|----------------------|--------------|----------------|--------------|-------------------|--------------|
| | Quantidade | Porcentagem | Quantidade | Porcentagem | Quantidade | Porcentagem |
| 2011 | 105329 | 17,1% | 226236 | 36,8% | 123855 | 20,1% |
| 2012 | 106654 | 17,0% | 242514 | 38,6% | 124728 | 19,9% |
| 2013 | 105378 | 16,0% | 266308 | 40,4% | 128303 | 19,5% |
| 2014 | 103622 | 15,3% | 284170 | 41,8% | 142853 | 21,0% |
| 2015 | 96230 | 14,4% | 286329 | 42,9% | 146510 | 22,0% |
| 2016 | 92686 | 14,6% | 270550 | 42,6% | 145594 | 22,9% |
| 2017 | 87989 | 13,8% | 272912 | 42,8% | 153042 | 24,0% |
| 2018 | 83692 | 13,1% | 275803 | 43,1% | 157820 | 24,7% |
| 2019 | 82705 | 12,8% | 284763 | 44,2% | 157078 | 24,4% |
| 2020 | 85970 | 13,7% | 276889 | 44,0% | 152238 | 24,2% |
| Total | 950255 | 14,8% | 2686474 | 41,8% | 1432021 | 22,3% |

Fonte: RAIS - MTb

Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

Gráfico 3: Crescimento dos vínculos segundo a escolaridade



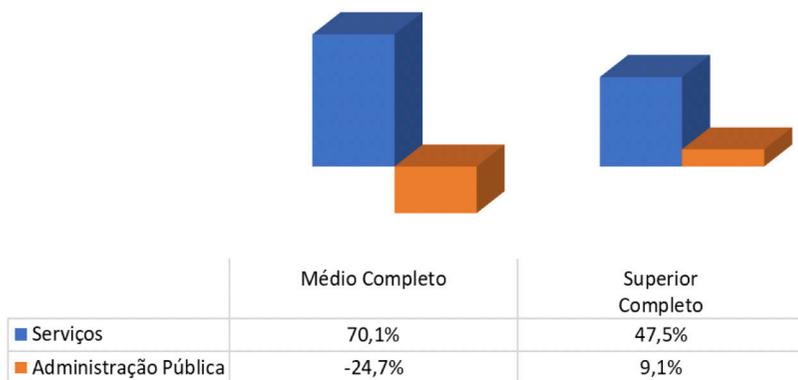
Fonte: RAIS - MTb Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

Do ponto de vista da escolaridade, a tabela 2 e o gráfico 3 são bastante elucidativos quanto às características do mercado de trabalho paraibano. A maior parte dos vínculos de emprego é ocupada por pessoas com ensino médio completo (41,8%), e esse grau de escolaridade se ampliou entre 2011 e 2019 de modo quase ininterrupto, quando chegou a 44,2%.

Claramente há uma ampliação dos vínculos de emprego com ensino superior completo, cada vez mais consolidado na segunda posição (em termos relativos, passou de 20,1% para aproximadamente 24,0% no período); e uma retração do nível fundamental completo, em franca decadência (de 17,1% para aproximadamente 13,0%).

Por fim, vale ressaltar que o crescimento do emprego de ensino médio (22%) é igual ao do ensino superior (23%), o que indica a tendência de continuidade dos empregos com perfil de ensino médio.

Gráfico 4: Crescimento dos vínculos segundo setor e escolaridade



Fonte: RAIS - MTb Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

O gráfico 4 faz um retrato do crescimento cruzando os principais setores de atividade econômica, do ponto de vista do emprego – administração pública e serviços privados – com os níveis de escolaridade preponderantes no mercado de trabalho paraibano.

Observa-se que a expansão do emprego no setor de serviços ocorre fundamentalmente em funções que exigem o ensino médio (70,1%), o que faz supor que haja preponderância de serviços de baixo valor agregado / especialização, embora também se verifique uma ampliação das vagas de ensino superior (47,5%).

O setor público, embora ainda seja o que concentra o maior número de vínculos, tem tido retração, principalmente no que diz respeito à redução das vagas com ensino médio (-24,7%). Os vínculos com ensino superior completo ampliaram-se no período (9,1%), indicando que o quadro de pessoal das administrações públicas não só está sendo “enxugado”, mas também que se tem buscado outro perfil do funcionalismo.

Tabela 3: Vínculos de emprego na Paraíba segundo o sexo

| Ano | Masculino | | Feminino | |
|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | Quantidade | Porcentagem | Quantidade | Porcentagem |
| 2011 | 353982 | 57,6% | 260831 | 42,4% |
| 2012 | 361435 | 57,5% | 266612 | 42,5% |
| 2013 | 378816 | 57,5% | 280426 | 42,5% |
| 2014 | 388981 | 57,3% | 290199 | 42,7% |
| 2015 | 377901 | 56,7% | 289129 | 43,3% |
| 2016 | 358552 | 56,5% | 276080 | 43,5% |
| 2017 | 360001 | 56,4% | 278269 | 43,6% |
| 2018 | 360940 | 56,4% | 278464 | 43,6% |
| 2019 | 363026 | 56,4% | 280774 | 43,6% |
| 2020 | 359595 | 57,2% | 269541 | 42,8% |
| Total | 3663229 | 56,9% | 2770325 | 43,1% |

Fonte: RAIS - MTb

Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

Em termos de distribuição dos vínculos por sexo, a tabela 3 demonstra que o mercado de trabalho paraibano é majoritariamente masculino, pois teve média de 56,9% de homens e 43,1% de mulheres entre 2011 e 2020. O crescimento de vínculos no período foi de 1,6% entre os homens e de 3,3% de mulheres.

Tabela 4: Distribuição e crescimento dos vínculos, segundo sexo, setor e escolaridade

| | Médio completo | | Superior Completo | |
|-------------------------------------|----------------|----------|-------------------|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Serviços (2020) | 51436 | 39474 | 18778 | 25064 |
| Crescimento (2011-2020) | 78,6% | 60,2% | 34,5% | 41,4% |
| Administração Pública (2020) | 22942 | 29384 | 33839 | 52805 |
| Crescimento (2011-2020) | -16,3% | -30,2% | 7,1% | 9,0% |

Fonte: RAIS - MTb

Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

O cruzamento dos dados de escolaridade (médio e superior completos), setores de atividade (serviços e administração pública) e sexo no período 2011 – 2020 nos permite identificar algumas tendências.

Em relação ao setor de serviços – o segundo com maior número de vínculos e o que teve o maior crescimento no período – observa-se que em 2020 havia uma maioria de homens com ensino médio (51436 contra 39474 mulheres), e a persistir o ritmo de crescimento do período (78,6% para homens e 60,2% para mulheres), essa vantagem tende a se ampliar futuramente.

O contrário pode ser dito sobre os vínculos com ensino superior completo nos serviços. As mulheres já eram maioria nesse segmento em 2020 (25064 contra 18778 homens) e cresceram 41,4% no período.

Há que se ressaltar, contudo, que uma eventual mudança no perfil do trabalhador(a) paraibano do setor de serviços está relacionado com o tipo de atividade propriamente dita e o nível de agregação de valor realizada pelas empresas do setor.

Na administração pública – que respondia por 37,9% dos vínculos em 2020 (tabela 1) mas teve um decréscimo acentuado entre 2011 e 2020 – as mulhe-

res eram maioria tanto entre os funcionários com ensino médio (29384 contra 22942 homens) como no nível superior completo (52805 contra 33839 homens). A persistir o percentual de crescimento em ambos os níveis de escolaridade verificado entre 2011 e 2020, as mulheres tendem a ocupar cada vez mais os cargos do superior completo.

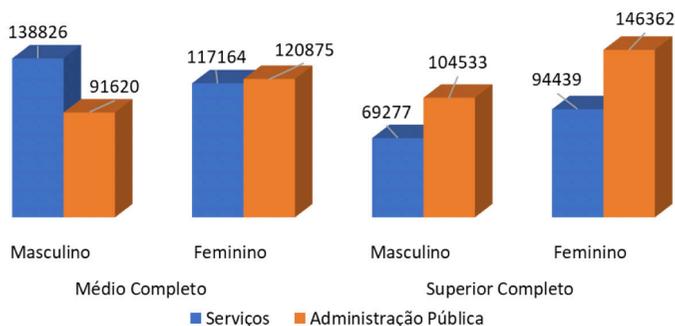
Tabela 5: Vínculos de emprego segundo a faixa etária

| Ano | Até 18 anos | 18 a 24 anos | 25 a 29 anos | 30 a 39 anos | 40 a 49 anos | 50 a 64 anos | 65 anos ou mais | | | | | | | |
|--------------|-------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|-----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|-------------|
| 2011 | 977 | 0,2% | 79288 | 12,9% | 98389 | 16,0% | 182516 | 29,7% | 143118 | 23,3% | 103579 | 16,8% | 6941 | 1,1% |
| 2012 | 1045 | 0,2% | 81433 | 13,0% | 100381 | 16,0% | 190101 | 30,3% | 142929 | 22,8% | 105048 | 16,7% | 7109 | 1,1% |
| 2013 | 1119 | 0,2% | 85699 | 13,0% | 105428 | 16,0% | 203397 | 30,9% | 145725 | 22,1% | 110162 | 16,7% | 7707 | 1,2% |
| 2014 | 1138 | 0,2% | 87527 | 12,9% | 106421 | 15,7% | 210883 | 31,0% | 148820 | 21,9% | 115905 | 17,1% | 8483 | 1,2% |
| 2015 | 950 | 0,1% | 80387 | 12,1% | 100389 | 15,1% | 210429 | 31,5% | 147659 | 22,1% | 117748 | 17,7% | 9466 | 1,4% |
| 2016 | 818 | 0,1% | 70054 | 11,0% | 91073 | 14,4% | 202961 | 32,0% | 143095 | 22,5% | 116621 | 18,4% | 10004 | 1,6% |
| 2017 | 730 | 0,1% | 66937 | 10,5% | 87979 | 13,8% | 206600 | 32,4% | 146889 | 23,0% | 118111 | 18,5% | 11018 | 1,7% |
| 2018 | 683 | 0,1% | 65743 | 10,3% | 86092 | 13,5% | 208266 | 32,6% | 149833 | 23,4% | 117240 | 18,3% | 11543 | 1,8% |
| 2019 | 678 | 0,1% | 66178 | 10,3% | 84625 | 13,1% | 206248 | 32,0% | 153420 | 23,8% | 119580 | 18,6% | 13065 | 2,0% |
| 2020 | 545 | 0,1% | 62903 | 10,0% | 82212 | 13,1% | 198500 | 31,6% | 154087 | 24,5% | 117615 | 18,7% | 13268 | 2,1% |
| Total | 8683 | 0,1% | 746149 | 11,6% | 942989 | 14,7% | 2019901 | 31,4% | 1475575 | 22,9% | 1141609 | 17,7% | 98604 | 1,5% |

Fonte: RAIS - MTb | Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

Por fim, em relação à faixa etária, a tabela 5 mostra uma concentração maior entre 30 e 39 anos (média de 31,4% dos vínculos entre 2011 e 2020), seguido da faixa de 40 a 49 anos (média de 22,9%); e de 25 a 29 anos (14,7%). Dentre estas, a faixa de 30 a 39 anos foi a que teve maior crescimento no período.

Gráfico 5: Distribuição dos vínculos na faixa etária de 30 a 39 anos, segundo sexo, setor e escolaridade



Fonte: RAIS - MTb | Elaboração: Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

O foco na análise da faixa de 30 a 39 anos (gráfico 5) reforça alguns pontos já indicados anteriormente: na administração pública preponderam os vínculos

das mulheres em relação aos homens e com ensino superior completo sobre o ensino médio.

Mas se considerarmos a faixa etária de 25 a 29 anos (gráfico 6), o recorte geracional evidencia no setor público uma presença bem menor de “jovens”; e o setor de serviços com vínculos entre 25 e 29 anos concentra, majoritariamente, trabalhadores e trabalhadoras com ensino médio completo, reforçando aspectos que denotam situação mais precária neste segmento, que, lembremos, teve o maior crescimento entre 2011 e 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este diagnóstico tenha se debruçado exclusivamente na análise de dados do mercado de trabalho formal, é fundamental ressaltar o peso histórico da informalidade do trabalho na Paraíba e, nesse sentido, o debate sobre a elaboração de políticas públicas do NAPP-PT da Paraíba deve contemplar temas ausentes nessa análise, como o fomento à economia solidária, à iniciativas de economia criativa, o fortalecimento dos espaços tripartites de deliberação de políticas públicas a partir de grupos de representação patronal e de trabalhadores organizados na sociedade, entre outras iniciativas.

O NEPP-PB, em parceria com a TV Roda de Conversa e a Juventude do PT, realizou uma *live*⁵ no dia 14/02/2022, com convidados e ouvintes que debateram sobre a pauta em questão. Nesta, pôde-se concluir que precisamos assegurar direitos para trabalhadores informais, pois, nos dias atuais, estes direitos estão voltados em maioria para os CLTs. Também, o desemprego na Paraíba está acima da média nacional e é bastante preocupante, pois não estamos vendo preocupação por parte do governo estadual, pode-se observar que as taxas não diminuíram, mesmo o estado tendo uma cultura extremamente rica. Além disso, foram debatidas possíveis soluções para a luta construtiva dessa causa:

5. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sOgqXAI5ak&list=PLscFjkqoYQtXiEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=9&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello.

| Retomada do crescimento econômico que gere empregos formais para a população brasileira em geral, pois as empresas precisam deste crescimento para dar continuidade e garantir crescimento.

| Revitalização dos espaços tripartites de deliberação sobre as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, incluindo o movimento sindical para que seja atuante nas políticas de emprego, renda e proteção social do trabalho.

| Articulação dos mecanismos multimodais, com forte enraizamento nos serviços públicos e realidades locais, ao modo de uma renda mínima, para ir ao encontro da evolução dos vínculos empregatícios mais “flexíveis”.

| Criação de uma série de ações e movimentos que nos tragam resposta e iluminem soluções, engajamento de pessoas e poderes públicos.

Concluimos que o (des)emprego nacional é um problema de todos, sendo assim, todos devemos remar juntos para enfrentarmos as dificuldades. É necessário que reconheçamos que o mundo já não é o mesmo de 10 anos atrás, e continuarmos com as mesmas ideias antigas torna-se fraqueza. Devemos aprender com o nosso passado e caminhar para um país com uma alta taxa de empregabilidade, assim como atuarmos diretamente em busca de melhorias e direitos para todos os trabalhadores.

O SETOR DA CULTURA

FÓRUM DE PRODUÇÃO CULTURAL DE JOÃO PESSOA
OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS DA PARAÍBA (OBSERVACULT)

CULTURA: RADIOGRAFIA DO SETOR

A Cultura representa 2,64% do PIB nacional e envolve mais de 200 mil empresas e instituições, arrecada mais de 10,5 bilhões de reais em impostos no país, contando com uma taxa de crescimento de 4,6%, índice maior que a taxa mundial, além de estar entre os dez setores que mais gera riqueza no país, superando a indústria têxtil, farmacêutica e de eletroeletrônicos.

Um estudo da FGV feito em 2018 comprova que para cada 1,00 real investido na cadeia da produção cultural, 1,59 reais retorna para a sociedade em valor líquido. Na Paraíba, este impacto é provavelmente maior, considerando a menor concentração econômica dos agentes. Dito isto, as áreas culturais que geram maior impacto econômico são:

1. Patrimônio Cultural (museus e memória);
2. Artes Cênicas;
3. Música;
4. Artes Visuais;
5. Audiovisual;
6. Humanidades (setor editorial).

Isso significa que cada investimento de 10 milhões de reais resultaria em 15,9 milhões de reais em forma de resultado bruto, gerando: arrecadação tributária

direta e indireta, fomento do tecido empresarial, geração de empregos diretos e indiretos, formalização das relações laborais, extensa capilarização de rendimentos, impacto econômico direto nas cidades, recuperação patrimonial e histórica e até equilíbrio social.

INDÚSTRIAS CRIATIVAS: O QUE SÃO?

Sítios Culturais: Sítios arqueológicos, museus e bibliotecas

Patrimônio Cultural: Artesanato, expressão cultural tradicional, festivais e celebrações

Artes Dramáticas: Música, teatro, dança, ópera, marionetes, circo etc.

Audiovisual: Cinema, difusão, televisão e rádio

Artes Visuais: Pintura, escultura e fotografia

Design: De moda, de interior, gráfico e de joias

Edição e Mídia Impressa: Livros, imprensa e outras publicações

Serviços Criativos: Arquitetura, propaganda, Pesquisa & Desenvolvimento e serviços culturais

Novas Mídias: Conteúdo digital, *software*, games e animação

RESULTADOS DA ECONOMIA CRIATIVA E O USO DA LEI ROUANET NA PARAÍBA

Na pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua – IBGE (2016), é notório que, embora a Paraíba seja o 7ª estado no *ranking* de pessoas ocupadas na economia criativa, ela ocupa o 24º lugar no *ranking* de rendimento médio real na mesma economia criativa. Na mesma forma contraditória, a Paraíba é a 6ª economia do Nordeste, porém é o 8º estado em captação de recursos via Lei Rouanet, perdendo inclusive para o Piauí, penúltima economia da região, que consegue maior rentabilização *per capita*. O Rio Grande do Norte ultrapassa o Maranhão em captação, atingindo um impacto *per capita* muito significativo: mais 7,92 reais do que a Paraíba.

Empresas sediadas na Paraíba investiram uma média de 1.136.982,64 reais/ano em projetos culturais, sendo que 27,93% desse valor não é investido em projetos

realizados no estado, apenas 40 proponentes de projetos, em 11 anos, conseguiram captar recursos, numa média de 819.399,74/ano.

Desse recurso, 84,38% fixou-se no município de João Pessoa 5,14% para Campina Grande 10,48% foram para Cajazeiras, Juripiranga, Nazarezinho, Parari, Patos, Poço de José de Moura, Sousa e Zabelê 0% para as restantes 213 cidades, 15,75% do valor total foi captado pela FUNJOPE, 28,65% dos recursos foram aportados em Teatro 17,10% em Patrimônio Cultural somando o total de 45,75% total de 40 proponentes, sendo que somente 4 possuem 50% do valor captado total de 47 empresas patrocinadoras, e um é responsável por 63,86% do total de investimento, e ainda, 90% dos patrocinadores PF não aportaram dinheiro em projetos paraibanos.

Dessa forma, analisando os números de IRPJ da Receita Federal referentes ao ano de 2018, o cenário é o seguinte: Cerca de 1.670 salários mínimos mensais deixam de ser retidos no estado e seguem para Brasília. Total de 1,6 milhão de reais por mês e de 20 milhões de reais por ano, com possibilidade de crescimento até 40 milhões de reais por ano de forma planejada, sustentada e agregadora.

INVESTIMENTOS NO ESTADO DA PARAÍBA

O governo do estado investe 6,4 milhões de reais e gera um impacto de 48 milhões de reais, 48.182 salários mínimos nacionais, resultando em 11,97 reais por habitante do estado. O cálculo aproximado de tributos (federais, estaduais e municipais) é de 16 milhões de reais.

De acordo com a *Folha de S.Paulo* (2019), mais de 50% do gasto dos governos em cultura vem das cidades. No ano de 2018, os gastos das cidades da “função cultura” foram de 4,83 bilhões de reais, o que configura 51,8% do total. Despesas registradas sob a rubrica “função cultura” nos orçamentos inclui despesas em patrimônio histórico e difusão cultural. São considerados apenas os gastos diretos dos governos (não estão computados os gastos tributários: gastos indiretos, por meio de isenções de impostos). A Paraíba aparece na 27ª posição dos estados que mais gastam com sua cultura.

SISTEMA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DA ECONOMIA CRIATIVA

Devemos considerar aqui:

- | FIC Augusto dos Anjos
- | Incentivo Fiscal Federal
- | Incentivo Fiscal Estadual
- | Match-funding
- | Empreender Cultural

RESUMO DOS INVESTIMENTOS

| MECANISMO | GOV PB | INVESTIDORES | IMPACTO (X 1,59) |
|--------------------------|---|---------------------------|-------------------|
| FIC Augusto dos Anjos | 3.000.000,00 | 1.500.000,00 (Ancine) | 7.155.000,00 |
| Incentivo Fiscal | 2.600.000,00 | 650.000,00 (PJ) | 5.167.500,00 |
| Empreender | 1.000.000,00 -1.180.986,66 (reembolso com tx juro) | 0,00 | 1.590.000,00 |
| Matchfunding | 1.000.000,00 | 492.537,31 (PJ e PF) | 2.373.134,32 |
| Incentivo Fiscal Federal | 0,00 | 20.000.000,00 (IRPJ e PF) | 31.800.000,00 |
| TOTAL | R\$ 6.419.013,34* | R\$ 22.642.537,31 | R\$ 48.085.634,32 |

*Incluindo reembolso do empreendedor

- | O governo do estado investe 6,4 milhões de reais e gera um impacto de 48 milhões de reais;
 - | 48.182 salários mínimos nacionais, 11,97 reais por habitante do Estado Cálculo aproximado de tributos* (federais, estaduais e municipais): 16 milhões de reais;
 - | Índice de alavancagem econômica: 7,4911 7,49 reais gerados por cada 1 real investido pelo governo do estado.
- *Carga fiscal média do Brasil: 33,5%.

Investidos em:

- | Arte, Cultura, Criatividade e Conhecimento;
- | Patrimônios Artístico, Cultural e Ambiental;
- | Intersetorialidade e Retroalimentação;
- | Acesso, Participação e Cidadania.

E se fosse mais?

| MECANISMO | GOV PB | INVESTIDORES | IMPACTO (X 1,59) |
|--------------------------|--|---------------------------|------------------|
| FIC Augusto dos Anjos | 15.000.000,00 | 10.000.000,00 (Ancine) | 39.750.000,00 |
| Incentivo Fiscal | 2.600.000,00 | 650.000,00 (PJ) | 5.167.500,00 |
| Empreender | 1.000.000,00 - 1.180.986,66 (reembolso com tx juro) | 0,00 | 1.590.000,00 |
| Matchfunding | 1.000.000,00 | 492.537,31 (PJ e PF) | 2.373.134,32 |
| Incentivo Fiscal Federal | 0,00 | 20.000.000,00 (IRPJ e PF) | 31.800.000,00 |
| TOTAL | 18.419.013,34* | 31.142.537,31 | 80.680.634,32 |

Em resumo:

- | O governo do estado investe 18,4 milhões de reais e gera um impacto de 80,6 milhões;
- | 80.841 salários mínimos nacionais 20,08 reais por habitante do estado. Cálculo aproximado de tributos (federais, estaduais e municipais): 27,02 milhões de reais.
- | Índice de alavancagem econômica: 4,3802 4,38 reais gerados por cada R\$1,00 investido pelo governo do estado para a UNESCO.

Devemos considerar, então, que para a UNESCO, em seu Relatório da Economia Criativa – incluindo as atividades satélite: turismo, alimentação & bebidas, comércio, telecomunicações, transportes etc. – 2013, a cada 1,00 real investido no setor são gerados 4 reais.

Assim:

- | O governo do estado investe 18,4 milhões de reais e gera um impacto de 202,9 milhões de reais;
- | 203.377 salários mínimos nacionais 50,51 reais por habitante do estado. Cálculo aproximado de tributos (federais, estaduais e municipais): 67,9 milhões de reais;
- | Índice de alavancagem econômica: 11,0195 R\$11,02 gerados por cada R\$1,00 investido pelo governo do estado.

Quanto às competências atribuídas por lei aos fundos, é oportuno considerar que estes foram definidos como mecanismo de fomento pela Lei 12.343/10, que instituiu o Plano Nacional de Cultura, no capítulo que trata das atribuições do poder público, de onde também se extrai que a destinação dos citados recursos públicos é obrigatoriamente vinculada ao fornecimento de apoio financeiro a projetos sociais e culturais, por meio de editais e seleções públicas.

Eis o texto do Plano Nacional de Cultura (PNC):

Art. 3º, Lei 12.343/10 (PNC): Compete ao poder público, nos termos desta Lei:

II - fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;

Na seara estadual, o Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos foi criado pela Lei estadual 7.516, de 24 de dezembro de 2003, cabendo à Secretaria de Estado de Cultura sua administração, à qual compete sua implementação, planejamento, monitoramento, aplicação e respectivos suportes técnico e material, sendo presidido pelo Secretário de Estado de Cultura.

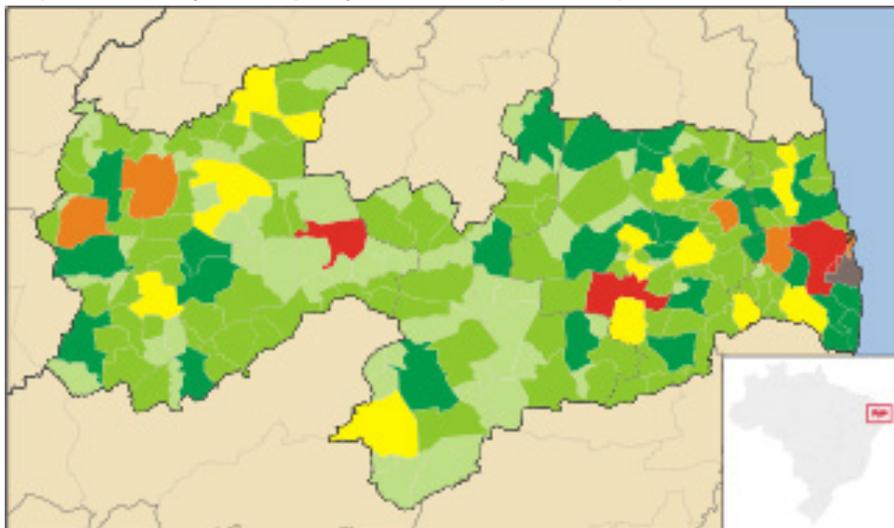
Assim, no âmbito da Paraíba, o FIC Augusto dos Anjos é um fundo de natureza contábil especial e tem por finalidade prestar apoio financeiro a projetos culturais de iniciativa de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas, que visem a fomentar e a estimular a produção artística e cultural do Estado da Paraíba.

O POVO PARAIBANO E SUAS CONDIÇÕES DE VIDA

EMILLY DOS SANTOS RODRIGUES¹

DEMOGRAFIA

Mapa 1: Distribuição da População Paraibana por município (2021)



Situando-se no Nordeste do Brasil e gerando conflito desde os primórdios entre diferentes povos que competiam por suas terras devido a sua localização estratégica, a Paraíba é uma das 27 unidades federativas do Brasil, dividida em 223 municípios. Com a colonização portuguesa, houve a solidificação dos primeiros

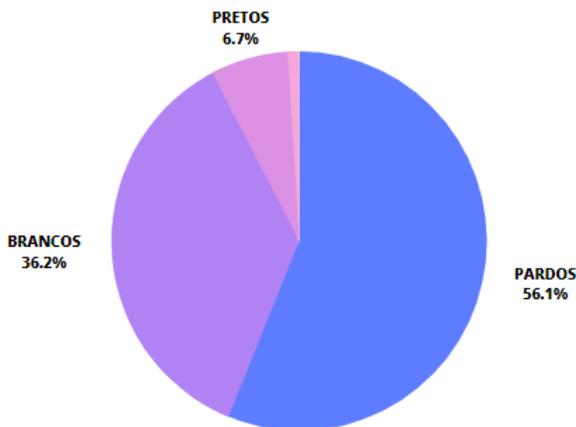
1. Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), membro da JPT Campina Grande-PB, estagiária do NEPP-PB.

núcleos urbanos do estado e o aproveitamento e investimento nas atividades agrícolas, principalmente no cultivo de cana-de-açúcar. Além disso, possui a Ponta do Seixas, ponto mais oriental do Brasil e da América. Com seu clima predominantemente tropical do tipo semiárido, a capital João Pessoa possui várias das mais belas praias do país, enquanto o sertão paraibano é uma das regiões mais secas.

O seu território equivale a 0,66% do brasileiro e com mais de 4,05 milhões habitantes (1,91% da população brasileira), o estado possui a vigésima primeira maior área territorial e o décimo quarto contingente populacional dentre os estados do Brasil.

A cidade com o maior número de habitantes é a capital João Pessoa, contando com mais de 825,8 mil habitantes e o menor é Parari, com 1.747 habitantes. A segunda maior cidade do estado é a também conhecida como Rainha da Borborema, Campina Grande, com aproximadamente 413,8 mil, conforme estimativas do IBGE para o ano de 2021.

Gráfico 1 - Distribuição da População Paraibana por município (2021)



Fonte: Wikipedia, com dados do IBGE

Em relação à cor, a maioria da população se declara parda (56,13%), seguida de brancos (36,20%), pretos (6,67%), indígenas (0,88%) e amarelos (0,11%). Mais de três

quartos dos paraibanos vivem em áreas urbanas do estado (81,61%). Por grupos de idade, os habitantes entre 0 e 14 anos correspondem a 23,49% da população.

Sendo reconhecido em todo o país pelo estilo marcante das suas tradições culturais, as festas religiosas e juninas atraem muitos turistas para o estado. O São João de Campina Grande (rainha da Borborema) é considerado a maior festa junina do mundo. Há ainda festivais folclóricos, os folguedos e cavalhadas, assim como a preservação de danças tradicionais, o coco de roda, a ciranda e o xaxado. Na música, exaltamos os ritmos forró, xote e baião.

Além disso, é o estado de fenomenais e excepcionais escritores brasileiros, como Ariano Suassuna, Augusto dos Anjos, Pedro Américo e José Lins do Rego. No que se refere às artes, o artesanato é uma importante prática de afirmação da cultura paraibana, com criações de peças de barro, couro e diferentes tipos de bordado. Já na culinária, são destaques os pratos típicos paraibanos de buchada de bode, cuscuz, carne de sol e bode guisado.

Diante dos dados e estatísticas apresentados, precisamos avaliar: Como vive o povo paraibano?

Vamos aqui avaliar o custo de vida, as necessidades básicas da população, sua expectativa de vida etc. Precisamos considerar que apesar de estarmos falando de um estado relativamente pequeno, a Paraíba possui algumas cidades que levam vantagem em relação às demais, como é o caso de João Pessoa e Campina Grande.

CUSTO DE VIDA NA PARAÍBA

Se observados os gastos em comparação com outras metrópoles, o custo de vida em João Pessoa e Campina Grande é relativamente baixo, supondo que estejamos falando de uma qualidade mediana de vida. Claro, isto depende do estilo de vida de cada um, mas de modo geral, vive-se melhor com a mesma renda, se comparado às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Pelo levantamento do DMI-VivaReal (2016), estima-se que morar em João Pessoa é 50% mais barato de se morar do que São Paulo, 35% menos do que Salvador, 20% menor que Fortaleza e 100% abaixo do Rio de Janeiro. Por exemplo, João Pessoa tem um dos metros

quadrados mais baratos do Brasil, custando 11 reais o metro quadrado, isso implica dizer que, uma casa de 100 metros quadrados pode ser alugada por 1.100 reais reais, um valor pequeno em relação ao mercado de outras grandes cidades. Ainda assim, segundo o site Custo de Vida, o custo de vida em João Pessoa é 18,3% mais alto que em Campina Grande, o que traz grande vantagem aos habitantes desta cidade e torna João Pessoa a cidade mais cara para se viver na Paraíba.

Por outro lado, conforme o Atlas da Extrema Pobreza (2010), aproximadamente 87% dos paraibanos que vivem em terras e domicílios agrícolas estão em condição de pobreza ou extrema pobreza. Dos pouco mais de 596 mil paraibanos que moram em domicílios agrícolas, residências nas quais pelo menos 67% da renda provém do setor agrícola, cerca de 328 mil vivem em condição de pobreza e outros 192 mil em estado de extrema pobreza. São considerados pobres ou extremamente pobres, os brasileiros com renda mensal de 140,00 reais e de 70,00 reais por pessoa, respectivamente.

O percentual de habitantes em condição de pobreza ou de extrema pobreza em relação ao total de habitantes é de 43%. No caso apenas dos domicílios urbanos não agrícolas – como no caso das grandes cidades, como Campina Grande e João Pessoa –, onde nenhum dos residentes trabalha com agricultura, o percentual dos paraibanos extremamente pobres cai para aproximadamente 10%, uma diferença exorbitante.

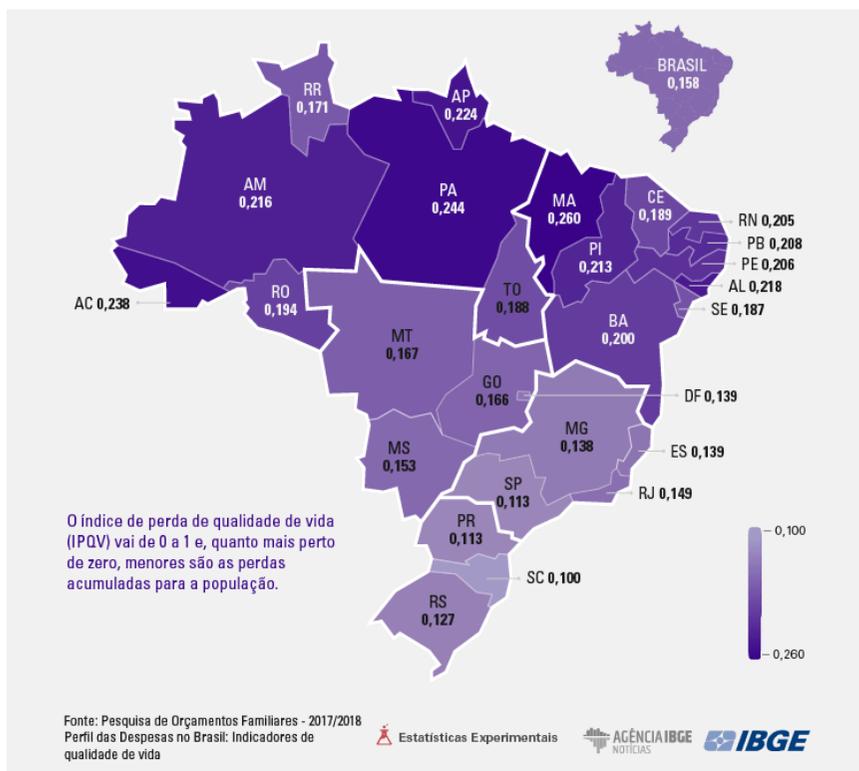
CONDIÇÕES DE VIDA

Desde o golpe de 2016, a Paraíba registrou a 8ª maior perda na qualidade de vida do Brasil nos anos de 2017 e 2018. De acordo com o módulo Perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida, da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, divulgado pelo IBGE. O estudo, que tem como base o conjunto de estatísticas experimentais do Instituto, apresenta dois novos indicadores, que medem a qualidade de vida da população. O índice de perda de qualidade de vida (IPQV) leva em conta moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, alimentação e saúde, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida e transporte e lazer. O indicador vai de 0 a 1 e, quanto mais perto de zero, melhor a qualidade de vida. Na Paraíba, o índice foi de 0,208.

No *ranking* nacional do índice de desempenho econômico (IDS), que apresenta a capacidade da sociedade gerar e criar recursos e convertê-los em qualidade de vida, a Paraíba também ocupou o 8º pior resultado (5,504). O índice resulta da combinação do valor da renda disponível familiar *per capita* com o IPQV.

Nas casas em que a pessoa de referência da família era homem, o IPQV foi de 0,151, um valor mais baixo (consequentemente uma melhor qualidade de vida) do que aquele mostrado quando a família era liderada por mulheres (0,169), que ficou acima do índice do Brasil. Já nas casas onde a pessoa de referência se declarou branca, o índice foi de 0,123, mais baixo do que o registrado nas famílias em que a pessoa de referência era preta ou parda (0,185).

Mapa 2: Índice de perda de qualidade de vida



As condições de vida extremamente inconsistentes no estado da Paraíba são resultado da desaceleração e fragilidade da economia associada aos níveis de concentração de renda e à baixa capacidade do Estado de reter parte significativa de sua força de trabalho em empregos. Usufruindo de uma renda familiar muito pequena, as famílias são obrigadas a mobilizar incansavelmente a força de trabalho disponível, inclusive de seus filhos ainda crianças, com prejuízos nas áreas de educação dos jovens: cerca de 16,7% da população de 10 a 13 anos trabalham. Valendo considerar que o trabalho infantil se sobressai principalmente nas zonas rurais.

Além disso, o estado da Paraíba possui uma pequena estrutura de base econômica que o torna inapto de reter, nos seus próprios limites, um impulso de trabalho que, já em grande parte submetida à situação de desemprego e subemprego, se expande, ano a ano, e pressiona o reduzido mercado de trabalho capaz de oferecer empregos produtivos.

ÍNDICE DE GINI POR REGIÃO

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a Paraíba é o terceiro estado mais desigual do país. Ainda de acordo com esta pesquisa, a aproximação de renda dos paraibanos em 2018 chegou a de 0,546 *per capita*, enquanto a média do país foi de 0,509. O cálculo é feito através do Índice de Gini, em que os resultados variam entre 0 e 1, ao passo que 0 corresponde à completa igualdade e 1 à total desigualdade. O rendimento médio mensal dos habitantes da Paraíba, incluindo todos os trabalhos e fontes de renda como aposentadoria, pensão, arrendamento e mesada, foi de 1.475,00 reais, uma baixa de 3,8% em relação ao resultado de 2018. A média nacional foi de 2,166,00 reais. No quesito rendimento por gênero, a pesquisa concluiu que enquanto as mulheres têm o rendimento médio de 1.449,00 reais, os homens recebem 1.643,00 reais.

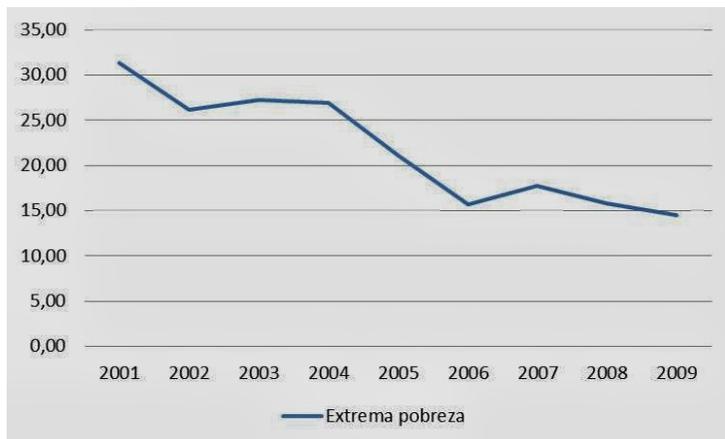
QUANTIDADE E LOCALIZAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA

O Bolsa Família foi criado em 2003, pelo então presidente da época, Lula. Com um gasto muito pequeno, que não chegava a meio por cento do PIB, ele con-

seguiu acabar com o círculo vicioso da pobreza. De 2001 a 2015, o programa foi responsável por uma redução de 10% da desigualdade no país. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgado em 2019 apontou que, antes de 2017, cada real investido no programa gera 1,8 reais no PIB, criando um efeito muito benéfico ao crescimento do país.

Em estudo realizado pelo IPEA, foi demonstrado que o Programa Bolsa Família teve um impacto de 28% na redução da miséria no Brasil no ano de 2012. Ainda com o referido estudo, o percentual de miseráveis, que era de 3,6%, subiria para 4,9% caso o Bolsa Família não existisse. A estimativa utilizou a linha oficial de pobreza extrema, que classifica como miserável quem sobrevive com renda *per capita* de até 70 reais por mês. Na Paraíba, entre 2001 e 2009, o percentual de pessoas que vivem em extrema pobreza diminuiu de 31,31% em 2001, para 14,57% em 2009. Uma redução de 54% no percentual de pessoas em estado de miserabilidade na Paraíba nesse período.

Gráfico 2: Percentual de Extrema Pobreza na Paraíba entre 2001 e 2009



A nota do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, que era de 0,649 no início dos anos 2000, chegou a 0,755 em 2016, o que indicava uma melhora. No relatório da ONU de 2015 sobre o índice, o Bolsa Família é visto como um programa social muito bem-sucedido. Desde que o programa foi lançado, mais de 5 milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza. E em

meados de 2009 o programa havia reduzido a taxa de pobreza em 8 pontos percentuais. Dessa forma, é ainda posto em evidência o aumento da escolaridade no país e avanços no combate à miséria, o que vai ao encontro da avaliação de especialistas consultados pela BBC Brasil, que veem nas políticas sociais a maior herança positiva dos 13 anos do PT no poder no Brasil.

O Auxílio Brasil é o novo programa social do governo federal que veio para substituir o antigo Bolsa Família. Em novembro de 2021, o benefício médio foi de 217,18 reais e, a partir de dezembro, o governo passou a pagar, no mínimo, 400,00 reais aos beneficiários.

Em janeiro de 2022, segundo dados divulgados pelo Ministério da Cidadania, 601.768 famílias paraibanas receberam o Auxílio Brasil, a Paraíba é o nono estado do país em número de beneficiados, ficando atrás de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Pará e Maranhão. O Auxílio Brasil promete manter as famílias como beneficiárias por até 24 meses caso a renda supere o limite para enquadramento no programa. No Bolsa Família, esse prazo era inexistente, o que comprova sua eficiência são os dados de redução na desigualdade no país, mencionados anteriormente.

EXPECTATIVA DE VIDA

Aqui, também de acordo com uma pesquisa divulgada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida é de 75,5 anos, e encontra-se abaixo da média do Brasil como um todo, que foi de 76 anos. O estado da Paraíba era o 9º com a menor expectativa de vida, na frente apenas do Maranhão, Piauí, Rondônia, Roraima, Alagoas, Amazonas, Pará e Sergipe.

No quesito mortalidade infantil, ainda de acordo com os dados, as chances de um recém-nascido não chegar ao seu primeiro aniversário na vida, tendo nascido no estado em 2017, era de 15,4%. Já na expectativa de vida dos idosos, em 1980, de cada mil pessoas que atingiam os 60 anos de idade, 351 atingiriam os 80 anos ou mais. Em 2017, de cada mil idosos com 60 anos, 569 completariam 80 anos.

REFERÊNCIAS

COSTAS, Ruth. "O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais". *BBC Brasil*, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru Acesso em: 13 abr. 2022.

ERNESTO, Angela. "Preço médio das casas para alugar em João Pessoa". *Blog Vila Real*, 2016. Disponível em: <https://vivablog.vivareal.com.br/cidades/preco-medio-das-casas-para-alugar-em-joao-pessoa/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

G1 PARAÍBA. "Paraibanos têm expectativa de vida de 73,8 anos e ficam abaixo da média nacional, aponta o IBGE, 2019". Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/11/28/paraibanos-tem-expectativa-de-vida-de-7355-anos-e-ficam-abaixo-da-media-nacional-aponta-o-ibge.ghtml> Acesso em: 13 abr. 2022.

JORNAL DA PARAÍBA. "Paraíba tem a oitava pior perda de qualidade de vida do Brasil, aponta estudo do IBGE, 2019". Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/2021/11/26/paraiba-tem-a-oitava-pior-perda-de-qualidade-de-vida-do-brasil-aponta-estudo-do-ibge> Acesso em: 13/04/2022.

NÓBREGA, José Maria. "Relação entre extrema pobreza e violência na paraíba". *Blog do Cientista Político José Maria Nóbrega*, 2013. Disponível em <http://jose-marianobrega.blogspot.com/2013/10/relacao-entre-extrema-pobreza-e.html> Acesso em: 13 abril 2022.

PARAÍBA. *Mundo educação*. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/paraiba.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CIDADES

FLÁVIO TAVARES¹

YURI DUARTE²

JACKELINE CARVALHO³

AS NOVAS CIDADES DO SÉCULO XXI (NAPP CIDADES)

A alteração do modelo de desenvolvimento urbano do país, em direção a cidades seguras, justas, equitativas, resilientes, sustentáveis, plurais e agradáveis de se viver requer mudança nos paradigmas que orientaram a estruturação das cidades brasileiras no século XX, baseados em um modelo de desenvolvimento que não respeitou o meio ambiente, priorizou a mobilidade motorizada individual, gerou segregação e exclusão socioterritorial, estimulou a especulação imobiliária, provocou uma expansão desmedida da zona urbana em detrimento da zona rural e priorizou os investimentos nas áreas já privilegiadas da cidade, entre outros aspectos.

Parte da crise em que vivemos hoje, pode ser caracterizada como uma crise urbana, reflexo desse modelo de desenvolvimento não sustentável e, por vezes,

1. Urbanista e atual diretor-executivo do Instituto Território. Foi secretário de planejamento do município de Conde, na Paraíba e hoje integra o Conselho Superior de Arquitetos do IAB, a rede BrCidades e o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Cidades da Fundação Perseu Abramo.

2. Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pós-graduando do Curso de Especialização em Assistência Técnica nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (ATAU+E/UFPB). Atuou como arquiteto na Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de João Pessoa entre 2011 e 2014. Foi coordenador de habitação da Secretaria de Planejamento na Prefeitura Municipal de Conde/PB, entre 2017 e 2020. Atualmente desenvolve projetos como arquiteto autônomo e atua como assessor técnico para a União por Moradia Popular da Paraíba (UMP-PB), sendo responsável técnico pelo Projeto de Regularização Fundiária, Melhorias Habitacionais e Ação Urbana colaborativa na Comunidade Terras Belas, no Município de Conde/PB.

3. Graduada em Ciência Política, possui mestrado e doutorado em Sociologia. Docente (doutora associada A-DE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), vinculada ao DCS (Departamento de Ciências Sociais). Atualmente é pesquisadora do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles e Líder do GEUR (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano).

perverso, responsável, inclusive, pela produção/aprofundamento da informalidade e desigualdades.

A transição para um novo modelo de cidade requer, então, reflexões críticas sobre os caminhos adotados até aqui e inovações nas políticas urbanas que priorizem a sustentabilidade ambiental e a transição ecológica, a reforma urbana e o combate às desigualdades, sem desconsiderar os aspectos econômicos e a geração de emprego, tendo como horizonte a busca pela construção de um bem-estar social, nunca verdadeiramente atingidos no Brasil.

A CENTRALIDADE DAS CIDADES NO SÉCULO XXI E O PAPEL DOS ESTADOS

Dado o reconhecimento, cada vez maior, do papel das cidades na estruturação do Estado Brasileiro, visto que é nelas e a partir delas que acontecem todas as trocas e relações cotidianas, é que temos nos debruçado para entender a sua apropriação efetiva pelos instrumentos e políticas urbanas construídas até aqui.

É fato que houve uma evolução legislativa grande em âmbito nacional nos governos Lula e Dilma no sentido de regulamentar os principais eixos do desenvolvimento urbano, que repercutiu administrativamente na criação, também, do Ministério das Cidades e, na prática, na criação de efetivos programas de aporte de recursos e desenvolvimento urbano local.

Ocorre que todo esse significativo avanço que tivemos em âmbito nacional serviu para ter experiências piloto de destaque no país, mas não repercutiu numa integração maciça dessa lógica nas administrações públicas municipais. As pequenas e médias cidades, maioria avassaladora dos municípios paraibanos, não possuem estrutura político-administrativa capaz de incorporar as diretrizes e demandas emanadas pelo governo federal. Por outro lado, quando o PT esteve no poder, e pôde coordenar uma política de financiamento urbano e habitacional em escala, inúmeros projetos puderam ser viabilizados nestes municípios, todos orientados por uma política estratégica nacional, com imenso suporte da Caixa Econômica Federal, no entanto, com pouca grênciã da realidade local.

Nos últimos anos, a partir do Golpe de 2016, observamos que a destruição de Programas, Projetos e ações que vinham sendo executados no campo habitacional afetou sobremaneira o estado da Paraíba. Destacamos como muito grave a extinção do Ministério das Cidades e, por consequência direta ou indireta (política), dos Conselhos Municipais na maioria dos municípios. Isso vem repercutindo, agravando e comprometendo toda a rede de cidades e os parâmetros que construíam as políticas municipais de desenvolvimento urbano. Essas instâncias tinham o papel fundamental de acompanhar, estudar, analisar, propor e aprovar as diretrizes para o desenvolvimento urbano, visando a promoção, compatibilização e integração do planejamento e das ações de gestão do solo urbano, habitação, saúde, educação, saneamento ambiental, mobilidade e acessibilidade.

A AGENDA URBANA E A REALIDADE NA PARAÍBA

De um modo geral, a realidade da administração pública nos municípios paraibanos demonstra pouca capacidade institucional no que se refere às questões habitacional e urbana. Também vale ressaltar a ausência de dados concretos e atualizados referentes à situação das cidades e das populações mais vulneráveis, sobretudo nas cidades pequenas e médias. Assim, é importante avaliar os principais instrumentos de política habitacional e de gestão urbanística aplicados pelos Executivos Municipais de modo que sejam sistematizados os dados e informações necessárias ao entendimento e análise dos problemas enfrentados pelos municípios na condução do seu processo de desenvolvimento urbano e em suas capacidades institucionais de estruturarem-se neste setor de política pública.

Desta forma, em uma brevíssima síntese analítica, percebemos que os municípios conseguiram passar por um processo de evolução frente aos marcos nacionais que vinham sendo aplicados quando da existência de uma política nacional integradora e coordenadora do processo, no entanto, com baixa ou nenhuma condição de reflexão sobre as peculiaridades socioterritoriais daquela região. Porém, quando o governo federal deixou de exercer esse papel,

pela falta de recursos, de interesses e de capacidade institucional, os municípios não onseguiram manter a qualidade de evolução possibilitada pelos marcos legais das políticas já instituídas.

Vale ressaltar aqui que, neste contexto, visualizamos o papel do governo do estado como essencial para apoiar, mais de perto, a conformação dessas políticas e realizar uma espécie de assessoria técnica para impulsionamento coordenado de macrorregiões do estado. A Paraíba viveu, durante os governos do PT, um alinhamento político-progressista com o governo federal, sobretudo durante a gestão do governador Ricardo Coutinho, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff.

Este período foi importante para o desenvolvimento de macroestruturas regionais, com significativos avanços na área de infraestrutura urbana e regional, como obras de segurança hídrica, ligações rodoviárias entre regiões desconectadas, construção de escolas técnicas e Institutos Federais, além de conjuntos habitacionais diversos. Esses investimentos guardam relação com os grandes programas federais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa Minha Vida (MCMV) etc.

Cumprir destacar uma importante estratégia criada pelo governo do estado nessa época, que foi o “Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba”, que criou uma nova relação entre o estado e os municípios. Era um programa de transferência voluntária de recursos ou bens aos municípios, em especial para as áreas da educação e saúde, mediante a pactuação de metas a serem alcançadas. O município não tinha a obrigação de contrapartida financeira, mas sim de realizar ações que melhorassem os indicadores sociais de seu município, a contrapartida solidária.

MOBILIDADE

No campo da mobilidade, em que pesem os significativos avanços rodoviários que o estado alcançou, com obras de construção e restauração de rodovias e demais infraestruturas viárias correlatas, pesa nas cidades, sobretudo na região metropolitana, a inação na transformação do paradigma da mobilidade automotora, que ainda é o grande protagonista dos investimentos nessa área.

Vemos ainda uma baixíssima autonomia dos municípios pequenos em ter o seu trânsito municipalizado, com estrutura própria de controle da sua mobilidade urbana, tendo um dos índices mais baixos do país de “municipalização do trânsito”, de acordo com o DENATRAN. Neste sentido, também vale destacar a dificuldade de gestão do transporte público na Região Metropolitana (RM) de João Pessoa, a maior aglomeração urbana do Estado, que sofre com uma estrutura gestora atrasada, com visão técnica voltada para o rodoviarismo, sem capacidade de compreender a importância deste modal para as cidades e promover adequado planejamento referente à complexidade do sistema de mobilidade metropolitana.

A estrutura de análise metropolitana extrapola o segmento da mobilidade e avança sobre todos os elementos do desenvolvimento urbano. Mais além das cidades pequenas e médias, as RMs representam estruturas urbanas complexas e sistemas de fluxos que precisam ser encarados a partir dessas peculiaridades. Na Paraíba, as RMs não possuem nenhum órgão/autoridade capaz de pensar, planejar e promover políticas públicas integradas. Fica, então, a reflexão sobre a necessidade de criação de uma instância pública intersetorial, transversal e integrada de planejamento e gestão, pelo menos na RM de João Pessoa, o maior e mais complexo aglomerado urbano do Estado.

MORADIA

No âmbito da moradia, vimos, nos anos de Lula e Dilma, a multiplicação de empreendimentos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida por diversos municípios do Estado e a construção de novas habitações como a principal política habitacional do momento. Percebemos, entretanto, como no resto do país, que isso resultou em uma periferização da habitação social e em outras externalidades que necessitam de reflexão. Sem desconsiderar a importância do Programa e o grande esforço para a mobilização de recursos públicos, é necessário que avancemos a partir do aprendizado com as experiências.

É preciso que tenhamos um leque aberto de alternativas de políticas públicas para a habitação, sobretudo a de interesse social, voltadas à população mais vulnerável. Com a pandemia da COVID-19 e a incompetência e desinteresse dos governos, a situação em relação ao déficit habitacional se agravou profunda-

mente. Ainda faltam dados atuais que orientem o planejamento, sendo este levantamento um dos primeiros objetivos.

Precisamos retomar ideias e conceitos deixados de lado e buscar certo afastamento de uma política neoliberal de estímulo pelo mercado e pela financeirização da moradia. Estimular a criação e implementação de programas pelo governo do estado e pelos municípios que não estejam focados só na construção de novas moradias. Intervenção em assentamentos precários, com melhorias urbanísticas e a regularização fundiária são urgentes e de extrema importância. A execução de melhorias habitacionais pode atuar na mitigação do déficit qualitativo, às vezes, de modo mais objetivo e, inclusive, barato.

É fundamental que o Estado e os municípios possam regulamentar a aplicação de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social e para isso podem lançar mão de parcerias e convênios com o Instituto e Conselho de Arquitetura e Urbanismo e as universidades.

POLÍTICA URBANA

O fortalecimento da Política Urbana, em especial nos pequenos e médios municípios é uma ação fundamental. É importante a priorização da elaboração e/ou revisão de leis fundamentais, tal como o Plano Diretor e outros instrumentos legais e de planejamento complementares para orientação da atuação da administração pública e da sociedade civil para o uso, ocupação e produção do espaço no âmbito do território municipal.

Instrumentos de política urbana devem estimular a mobilização de recursos para as questões aqui descritas. Impostos, fundos específicos, contrapartidas, devem ser utilizados para fortalecer a capacidade institucional de investimento nessas áreas.

Diagnosticamos que o equacionamento da política urbana passa, necessariamente, pela capacitação técnica e o fortalecimento institucional dos municípios, a fim de que estes consolidem suas competências de gerenciamento das estruturas administrativas nas questões afetas ao setor urbano e habitacional.

Apesar de compreender que o governo federal DEVE assumir o papel de planejar, gerenciar e financiar a macropolítica urbana e habitacional, entendemos também que o governo do estado também deve desenvolver seus programas regionalizados, que podem ou não ser integrados com os programas federais, de modo que se possa estimular um desenvolvimento urbano coerente e a implementação nas cidades de políticas públicas que garantam o Direito à Cidade e a Moradia Digna.

Infraestrutura, mobilidade, água, saneamento e lixo, moradia, acesso à serviços e equipamentos públicos são problemáticas urbanas e territoriais que devem ser encaradas com seriedade, ousadia e de modo integrado. É preciso que a questão urbana ganhe protagonismo na discussão política e seja peça central dos projetos e planos para as cidades na Paraíba e no Brasil.

Apontamos que as tarefas urgentes na luta por essa construção coletiva passam por:

- | Instituir mecanismos para o acompanhamento digital dos andamentos nas obras de infraestrutura, evitando assim que, após atingir sua conclusão ou durante sua extensão, haja atrasos desnecessários com vistas ao calendário eleitoral, a exemplo do Aluízio Campos, maior investimento em moradia popular do Brasil, arrastado por dois longos ciclos eleitorais.
- | Quando se trata de direito à cidade, o acesso é ponto fundamental, pois não há sentido em oferecer serviços inacessíveis. A qualidade do transporte em geral, quantidade de horários e veículos disponíveis, maior ou menor necessidade de consumir insumos agressivos ao meio ambiente, mesmo sendo questões em si, podem ser submetidas ao crivo popular e tratadas em conjunto otimizando tempo e recursos.
- | Restaurações nas políticas urbanas que objetivem o avanço sustentável ambiental e a transição ecológica, considerando os aspectos econômicos e a geração de emprego, para que possamos buscar a construção de um bem-estar social, algo que o Brasil necessita já há muito.

É necessário, ainda, haver uma série de ações e movimentos que nos tragam resposta e iluminem soluções, engajamento de pessoas e poderes públicos.

Assim como houve no governo do PT, o estabelecimento de uma política de financiamento urbano e habitacional em municípios que não possuem estrutura política-administrativa, para que tenham diversos projetos com o apoio de poderes públicos.

O urgente e essencial estabelecimento de uma instância pública intersetorial, transversal e integrada de planejamento e gestão do transporte público, para que garantam a mobilidade de seus moradores.

Reconhecemos que não basta somente focarmos na criação de novas moradias. É necessário, também, que reformas urbanísticas e a regularização fundiária ganhem atenção.

Garantir que a população tenha acesso ao básico para que possam viver em condições dignas: água encanada, saneamento, lixo, meios de mobilidade, infraestrutura etc.

Como vimos, todos os que tomarem do nosso pensamento haverão de concordar que um mínimo de qualidade de vida é direito fundamental do ser humano, sendo indispensável à dignidade da pessoa. Reconhecendo que a realidade da administração pública nos municípios paraibanos demonstra pouca capacidade institucional no que se refere às questões habitacional e urbana, é de suma importância avaliarmos os principais mecanismos de política e de gestão urbanística aplicados pelos poderes municipais, dessa forma, fortalecendo todos os âmbitos municipais, no objetivo de que estes obtenham sucesso em suas competências de gerenciamento das estruturas administrativas nas questões que dizem respeito ao setor urbano e habitacional.

SEGURANÇA PÚBLICA

ASTRONADC PEREIRA DE MORAES¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um diagnóstico da Segurança Pública da Paraíba, mas precisaremos antes situar o leitor sobre a dimensão material e administrativa do estado, para, no desenvolvimento do trabalho, colocarmos o cerne da questão e assim entendermos melhor a *“estrutura e ações do governo do estado na Segurança Pública”*, os *“dados estatísticos sobre a segurança pública da Paraíba”* e, por fim, *“entender as mobilizações e organizações da sociedade sobre a segurança pública do estado”*.

Essa lógica se dá tendo em vista que a dimensão de segurança pública não pode ser mais vista apenas pela perspectiva de ações policiais ou de uso da força pelo Estado. A sociedade brasileira é plural, com tamanha deterioração e desigualdades sociais, que tudo que envolve a polis pode diretamente ou indiretamente influenciar a (in)segurança pública, desde uma lâmpada queimada de um poste, bem como a segurança hídrica, trabalho e renda, território e clima, entre tantas outras variáveis e condicionantes. Ao final, faremos a devida conclusão.

1. Tenente da Polícia Militar da PB. Psicólogo, Especialização em Criminologia e Psicologia Criminal pela UNIPÊ-PB. Ex-conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da PB (CEDH). Especialista em gerenciamento de crises e negociação policial. Foi coordenador da Segurança da Fundac/PB. Palestrante na Front Line Defenders sobre Segurança Pública e Direitos Humanos, Irlanda, Europa. Instrutor do Centro de Formação de Policiais Militares da PB. Formador e Instrutor de Guardas Municipais na PB. Assessor especial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social da PB no departamento de Assuntos Estratégicos da SEDES/PB. Assessor do Secretário da Pasta de Segurança e Defesa Social (2013-2014). Integrou o Estado Maior Estratégico da Polícia Militar PB nos projetos de Implantação de Polícia Comunitária na PB. Integrou a equipe de especialistas em Segurança Pública, DH na construção do Plano Estadual de SP da PB. Atualmente é chefe da P3 do BEPTur da Polícia Militar da PB.

A SEGURANÇA PÚBLICA NA PARAÍBA

A (in)segurança pública passou a ser melhor analisada a partir da publicação dos Anuários de Brasileiros de Segurança Pública², uma fonte mais segura para a sociedade e a mídia analisarem a questão da segurança pública.

Assim, com o crescimento da criminalidade e da violência evidenciados, os investimentos em políticas de segurança vão se consolidando nos estados federados em maior ou menor dimensão de recursos. Parece que os governos estaduais passaram a encarar a segurança pública como problema, a partir do momento em que passaram a efetuar mais gastos e investir mais na área com o maior número de prisões efetuadas.

Dessa forma, a agenda do governo paraibano em relação à segurança pública como área estratégica passou a ser uma pauta de primeira ordem. A insegurança nas grandes cidades migrou para a vida interiorana dos campos, tornando-se um problema grave.

A Região Nordeste destaca-se como um grande território marcado por ações violentas e por insegurança, pois a taxa de homicídios ultrapassa 35 por grupo de cem mil habitantes. Assim, o Nordeste é considerado uma das regiões mais violentas do Brasil, até porque é a mais violenta em números absolutos, com mais de 20 mil pessoas assassinadas anualmente, o que corresponde a 40% dos homicídios no Brasil.

Evidentemente a integração e a gestão tiveram a contribuição de discussões qualificadas no meio acadêmico, governamental, policial e sociedade civil. Mingardi (2016) fala de Estado, polícias e Segurança Pública citando a questão das estatísticas criminais, informações sobre o aporte da segurança pública e o contingente policial, associando-os às estratégias incrementais de integração e gestão experimentadas nas unidades federativas. “Um triple é fundamental nesta perspectiva: aproximação da polícia com a população (polícia comunitária), uso intensivo de informações e aperfeiçoamento da inteligência” (MINGARDI,

2. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

2016, p. 12)³. Entretanto, não se pode perder de vista que uma segurança pública de qualidade precisa de investimentos expressivos e bem direcionados, assim como gestão qualificada e vontade política.

Na Paraíba, o governo do estado não conseguiu implantar e sistematizar a polícia comunitária, principalmente nas comunidades e territórios onde o poder e impacto do crime organizado, do tráfico e da violência é mais significativo. Por outro lado, contingentes de policiais são formados nas academias de polícia com capacitação a respeito da filosofia de polícia comunitária. No entanto, a implantação e operacionalização deste tão importante serviço público de segurança ainda é ignorado pelo o estado.

Segundo Lima (2015, p. 3), “talvez o maior paradoxo da democratização brasileira seja a sua coincidência com o aumento vertiginoso dos índices de criminalidade, o que acirrou os conflitos e aprofundou a desconfiança nas instituições democráticas”.

Em nosso estado, num período compreendido entre 1996 e 2014, ocorreram mais de 17 mil homicídios. Assim, foi preciso uma política forte para conter a insegurança no estado. A partir de 2011, o governo Ricardo Coutinho, através de seu secretário de Segurança Pública, Cláudio Coelho Lima (Delegado Federal), construiu o Programa Paraíba Unida pela Paz, que anos depois se tornou um programa de referência para o Brasil.

O Programa Paraíba Unida pela Paz foi construído a partir do “Fórum Paraíba Unida Pela Paz”, ocorrido em João Pessoa-PB, no período de 06 a 08 de julho de 2011. O Fórum recebeu dezenas de delegações da sociedade organizada e, ao final, foram criadas várias câmaras temáticas: Gestão Integrada, modernização e profissionalização do Sistema de Justiça Criminal; Segurança Pública, Defesa Civil, Territorialidade e Políticas Intermunicipais; Mídia, Segurança Pública, Controle e Participação Social e Cultura de Paz; Criança, Adolescente, Juventude, Violência e Cultura de Paz; Gênero, Homofobia, Grupos étnicos raciais, Violência e Cultura de paz; Crime Organizado, Drogas e Tráfico de Seres

3. BUENO, S.; LIMA, R. S. de; MINGARDI, G. *Estado, polícias e segurança pública no Brasil*. Rev. direito GV 12 (1), jan-apr 2016, p.12. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2317-6172201603>.

Humanos; Violência no Trânsito e Cultura de Paz; Sistema Prisional e Políticas de Ressocialização.

Ao final, foi constituída uma comissão de especialistas da área de segurança pública que elaborou o relatório final que indicava o caminho para uma política de segurança para o estado da Paraíba. Para tanto, era importante ter dados exatos e apoio da sociedade.

Desta maneira, observa-se como é realizada a gestão do planejamento das forças de segurança estadual, a qual é orientada prioritariamente para as manchas criminais. Um dos problemas dessa lógica evidenciava-se pelas reclamações quanto à ausência de policiamento em áreas não concebidas como apresentando índices criminais de relevância. Mas, de forma geral, indicava-se que a polícia fosse vista e reconhecida o maior tempo possível durante o patrulhamento e os policiais tivessem maior contato e interação com a comunidade e com o cidadão comum, fortalecendo os vínculos da polícia com a sociedade.

O PROGRAMA PARAÍBA UNIDA PELA PAZ AINDA ESTÁ EM VIGOR NO ESTADO

É observado através das estatísticas ofertadas pela Secretaria da Segurança e da Defesa Social (SEDS) que a segurança pública está no caminho certo na Paraíba. Os números de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) demonstravam redução devido à presença e à atuação da polícia que passou a ser mais percebida nessas áreas onde a mancha criminal é mais acentuada. Consequentemente, a polícia é melhor avaliada pela comunidade beneficiada.

Entretanto, quais seriam os métodos que estariam por trás da gestão da segurança pública em apresentar números favoráveis e mais aceitáveis pela sociedade local, posto que a polícia mantém-se fortemente dentro das manchas criminais enquanto estas durarem e menos atuantes fora das manchas criminais?

O Programa Paraíba Unida pela Paz possui linhas de ações pertinentes, que foram construídas a partir do processo de diálogo com a sociedade, tais como: (i)

formação continuada e capacitação dos profissionais da segurança pública; (ii) diminuição expressiva da criminalidade através de novos departamentos especializados e estratégicos – utilizando-se como ferramentas tecnológicas a análise criminal com operações de análise e operações de inteligência direcionada através do sistema integrado de inteligência (repressão qualificada); (iii) prevenção social e da violência (projetos e ações que objetiva-se a inibir ou impedir que a violência ocorra num dado território, possibilitando condições sociais para impedir o crime; (iv) atualização das instituições que operam a segurança pública no estado com aparelhamento, modernização de processos técnicos, protocolos e rotinas relacionadas à capacidade técnica operacional das instituições policiais e do Sistema de Justiça Criminal; (v) informação e gestão de conhecimento, integrando os órgãos operativos; (vi) integração, cooperação e conduta sistêmica entre os órgãos operativos, com maior articulação e cooperação com outros poderes e participação objetiva dos segmentos sociais, todo este processo buscando a integração das instituições e órgãos. (PARAÍBA, 2010, p. 41).

Para que o “Paraíba Unida pela Paz” fosse reconhecido, foi pensado que sua construção e sistematização deveria levar em conta como fator primordial a integração entre os órgãos operativos da Secretaria de Segurança de Defesa Social da PB, Polícia Militar e Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Sociedade civil e Municípios, DETRAN, Corpo de Bombeiros, Instituto de Perícia Criminal, estados conveniados e que fazem fronteiras com a PB, e sociedade civil representativa, assim criando uma ação sistêmica.

O foco da SEDS é o resultado, assim as operações realizadas pela SEDS ocorrem a partir do planejamento operacional com foco no preventivo. Para isso, é realizada uma análise das informações, direcionando o contingente policial e a estrutura da segurança pública a atuar nas manchas criminais. Assim, buscando uma maior satisfação do contribuinte nas ações da polícia paraibana, o que reflete diretamente no governo do estado.

Notadamente, os gestores dos órgãos policiais e não policiais (SJC) possuem acesso aos dados coletados. Toda semana, estes dados são devidamente discutidos com os gestores, tentando aperfeiçoar as ações e prever as prospecções possíveis da criminalidade. As ações correm na perspectiva de cada vez mais as

repressões serem qualificadas e inteligentes. A cada final de mês, os gestores (Comitê Executivo) se reúnem com o governador do estado, João Azevedo, para apresentar o quadro mensal e detalhar novas metas de combate e inibição à criminalidade violenta.

O “Paraíba Unida pela Paz” trouxe reformas e Compatibilização das Áreas Integradas de Segurança. Através do Decreto-lei 34.003 de 05 de junho de 2013, que regulamentou o art. 3^a, da Lei complementar 111, de 18 de dezembro de 2012, visando à integração territorial das regiões, áreas e distritos integrados de segurança pública e defesa social, assim a efetivar uma política de estado de forma sistêmica e permanente, com responsabilidade mútua na busca por resultados, é a busca por uma política de segurança pública de estado e não apenas de governo.

A compatibilização das áreas, territórios e regiões proporcionou à SEDS sessenta e oito Distritos Integrados de Segurança e Defesa Social – DISP. O DISP é a menor circunscrição com responsabilidades compartilhadas formados de bairros e municípios. Ainda mais vinte áreas integradas de Segurança e Defesa Social – AISP. As AISP, têm um nível abaixo de comando, mas responsabilidades também compartilhadas, com comando sobre as AISP.

Assim as AISP possuem sua gestão comandada e compartilhada por um Delegado de Polícia Civil e por um Oficial da Polícia Militar. Estes são detentores da gestão e responsabilidade pelas operações conjuntas entre as duas polícias. Estes gestores mantêm o hábito semanal de se reunir para análise dos dados e construir novas estratégias para diminuição dos CVLs na região, da criminalidade e da violência. Esta formalidade foi publicada no “Diário Oficial do Estado da PB”, em 15 de dezembro de 2012.

É importante destacar que os gestores, periodicamente, participam da reunião dos gestores de Segurança Pública. Participaram da reunião o Secretário de Segurança e Defesa Social, Comandante Geral da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Delegado Geral da Polícia Civil, representantes do Tribunal de Justiça da PB e Ministério Público, entre outros. Cumpre papel decisivo o Núcleo de Análise Criminal da SEDS. Com os dados coletados dos órgãos que compreende a Se-

gurança Pública do estado, é possível uma análise mais fidedigna e criteriosa para realização de novas ações de segurança.

Através da Lei 9.708, o governo da Paraíba instituiu aos policiais uma bonificação pecuniária por apreensão de armas de fogo sem registro e/ou sem a devida autorização de porte ou que se encontre em flagrância delitiva. Já em junho de 2012, o Decreto-lei 33.024 trouxe os valores a serem remunerados aos policiais de acordo com as armas apreendidas em ação policial.

Esta foi uma das providências bastante exitosas na Segurança Pública da Paraíba. Esta medida trouxe uma significativa diminuição de armas ilegais em circulação no estado. Foi pensado com o objetivo de diminuir o principal instrumento de causa do CVLI e que se confirmou em resultados positivos durante os últimos anos.

O Programa “Paraíba Unida Pela Paz”, oferece aos profissionais da segurança e Defesa Social, o PPUP, através da Lei 10.327 de 11 de junho de 2014, sua principal motivação são os resultados de cada órgão compreendido na sua atuação territorial (Compatibilização). O PPUP está destinado a policiais militares, policiais civis e Bombeiros Militares, lotados nas instituições que compõem o sistema de segurança e Defesa Social em razão do desempenho destes profissionais que diuturnamente (seja na operacionalidade ou no meio administrativo) aplicam a lei e salvam vidas na condução incessante de se reduzir os crimes violentos letais – CVLI, nos territórios integrados e compatibilizados. O PPUP é pago àquele território que consegue reduzir semestralmente os números do CVLI.

O Paraíba Unida pela Paz, criou e formalizou o Sistema Estadual de Inteligência dentro da estrutura de Segurança e Defesa Social da PB, sendo criado pela Lei 10.338, de 02 de julho de 2014, sob a chefia do Secretário de Estado da Segurança e Defesa Social (SEDS). A Inteligência passou a ter uma estrutura orgânica mais compreendida e formal, obedecendo critérios, protocolos e metodologias formais dentro do Sistema de Segurança e Defesa Social. Assim, foram desmantelados as antigas PM2 e grupos de informações, através de uma nova compreensão estratégica de buscar melhores resultados, a inteligência passou a ter um papel fundamental na Segurança Pública da PB.

O Sistema de Inteligência absorveu e modernizou a atividade de inteligência e de contrainteligência da Segurança – utilizando a modernização e implementação de recursos tecnológicos, formação continuada e capacitação para os operadores da inteligência e gestores, buscando aquisição de ferramentas orgânicas para as atividades de inteligência, cooperação técnica e operacional com agências de Inteligências de órgãos da administração federal, estadual e até as instituições do poder municipal.

A gestão do planejamento, coordenação e execução do Sistema de Inteligência ficou sob a responsabilidade da Coordenação Integrada de Inteligência de Segurança e Defesa Social – CIISDS. Dentro do Sistema foi construído para fins de instrumentalização do Sistema o Conselho Estadual de Inteligência – CEI, na verdade um colegiado, coordenado pelo Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, participando o Corregedor Geral da SEDS, que por lei é um civil, o coordenador do Sistema de Inteligência, pelos chefes dos subsistemas de Inteligência, por um representante do Ministério Público Estadual, e por representantes do Gabinete de Gestão Integrado de Inteligência – GGI.

Pontua-se que a lei que criou o Sistema de Inteligência na PB tratou de garantir junto às atividades de coordenação no que diz respeito à persecução criminal concernente à Polícia Judiciária, à formalização da lei ofertou em sua obrigatoriedade a todos os órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta estadual, o acesso às informações ou documentos à CIISDS, logicamente observado e garantindo seu nível de sigilo.

É importante salientar que o objetivo inicial na criação do Sistema Integrado de Inteligência naturalmente e com investimentos expressivos é que se alcançaria a efetividade de uma agência de Inteligência que daria uma capacidade enorme à Segurança Pública de atuar proeminentemente no combate e inibição da criminalidade violenta, o que ainda não foi possível, a agência de Inteligência não saiu do papel.

Outra crítica se deu na criação de uma Corregedoria Geral Única e Forte, tema este muito discutido e aprovado pelo Fórum “Paraíba Unida pela Paz”, foi mais uma expressão da vontade popular durante as Câmaras Temáticas do Fórum.

Notadamente a Assembleia Legislativa da PB recebeu o projeto de criação desta Corregedoria. O Projeto de Lei 1.170 foi criado em 2012, entretanto, este tema foi por demais debatido nas instituições, audiências públicas, debates, e infelizmente ainda não concluído pela Assembleia Legislativa da PB. É uma disputa de ideias e de campos de atuação, sem que haja um forte interesse dos entes corporativos e do governo do estado.

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA NA PARAÍBA

Tabela 1: Dados da segurança pública e demonstrativo de mortes violentas intencionais - MVI

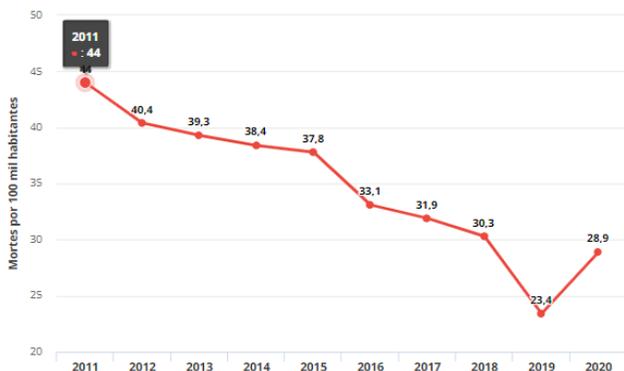
| Brasil e Unidades da Federação | Morte Decorrente de Intervenção Policial (em serviço e fora de serviço) | | Mortes Violentas Intencionais – MVI | | |
|-----------------------------------|---|--------------|-------------------------------------|---------------|--------------|
| | Ns. Absolutos | | Ns. Absolutos | | Variação (%) |
| | 1º semestre | | 1º semestre | | |
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | |
| Brasil | 3.002 | 3.181 | 24.012 | 25.712 | 7,1 |
| Acre ⁽²⁾ | 12 | 16 | 156 | 164 | 5,1 |
| Alagoas | 51 | 57 | 614 | 707 | 15,1 |
| Amapá | 61 | 70 | 196 | 206 | 5,1 |
| Amazonas | 36 | 54 | 524 | 544 | 3,8 |
| Bahia | 361 | 512 | 2.951 | 3.249 | 10,1 |
| Ceará | 84 | 96 | 1.190 | 2.340 | 96,6 |
| Distrito Federal | 4 | 8 | 235 | 230 | -2,1 |
| Espírito Santo | 18 | 26 | 542 | 642 | 18,5 |
| Goias ⁽²⁾ | ... | ... | 970 | 805 | -17,0 |
| Maranhão | 44 | 35 | 766 | 908 | 18,5 |
| Mato Grosso ⁽²⁾ | 28 | 52 | 418 | 424 | 1,4 |
| Mato Grosso do Sul ⁽²⁾ | 32 | 15 | 258 | 274 | 6,2 |
| Minas Gerais ^{(2) (6)} | 57 | 60 | 1.392 | 1.421 | 2,1 |
| Pará | 367 | 259 | 1.921 | 1.439 | -25,1 |
| Paraíba ⁽²⁾ | 16 | 19 | 458 | 546 | 19,2 |
| Paraná | 155 | 179 | 1.114 | 1.279 | 14,8 |

Segundo dados coletados e publicados em matéria jornalística do site G1 (G1-PB, 2020) através do Anuário de Segurança Pública, a Paraíba registrou um au-

mento de 19% nas mortes violentas intencionais. O Anuário contabilizou 546 mortes violentas intencionais no primeiro semestre de 2019. Deve-se levar em conta que no âmbito do nosso país, a Paraíba registrou o segundo maior crescimento percentual do país nos casos de mortes violentas intencionais no primeiro semestre de 2020, conforme o Anuário de Segurança Pública. De acordo com os dados divulgados, o estado da PB teve um aumento de 19,2% em relação ao mesmo período de 2019.

Em 2020, a Paraíba registrou um aumento de 23,1% no número de mortes violentas intencionais, se comparado com 2019, os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que apontam o fim de nove anos de reduções consecutivas (G1-PB, 2021).

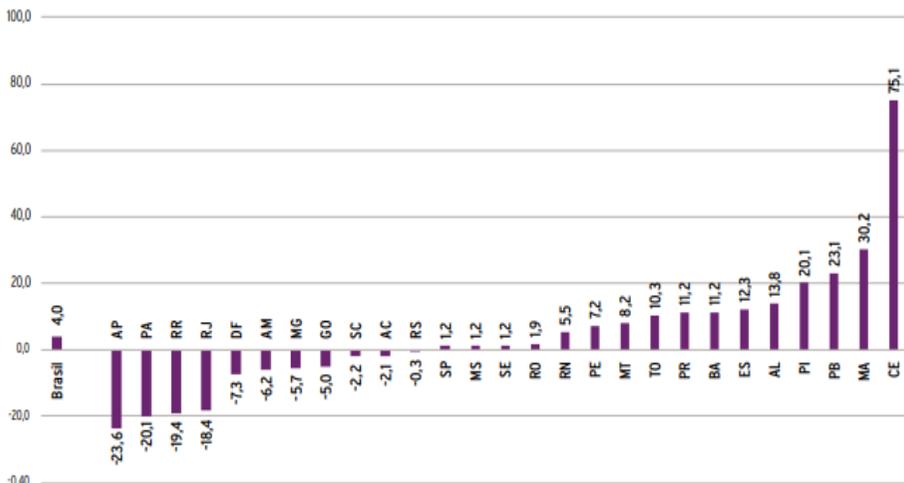
Gráfico 1: Série Histórica de Mortes Violentas Intencionais na Paraíba



Fonte: G1 – PB.

Mesmo com os dados representando um aumento negativo, é preciso notar que no acúmulo entre 2021 e 2020 a Paraíba tem a quinta maior redução de mortes, visto que o índice de 2020 na Paraíba é 34,3% menor do que aquele de 2011. A Paraíba empata com Minas Gerais e fica atrás do Distrito Federal (-51,4%), Alagoas (-51,1%), Ceará (-39,7%) e Paraná (-34,7%) no acumulado, cita a matéria do G1. Ainda há de se fazer o registro de que houve redução no número de roubos e furtos no estado, de 22,8% nos roubos e furtos de veículos de 21,2% em roubos gerais (CVP).

Gráfico 2: Demonstra o comparativo e a projeção da Paraíba frente aos demais estados da federação.



Fonte: Anuário da segurança pública do Brasil (p. 23).

Tabela 2: Despesas com a função Segurança pública

| Região e UF | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Variação (em %) |
|---------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------|
| Brasil | 6.394.333.666,53 | 6.432.879.699,28 | 6.449.729.098,70 | 15.532.422.999,20 | 17.838.121.864,40 | 7.354.211.574,71 | 7.442.204.072,40 | 8.138.774.716,04 | 8.412.203.643,49 | 8.763.864.594,78 | 33,1 |
| Acre | 45.475.636,43 | 53.934.696,26 | 54.075.003,00 | 62.799.951,48 | 53.911.054,03 | 498.534.656,86 | 548.381.790,44 | 427.950.849,53 | 493.570.353,34 | 493.953.295,05 | 8,5 |
| Amapá | 493.902.125,45 | 593.402.349,28 | 753.550.564,99 | 82.475.045,58 | 58.273.537,05 | 475.323.275,45 | 500.256.874,86 | 489.227.978,64 | 606.364.325,29 | 792.252.448,84 | 53,3 |
| Amazonas | 1.330.339.950,65 | 1.593.403.345,77 | 1.606.456.796,99 | 1.846.071.542,50 | 1.697.488.495,02 | 1.604.732.276,63 | 1.578.956.656,67 | 1.842.668.906,56 | 2.048.459.954,54 | 2.044.446.454,49 | 60,4 |
| Pará | 1.877.436.957,50 | 2.882.270.638,40 | 2.307.281.818,80 | 2.579.506.444,94 | 2.452.464.775,08 | 2.553.760.749,02 | 2.579.951.982,34 | 2.903.200.794,44 | 2.943.447.535,50 | 2.966.553.398,06 | 58,0 |
| Paraná | 1.071.464.453,24 | 1.886.532.399,46 | 1.934.371.332,46 | 1.777.796.554,32 | 1.207.484.038,49 | 874.874.024,07 | 895.867.664,43 | 903.263.857,47 | 853.970.999,58 | 899.043.935,87 | -94,7 |
| Roraima | 235.883.558,30 | 228.459.732,69 | 284.993.721,69 | 335.552.348,20 | 373.484.344,43 | 408.934.766,87 | 440.123.931,07 | 405.445.854,72 | 288.1942,22 | 391.078.826,42 | 45,8 |
| Tocantins | 859.691.354,90 | 844.554.475,82 | 851.243.498,44 | 799.393.142,03 | 795.879.370,73 | 839.890.466,48 | 896.453.699,69 | 879.628.723,31 | 1.079.960.495,47 | 1.029.726.463,46 | 24,8 |
| Nordeste | 14.705.598.458,64 | 16.500.891.852,79 | 15.332.494.324,76 | 16.292.083.652,19 | 15.728.830.874,64 | 16.445.243.628,94 | 16.796.494.023,93 | 17.728.926.082,31 | 18.145.075.904,96 | 17.750.931.663,03 | 20,7 |
| Alagoas | 1556.902.298,83 | 1.225.931.076,43 | 1.438.522.822,88 | 1.458.842.832,32 | 1.320.050.899,28 | 1.966.440.762,20 | 1.244.939.570,97 | 1.251.228.764,11 | 1.559.058.879,29 | 1.354.986.271,00 | (7),1 |
| Bahia | 4.059.170.807,43 | 4.684.436.051,49 | 4.187.259.025,74 | 4.705.460.833,79 | 4.641.372.796,49 | 4.760.591.103,40 | 4.549.076.407,03 | 4.662.402.227,73 | 4.642.403.355,77 | 4.326.663.277,33 | 3,9 |
| Ceará | 1.562.044.939,45 | 2.081.541.931,32 | 2.316.935.544,38 | 2.335.963.025,86 | 2.262.494.475,59 | 2.888.393.207,89 | 2.400.234.787,33 | 2.763.339.422,50 | 2.842.399.793,74 | 3.105.582.669,99 | 95,0 |
| Maranhão | 1.166.311.230,70 | 1.029.995.027,90 | 1.200.448.127,29 | 1.494.232.128,20 | 1.408.255.794,63 | 1.593.472.080,73 | 1.343.97.875,70 | 1.960.130.301,82 | 2.032.659.764,69 | 1.954.383.743,40 | 49,0 |
| Pernambuco | 1.033.148.892,00 | 1.140.655.487,38 | 1.256.332.244,91 | 1.181.463.344,99 | 1.106.345.395,49 | 1.286.803.049,40 | 1.295.238.823,63 | 1.352.971.532,80 | 1.386.300.465,05 | 1.471.003.565,65 | 37,1 |
| Piauí | 3.203.575.332,34 | 3.302.407.302,46 | 2.879.832.229,46 | 2.463.703.662,27 | 2.623.927.944,60 | 2.979.235.544,60 | 2.807.665.644,00 | 2.979.235.544,60 | 2.985.945.280,27 | 2.880.951.351,77 | -61,1 |
| Pernambuco | 388.475.642,71 | 379.640.342,39 | 36.836.859,41 | 80.984.524,56 | 285.448.278,42 | 804.479.430,03 | 792.978.805,80 | 799.000.433,02 | 890.295.942,37 | 795.833.782,84 | 103,3 |
| Rio Grande do Norte | 944.744.271,95 | 1.024.341.097,16 | 1.024.341.097,16 | 1.024.341.097,16 | 991.681.038,63 | 1.025.254.782,48 | 983.317.470,32 | 1.045.734.468,81 | 1.203.644.063,05 | 1.038.238.393,89 | 9,7 |
| Sergipe | 1.098.925.303,81 | 1.197.475.367,26 | 1.033.223.334,05 | 1.036.435.922,32 | 978.911.489,19 | 942.550.394,02 | 938.500.636,51 | 956.072.434,58 | 989.128.393,43 | 956.784.604,13 | -12,9 |
| Sudeste | 5.729.876.790,39 | 6.192.127.245,19 | 6.426.481.239,76 | 6.529.776.322,42 | 7.039.210.879,33 | 7.033.294.276,43 | 7.696.415.165,40 | 7.936.106.316,97 | 8.519.012.211,03 | 7.955.376.792,40 | 38,8 |
| Goias | 2.826.487.455,40 | 2.932.949.234,91 | 2.720.187.814,41 | 2.977.946.538,89 | 3.724.552.259,23 | 3.455.999.912,64 | 3.494.316.655,94 | 3.443.618.832,40 | 3.443.618.832,40 | 3.196.756.743,40 | 26,1 |
| Minas Gerais | 1.279.230.888,55 | 1.609.429.825,34 | 1.653.460.075,75 | 1.526.235.544,02 | 1.768.479.998,41 | 1.285.544.214,64 | 1.719.655,076,40 | 2.294.075.309,48 | 2.468.675.971,70 | 2.577.012.213,49 | 49,0 |
| Mato Grosso do Sul | 1.422.302.901,30 | 1.523.842.861,98 | 1.250.417.895,19 | 1.302.241.482,28 | 1.341.403.736,98 | 1.499.525.449,27 | 1.487.222.532,02 | 1.233.843.800,05 | 1.598.846.264,24 | 1.240.079.429,28 | -62,8 |
| Distrito Federal | 507.465.625,07 | 858.465.369,39 | 803.961.848,68 | 1.101.289.487,31 | 844.828.945,43 | 82.247.462,33 | 909.799.579,02 | 905.056.405,90 | 929.187.867,40 | 915.520.891,87 | 92,4 |
| Sul | 32.384.753.644,40 | 31.040.131.305,00 | 33.753.021.239,35 | 36.162.422.249,30 | 37.973.907.624,63 | 34.844.279.024,92 | 34.051.467.239,67 | 33.963.897.427,04 | 33.093.663.197,76 | 31.761.867.848,50 | -1,9 |
| Espírito Santo | 1.302.79.802,27 | 1.426.299.981,71 | 1.547.703.103,03 | 1.656.444.391,26 | 1.54.948.141,96 | 1.503.902.344,60 | 1.535.639.399,36 | 1.575.667.352,00 | 1.473.744.024,07 | 1.408.398.431,23 | 7,9 |
| Paraná | 2.601.468.224,83 | 3.191.507.745,07 | 3.365.604.830,30 | 3.440.524.740,91 | 4.110.215.847,95 | 4.378.226.997,02 | 4.832.395.471,64 | 4.159.686.904,16 | 3.986.054.602,75 | 3.687.000.866,21 | 41,7 |
| Rio Grande do Sul | 3.044.979.131,61 | 3.391.907.879,13 | 3.476.969.367,34 | 4.131.642.512,21 | 3.807.498.651,93 | 3.830.291.527,80 | 4.242.065.267,43 | 4.832.821.439,77 | 5.038.747.856,99 | 5.536.340.310,10 | 81,6 |
| Santa Catarina | 2.408.400.203,35 | 2.178.891.107,07 | 2.263.378.964,00 | 2.070.979.964,00 | 2.508.439.263,48 | 2.504.689.263,48 | 2.499.302.655,29 | 2.498.484.333,72 | 2.396.331.080,01 | 2.406.363.535,00 | 0,6 |
| Total | 67.228.595.039,77 | 69.024.793.982,43 | 71.384.526.440,79 | 72.265.897.007,43 | 79.099.322.448,94 | 72.269.927.396,16 | 77.404.334.922,55 | 78.282.056.840,61 | 79.789.379.843,88 | 77.960.500.827,43 | 15,7 |

Fonte: Anuário da Segurança Pública do Brasil 2021 (p. 157).

Figura 1: Investimentos e parcerias na aplicação do Videomonitoramento na PB



Fonte: Site do governo do estado da PB.

A Paraíba conta com 392 câmeras de vídeo monitoramento distribuídas nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Campina Grande e Patos. Todas as câmaras estão a serviço da SEDS e ligadas aos Centros Integrados de Comando e Controle, em fase de construção. O sistema de monitoramento vai chegar a 1600 câmeras interligando vários setores do estado. O estado conta com três centros integrados e representa um investimento de 100 milhões de reais. Uma tecnologia de ponta, com inteligência artificial que vai interligar as polícias do estado e todo aparato do sistema policial e defesa social da PB.

O estado da Paraíba conta com um efetivo policial de 10.434 policiais militares, 1.268 Bombeiros militares, 1.684 policiais civis, 309 peritos técnicos, 1.726 policiais penais, somando assim 16.531 policiais ativos.

AS MOBILIZAÇÕES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA DA PARAÍBA

O programa Paraíba Unida pela Paz é um programa que foi construído a partir do Fórum, também chamado de “Fórum Paraíba Unida pela Paz”, que reúne so-

cidade, governo, profissionais e segmentos sociais. Durante todo processo de construção a questão do respeito aos Direitos Humanos esteve presente. Questão esta que na PB se fez presente na atividade policial influenciada por diversas forças acadêmicas e policiais que nunca perderam de vista que a atividade de polícia se faz com imperativo respeito aos Direitos Humanos.

Não é ao acaso que a polícia paraibana tem registro de uma das instituições de segurança pública do Brasil mais confiáveis. Violações graves aos direitos humanos e agressão policial ferem o conceito de democracia contemporânea. Daí a importância da gestão da segurança para a própria consolidação do regime democrático (NÓBREGA JR., 2010B).

Hoje a pressão social por segurança pública levou o eleitor nordestino a pressionar os governos por políticas que garantem mais tranquilidade e evitassem a agressão à sua propriedade (vida, liberdade e bens). O gestor passou a inserir na agenda de governo a segurança pública, mesmo em instância municipal (KHAN; ZANETIC, 2009)⁴.

Portanto, fica perceptível que a gestão da segurança pública na agenda programática do governo do estado da PB, influenciada diretamente por um eleitor muito mais exigente com a (in)segurança pública vai refletir diretamente no aporte financeiro de investimentos expressivos na formulação, construção e implementação das políticas de segurança pública.

Desse modo, a política de segurança pública tornou-se uma prioridade na tomada de decisão do gestor público na Paraíba, desde a década de noventa os números de homicídios só aumentaram. Recentemente, os indicadores de violência na PB passaram a ter uma sensível diminuição de homicídios.

É bem verdade que o governo da Paraíba se mostrou mais propenso em fazer uma gestão de política de segurança pública a partir do momento que passou a investir na pasta da segurança. Na mesma régua, está o número de apreensões de armas, prisões de criminosos e contraventores da lei, delinquentes, operações policiais cada vez mais exitosas e sistematizadas. Assim sendo, demonstra-se bem

4. KHAN, T., & ZANETIC, A. *O papel dos municípios na segurança pública*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Coleção Segurança com cidadania, Ano I, n. 1), 2009.

uma maior atuação do estado na política de contenção da criminalidade violenta. Estes dados se encontram na 15ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado já em 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Percebe-se através da análise dos dados comparativos das mortes intencionais na PB, que os números voltaram a crescer pela primeira vez desde 2011. Naquele ano, a Paraíba registra 44 mortes violentas a cada 100 mil habitantes. Esse ano foi caindo sucessivamente até chegar a 23,4% em 2019, voltando a crescer em 2020. O número atual está próximo ao contabilizado no ano de 2018, naquele período, foram registradas 30,3 mortes violentas por 100 mil habitantes.

Se por um lado é preciso elogiar o Fórum Paraíba Unida Pela Paz, construído pelo governo do estado, e que trouxe a sociedade organizada, profissionais da Segurança e Defesa Social, Organizações e segmentos sociais e o próprio governo a debater e construir juntos uma política de estado em segurança pública à Paraíba. Por outro lado, há de se fazer críticas no tocante à participação social na atualidade. Há pouca expressão política na participação da sociedade na gestão e condução das políticas de segurança pública. Contudo, é importante destacar que os grupos ativistas têm avançado em algumas demandas da segurança, a exemplo disso, o movimento das mulheres vitimadas ou não da violência doméstica.

Foi por meio de muita luta que hoje as mulheres na Paraíba contam com uma rede de proteção e prevenção à violência, da qual fazem parte a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS) – Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar –, Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Secretaria da Saúde, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Ministério Público, organizações e movimentos sociais. Toda esta estrutura teve resultados positivos, reduzindo os números de crimes contra a vida das mulheres.

Foi criado na PB a Patrulha Maria da Penha com desempenho exemplar e que serve de modelo a outras unidades federativas, foi criado o Programa Mulher Protegida.

Na PB, o efetivo especializado foi expandido de grupos para agrupamentos, batalhões e os policiais das unidades especializadas passaram por rotineira forma-

ção continuada. O Corpo de Bombeiros da PB realiza o projeto Gol10, ou seja, desenvolve vários projetos voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Polícia Militar através do Comando Geral propicia projetos, forte articulação e diálogo com a sociedade civil.

Há uma ação forte no combate e inibição contra as ações do crime organizado. Para isto, foi criada a Força-tarefa por meio da Portaria 18, ano 2019/SESDS, com a finalidade de planejar e implementar ações de combate aos crimes contra o patrimônio, logicamente integrando as ações entre as polícias e as unidades especializadas, e as modalidades de policiamento foram ampliadas desde o uso de drones entre outros.

O problema principal verificado na Segurança Pública no estado da Paraíba era a ausência de política pública para a proteção das vidas, mas, nos últimos onze anos, a concentração e esforços da Segurança Pública e Defesa Social é exatamente cada vez mais construir e efetivar estratégias, ações e projetos que possam ser inseridos na atual política pública de Segurança e Defesa Social. E isso só foi possível devido ao programa ter praticamente os mesmos gestores desde a sua implementação, assim, permitido o processo de continuidade que se costumava a ser interrompido com a constante troca de gestores a frente da pasta da segurança.

O NEPP-PB, em parceria com a TV Roda de Conversa e a Juventude do PT, realizou uma *live*⁵ no dia 31 de janeiro de 2022, com convidados e ouvintes que debateram sobre a pauta em questão. Nesta pôde-se concluir que há pouca expressão política na participação da sociedade na administração e controle das políticas de segurança pública, e embora possamos ressaltar que os grupos ativistas têm avançado em algumas demandas da segurança, ainda se faz necessário a consolidação das políticas de segurança que consigam controlar e combater as ações do crime organizado. Além disso, foram debatidas possíveis soluções para a luta construtiva dessa causa:

| Policiamento ostensivo, pautado pela atuação territorial de “polícias comunitárias”, fortalecimento da inteligência policial para sistematizar e elucidar os

5. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8GHbaVrn1YE&t=2679s&ab_channel=TVRodadeConversa.

episódios diversos de violência; hoje temos um apagão ocasionado por intercorrências relacionadas à Covid-19.

- | Fortalecimento das políticas de incentivo como a bonificação pecuniária por apreensão de arma de fogo, entretanto, observando mecanismo para que ao final da carreira esses benefícios sejam de alguma forma incorporados aos rendimentos permanentes dos efetivos.
- | Restabelecer os mecanismos de intersetorialidade que compreendem e executam a política pública de segurança como um “sistema” cujo principal marco foi o Fórum Paraíba pela Paz e, a partir disso, avançar na implantação de medidas também integradas como uma Corregedoria Geral Única.
- | Expandir e diversificar os efetivos especializados para atender os segmentos mais atingidos recorrentemente por práticas específicas de violência, como feminicídio.

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. São Paulo: FBSP, 2021. p. 19, 23 e 21. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>

Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018. São Paulo: FBSP, 2018.

G1. “Paraíba registra aumento de 19% nas mortes violentas intencionais, segundo o anuário de Segurança Pública do Brasil. *G1-PB*, 19 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/10/19/paraiba-registra-aumento-de-19percent-nas-mortes-violentas-intencionais-segundo-anuario.ghtml>. Acesso: 17 out. 2022.

G1. “Paraíba registra aumento de 23,1% nos números de mortes violentas intencionais, *G1-PB*, 19 out. 2020”. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/07/15/paraiba-tem-aumento-de-231percent-no-numero-de-mortes-violentas-intencionais.ghtml>. Acesso: 17 out. 2022.

PARAÍBA. “Gestão da Segurança e redução de assassinatos na Paraíba são destaque em publicação do FBSP”. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/gestao-da-seguranca-e-reducao-de-assassinatos-na-paraiba-sao-destaque-em-publicacao-do-fbsp>. Acesso: 17 out. 2022.

PARAÍBA. “392 câmeras de videomonitoramento já foram instaladas na Grande João Pessoa, Campina Grande e Patos”. Publicado em 11/11/2021. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/noticias/392-cameras-de-videomonitoramento-ja-foram-instaladas-na-grande-joao-pessoa-campina-grande-e-patos>. Acesso em: 10 dez. 2021.

PARAÍBA. “Paraíba Unida pela Paz”. Disponível em <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/paraiba-unida-pela-paz>. Acesso em: 10 dez. 2021.

NÓBREGA JR., J. M. P. *Democracia, Violência e Segurança Pública no Brasil*. Paraíba: UFC, 2020.

NÓBREGA JR., J. M. P. *Política Pública de segurança na Paraíba: analisando os resultados da policy*. Universidade Federal de Campina Grande Emails: jmnobrega@ufcg.edu.br Nobrega.jr.ufpe@gmail.com

PODER JUDICIÁRIO OU “SISTEMA DE JUSTIÇA” E GARANTIAS DEMOCRÁTICAS

ALEXANDRE GUEDES⁶

No Brasil existe um “Sistema de Justiça” que não se reconhece como “sistema”, e que precisa ser reconhecido como tal para ser debatido e tratado de uma forma sistêmica, já que é composto pelo Poder Judiciário e por outras instituições como: Ministério Público/ Promotoria, Defensoria, Segurança Pública, Defesa Social e Penitenciário.

Faz-se necessário começar um debate para se rediscutir qual o papel do judiciário como um dos poderes da república, posto que esse é o único que não passa pelo crivo da soberania popular – voto, vigorando para acessar a este “poder”, o falacioso critério da “meritocracia”. Debate necessário, já que é o único que exerce o papel de controle e mediação dos outros dois poderes – Legislativo e Executivo, embora ambos tenham a legitimidade e a legalidade emanadas da soberania popular.

No Judiciário e Ministério Público da Paraíba, a exemplo da maioria dos outros estados, seus integrantes têm um perfil majoritariamente liberal conservador, que são oriundos da elite econômica e política, e que agem em autoproteção dos seus interesses de classe, atuando como uma “aristocracia” entre os outros

⁶ Advogado, filósofo, educador e militante de direitos humanos. Fundador e membro da Coordenação Executiva do Fórum de Controle Externo do Judiciário (FOCOEJ). Fundador e membro do Colegiado Nacional da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e membro da Coordenação Executiva Estadual da ABJD/PB. Membro da Comissão Estadual de Ética do PT/PB. Presidente da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos – Margarida Maria Alves – FDDH-MMA. Fundador e conselheiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba.

poderes, cujas famílias que o integram se sucedem hereditariamente em busca de seus cargos vitalícios.

Embora o processo de seleção para integrar o “Sistema de Justiça” deva ocorrer através de concurso público, existe na prática uma barreira quase intransponível aos pretendentes a uma vaga para os cargos de juízes, promotores e procuradores. Essas instituições atuam de forma corporativa negativa para evitar a entrada de “intrusos” advindos das camadas populares, pois tanto a preparação quanto a inscrição para os concursos são dispendiosos e disputadíssimos, e, na maioria das vezes, só quem consegue transpor essa barreira são os concorrentes que têm melhores condições financeiras e tempo para se dedicarem única e exclusivamente por meses (ou anos) aos estudos preparatórios para os concursos, sendo, durante este período, sustentados por suas famílias que têm alta renda e grande influência sociopolítica para tal.

A chamada “Reforma do Judiciário” durou doze anos, de 1992 a 2004, e teve início com o Projeto de Emenda Constitucional 96/1992, somente tomando impulso a partir de 2002, quando houve grandes mobilizações da sociedade civil e movimentos populares e sociais, impulsionados após a eleição de Lula para presidente, quando houve a realização de variadas conferências estaduais e nacionais para se debater e deliberar propostas de gestão de políticas públicas governamentais, entre estas a de Direitos Humanos durante os governos Lula e Dilma.

Na Paraíba, os movimentos sociais, sindical e popular organizaram o Fórum de Controle Externo do Judiciário – FOCOEX, que juntamente com similares em outros estados, apresentou propostas avançadas, que, em sua grande maioria, foram derrotadas no parlamento pelos grupos de pressão contrários, dando origem à EC 45/2004 e alterando a Constituição Federal de 1988 (Reforma do Judiciário), quando foram garantidas algumas importantes propostas, no entanto, insuficientes para as reformas necessárias. Foram excluídas várias destas propostas, frutos de debates, audiências públicas e negociações, porém à época a “correlação de forças” também nos era desfavorável.

Durante todo o processo de mobilização e debates, as palavras “controle externo” e todas as propostas nesse sentido foram satanizadas, sendo veemente-

mente combatidas pelos grupos de interesse conservadores e corporativos das categorias profissionais que fazem parte do “sistema de justiça”.

O temário dos debates foi basicamente dividido em dois eixos: combate à lentidão/morosidade processual, corrupção, e mecanismos de controle interno e externo do “sistema de justiça”.

Neste sentido, em apertada síntese, destacaram-se e foram aprovadas as propostas de previsão do direito fundamental e rápida tutela jurisdicional, criação do Conselho Nacional de Justiça, adoção de justiças itinerantes e de cortes regionais.

Como meios de combate à corrupção, houve a criação das ouvidorias judiciárias e a quarentena judicial, além de inovações em termos de seleção, formação e avaliação dos/das juízes/as e a extinção dos tribunais de alçada.

Com a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – este passou a exercer o papel de Controle Externo/Interno do Judiciário, com a aprovação da súmula vinculante e da repercussão geral, que se tornaram institutos limitadores do amplo e irrestrito acesso recursal ao Supremo Tribunal Federal (STF), visando combater a morosidade judicial.

Porém um fator negativo, que se constata após a sua criação, é que o CNJ foi capturado pelo corporativismo negativo dos seus/suas integrantes, um bom exemplo de tal fato é que aprovam exorbitantes aumentos de salários sem levar em consideração a realidade fiscal/tributária/política do Executivo. Foi apontado ainda, por vários estudiosos, que um dos principais motivos da queda da presidenta Dilma se deu pelo fato desta ter vetado o aumento de 78,6% até 2017, aprovado pelo CNJ para o Poder Judiciário em 22 de julho de 2015⁷.

Constata-se que foi somente durante os governos Lula e Dilma que se resgatou o caráter republicano do serviço público, e principalmente do “Sistema de Justiça”, abrangendo o Poder Judiciário e outras instituições como o MPF, TCU, AGU, CGU, Defensoria Pública, Polícia e Receita (todas federais), garantido para suas

7. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/07/22/dilma-veta-reajuste-de-salarios-do-judiciario.htm>. Acesso em: 17 out. 2022.

categorias profissionais como servidores públicos todos os direitos previstos em outras categorias dos servidores públicos.

Havemos de reconhecer que a maior das conquistas da Constituição Federal de 1988, para o Judiciário e para Ministério Público – MPF, foi a sua independência e autonomia financeira.

Os maiores avanços do “Sistema de Justiça” se deram durante a gestão do ministro da justiça Marcio Tomaz Bastos, quando o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia Federal passaram a ser realmente categorias profissionais de carreira do Serviço público, com a elaboração e aprovação de planos de cargos, carreiras e remunerações – PCCRs.

Mas uma grave distorção ainda permaneceu: o fato de que para ter acesso aos tribunais superiores, os seus integrantes ainda continuaram a ser escolhidos/ indicados sob os critérios de “uma suposta neutralidade ou republicanismo”, que funcionam no Brasil apenas como filtros para a não indicação de juristas de visão democrática contra majoritária, e de atuação nos movimentos populares e de militância na esquerda.

Atualmente, estamos vendo crescer uma estratégia no governo protofascista de Jair Messias Bolsonaro, da montagem de “maiorias ideológicas à direita” a serviço dos interesses conservadores e contra propostas progressistas, com a nomeação dos ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça – o “terrivelmente evangélico” –, que pelo critério de idade irão passar em média trinta anos no Supremo Tribunal Federal – STF.

Temos que questionar a vitaliciedade desses cargos, posto que servem na prática apenas para a proteção de todo tipo de abusos e desmandos conforme historicamente vem se constatando.

Outro fato que se tornou recorrente durante os últimos 20 anos, também no Brasil, foi a judicialização dos processos decisórios no campo político, portanto, configurando-se enquanto estopim para Politização da Justiça ou Ativismo Judicial, que se concretiza pela utilização do Sistema de Justiça como arma política

(*lawfare*/Operação Lava Jato). O chamado “lavajatismo” foi símbolo maior de tal processo, que atuou durante os anos de sua existência, primordialmente, contra os membros da esquerda política e seus aliados ao centro e/ou direita.

A vítima brasileira de maior destaque foi o ex-presidente Lula, preso por 580 dias, apenas para que se evitasse sua eleição como presidente do Brasil, em processos e procedimentos judiciais que foram manipulados, por meio de decisões judiciais sem trânsito em julgado e sem sentença final condenatória, em que não havia sequer provas documentais ou testemunhais idôneas, julgamentos que se realizaram apenas com o uso de depoimentos coletados em questionáveis e ilegais “delações premiadas”, amparadas em “fatos indeterminados” e “convicções”, com juízes parciais agindo como promotores, investigadores e julgadores, mas não eticamente no uso das prerrogativas do seu ofício de fiscalizar ou julgar, agindo de forma política, ideológica, aética e parcial, conforme foi reconhecido pelo próprio STF nos julgamentos do “Caso Lula”.

Em âmbito local, a terra de Margarida Maria Alves e Celso Furtado, o alvo preferencial desse movimento (*lawfare*/lavajatismo), atingido por desdobramentos do braço carioca desse processo, foi o ex-governador da Paraíba Ricardo Coutinho e seus aliados. Com os agravantes que uma situação de menos cobertura e alcance midiático/nacional poderia ensejar. Apenas figuras políticas à esquerda foram afetadas pelas medidas da operação Calvário.

Os desafios são enormes para a construção de um novo Sistema de Justiça, garantindo que este seja acessível, inclusivo, plural, transparente e democrático, mas essa luta já está na ordem do dia das entidades que participaram dos debates e mobilizações para a Reforma do Judiciário, e de novas entidades surgidas no pós-golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, que se propõe a cumprir esse papel, como a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), formada em 2018, bem como a Associação de Juízes pela Democracia (AJD); o movimento Transforma Ministério Público (TMP), entre outras.

Apesar de ter o nome de Tribunal de Contas – conforme está definido no próprio portal do TCU: “O TCU é o órgão de controle externo do governo federal, au-

xilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país, assim como contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, tem como meta ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.

O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade, legitimidade e economicidade.

Veja as principais competências do TCU. Além das competências constitucionais e privativas que estão estabelecidas nos artigos 33, §2º, 70, 71, 72, §1º, 74, §2º e 161, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988, outras leis específicas trazem em seu texto atribuições conferidas ao Tribunal. Entre essas estão a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001), a Lei de Licitações e Contratos (8.666/1993) e, anualmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Este órgão julgador de gestão de contas públicas também existe nos estados através do Tribunais de Contas Estaduais (TCE), que para ter acesso ao seu quadro de julgadores, não precisa de formação jurídica, posto que é um órgão auxiliar do Poder Legislativo – porém essa instituição também tem o perfil liberal conservador de seus integrantes, tendo o agravante de que os cargos são também vitalícios, e os ministros e/ou conselheiros serem nomeados pelo presidente ou governadores, possuírem majoritariamente o perfil de ex-parlamentares e políticos alinhados ao presidente ou governadores estaduais da época em que foram nomeados.

Já os mais novos órgãos de controle do Estado foram criados e fortalecidos durante os governos Lula e Dilma, e são os que exercem na prática o Controle Interno das atividades do governos federal, estaduais e municipais, que são as Controladorias Gerais e Ouvidorias Públicas – cujos integrantes seguem os mesmos perfis e ditames dos órgãos anteriores.

Para finalizar nossa tentativa de resgate da memória das Políticas Públicas dos governos Lula e Dilma, se faz necessário resgatar as deliberações emanadas das Conferências Nacionais de Direitos Humanos que deu origem ou impulsionou a aplicação e efetividade das prefalladas reformas.

O maior avanço na reforma no Sistema de Justiça, se deu com a realização da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que foi convocada pelo governo federal e realizada em Brasília de 15 a 18 de dezembro de 2008. Em seu relatório, nas páginas 83 a 85, estão as deliberações e diretrizes, que foram consolidadas através do Decreto Federal 7.037 de 21 de dezembro de 2009; atualizado pelo Decreto Federal 7.177 de 12 de maio de 2010, que regulamentou o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3, particularmente em seu Eixo IV e Diretriz 17 – em que foi assegurado a implementação das propostas para o Sistema de Justiça. Destacamos:

J) Democratização do acesso à Justiça (Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário)

57. Apoio à criação de varas, juizados, delegacias, comarcas e instâncias no Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, especializados no atendimento a mulheres, crianças, adolescentes, jovens, LGBT, pessoas com HIV, população negra, quilombolas e indígenas, idosos, pessoas com deficiência, população de rua, usuários de drogas, encarcerados, egressos e jovens com atenção à violência a estes segmentos, incluindo homicídio, e aos crimes de discriminação étnica e racial em todos os municípios e/ou regiões.

58. Aprimorar a divulgação e a informação para a sociedade sobre os serviços de atendimento e atividades desenvolvidas pelos órgãos e instituições de segurança, tais como Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Delegacias, Balcões de Direito e mecanismos de denúncia, bem como a forma de acioná-los. Elaborar material didático acessível sobre o tema.

59. A fim de garantir o acesso à justiça universal, apoiar a autonomia, o fortalecimento e o orçamento da Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal, por meio das seguintes ações; Ementas, Diretrizes e Resoluções Aprovadas – Eixo 2 – Violência, Segurança Pública e acesso à Justiça.

a) Implantar Defensorias Públicas em todos os estados e municípios da federação;

b) Criar e fortalecer núcleos especializados de Direitos Humanos nas Defensorias Públicas;

- c) Realizar concursos públicos possibilitando que mais defensores possam atuar em todos os municípios para atender a população em todas as comarcas (levando em consideração o número de habitantes);
- d) Manter defensores públicos na mesma proporção de juízes em cada comarca, assegurando ao menos um defensor público por comarca;
- e) Garantir a presença efetiva de órgãos da Defensoria Pública nas unidades prisionais, assim como o monitoramento permanente dos distritos policiais, visando a coibir a violação dos Direitos Humanos e dar celeridade à apreciação dos flagrantes criminais;
- f) Realizar formação em Direitos Humanos e atendimento humanizado para os defensores públicos.

60. Garantir recursos humanos e estrutura adequada de acesso à Justiça, considerando:

- a) Presença permanente de juízes, promotores, defensores públicos e servidores concursados do sistema de justiça em todos os municípios;
- b) Instalação de juzgados especiais em todas as comarcas;
- c) Integração dos operadores e dos serviços de justiça;
- d) Necessidade de realização de concursos públicos para aumentar o número de profissionais para formação de equipe multidisciplinar, incluindo assistentes sociais e psicólogos;
- e) Capacitação dos atendentes para tratamento humanizado dos usuários;
- f) Disponibilização de estrutura logística adequada nos equipamentos públicos de atendimento e no sistema judicial;
- g) Realização de plantões 24 horas por dia e sete dias por semana em delegacias e órgãos de justiça (como o centro operacional de apoio à cidadania, da Procuradoria Geral de Justiça);
- h) Implementação de canais de atendimento às denúncias, como os disques, e possibilidade de o surdo fazer denúncias através de mensagens SMS pelo celular;
- i) Garantia de isenção de custas processuais em ações judiciais iniciadas por movimentos sociais.

61. Fomentar o monitoramento dos processos penais no Poder Judiciário e aplicação das penas, considerando:

a) A revisão permanente dos processos de pequenos delitos, com preferência pela adoção de penas e medidas alternativas;

b) A realização de audiências dentro dos estabelecimentos penitenciários, com a presença de juiz(a), promotor(a) e defensor(a), para permitir a garantia processual e a agilização do andamento dos processos.

62. Incentivar o estabelecimento de mecanismos de combate à corrupção e à impunidade no sistema de segurança pública e justiça, universalizando o acesso à Justiça em processos ágeis e transparentes.

63. Incentivar a desburocratização do Poder Judiciário e impulsioná-lo para a criação de estruturas de mediação de conflitos e justiça comunitária, por meio da formação de lideranças comunitárias e servidores de justiça como protagonistas de Direitos Humanos.

64. Reafirmar a necessidade de federalização de graves crimes contra os Direitos Humanos.

65. Apoiar a reformulação do inquérito policial, visando a sua melhoria.

66. Propor a extinção do foro privilegiado, mantendo unicamente a imunidade parlamentar, quanto a voz e voto. (Relatório final da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada de 15 a 18 de dezembro de 2008 em Brasília (p. 83 a 85))

As deliberações da 11ª CNDH foram consolidadas através do Decreto Federal 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizadas pelo Decreto Federal 7.177 de 12 de maio de 2010, que regulamentou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que trata do “Sistema de Justiça” de forma particular em seu Eixo IV e Diretriz 17 – em que foi assegurado a implementação das propostas para o Sistema de Justiça, conforme destacamos a seguir:

Diretriz 17: Promoção de sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, para o conhecimento, a garantia e a defesa dos direitos.

Objetivo estratégico I: Acesso da população à informação sobre seus direitos e sobre como garanti-los.

Ações programáticas:

a) Difundir o conhecimento sobre os Direitos Humanos e sobre a legislação pertinente com publicações em linguagem e formatos acessíveis.

Responsáveis: Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

b) Fortalecer as redes de canais de denúncia (disque-denúncia) e sua articulação com instituições de Direitos Humanos.

Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

c) Incentivar a criação de centros integrados de serviços públicos para prestação de atendimento ágil à população, inclusive com unidades itinerantes para obtenção de documentação básica.

Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça

d) Fortalecer o governo eletrônico com a ampliação da disponibilização de informações e serviços para a população via Internet, em formato acessível.

Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Objetivo estratégico II: Garantia do aperfeiçoamento e monitoramento das normas jurídicas para proteção dos Direitos Humanos.

Ações programáticas:

a) Implementar o Observatório da Justiça Brasileira, em parceria com a sociedade civil.

Responsável: Ministério da Justiça

b) Aperfeiçoar o sistema de fiscalização de violações aos Direitos Humanos, por meio do aprimoramento do arcabouço de sanções administrativas.

Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça; Ministério do Trabalho e Emprego

c) Ampliar equipes de fiscalização sobre violações dos Direitos Humanos, em parceria com a sociedade civil.

Responsáveis: Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

d) Propor projeto de lei buscando ampliar a utilização das ações coletivas para proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, garantindo a consolidação de instrumentos coletivos de resolução de conflitos.

Responsável: Ministério da Justiça

e) Propor projetos de lei para simplificar o processamento e julgamento das ações judiciais; coibir os atos protelatórios; restringir as hipóteses de recurso ex-officio e reduzir recursos e desjudicializar conflitos.

Responsável: Ministério da Justiça

f) Aperfeiçoar a legislação trabalhista, visando ampliar novas tutelas de proteção das relações do trabalho e as medidas de combate à discriminação e ao abuso moral no trabalho.

Responsáveis: Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Justiça; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República implementar mecanismos de monitoramento dos serviços de atendimento ao aborto legalmente autorizado, garantindo seu cumprimento e facilidade de acesso.

Responsáveis: Ministério da Saúde; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Apontamos que as tarefas urgentes na luta por essa construção coletiva passam pela:

- | Elaboração de uma estratégia de curto, médio e longo prazo para a implantação de uma democrática reforma do “Sistema de Justiça”.
- | Gestão da formação dos futuros integrantes desse sistema de Justiça, com mudança de currículos nas Faculdades e Universidades de Direito e nas Escolas Superiores da Advocacia/ Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública.

- | Exigir na seleção dos seus integrantes que haja a formação em Direitos Humanos.
- | Criação de ouvidorias externas com participação das entidades da sociedade civil e movimentos sociais.
- | Democratização e garantia do acesso ao Sistema de Justiça, implementando políticas que priorizem os direitos sociais, políticas redistributivas e de cotas.
- | Combater e controlar a dicotômica morosidade/velocidade, que é usada como arma política – *lawfare* contra adversários políticos (vide os casos Lula e Ricardo Coutinho).
- | Garantir a transparência nos atos dos cartórios, com a publicização de listas da ordem de tramitação dos processos pela ordem cronológica, prioritária, urgência e emergência.
- | Garantir transparência nos atos judiciais do Judiciário 4.0, principalmente na aplicação das novas tecnologias em processos 100% digitais.
- | Controle externo com participação da sociedade civil, movimentos populares e sociais, visando combater o corporativismo negativo que domina as categorias profissionais que compõem o Sistema de Justiça.
- | Garantir a criação do juízo arbitral e de mediação para superar as excessivas judicialização dos conflitos.
- | Garantir o controle da efetividade das leis.
- | Garantir maior controle no uso do poder monocrático de decisões dos membros das cortes superiores.
- | Implantar o sistema de mandatos para os ministros das cortes superiores.
- | Garantir o controle constitucional externo do Sistema de Justiça Brasileiro pela Corte e Comissão Interamericana de Justiça e Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.
- | Fortalecer a Rede Nacional dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Dessa forma, cabe aqui o questionamento dado ainda no início desta discussão: Qual o papel do judiciário como um dos poderes da República, posto que esse é o único que não passa pelo crivo da soberania popular? Podemos reconhecer que a função do Poder judiciário é assegurar os direitos individuais, coletivos e

sociais e, ainda, resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado, de maneira que, sendo esta sua função (diretamente para com o povo), é de suma importância o Poder Judiciário na manutenção do Estado Democrático de Direito.

Sendo este texto uma tentativa de resgate da memória das realizações e proposições dos governos Lula e Dilma no âmbito do Sistema de Justiça, esperamos que tenhamos cumprido o seu objetivo.

EDUCAÇÃO

MIGUEL ALVES¹

Descrita na Constituição Federal como direito de todos e obrigação do Estado, a educação sempre foi uma área entendida como prioritária para o Partido dos Trabalhadores. Os governos do PT buscaram cumprir, como nunca antes outro governo fizera no Brasil, o compromisso firmado na Carta Magna nacional de garantia da educação, universal e democrática, de qualidade para todos os brasileiros. Os governos petistas, em 13 anos, investiram mais em educação do que toda a soma de todos os governos anteriores em mais de 500 anos de história. Os dados estão aí para análise e são irrefutáveis. Nunca se investiu tanto nesse segmento quanto nos governos Lula e Dilma.

O projeto nacional dos governos Lula e Dilma se voltou, a partir do fortalecimento do papel e da organização do Estado, para a promoção do desenvolvimento com inclusão e sustentabilidade ambiental, a melhora da qualidade de vida nas cidades, superação das desigualdades sociais a partir da distribuição e da elevação de renda, o combate ao racismo e demais formas de violência, a geração de emprego, os investimentos em infraestrutura, o crescimento econômico, para as políticas de proteção social, do combate à fome e à miséria, da preservação da biodiversidade, dos investimentos em ciência e tecnologia, em políticas sociais visando afirmar nossa soberania nacional, no contexto da integração latino-americana e do compromisso com um mundo multipolar.

1. Graduado em Licenciatura em Geografia pela UEPA, especialista em Geografia e território. Professor efetivo de Geografia da rede estadual da Paraíba. Secretário de Gestão e assuntos educacionais do Sindicato dos Trabalhadores em educação da Paraíba. Secretário de Planejamento e finanças do Diretório Municipal do PT de Sapé-PB, dirigente estadual do Diretório Regional e Coordenador do Setorial de Educação do PT da Paraíba.

Para tanto, entre 2003 e 2016, foram estabelecidas políticas para todos os níveis e todas as modalidades de ensino, visando a democratização do acesso, a garantia de qualidade e o fortalecimento da gestão democrática em todas as escolas brasileiras. Foram também ampliadas significativamente as condições de financiamento da educação nacional, bem como diligenciados esforços para a concretização da colaboração entre os três níveis de governo (artigo 211 da CF/88) com a criação do Sistema Nacional de Educação que deveria ter o Plano Nacional de Educação como base para o estabelecimento de relações cooperativas entre União, Estados e Municípios, criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos 124 Profissionais da Educação – FUNDEB, priorização da educação infantil e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação inclusiva, educação no campo, educação quilombola e educação indígena; também estendeu a contribuição do salário-educação a toda educação básica, ampliando as condições de financiamento à alimentação escolar, ao transporte escolar, ao livro didático e às escolas por meio da descentralização de recursos (Programa Dinheiro Direto na Escola). Ao mesmo tempo, estabeleceu a valorização dos profissionais da educação, por meio da criação do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, Emenda Constitucional, o novo Plano Nacional de Educação. Os investimentos em educação passaram de 143 4,7% do PIB em 2002 para 6% do PIB em 2014.

O Brasil dava passos concretos para transformar creches e escolas em espaços de valorização do brincar, de alfabetização, de conhecimento das diversas linguagens, de incentivo à pesquisa e a leitura, de acesso aos conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos, à arte e à filosofia, de ressignificação da cultura, de valorização e consideração da identidade dos bebês, crianças, adolescentes e adultos, onde as experiências sociais e culturais dos e das estudantes pudessem ser consideradas e valorizadas para o desenvolvimento da proposta pedagógica de cada unidade.

Investimentos importantes foram feitos na expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que cresceu notavelmente. Assim, na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica,

são, hoje: 38 IFs, 643 *campi* em 568 municípios, com mais de 1 milhão de matrículas. Também o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) permitiu o acesso a cursos de formação profissional.

Em relação ao ensino superior, destaca-se a criação 18 novas universidades, 173 *campi*, incluindo municípios com a presença de universidades federais – 550 mil novas matrículas na graduação, 95 mil novas matrículas de pós-graduação, resultando num crescimento de 116% no total de estudantes das Universidades Federais, assim como 1,9 milhão de bolsas integrais do PROUNI, a expansão do FIES, que criaram condições para a juventude da periferia ter acesso às universidades particulares, que deixaram de ser espaço de exclusividade das elites dominantes. Nessa direção cumpre destacar a importância do programa “Ciência sem Fronteiras”, que contribuiu para a internacionalização do ensino superior.

Os investimentos nos fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica mais do que triplicaram durante os governos do PT: recursos direcionados para CNPq, CAPES e FNDCT passaram de 4,5 bilhões de reais em 2002 para 13,97 bilhões de reais em 2015. Nesse contexto de transformações ocorreram as Conferências Nacionais de Educação (CONAES), precedidas por conferências municipais, intermunicipais, estaduais e no Distrito Federal que, como herdeiras das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), dos Congressos Nacionais de Educação realizados pela sociedade civil, reuniram milhares de educadores, funcionários, pais, mães, responsáveis e alunos para discutir o direito à educação.

Desde o golpe desferido contra o governo de Dilma Rousseff, esses avanços vêm sendo fortemente sabotados em benefício dos interesses de grandes conglomerados econômicos, com consequências perversas para a Educação e para o país.

O golpe de 2016, de caráter antipopular antinacional, pretendeu abrir caminho para uma política ultraliberal que, depois da prisão de Lula, criou as condições para a eleição de Jair Bolsonaro e para subordinação do Estado aos interesses do capital financeiro. O governo de Bolsonaro está destruindo direitos, gerando desemprego, miséria, fome, violência e desesperança, situações bastante acentuadas pela pandemia.

O governo Bolsonaro tem desenvolvido uma política de promoção da morte: desdém em relação a todas as formas de prevenção à COVID-19, demora na compra das vacinas, indicação indevida de medicamentos – inúmeras omissões e ações que se ligam à corrupção e promoveram mais de 561 mil mortes até agora. A destruição das conquistas sociais e democráticas, os ataques aos direitos humanos e a disputa dos recursos públicos em benefício do privado têm na educação um dos seus mais dramáticos efeitos.

O GOLPE DE 2016, O RETROCESSO NA EDUCAÇÃO E PERDA DE DIREITOS

O golpe jurídico e midiático de 2016, que ocasionou na destituição de Dilma Rousseff do poder, mediante uma farsa jurídica sem crime de responsabilidade, conforme restou provado, trouxe graves consequências para as conquistas sociais obtidas ao longo dos anos dos governos do Partido dos Trabalhadores e representou o avanço do capital nacional e internacional sobre os campos das políticas públicas e de direitos sociais e trabalhistas, por exemplo.

A reforma do Ensino Médio representa esse avanço do setor privado sobre a educação pública, velho intento do empresariado do setor. Instituída por decreto presidencial através da medida provisória 746/2016 e transformada em lei (13.415) em fevereiro de 2017, não foi debatida nem aprovada pelo povo.

O Novo Ensino Médio representa um retrocesso para educação pública e graves prejuízos para os jovens oriundos das classes menos favorecidas, tendo em vista que representa um modelo meramente tecnicista, que exclui a formação do ser crítico, autônomo e consciente do seu papel ativo de sujeito transformador da sociedade e prepara apenas para ser um instrumento no mundo do trabalho pouco qualificado e de baixos salários no contexto da economia neoliberal.

O avanço do militarismo sobre as escolas públicas, fundamentado no autoritarismo e na disseminação de preconceitos e discriminação étnica, de gênero e moralista sobre a juventude e o silenciamento e a patrulha de professores, orientadores pedagógicos, gestores e demais profissionais da educação representa outra grave realidade que oprime e limita a ação libertadora da educação. Não

é à toa que um dos grandes expoentes da educação crítica e emancipadora, Paulo Freire tem sido o alvo preferencial desta turma que tomou de assalto o Ministério da Educação no governo Bolsonaro.

Na onda autoritária do projeto militarista da educação implantada pelo desgoverno Bolsonaro, a prefeitura de João Pessoa implantou uma unidade militarista e Campina Grande solicitou adesão ao programa de escolas cívico militar a serem implantadas nas respectivas cidades. No âmbito estadual já existia uma unidade escolar militar pertencente à estrutura da Polícia Militar paraibana, com oferta de cerca de 150 vagas mediante processo seletivo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: SEGREGAÇÃO E PRECONCEITOS

Foi no ano de 2003, durante o governo do então presidente Lula, que a educação inclusiva passou de fato a ser uma política de Estado no Brasil. Desde então, esta política foi sendo ampliada e estimulada nas três esferas de governo pelo país. Em 2008 foi criada pelo MEC a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, a partir da qual, houve substancial aumento de recursos destinados à educação especial, criando condições para a ampliação e implantação de salas de AEE como forma de garantia da aprendizagem dos educandos em situação de deficiência.

O desmonte da educação especial e isolamento e segregação dos educandos com necessidades especiais é visível a olhos nus desde o golpe de 2016 e durante o governo Bolsonaro avançou significativamente, ao ponto de o próprio ministro da educação declarar que “crianças com deficiência são de ‘impossível convivência’”.

Nós temos, hoje, 1,3 milhão de crianças com deficiência que estudam nas escolas públicas. Desse total, 12% têm um grau de deficiência que é impossível à convivência. O que o nosso governo fez: em vez de simplesmente jogá-los dentro de uma sala de aula, pelo ‘inclusivismo’, nós estamos criando salas especiais para que essas crianças possam receber o tratamento que merecem e precisam. (Portal G1 PE, 2021).

A fala do ministro tem flagrante viés discriminatório, preconceituoso, excludente e é indigna de alguém que ocupa a pasta da educação. No entanto, se enquadra perfeitamente dentro da lógica governamental fascista liderada pelo presidente Bolsonaro, que não reconhece a importância da educação inclusiva para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos educandos em situação de deficiência.

O MEC, durante o período pós-2016 e, principalmente, sob Bolsonaro, tem desenvolvido um projeto obscuro de volta ao passado segregador da educação, tendo como objetivo isolar os educandos estudantes com deficiência do convívio social da sala de aula inclusiva, confinando-os em guetos educacionais, além de sufocar a Educação Especial cortando seu financiamento e sabotando os programas de formação permanente dos professores.

O GOLPE DE 20216 E O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Desde que o usurpador Michel Temer assumiu a Presidência como representante do capital, a educação superior passou a ser atacada nas suas conquistas históricas. Por sua vez, o governo Bolsonaro intensificou os ataques e transformou a educação, professores e as universidades públicas em inimigos a serem combatidos e perseguidos, numa investida autoritária nunca vista antes desde a redemocratização do país. Ao passo que intensificou o desmonte e o avanço do setor privado sobre a educação pública.

O Ministério da Educação tem promovido sistemático ataque à autonomia das Universidades Federais, repressão às organizações sindicais e estudantis. Ignora as eleições diretas para reitoria e nomeia interventores aliados a política autoritária do governo. Na UFPB, as reitoras eleitas por ampla maioria dos votos em eleição direta da comunidade acadêmica foram simplesmente ignoradas. Foi nomeado um interventor que atualmente promove uma política de ataque às instituições representativas de alunos, servidores e professores, a exemplo da imposição de taxas exorbitantes e abusivas e desrespeito às decisões colegiadas de discentes e docentes.

Outra estratégia adotada é a asfixia financeira das universidades através dos cortes de financiamento, custeio e manutenção das unidades. Cortes de recursos e desmonte na CAPES e CNPq, por exemplo. Apenas neste último, um total de oitenta pesquisadores pediram demissão até o início do mês de dezembro de 2021 em protesto contra a falta de diálogo e do descaso da presidência da entidade. Na Paraíba são dezenas de prejudicados.

Ataques ao ENEM com esvaziamento, sabotagem aos estudantes, intervenção e censura na elaboração da prova, demissões em massa dos servidores do INEP em protesto contra o intervencionismo governamental e sua política negacionista e revisionista tem sido a tônica deste governo antieducação. O ENEM, que representa a democratização do acesso ao ensino superior para milhares de jovens brasileiros, apresentou os maiores índices de abstenções de sua história nos últimos dois anos.

Em 2021, o índice de abstenção atingiu o patamar de 26%, como consequência da intervenção ideológica, autoritária e autossabotagem do governo Bolsonaro. Por causa da intervenção política/policial/ideológica do governo, 37 servidores pediram demissão coletiva de suas funções no INEP, causando ainda mais críticas e desconfiança da sociedade.

No ensino básico, os prejuízos causados pelo golpe de 2016 são incalculáveis. A primeira grande medida de impacto na vida dos trabalhadores promovida pelo governo ilegítimo e golpista de Michel Temer foi a aprovação da PEC 55, que congelou os investimentos públicos em educação por vinte anos. Além disso, incluiu o salário mínimo como item sujeito ao congelamento por igual período. Nesse contexto, o piso salarial dos professores segue sem reajuste, imposição do governo Bolsonaro para aprovação da reforma previdenciária. A situação segue incerta quanto à atualização do piso para 2022.

EDUCAÇÃO POPULAR NA PARAÍBA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar de toda a perseguição, do desmonte e da entrega da educação ao setor privado, projeto que vem sendo tocado desde que se confirmou o golpe em

2016 com a adoção do famigerado projeto entreguista neoliberal “Ponte para o Futuro”, do usurpador Temer, e da adoção da política nazifascista, negacionista e anticidência do governo Bolsonaro, a educação e os educadores seguem mobilizados em torno de ações e práticas educativas libertadoras, voltadas para a emancipação dos sujeitos conforme teorizava e praticava o patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Destacamos aqui uma experiência paraibana exitosa no campo da educação, com foco na educação popular.

Nos referimos a uma mobilização de educadores e educadoras populares com foco na organização, mobilização e luta histórica dos trabalhadores no município de Sapé. A Semana das Ligas Camponesas: Ações coletivas nos caminhos das Ligas Camponesas, realizada em sua segunda edição no ano de 2021 por educadores populares de Sapé/PB, portanto no contexto da pandemia da COVID-19, reuniu de forma remota pesquisadores, dezenas de professores do ensino básico e superior, gestores municipais de educação, pedagogos e centenas de alunos dos municípios circunvizinhos a Sapé/PB.

A Semana das Ligas Camponesas é uma ação pedagógica coletiva em que estudantes, professores e gestores da educação estarão reunidos com as associações e organizações camponesas das áreas da reforma agrária, comunidades tradicionais, movimentos sociais e culturais, organizações não governamentais e governamentais para fomentar a memória das lutas camponesas. Foi realizada entre os dias 19 e 23 de julho de 2021, totalmente *on-line*, através das plataformas digitais.

É importante ressaltar que a história das Ligas Camponesas deve ser vista de forma territorializada com o intuito de alimentar o sentimento e a consciência coletiva, pois um povo sem memória é um povo sem história.

A inclusão da Semana das Ligas Camponesas está incorporada no calendário socioeducativo com o intuito de trabalhar as ações educativas no currículo das escolas rurais e urbanas da rede municipal de ensino em Sapé e Sobrado-PB, como conteúdo da educação para a democracia.

A Lei 13.598, de 8 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 9 de janeiro 2018, edição 6, seção 1, página 1, inclui João Pedro Teixeira no Livro “Heróis e Heroínas da Pátria”, mártir da luta pela Reforma Agrária no Nordeste.

Os objetivos gerais do evento elencados pela comissão organizadora são foram os seguintes:

- | Celebrar a memória das Ligas Camponesas na perspectiva da educação libertadora articulando com estudantes professores, militantes sociais e trabalhadores do campo e da cidade;
- | Fortalecer as iniciativas desenvolvidas pela classe trabalhadora da Reforma Agrária, pelo direito à terra, pelo direito à vida e à defesa da democracia;
- | Desenvolver ações de mudança coletiva com a classe trabalhadora ao meio em que exerce sua cidadania e ao direito à vida na atual conjuntura do homem do campo e da cidade.

Os objetivos específicos foram assim definidos:

- | Compartilhar novos estudos e pesquisas sobre as Ligas Camponesas no município de Sapé e regiões;
- | Homenagear a história dos camponeses e camponesas que tombaram na luta pela Reforma Agrária;
- | Visitar a memória das lutas camponesas nas vozes dos movimentos sociais;
- | Reconhecer os aspectos históricos, políticos, culturais e educativos do Memorial das Lutas e Ligas Camponesas;
- | Articular as ações pedagógicas desenvolvidas pelas escolas da rede municipal e estadual dos municípios de Sapé, Riachão do Poço e Sobrado;
- | Celebrar a luta do povo camponês.

A abertura do evento aconteceu na madrugada do dia 19 de julho de 2021, com um ato político denominado “Ação de Intervenção e Resistência” no monumento onde ocorreu o tombamento do líder e mártir camponês João Pedro Teixeira, às margens da rodovia PB 073 onde educadores e militantes de movimentos sociais locais plantaram 59 cruzeiros de madeira no solo como alusão aos anos do seu covarde assassinato.

O evento se desenvolveu com bastante dinamismo e criatividade, espaço garantido para os grupos culturais e saberes populares, como repentistas, rezadeiras, grupos teatrais, musicais e de poesias, danças de expressão afro e momentos de mística ao longo dos dias e da programação. Ainda no campo cultural houve o lançamento da Música “Fogo de Monturo”, do cantor, compositor, poeta corde-

lista e professor Edno Luna, em homenagem ao líder popular João Pedro Teixeira e aos demais lutadores e lutadoras das Ligas Camponesas.

O ponto marcante do evento foi a realização da “Romaria das Ligas Camponesas – A Educação na Trilha da Liberdade”. Espaço reservado para a apresentação de trabalhos dos estudantes das redes municipais de ensino dos Municípios de Sapé, Sobrado e da rede estadual de ensino sobre a temáticas das Ligas Camponesas. As apresentações, coordenadas pelos professores e executadas pelos estudantes, utilizaram-se dos mais variados recursos didáticos, como encenações teatrais, produções audiovisuais, poesias, redação, literatura de cordel, composições musicais etc.

Tudo isso fruto do “Projeto Didático – Transversalidade das Ligas Camponesas”, um belíssimo trabalho realizado em conjunto com as Escolas Municipais e Estaduais de Sapé e Sobrado, que resultou na apresentação de trabalhos e materiais educativos – *Podcast*, Poemas Biográficos, Concurso Literário, Cordel, Cartas à Elizabeth, Jogos Pedagógicos (quebra-cabeça, jogos de memória).

Foi sob esse contexto de luta, resistência e celebração da memória dos lutadores e lutadoras da reforma agrária, objeto da semana temática das Ligas Camponesas na edição de 2021, que foi apresentada, exibida e novamente hasteada em público, a bandeira histórica das Ligas Camponesas de Sapé, fruto de intensa pesquisa do jornalista sapeense Giovani Meireles e confeccionada pelas artesãs da Associação Mãos de Pérolas, sob a coordenação da professora e ativista cultural Ana Maria Almeida, diretora da Biblioteca Municipal Augusto dos Anjos.

A Semana das Ligas Camponesas: Ações coletivas nos caminhos das Ligas Camponesas foi idealizado e realizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação Popular (GEPMSEP), sob a coordenação dos professores Jailton Ferreira, Maria Selma de Santana e Ana Maria Almeida, e contou com diversas outras entidades paraibanas.

Apontamos que as tarefas urgentes na luta por essa construção coletiva passam pela:

- | Necessidade de continuar expandindo a educação superior em todas as regiões do país e em todas as áreas do conhecimento;
- | Recuperar os planos nacional, estaduais e municipais de Educação e o papel da União;
- | Criar o Serviço Civil Obrigatório para os alunos das Universidades e Escolas Técnicas Federais por dois anos, à semelhança do serviço militar remunerado e prestando serviços aos municípios, estados e entes públicos;
- | Reconstruir a TV Escola destruída pelo governo Bolsonaro.
- | Vencer o *bullying* público que hostiliza professores, que afronta a autonomia das universidades, que é intolerante às diferenças, que promove o autoritarismo, que desrespeita e ironiza políticas de inclusão, que não defende a educação, que vê a universidade não como um espaço de estudos, mas como *locus* de balbúrdia juvenil.

UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS DE C&T E TI

ADEMIR DINIZ DE ANDRADE¹

Nenhum Estado consegue desenvolver-se plenamente sem implantar políticas de Estado para Educação e para ciência e tecnologia (C&T). Temos que criar políticas de Estado para formar uma mão de obra especializada na área de Ciência e tecnologia, criando, assim, diversos centros de Educação, como escolas técnicas e universidades que direcionem os estudantes para essa área, uma vez que essa mão de obra está em falta.

A ciência, a tecnologia e a inovação (C&T) “são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização das oportunidades, temos que fazer um novo PACTI (Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação), expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional, assim como atuar de maneira decisiva para acelerar o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação nas empresas, fortalecendo a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)”.

O eixo 1 é prioritariamente voltado para a ampliação da base acadêmica do país, para o fortalecimento da infraestrutura das instituições científicas e tecnológicas e para a formação de recursos humanos de altíssimo nível.

1. Coordenador do Setorial de C&T e TI do PT/PB.

Já o eixo 2 trata prioritariamente da terceira âncora do Plano, ou seja, a inovação. Para tanto, serão privilegiadas as ações que estimulem a interação universidade-empresa, que estruturem o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), que incentivem a criação de empresas intensivas em tecnologias e a inserção definitiva de práticas inovadoras nas empresas brasileiras.

No que tange ao eixo 3, foram eleitas treze áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, sendo a biotecnologia e a nanotecnologia eleitas como áreas portadoras de futuro. E, finalmente, o eixo 4 privilegia ações que popularizem ciência, tecnologia e inovação. Ações que aproximem estes temas da sociedade, como o incentivo à melhoria do ensino de ciências, participações em olimpíadas de matemática, português, visitas aos museus, criação de tecnologias assistivas, entre outras ações.

O Brasil reúne condições ímpares para utilizar eficientemente ciência, tecnologia e inovação em um projeto de desenvolvimento ousado e transformador que contribua para reduzir as desigualdades, melhorando o nível de vida da população e colocando o país em um lugar de destaque no cenário internacional. A competência científica já instalada, a complexa infraestrutura de apoio à pesquisa consolidada ao longo dos últimos anos, sua dimensão territorial, sua população e a diversidade de seus ecossistemas permitem este caminho. Ao mesmo tempo, deve ser preservado o espaço da ciência básica como indutora de grandes transformações científicas e tecnológicas e promotoras de uma cultura da verdade e do conhecimento. E, sendo assim, o setorial de ciência e tecnologia do PT tem uma grande missão no momento em que o país está passando.

DESPORTO

JOAQUIM ALVES NETO²

Definições sobre:

Esporte – Ações de jogos, danças, lutas, correr, andar, saltar etc., sem regras oficiais de entidades responsáveis por determinada modalidade e ou atividade física.

Desporto – Todas ações de modalidades as quais são regidas por entidades juridicamente reconhecida por órgãos oficiais, representadas por ligas, federações, confederações etc.

Partindo desse princípio, é necessário que saibamos distinguir esporte de desporto. Em nossas propostas de construção para um Projeto desportivo do PT para o desporto paraibano ao contribuir com o Projeto Nacional Desportivo, vamos expor alguns itens de significância para o objeto de estudo do desporto.

DIAGNÓSTICO

Primeiramente temos a convicção da necessidade de sabermos e entendermos o que existe de instrumentos técnicos, físicos, didáticos, humanos etc. em nosso estado da Paraíba.

Obviamente, como não existe um inventário desses quesitos acima mencionados, vamos de forma mais superficial narrar o que conversamos com diversas pessoas da área desportiva do nosso estado.

O aprofundamento sistemático de um estudo desses itens é que nos dará absoluta solidez ao que estamos diagnosticando. Mas vamos adiantar a temática

2. Doutorando em Ciências da Educação, pós-graduado em Educação (UEL), especialista em biorritmo, presidente do sindicato dos treinadores de futebol (CE), presidente do Instituto Unifut, membro da federação brasileira dos treinadores de futebol.

diante as experiências expostas por nossos pares (professores, treinadores, jogadores etc.) das realidades estaduais.

Existem universidades com grandes exponenciais desportivas em nosso estado (UFPB, Institutos e entidades particulares em nível superior), assim como escolas específicas de modalidades, entidades educacionais de ensino básico, fundamental e médio (essas entidades educacionais com carências em aspectos físicos, como quadras e materiais técnicos). Existem espaços físicos para a prática desportiva, porém 80% sem as condições mínimas das práticas desportivas com objetividade da alta performance. Existem também espaços físicos na capital (praias), e nas cidades não praianas com potenciais, que não são exploradas com deveriam.

Ações culturais advindas dos desportos não são exploradas como Museu desportivo do nosso estado pelas ricas histórias de títulos conquistados por nossos conterrâneos. Cajazeiras é exemplo com o Museu do Futebol (porque não em todo estado?). Certamente não há exploração de todos esses potenciais seja por falta de Política Pública Desportiva e Esportiva para escolas, nas comunidades, clubes, associações etc.

PROPOSTA

| Criação de Comitês desportivos, Conselhos Desportivos em todas cidades paraibanas, que fomentem um Plano Desportivo tendo como diretriz básica as Políticas Públicas Desportivas. Com a criação e efetivação dessa proposta, consequentemente acontecerão as riquezas que o desporto tem e nosso estado está adormecido. O Partido dos Trabalhadores pode protagonizar essa política através de seu Setorial de Desporto e mais tarde ser uma referência nacional.

Com a vitória do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, precisamos mostrar a importância do desporto em seu próximo governo, e assim evitarmos os equívocos realizados quando o nosso partido teve o poder e deixou o desporto na mão de outros como moeda de troca. Acredito que errar faz parte de nosso aprendizado, mas permanecer no erro é uma característica de falta de personalidade. Vamos fazer a diferença no próximo governo com um desporto revolucionário.

MULHERES

PRISCILLA KELLY DE ALENCAR SILVA³

ESTATÍSTICAS DE GÊNERO – PB

Conforme a última pesquisa demográfica na Paraíba, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) divulgou que a população total era de 3.766.528 habitantes, sendo 48,5% homens e 51,5% mulheres. Deste total, a zona rural era composta por 927.850 habitantes, 51% homens e 49% mulheres, distribuídos nos 223 municípios.

IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E AUTONOMIA ECONÔMICA

De acordo com as Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil, a diferença de horas dedicadas por homens e mulheres aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas na Paraíba é a maior do país. Com base em dados de 2019, a segunda edição do levantamento aponta que enquanto o grupo masculino dedica, em média, 11,7 horas semanais para as atividades domésticas, a parcela feminina da população de 14 anos ou mais empenha, por semana, 25,1 horas.

A discrepância paraibana de 13,3 horas está acima da média nacional (10,4 horas), seguindo a tendência dos demais indicadores. Na média brasileira, as mu-

3. Nascida em João Pessoa, pedagoga, professora de educação básica na rede municipal da capital, e mestranda em Desenvolvimento Social na Flacso Cuba pela universidade de Havana. atualmente é secretária estadual de mulheres do PT/PB e coordenadora do GT de mulheres do NEPP-PB.

Iheres destinam cerca de 21,4 horas semanais para esses afazeres, ao passo que para os homens essa quantidade é de 11 horas.

O estudo observou ainda que, na Paraíba, há diferenças dentro do próprio grupo feminino, de modo que a média de horas dedicadas para essas atividades é maior entre as pretas e pardas (26 horas), do que entre as brancas (23,1 horas). Em menor escala, a mesma situação foi identificada nas médias brasileiras, de 22 horas e 20,7 horas, respectivamente.

Em relação ao trabalho fora de casa, a desocupação paraibana é mais intensa junto às mulheres, com uma taxa de 15,5%, do que entre os homens (10,3%). Nessa comparação, a diferença das taxas (5,2 pontos percentuais) é a 3ª maior do Nordeste e a 10ª do Brasil. Ainda quanto ao grupo feminino no estado, esse indicador é mais forte entre a parcela preta ou parda (15,9%), do que entre a branca (14,4%).

Ao analisar outros aspectos do mercado de trabalho, a pesquisa indica que em 2019 as mulheres eram maioria entre os docentes de ensino superior no estado, representando cerca de 50,4%, a segunda maior proporção do país, igual à do Mato Grosso. Ou seja, dos 10.047 servidores dessa categoria, afastados e em exercício, distribuídos em diferentes instituições de educação, 5.060 eram mulheres.

Por outro lado, o estudo verificou que, das cerca de 36 mil pessoas que ocupavam cargos gerenciais no estado, apenas 37,6% eram mulheres. O percentual foi similar à média brasileira (37,4%), mas ficou abaixo da nordestina (40,9%).

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Segundo as estatísticas, em 2018 a Paraíba teve 159 candidatos para a Câmara dos Deputados. Desses, porém, somente 52 (cerca de 32,7%) eram mulheres. Entre essas, aproximadamente 31,4% tiveram receita de candidatura de menos de 100 mil reais; 30,8% tiveram de 100 mil a menos de 1 milhão de reais, e 20% de mais de 1 milhão de reais. E, em 2020, só uma mulher estava em exercício do cargo entre as 12 cadeiras paraibanas.

Já em relação às câmaras de vereadores do estado, do total de 2.198 posições, mulheres foram eleitas como parlamentares apenas para 349, o que aponta

para uma proporção de 15,9%, aproximada da média do país (16%), no entanto levemente inferior à da região (16,7%).

SAÚDE

Em relação à mortalidade de pessoas menores de cinco anos de idade, o levantamento verificou que a taxa é maior entre homens (16,9 em cada mil nascidos vivos), do que entre mulheres (15,2 em cada mil nascidas vivas). Apesar de todo um cenário brasileiro referente à saúde, o estado da Paraíba, com vista na saúde da mulher, vem obtendo avanços consideráveis, a exemplo de constar atualmente com 100% de cobertura da Atenção Básica, 94% de cobertura de Equipe de Saúde da Família – ESF, 263 Núcleos de Apoio da Saúde da Família – NASF (NASF 1, 2 e 3), segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

Além de contar com 80% dos municípios realizando testes rápido de HIV e sífilis em gestantes, do aumento na quantidade de leitos nas maternidades estaduais, de mamógrafos, bem como de hospitais e maternidades que atendem mulheres vítimas de violência sexual, aborto previsto por lei com base nas portarias, decretos, leis e normas técnicas do Ministério da Saúde, segundo dados da Secretária de Estado da Saúde da Paraíba – SES/PB.

EDUCAÇÃO

No Brasil, desde 2004, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres trata a educação como um dos eixos fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens. A escola acaba reproduzindo as desigualdades, seja nos currículos, nos livros didáticos, nas práticas das salas de aula ou nos procedimentos de avaliação.

A linguagem sexista dos textos e práticas cotidianas, a invisibilidade das mulheres na ciência e na história responde à ideologia patriarcal e ao androcentrismo do conhecimento. Uma educação de qualidade requer a transversalidade das ações efetivas com recorte para a igualdade de gênero, raça, etnia e liberdade de orientação sexual no planejamento das políticas públicas.

Segundo o Censo 2010, na Paraíba existem 938.179 pessoas em idade escolar, mas ainda permanece um índice 19,7% na taxa de analfabetismo, mesmo com

o maior incentivo e elaboração de estratégias para garantir uma educação de qualidade para todas/os. Muitas ações e programas estaduais de educação são executados hoje, como: Programa MedioTec; PRONATEC; PBVest; Plano Estadual de Enfrentamento à Violência nas Escolas; Projeto Se Sabe de Repente: projeto de apoio à expressão juvenil, entre outros. É visto, assim, que ainda temos muito que avançar na educação para equidade de gênero, principalmente no que se refere à garantia e permanência das mulheres em horários diferenciados, qualificação das mulheres, possibilitando uma educação igualitária e sem discriminação no ambiente escolar.

MULHERES DO CAMPO

De acordo com a pesquisa, o percentual de mulheres é menor do que a população masculina. São dados oficiais que, contudo, não correspondem à realidade da população de mulheres que vivem no campo. A pesquisa evidenciou a subnotificação do público feminino, demonstrando uma questão admitida também em âmbito nacional: um número significativo de mulheres sem documentação, sem identificação e, portanto, inexistentes.

Continua sendo pauta das mulheres do campo o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres rurais, assim como a participação política e controle social, a defesa da agroecologia como modelo de desenvolvimento e de inclusão, da autonomia, auto-organização das mulheres e a construção de um mundo igualitário.

É prioridade, dessa forma, o incentivo de programas de convivência com o semiárido, crédito rural e financiamento para as mulheres rurais como efetivação de uma política equitativa com promoção de assistência técnica com assessoria específica de/e para as mulheres. Quando mista, que reconheça e valorize o papel da mulher na agricultura familiar, da contabilização econômica do trabalho produtivo e reprodutivo, do acesso a mercados abertos e mercados institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no fortalecimento da participação das mulheres rurais nos espaços de participação política e controle social. Também a efetivação de políticas de enfrentamento à violência, garantindo a efetivação e aplicação da Lei Maria da Penha.

ENFRENTAMENTO DO RACISMO, SEXISMO E LESBOFOBIA

O sexismo, o racismo e a heteronormatividade incidem de forma implacável sobre o significado do que é ser mulher, ser negra e ser lésbica. O racismo constrói uma postura hierárquica no qual ser negra significa ser inferior, estar subjugada em todas as suas capacidades e ser objeto sexual masculino.

O sexismo por sua vez desqualifica a mulher, hierarquiza as relações de gênero, impõe a heteronormatividade como única forma do exercício da sexualidade e considera desviante e negativo o exercício das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, desqualificando estas relações. Assim, estimula a discriminação, autoriza o preconceito, promove a cultura do ódio e criminaliza na prática as relações entre mulheres lésbicas, invisibilizando e negando esta identidade, além de estimular uma relação desigual de poder entre os sexos e gêneros.

Esta cultura de acesso ao diferente estimula agressão, deixando o estado da Paraíba no topo das estatísticas tanto da violência contra a mulher, quanto da morte da juventude negra e da homofobia, vale ressaltar que a lesbofobia ainda é mais invisibilizada nestes índices.

A luta da sociedade civil organizada para garantir o direito destes segmentos da população tão excluída não é recente e já obteve diversos avanços, como a criminalização do racismo, políticas públicas de garantia dos direitos das mulheres, mecanismos de enfrentamento a discriminação por orientação sexual, violência contra mulher, entre outros. Mas as melhorias das condições de vida destes grupos populacionais dependem do compromisso político do Estado, que visa assegurar o enfrentamento ao racismo, ao sexismo e à lesbofobia, uma vez que reforçam as desigualdades na sociedade.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES - PARAÍBA

1. PATRULHA MARIA DA PENHA

Instituída em agosto de 2019, a PMP encontra-se em funcionamento em 26 cidades do Estado, incluindo a Região Metropolitana de João Pessoa, o

programa possui um alcance de 60 cidades atendidas. A Patrulha Maria da Penha acolhe e monitora mulheres que solicitaram ou já estão com o deferimento das Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), com intuito de salvar a vida e a garantia de seus direitos humanos, através de atendimento jurídico, psicológico, de assistência social e intervenção policial, vigilância, acompanhamento e monitoramento do perímetro arbitrado pela justiça e apontado pela mulher protegida. As ações da PMP são desenvolvidas pela Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana em parceria com a Secretaria de Segurança e Defesa Social (Sesds), por meio da Polícia Militar, Polícia Civil, Coordenação das Delegacias Especializadas de Mulheres e o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB).

PROGRAMA MULHER PROTEGIDA

Criado em 2013, o Programa Mulher Protegida congrega a Secretaria da Segurança e da Defesa Social, seus órgãos operativos e ainda Secretaria da Mulher e Diversidade Humana, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública, que abrange três vertentes imprescindíveis para aumentar a proteção das mulheres vítimas de violência: prevenção, fiscalização e procedimento legal visando à punição dos agressores. Na prática, as mulheres em situação de violência dispõem de um importante mecanismo de acolhimento, assegurado pelo Programa Paraíba Unida pela Paz, e que já foi implementado nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita. Através do Programa Mulher Protegida, as vítimas de grave ameaça podem receber o dispositivo “SOS Mulher”, um celular interligado com o Centro de Operações da Polícia Militar (COP) e Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), que garantem ainda a fiscalização das Medidas Protetivas, além de atividades educativas e de esclarecimento. O dispositivo é uma ação pioneira no país, pois possibilita o contato direto com a Polícia Militar, a quem a vítima informa, com um único clique, a situação detalhada em que se encontra, desencadeando a atuação policial adequada. O aparelho celular especialmente programado possui três dispositivos de alerta com indicações nas cores vermelho, amarelo e verde.

Modulando na faixa verde, significa que não há necessidade da atuação policial. O botão amarelo é um sinal de alerta, informando que o agressor está

rondando o local onde a vítima está; e a faixa vermelha significa a necessidade da presença policial, pois o agressor está constringendo ou ameaçando a vítima. Por meio do sistema de monitoramento, a polícia consegue identificar o local exato onde a vítima encontra-se, dando-lhe total liberdade de deslocamento com segurança.

A excelência do trabalho desenvolvido pela Polícia Civil da Paraíba com o Programa Mulher Protegida, por meio da Coordenação das Delegacias da Mulher no Estado, foi confirmada e reconhecida com a conquista do Prêmio Viva 2020, realizado pelo Instituto Avon e Marie Claire, e que é uma celebração pela vida de todas as mulheres.

CENTRO DE REFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES DO CARIRI

O Centro de Referência Intermunicipal de Atendimento às Mulheres do Cariri – Maria Eliane Pereira dos Anjos, em Sumé, é um serviço voltado para atender às mulheres em situação de violência doméstica e sexual da região, sendo uma parceria do governo do estado com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cariri (Cisico) e a Prefeitura de Sumé, atendendo 18 municípios.

CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES – CAMPINA GRANDE

Inaugurado em dezembro de 2012, o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes integra a rede de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero, fortalecendo a rede de atendimento em mais de 30 cidades com formação e capacitação de profissionais. Do total de atendimentos do Centro, 46% dos casos são de violência física seguida de psicológica.

PROGRAMA ESTADUAL DIGNIDADE MENSTRUAL

O Programa Estadual Dignidade Menstrual no Estado da Paraíba trata da distribuição de absorventes (internos/externos) descartáveis e/ou reutilizáveis, coletores menstruais e calcinhas absorventes, para crianças, adolescentes, mulheres em idade reprodutiva e homens trans. Conta ainda com a promoção de campanhas de conscientização sobre as fases reprodutivas do sexo feminino, compreendendo enquanto processo natural no ciclo de vida.

CASA ABRIGO ARYANE THAYS - JOÃO PESSOA

A Casa Abrigo Aryane Thais é um serviço estadual que acolhe mulheres (e seus filhos e filhas) com risco de morte por violência doméstica, encaminhados pelas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) e pela Rede de Atendimento às Mulheres do Estado da Paraíba, geridas pela Secretaria da Mulher e Diversidade Humana do governo da Paraíba. O local é sigiloso para proteção das assistidas.

CAMPANHA “NÃO É NÃO, TAMBÉM NO SÃO JOÃO”

A campanha educativa assinada pela Rede Estadual de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (REAMCAV) orienta a sociedade sobre as implicações da Lei de Importunação Sexual (Lei Federal 13.718/2018) e os mecanismos de prevenção e denúncia de crimes contra a dignidade feminina. A ação tem caráter educativo e pretende enfrentar o crime de importunação sexual durante os festejos juninos.

CAMPANHA “MEU CORPO NÃO É SUA FOLIA”

A campanha educativa com foco na prevenção e denúncia de crimes de importunação sexual e violência doméstica durante o Folia de Rua e o Carnaval 2019. O foco da campanha são os blocos pré-carnavalescos em todo o estado, especialmente o Folia de Rua, em João Pessoa. Foram distribuídos cem mil leques da campanha em pontos de grande circulação de foliões e turistas, veiculação de spot de rádio, material para redes sociais e um vídeo, veiculado por empresas parceiras de televisão.

Outro objetivo da campanha foi divulgar o trabalho da Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência da Paraíba (REAMCAV), assim como o serviço prestado pelas delegacias de Polícia Civil no enfrentamento aos crimes de importunação sexual e violência doméstica. Caso não haja uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no município, as denúncias devem ser feitas em qualquer delegacia ou pelos telefones 197 (importunação) e 190 (específico para violência doméstica). A campanha foi uma realização da REAMCAV formada pelos seguintes órgãos: governo do Estado da Paraíba, por meio das Secretarias da Segurança e Defesa Social – Polícias Militar, Civil e Corpo de Bom-

beiros e Secretaria do Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), e ainda Tribunal de Justiça da Paraíba, Ministério Público da Paraíba.

AMPLIANDO O DIÁLOGO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DA PARAÍBA

O projeto teve sua primeira edição no ano de 2017, reunindo 16 escolas da Paraíba, e tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre a violência contra a mulher e aprofundar a compreensão dos estudantes e professores acerca da Lei Maria da Penha, estimulando a cultura de paz e a educação para os direitos humanos e para a igualdade em busca da superação da desigualdade a partir do ambiente escolar.

Em 2019, o projeto educativo ampliou o número de escolas participantes e também os municípios que o integram, chegando a 30 escolas e objetivando alcançar mais de três mil adolescentes e jovens, bem como educadores e gestores. Também fazem parte do projeto as cidades de Sapé, Sobrado, Campina Grande, Santa Rita, Pombal, Patos e Conde.

SELO SOCIAL PREFEITURA PARCEIRA DAS MULHERES

O Selo Social “Prefeitura Parceira das Mulheres” é voltado às práticas desenvolvidas pelas prefeituras dos municípios paraibanos de promoção da equidade e igualdade dos direitos das mulheres, considerando as especificidades e as potencialidades de cada município. O selo é uma realização da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Municipal (SEDAM) e a Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP).

A premiação integra a programação do Dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. A seleção dos municípios foi feita por uma comissão julgadora formada por representantes da SEMDH, da SEDAM e da FAMUP. O Selo Social “Prefeitura Parceira das Mulheres” tem como objetivos garantir práticas inovadoras e comprometidas com as mulheres em toda sua diversidade, de forma a estimular o empreendedorismo, a autonomia econômica e o desenvolvimento sustentável com igualdade social, enfrentamento à violência contra as mulheres nas suas

diferentes manifestações e promoção da saúde integral das mulheres, considerando as especificidades e as potencialidades de cada município.

Os critérios para receber o selo passaram por desenvolvimento de ações desde a criação de equipamentos de gestão (secretarias, coordenações e núcleos), centros de referências, até protocolos de atendimentos na saúde que beneficiem a otimização do Pré-Natal e parto humanizado, políticas para a autonomia financeira das mulheres, ações para a segurança alimentar e outros.

EMPREENDER MULHER - REINTEGRAÇÃO SOCIAL

A criação de uma linha de crédito para mulheres do sistema prisional foi lançada pelo governo do estado. O projeto é pioneiro no país e tem como foco a reintegração social com redução da reincidência e inclusão social por meio de capacitações na área de gestão, empreendedorismo, autonomia feminina, formação de cooperativas e da assinatura de contratos de financiamentos da linha de crédito do Empreender Mulher, ligado ao Programa Empreender PB.

EMPREENDER MULHER

A linha de crédito denominada “Empreender mulher” é destinada somente a pessoas físicas do gênero feminino que se encontrem em situações de violência e/ou de vulnerabilidade social, com objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda. Em razão do objetivo da linha “Empreender mulher”, as inscrições relacionadas a esta linha permanecerão abertas de modo contínuo e ininterrupto, ficando assegurada urgência e prioridade na análise das concessões, condicionadas exclusivamente à disponibilidade técnica e operacional da Secretaria Executiva do Empreendedorismo.

HORA DO COLINHO

Trata-se da Lei 12.178, que institui a Hora do Colinho. O projeto visa garantir o colo de mãe, abrigo e proteção aos pequenos internados. A lei será implementada por meio do Protocolo Operacional Padrão (POP), oferecido pela equipe multiprofissional dos hospitais, treinados e cadastrados no projeto pelas unidades hospitalares.

Conscientização para o Combate à Violência Obstétrica

Lei 10.886 institui a Semana de Conscientização, Enfrentamento e Combate à Violência Obstétrica na Paraíba.

Mulheres Apenadas ou Internas

A lei 11.039/2017 proíbe o uso de algemas em mulheres apenadas ou internas parturientes durante o trabalho de parto e em período de internação, em estabelecimento de saúde pública e privada, ressalvado o protocolo médico de contenção necessário.

Pacto Estadual Social para Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento

Lei 10.548, institui o Pacto Estadual Social para Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento, colocando a parturiente como protagonista das suas escolhas. Entre elas, o direito de optar pelos procedimentos que lhe propiciem maior conforto e bem-estar, incluindo administração de substâncias analgésicas e anestésicas para eficiente alívio da dor e a proibição de procedimentos desnecessários.

A presença de Doulas na Rede Pública e Privada do Estado

Lei 10.648, regulamenta a presença de doulas durante o pré-natal, trabalho de parto e pós-parto imediato nas maternidades da rede pública e privada do Estado.

Direito à presença de um acompanhante

Lei 9.602, dispõe sobre a obrigatoriedade de a maternidade informar sobre o direito à presença de um acompanhante durante o parto e pós-parto imediato.

Direito à assistência, à saúde, ao parto de qualidade e à maternidade saudável

Lei 2.955/2021, tem o objetivo de assegurar o direito à assistência, à saúde, ao parto de qualidade e à maternidade saudável. O texto estabelece que sejam atendidos princípios como o respeito à dignidade humana da gestante, a autonomia da vontade das gestantes e das famílias, assim como a humanização na atenção obstétrica, além da preferência pela utilização dos métodos menos invasivos e mais naturais, entre outros.

REDE DE SERVIÇOS DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL, DOMÉSTICA E FAMILIAR

ONGS E GRUPOS DE MULHERES E FEMINISTAS:

| Nome/Instituição | Endereço | E-mail / Contato |
|--|--|---|
| Associação de Mulheres de Patos | Rua Felizardo Leite, 121, Centro, Patos/PB, CEP: 58.7000-030 | fcvascon@gmail.com / (83) 996960511 |
| Associação de Mãos Dadas pela Vida das Mulheres, Crianças e Adolescentes – Potiron | Rua Argentina, S/N, Conj. Bela Vista, Cristo Redentor, João Pessoa/PB | lauralaurineide@gmail.com / (83) 987262601/98712-2273 |
| Associação de Transfeministas da Paraíba – Astrapa | Rua Almirante Barroso, 757, Centro, João Pessoa/PB | (83) 3507-1458 |
| Associação Flor Mulher | Rua Ibira, s/n, Tibiri II, Santa Rita/PB, CEP: 58.302-000 | cmdantas@hotmail.com / (83) 98894-3084 |
| Movimento de Mulheres Olga Benário | Av. Maximiliano Machado, 124, Jaguaribe, João Pessoa/PB, CEP: 58015-110 | (83) 98780-5992 |
| Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero – CEDHOR | Rua Jornalista Roberto Marinho, 530, Tibiri II, Santa Rita/PB, CEP: 58.300-000 | 8780-7155/3217-1304 |
| Centro da Mulher 8 de Março | Rua Duque de Caxias, 59, Ed. MCM, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58010-820 | irenemjp@gmail.com / (83) 98811-4970/3241-8001 |
| Centro de Ação Cultural – Centrac | Rua Rodrigues Alves, 672, Campina Grande/PB, CEP: 58.101-290 | (83) 3341-2800 |
| Coletivo da Mulher do Campo e da Cidade | Av. Baraúna, 338, Bairro do Bodocongó, Campina Grande/PB | frencilecentrac@gmail.com / (83) 99183-9744 |

| | | |
|--|--|---|
| Coletivo Feminista Bruta Flor | Campina Grande/PB | https://www.facebook.com/coletivobrutafior |
| Coletivo Feminista de Areia | Rua Mãe Senhora, 128, Cj. Pedro Perazzo, Areia/PB, CEP: 58.000-397 | rt.rociane@gmail .com / (83) 98838-3296 |
| Cunhã – Coletivo Feminista | Av. Abdias Gomes de Almeida, 773, Tambauzinho. João Pessoa/PB, CEP: 58.025-410 | cunhan@cunhanfeminista@org.br / (83) 3241-5916 |
| Marcha Mundial das Mulheres | | titacarneiro@yahoo.com.br / (83)- 98821-6560/ |
| Movimento de Mulheres Trabalhadoras da PB – MMT | | luizasoares18@hotmail.com/ (83) 99919-7479 |
| Movimento da Mulher Trabalhadora do Brejo | Rua Monsenhor Walfredo Leal, 74, Centro, Guarabira/PB, CEP: 58.200-000 | (83) 3271-1231 |
| Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria | Rua Almirante Barroso, 757, Centro, João Pessoa/ PB | mariaquiteriajp@hotmail. com / (83) 98775-6555 |
| Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de João Pessoa e Região | Rua Cruz Cordeiro, 75, Bairro Varadouro, João Pessoa/PB, CEP: 58.3010-120 | sindomestica.jp@hotmail. com / (83) 98878-9489/3221-0818 |
| Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande | Rua Sulpino Colaço, 23, Bairro São José, Campina Grande/PB, CEP: 58.010-120 | (83) 3341-2800 |
| União Brasileira de Mulheres – UBM | | lourdes.meira@hotmail.com (83) 98861-9919 |

2. REDE DE SERVIÇOS

A) SEMDH/PB:

Rua Deputado Odon Bezerra, 34, Tambiá, João Pessoa/PB;

Telefone: (83) 3218-7298; (83)3224-9919;

E-mail: gerenciamulheres.semdh@gmail.com;

Site: www.paraiba.gov.br/mulher-e-diversidade-humana;

Twitter: @semdhgovbr;

Facebook: www.facebook.com/SemdhPB

B) Promotorias/defensorias/juiz

João Pessoa:

Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Rua 13 de Maio, 691, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.013-075

Telefone: (83) 2107-6016

Defensoria Especializada de Atendimento à Mulher/Núcleo de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência da Defensoria Pública da Paraíba

Parque Solon de Lucena, 300, Centro, CEP: 58.013-130

Telefone: (83) 3221-6320

Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Rua Visconde de Pelotas, s/n, Centro, CEP: 58.013-000

Telefone: (83) 3222-7682/7268

Campina Grande:

Promotoria de Justiça Especializada de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Rua Promotora Terezinha Lopes de Moura, s/n, Liberdade, CEP: 58.410-064

Telefone: (83) 3321-2166

Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Rua Carlos Chagas, 47, São José, CEP: 58.400-398

Telefone: (83)33226032

C) Delegacias especializadas de atendimento à mulher – DEAMs

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de João Pessoa

Avenida Dom Pedro II, 853, Centro, CEP: 58.013-420

Telefones: (83) 3218-5316 / 3218-5317

E-mail: maisaraujo@hotmail.com

Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres de João Pessoa – Zona Sul
Rua Manoel Rufino da Silva, 800, Ernesto Geisel, CEP: 58.076-005
Telefone: (83) 3218-5262

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cabedelo
Av. Pastor José Alves de Oliveira, 357, Monte Castelo, CEP: 58.101-082
Telefone: (83) 3228-6349

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Bayeux
Rua Pedro Ulisses, 211, Centro, CEP: 53.306-210
Telefone: (83) 3232-3339

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Santa Rita
Rua Maura Dias Ramos, s/n, Jardim Miritânia, CEP: 58.300-970
Telefone: (83) 3229-8738

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Campina Grande
Rua Raimundo Nonato de Araújo, s/n, Catolé, CEP: 58.410-163
Telefones: (83) 3310-9343 / 3310-9310

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Mamanguape
Rua Escritor Oscar Pinto, 18, Bairro Campo, CEP: 58280-000
Telefone: (83) 3292-2604

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Guarabira
Rua Travessa Ledônio Rodrigues de Bulhões, s/n, Bairro do Cordeiro,
CEP: 58.200-000
Telefone: (83) 3271-2986

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Sousa
Rua Sandy Fernandes de Aragão, 84-B, Areia, CEP: 58.801-570
Telefone: (83) 3522-6627

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Patos
Rua Elias Asfora, 803, Jardim Guanabara, CEP: 58.701-300
Telefone: (83) 3423-2237

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Cajazeiras
Rua Romualdo Rolim, 636, Centro, CEP: 58.900-000
Telefones: (83) 3531-4481 / 3531-7022

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Monteiro
Rua Maria da Salete de Almeida Nunes, 67, Centro
Telefone: (83) 3351-2147

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Picuí
Rua Coronel Manoel Lucas, 02, Centro
Telefone: (83) 3371-2324

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Queimadas
Rua José Braz de França, 60, Queimadas
Telefone(s): (83) 3393-2611 / (83) 3393-2063

Núcleo Especializado da Mulher de Esperança
Rua Isaías Nogueira, 396, Centro, Esperança
Telefone(s): (83) 3361-3295

D) Centros de referência e casas abrigo:

João Pessoa:

Centro de Referência de Atendimento à Mulher Ednalva Bezerra
Rua Afonso Campos, 111, Centro, João Pessoa/PB, CEP: 58.013-380
Telefones: (83) 3221-4273, (83) 3214-3230, 0800-283-3883
E-mail: crebezerra@hotmail.com

Casa Abrigo Aryane Thaís
Telefone(s): (83) 3218-7298, 3224-9919

Campina Grande:

Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes
Rua Avenida Pedro I, 558, São José, Campina Grande/PB, CEP: 58.900-000
Telefones: (83) 3342-9129 / (83) 98826-8834
E-mail: c.r.e.d.m.fatimalopes@gmail.com

Centro de Referência de Atendimento à Mulher Professora Ana Luiza Mendes Leite

Rua Capitão João Alves de Lira, 295, Bairro Prata

Telefone: (83) 3310-6279

E-mail: violenciamulhercrg@gmail.com

Casa Abrigo

Telefone: (83) 3310-6279

Cajazeiras:

Centro de Referência da Mulher Susane Alves da Silva

Av. Presidente João Pessoa, 160, Centro, Cajazeiras/PB, CEP: 58.900-000

Telefone: (83) 9354-4247

Santa Luzia:

Centro de Referência de Atenção à Mulher

Rua Major Inácio Machado, 85, Centro, CEP: 58600-000

Telefone: (83) 3461-3489

Patos:

Centro de Referência de Atendimento à Mulher

Rua Natália de Figueiredo, s/n, Centro, Patos/PB, CEP: 58.700-000

Telefone: (83) 3461-2299

E-mail: sepmulheres@patos.pb.gov.br

E) Maternidades e hospitais referenciados para atendimento de violência doméstica e sexual

João Pessoa:

Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena

Avenida Orestes Lisboa, S/N, Pedro Gondim, CEP: 58.031-090

Telefone: (83) 3218-7777

Maternidade Frei Damião*

Avenida Cruz das Armas, S/N, Cruz das Armas, CEP: 58.085-000

Telefones: (83) 3215-6049 / 3216-6009

Instituto e Maternidade Cândida Vargas*
Avenida Coremas, S/N, Jaguaribe, CEP: 58013-430
Telefone: (83) 3241-3444

Hospital da Polícia Militar General Edson Ramalho
Rua Eugenio Lucena Neiva, 151, Treze de Maio, CEP: 58.025-020
Telefone: (83) 3218-7577

Hospital Infantil Arlinda Marques
Av. Alberto de Brito, s/n, Jaguaribe, CEP: 58.015-320
Telefone: (83) 3241-4328

Campina Grande:

Instituto Elpídio de Almeida (ISEA)*
Rua Vila Nova da Rainha, 147, Centro, CEP: 58.400-220
Telefone: (83) 3310-6356

Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes
Av. Floriano Peixoto, 1045, Centro, CEP: 58.428-111
Telefones: (83) 3310-5850, 3310-9250, 3310-5871, 3310-5875

Cajazeiras:

Hospital Regional de Cajazeiras*
Rua Antônio Holanda Tabelaão, S/N, Centro, CEP: 58.900-000
Telefone: (83) 3531-4457

Guarabira:

Hospital Regional de Guarabira
Rua Prefeito João Pimentel, S/N, Centro, CEP: 58.200-000
Telefone: (83) 3271-4934

Monteiro:

Hospital e Maternidade Santa Filomena*
Rua Epaminondas Azevedo, S/N, Centro, CEP: 58.500-000
Telefone: (83) 3351-2204

Patos:

Maternidade Peregrino Filho*
Rua Elias Asfora, s/n, Jardim Guanabara, CEP: 58.701-300
Telefone: (83) 3421-3751

Santa Luzia:

Hospital e Maternidade Sinhá Carneiro*
Rua Bonifácio Nóbrega, 775, São José, CEP: 58.600-000
Telefone: (83) 3461-2580
*Serviço de referência para interrupção da gravidez prevista em Lei

Sousa:

Hospital Regional de Sousa
Rua José Fagundes de Lira, s/n, Gato Preto, CEP: 58.802-180
Telefone: (83) 3522-2774

O NEPP-PB, em parceria com a TV Roda de Conversa e a Juventude do PT, realizou uma *live*⁴ no dia 07 de março de 2022, com convidados e ouvintes que debateram sobre a pauta em questão. Nesta, pode-se observar as políticas para as mulheres voltadas às dificuldades que elas encontram na sociedade brasileira desde os governos Lula e Dilma. Foram apontadas, ainda, as falhas que ambos os governos tiveram e como estes tentaram contornar a situação, defendendo que as políticas para mulheres do governo do PT é uma conquista do movimento feminista e do movimento de mulheres. Além disso, foram debatidas possíveis soluções para a luta construtiva dessa causa:

| Necessidade de uma educação de qualidade que vise a igualdade de gênero, raça, etnia e liberdade de orientação sexual ainda na escola para as meninas e mulheres em todas as idades;

| Fortalecimento das políticas públicas para as mulheres rurais, assim como a

4. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UJDTiqHVT0&list=PLscFjkqoYQtXiEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=6&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello.

participação política e controle social, a defesa da agroecologia como modelo de desenvolvimento e de inclusão, da autonomia, auto-organização das mulheres;

- | Incentivo de programas de convivência com o semiárido, crédito rural e financiamento para as mulheres rurais como efetivação de uma política equitativa com promoção de assistência técnica com assessoria específica de/e para as mulheres;
- | Compromisso que garanta a equidade efetiva de direitos entre mulheres e homens, independentes de sua raça, etnia, orientação sexual ou qualquer outra diferença.
- | Capacitar de forma contínua os profissionais que cuidam da saúde e educação de mulheres e meninas, que ainda na infância começam a sofrer com as segregações na escola;

Apesar das políticas públicas já terem promovido grandes avanços para as mulheres, ainda temos muito a caminhar. Recentemente temos visto movimentos feministas que buscam erradicar a “pobreza menstrual”, e chegaram a conquistar um projeto nacional de distribuição gratuita de absorventes para população de baixa renda, que infelizmente foi vetado pelo presidente. É assim que percebemos como a população feminina tem sido afetada de formas tão agravantes, nos levando a refletir e ter a certeza que precisamos lutar para proteger nossas meninas e mulheres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Estatísticas de Gênero*. Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. IBGE, 2019

PARAÍBA. *I Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres*, 2016.

PARAÍBA. *Relatórios de Gestão da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana*.

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA PARAIBANA

SOCORRO PIMENTEL¹

O presente trabalho visa apresentar um panorama da realidade social, econômica e política da população negra paraibana, bem como tecer considerações sobre o papel e a finalidade do Partido dos Trabalhadores em nível nacional e local, dos governantes, parlamentares, secretarias e órgãos especializados em políticas afirmativas para os segmentos afrodescendentes paraibanos inseridos nos territórios urbanos e rurais.

Nesta perspectiva, os movimentos sociais negros constituídos no estado da Paraíba de forma orgânica têm se constituído como porta-vozes da luta antirracista e o Partido dos Trabalhadores da Paraíba, através da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo, e do Grupo de Trabalho de Combate ao Racismo – NEPP/PB – tem buscado inserção e intervenção nos movimentos sociais negros, no debate interno das instâncias partidárias, e assim, motivar a organização de negras e negros petistas, subsidiando cada militante petista afrodescendente no âmbito partidário dos diretórios municipais e regional na formulação de políticas públicas para população negra nas diversas áreas.

O racismo como sendo uma relação de poder que, historicamente, e de modo estrutural, tem promovido a hierarquização racial com efeitos nefastos para a

1. Psicóloga, mestranda em Educação Popular (UFPB), doutoranda em Educação Brasileira (UFC), integra a Associação Nacional de Psicólogos e Psicólogas e Pesquisadores(as) Negros e Negras – Núcleo Paraíba (ANPSINEP – PB) e a Marcha da Negritude Unificada da Paraíba. Foi coordenadora Geral da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de João Pessoa e atualmente é Secretária Estadual de Combate ao Racismo do PT/PB e membro do NEPP-PB.

população no Brasil, com reflexos também no estado da Paraíba e no interior das instâncias do Partido dos Trabalhadores.

Os fenômenos do genocídio da população negra, com destaque para o **exterminio da juventude**, do encarceramento em massa, do desemprego, da pobreza, das condições precarizadas de vida e de trabalho, fazem parte do cotidiano de mulheres negras e homens negros. O Atlas da Violência 2021 aponta que pessoas negras foram 162% mais vitimizadas letalmente no ano de 2019 que pessoas não negras, levando em consideração a necropolítica atualmente instalada no país pelo governo federal. Do ponto de vista do gênero, em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Na Paraíba, pessoas negras sofrem 8,9 vezes mais risco de serem assassinadas do que as não negras, de modo a apresentar o segundo maior risco de assassinato de pessoas negras.

Além disso, dentro do contexto atual pandêmico relacionado à COVID-19, as condições desiguais e subalternizadas do povo preto brasileiro, em particular, da paraibana, tem se constituído como fonte de agravamento e de extrema pobreza. A pandemia não atinge a população negra de forma diferenciada, negras, negros e pardos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), morrem mais em decorrência da COVID-19 no Brasil quando comparado a outras etnias. De acordo com os estudos realizados pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio, a população negra é a que mais sofre com a pandemia e também ficou evidenciado a ausência de uma ação governamental eficaz.

Diante do descaso administrativo com relação a saúde da população negra, foi somente no ano de 2020 que o Ministério da Saúde começou a incluir a informação sobre o quesito “raça/cor” nos boletins epidemiológicos mediante a pressão dos movimentos sociais, dentre estes a Coalizão Negra por Direitos e o Grupo de Trabalho de Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO. A inclusão das informações nos boletins epidemiológicos auxilia as gestões a planejarem estratégias e apoiar as tomadas de decisões e estabelecer um canal de comunicação com a sociedade como um todo, cabendo a todos nós da sociedade civil fazer o monitoramento dessa política.

Por outro lado, no estado da Paraíba, em 20 de novembro de 2020, o governador João Azevedo sancionou o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial (PlanePIR) como organismo de enfrentamento ao racismo e políticas de ações afirmativas e de equidade racial. O plano tem como base a luta do movimento negro paraibano que se propõe as inúmeras demandas da população afrodescendentes, povos originários e comunidades tradicionais. Este é o composto por cinco eixos temáticos:

Eixo 1: Enfrentamento ao racismo estrutural, múltiplo agravado;

Eixo 2: Política de ações afirmativas e de equidade racial;

Eixo 3: Sistema estadual de promoção da igualdade racial – SIEPIR/PB;

Eixo 4: Participação política e controle social;

Eixo 5: Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

Além disso, o PlanePIR tem como compromisso a superação dos indicadores sociais que revelam os baixos índices de desenvolvimento social, humano e econômico das populações negras, quilombolas, indígenas, ciganas e de religião de matriz africana do estado da Paraíba.

A execução deste terá o monitoramento do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR), o qual teve renovação da sua composição no dia 3 de novembro de 2021, e de um grupo intersetorial que será criado e vinculado ao gabinete do governador. O Plano contém um quadro com especificações da Secretária Estadual da Mulher e da Diversidade Humana ou outro órgão de governo para que cada ação seja executada, apontando metas, indicadores de execução e ações alocadas no Plano Plurianual (PPA) de cada órgão que esta validade para o quadriênio 2020 a 2023.

Em entrevista no formato remoto, realizada na data do dia 15 de dezembro de 2021, junto ao Coordenador Estadual das Comunidades Quilombolas da Paraíba – CECNEQ e Coordenador Nacional Quilombola na Paraíba – CONAQ, José Maximino da Silva, foi informado que no estado há 45 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, e que, dentre essas, apenas quatro possuem titularidade de seu território total ou parcial. Porém não existe um número exato de famílias quilombolas aguardando o Censo Demográfico Populacional para o ano de 2022. Além disso, o senhor Maximino apresentou

um quadro com as principais políticas implantadas para as comunidades quilombolas, abaixo relacionadas:

- | Implementação do cartão alimentação;
- | Vacinação para toda população quilombola;
- | Fomento para a agricultura familiar;
- | PNAE estadual;
- | Distribuição de Cestas Básicas;
- | Ações do Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

O ATER Quilombola é um projeto que objetiva a sustentabilidade das comunidades quilombolas na agricultura familiar, propõe a oferta de serviço de assistência técnica e extensão rural.

Contudo, para a educação das relações étnico-raciais, se faz necessário a implementação nos currículos escolares da Paraíba das Leis Nacionais: 10.639/2003, que trata da história e da cultura africana e afro-brasileira, e da Lei 11.645/2008, que diz respeito à história e à cultura dos povos ameríndios ou originários. Portanto, se faz necessária a formação inicial e continuada dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

No tocante à saúde da população negra, é necessário um olhar diferenciado às doenças prevalentes nesta população, a exemplo da anemia falciforme tão negligenciada na prevenção e no tratamento adequado.

Assim, diante do escopo apresentado, convocamos a sensibilidade dos dirigentes petistas, parlamentares, gestores públicos e a militância em geral a se juntarem nessa corrente de debates, lutas e formações para a implementação e o cumprimento das políticas afirmativas para a população negra paraibana nos mandatos a partir de 2022. Além disso, convoco a levantarem uma bandeira para o desenvolvimento de uma campanha de interseccionalidade da pauta por todas as secretarias e instâncias partidárias.

O NEPP-PB, em parceria com a TV Roda de Conversa e a Juventude do PT, realizou uma *live*² no dia 21 de fevereiro de 2022, com convidados e ou-

2. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FcT76dYCD3I&ab_channel=TVRodadeConversa.

vintes que debateram sobre a pauta em questão. Foi discutido o racismo como sendo uma relação de poder que tem causado uma hierarquização racial com efeitos nefastos e nocivos para a população no Brasil, refletindo desta forma, no estado da Paraíba. Foram considerados, também, os fenômenos do genocídio, o encarceramento em massa, o desemprego, a pobreza, e as condições precarizadas de vida e de trabalho, que fazem parte do cotidiano de homens negros e mulheres negras.

Além disso, foram debatidas possíveis soluções para a luta construtiva dessa causa:

- | Necessidade de construir comitês de autodefesa, criados não para promover uma guerra, mas para enfrentar a guerra que é sistêmica e estrutural no Brasil e se instala diariamente contra o povo negro;
- | Acionar mecanismos de combate ao racismo, colocando a igualdade racial como uma das pautas principais do governo, pois este plano, até o momento, está só no papel e não chega nas periferias, nas escolas, nos quilombos, nos territórios negros, nas comunidades de terreiros etc.;
- | Instaurar redes de apoio psicológico que auxiliem os homens negros e as mulheres negras no quesito saúde mental. Militantes encontram-se em depressão, em estado de ansiedade e sobrevivem por tomarem medicamentos fortíssimos em decorrência da luta diária;
- | Instaurar, também, uma rede de juristas e advogados para a militância que luta dentro das favelas, periferias e campos.

Em síntese, as consequências do racismo no Brasil, enquanto estrutura de dominação política, cultural e social, não se referem somente à segregação socioeconômica desse grupo. Causam, de fato, violência psicológica e física à população negra desde os primórdios da colonização portuguesa até os dias de hoje. Dessa forma, não é suficiente que não sejamos racistas, precisamos ser antirracistas.

REFERÊNCIAS

LIMA, Patrícia Lacerda Trindade. “A importância de políticas públicas de ação afirmativa para negros no Brasil”. Revista *Plurais*, Salvador – BA, V. 01, N. 01, p. 92 – 119, jan./abr. de 2010.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Mulher e Desenvolvimento Humano. *Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial*. João Pessoa, novembro de 2019.

CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2021 / Daniel Cerqueira *et al.*, São Paulo: FBSP, 2021. Inclui Bibliografia. 1. Violência. 2. Segurança Pública. 3. Políticas Públicas. 4. Brasil.

Paraíba ganha Plano de Promoção da Igualdade Racial. Portal Correio, João Pessoa, 20 de novembro de 2019. *Portal Correio*. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/paraiba-ganha-plano-de-promocao-da-igualdade-racial/>. Acesso em: 14 dez. de 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Secretaria Nacional do Combate ao Racismo. *Criando a Secretaria de Combate ao Racismo*. São Paulo, abril de 2018.

CONQUISTAS E DESAFIOS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAP+

FELIPE SANTOS¹

O estado da Paraíba é referência no Brasil como um dos estados da federação em legislação e ações e programas de promoção aos direitos e cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexos, assexuais e pansexuais – LGBTQIAP+.

Porém, para o estado consolidar os direitos humanos e a cidadania plena dos LGBTQIAP+ como uma política de Estado e não de governo, se faz imperativo elaborar, implementar um Plano Estadual de Direitos LGBT, garantir recursos nos Planos Plurianuais (PPA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis Orçamentárias Anuais (LOA) para a consolidação de políticas públicas e ações específicas para população LGBT nas diversas áreas de governo, como saúde, educação, assistência social e previdência, trabalho, emprego, renda, segurança pública, moradia, cultura, comunicação, turismo e acesso a equipamentos sociais.

- | Promover ações culturais que colaborem para a mudança de mentalidades e respeito à diversidade sexual e promovam a visibilidade dos indivíduos e grupos LGBT;
- | Realizar ações socioeducativas e produção de materiais formativos e informativos que promovam o respeito à diversidade sexual, à cidadania da população LGBT e o enfrentamento à lesbo-homo-transfobia;

1. Graduando em Jornalismo (Uninassau), ativista social da luta antirracista e defensor dos direitos humanos de LGBTQIAP+. Secretário Estadual LGBT do PT-PB.

Promover a interiorização da política e fomentar a implementação de políticas públicas para a cidadania LGBT nos 223 municípios paraibanos;

Para cumprir as resoluções das três Conferências Estaduais LGBT de forma intersetorial entre as instâncias de governo, a gestão deve intensificar o diálogo com a população através da sociedade civil organizada. Fortalecer os mecanismos de governo próprio para executar as políticas de promoção da cidadania LGBT colabora para evitar a dispersão e pulverização das ações de governo, garantindo seu foco e execução. Os mecanismos de gestão de políticas para população LGBT vieram atender o processo histórico de luta e a organização política e social que trouxeram a demanda por políticas públicas de promoção da cidadania LGBTQIAP+.

AVANÇOS IMPORTANTES NO LEGISLATIVO E NO EXECUTIVO EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO LGBT

1. O Decreto 32.159/2001, que dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do *nome social de travestis e transexuais* nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo estadual;
2. A Lei 7.309/03, que proíbe qualquer forma de discriminação às pessoas com base na sua *orientação sexual* nos espaços públicos e privados, regulamentada pelo Decreto 27.604, de 19 de setembro de 2006;
3. Lei 7.901 de 22 de dezembro de 2005, que institui o dia 28 de junho como o Dia Estadual da Diversidade Sexual na Paraíba;
4. O Decreto 27.604, de 19 de setembro de 2006, regulamenta a Lei 7.309, de 10 de janeiro de 2003;
5. A Lei 8.351 de 19 de outubro de 2007, que altera os dispositivos da Lei 7.517/03 alterados pela Lei 8.185/07 – amplia os direitos previdenciários a casais em união estável, inclusive do mesmo sexo, da Previdência Social do estado;
6. No ano de 2009 é criada a Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância Religiosa (DECHRADI);

7. A Lei 9.025 de 30 de dezembro de 2009, que institui o dia 17 de maio como o Dia Estadual de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia na Paraíba;
8. A Lei 9.318 de 30 de dezembro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a instituir no estado da Paraíba, o Programa *Paraíba sem Homofobia*;
9. A Lei 9315/2010 – Institui o Grupo de Trabalho Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GT LGBT;
10. A Criação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana dentro da sua estrutura a Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT (2011);
11. A Implantação do Centro de Referência dos Direitos de LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba – Espaço LGBT (2011);
12. A Lei 9.509 de 14 de novembro de 2011, que institui o Dia e a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao *Bullying*;
13. A Portaria 350/GS/SEAP/2012, que amplia a visita íntima para casais homoafetivos (em união estável) em estabelecimentos prisionais;
14. A Portaria 567/GS João Pessoa, 29 de novembro de 2012, que dispõe sobre a criação do Comitê Estadual de Saúde para implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População de Gays, Lésbicas, Transexuais, Travestis e Bissexuais – LGBT. Criado para articular e fortalecer ações de saúde voltadas a esse segmento populacional, acentuando a sinergia entre as áreas da Secretaria Estadual de Saúde e as demais instâncias do Sistema Único de Saúde, bem como articulando a implementação de estratégias intersetoriais com as várias áreas do governo, já apontadas no “Programa Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”;
15. A Lei 11.000 de 24 de outubro de 2017 – cria o Conselho Estadual dos Direitos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CEDL-GBT e dá outras providências. Vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana – SEMDH, com natureza consultiva e deliberativa, objetivando propor e fiscalizar, em âmbito estadual, políticas de promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;

16. Lei 10.909 de 08 de junho de 2017 – Altera a Lei 7.309 de 10 de janeiro de 2003, para incluir o preconceito em virtude da identidade de gênero como ato discriminatório e dá outras providências;
17. Lei 10.895 de 29 de maio de 2017 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, informando que a lei Estadual 7.309/2003 proíbe e pune atos de discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências;
18. Lei 10.963 de 19 de julho de 2017 – Dispõe sobre o direito das unidades familiares homoafetivas nos programas desenvolvidos pelo estado da Paraíba;
19. Lei 10.908 de 08 de junho de 2017 – Dispõe sobre o tratamento nominal e a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual;
20. Decreto 37.943 de 12 de dezembro de 2017 – Estabelece diretrizes e normativas para inclusão de mulheres transexuais e travestis, em situação de violência doméstica e familiar, no atendimento Delegacias especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM;
21. Decreto 37.944 de 12 de dezembro de 2017 – Estabelece diretrizes e normativas para o tratamento da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Sistema Penitenciário do Estado da Paraíba;
22. Decreto 37.945 de 12 de dezembro de 2017 – Regulamenta a Lei 7.309 de 10 de janeiro de 2003, que proíbe a discriminação ou preconceito em virtude de orientação sexual e da identidade de gênero no estado da Paraíba e revoga o Decreto 27.604 de 19 de setembro de 2006;
23. Decreto 37.946 de 12 de dezembro de 2017 – Cria o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba;

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CIDA RAMOS¹

CAROLINA VIEIRA DOS SANTOS

LIANA ESPÍNOLA PEREIRA DE CARVALHO

LEGY PEDRO FREIRES

SUZI BELARMINO

FELIPE SALES DE OLIVEIRA ALMEIDA

APRESENTAÇÃO

A Comissão Parlamentar de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência teve origem por meio da Resolução 1.775, de 11 de dezembro de 2018. Esta Comissão foi criada com o status de comissão permanente, integrando a estrutura institucional da Casa de Eptácio Pessoa.

De acordo com o artigo 31 do regimento interno da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), a Comissão tem em suas competências o recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou à violação dos direitos das pessoas com deficiência; pesquisas e estudos científicos, que visem melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência; a colaboração com entidades não governamentais, nacionais e internacionais; o acompanhamento da ação dos conselhos de direitos das pessoas com deficiência instalados no estado e nos municípios; além de todas as matérias atinentes ao segmento, incluindo a apresentação de cinco emendas ao Orçamento do Estado.

1. Professora, assistente social, gestora, militante e política brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores. Doutora em Serviço Social, foi eleita a deputada estadual mais votada da história da Paraíba nas eleições estaduais em 2018.

Em 20 de fevereiro de 2019, através do Ato 10/2019 da presidência da ALPB, foi instituída a referida comissão, sendo composta por membros titulares e suplentes, para o 1º biênio da 19ª Legislatura, correspondendo aos anos de 2019 e 2020.

Sob a Presidência da deputada Cida Ramos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência atuou de maneira efetiva, promovendo forte articulação com o segmento das pessoas com deficiência, reunindo entidades da sociedade civil, órgãos do sistema de justiça, gestores estaduais e municipais e demais referências, por meio de reuniões institucionais, sejam ordinárias ou extraordinárias, presenciais ou por videoconferência, sendo essencial no direcionamento de protocolos de atendimento e relação à Covid-19, com vistas na proteção das pessoas com deficiência. Ademais, ocorreram audiências públicas sobre temas de interesse da população, assim como sessões deliberativas em que foram discutidos e votados projetos de lei.

A atuação da Comissão em conjunto com os órgãos, entidades e fóruns, oferece ao estado contribuições necessárias, visando somar esforços na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

INTRODUÇÃO

Estudos da Organização das Nações Unidas apontam cerca de 650 milhões de pessoas com deficiência em nosso planeta. Contudo, é importante frisar, a falta de estatísticas atualizadas, confiáveis e detalhadas favorece para a invisibilidade desses indivíduos, além de ser um obstáculo no planejamento e implementação de políticas públicas que possam contribuir para uma melhor qualidade da vida dessas pessoas.

Em nosso país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, perfazendo cerca de 24% dos habitantes da nação.

A Paraíba é, conforme o Censo 2010, o terceiro estado do país com maior número de pessoas com deficiência, representando quase 28% da população, sendo divididos da seguinte forma:

| DEFICIÊNCIA | GRANDE DIFICULDADE | ALGUMA DIFICULDADE | NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM |
|-------------|--------------------|--------------------|----------------------------|
| VISUAL | 142.193 | 672.369 | 8.477 |
| AUDITIVA | 41.908 | 181.762 | 6.470 |
| MOTORA | 90.172 | 213.753 | 16.880 |
| INTELECTUAL | ** | ** | 62.058 |

Fonte: Censo 2010

A Paraíba é um dos oito estados do país que traz, na estrutura da Assembleia Legislativa, a contribuição técnica de uma comissão parlamentar específica para tratar as pautas das pessoas com deficiência, elevando o patamar de acessibilidade e inclusão de nossa federação.

Segundo Relatório Mundial da ONU sobre a deficiência, ainda não é possível avaliar com rigor a participação política das pessoas com deficiência, devido à falta de dados confiáveis e comparáveis. Mas é possível notar as barreiras, principalmente atitudinais, que impedem essa participação. Para tanto, podemos perceber que em quase 190 anos de existência da Assembleia Legislativa, esta é a primeira legislatura que com a participação de uma deputada estadual com deficiência na Paraíba, representando quebra de paradigmas e avanços no processo de inclusão social do estado.

O corrente ano, atípico, com a pandemia da COVID-19, evidenciou as fragilidades no atendimento do sistema de garantia de direitos, inclusão e acessibilidade, como acentuou a desigualdade social já vivenciada pelas pessoas com deficiência. Os impactos da mencionada pandemia foram sentidos com ainda mais força por esse segmento e a Comissão Parlamentar de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência está tendo papel preponderante na indicação de protocolos de atendimentos, mecanismos eficazes de informação para esse público que contribuam na prevenção e cuidado acerca da contaminação pelo vírus.

Foram firmados Termos de Cooperação Técnica com órgãos do sistema de justiça, Universidades e transportes públicos; realizadas campanhas publicitárias em parceria com o Sindicato dos Veículos de Comunicação, e também constante articulação através de reuniões e audiências.

Assim, esta Comissão cumpre suas funções legislativas e fiscalizadoras, trabalhando incansavelmente ao lado de todo o segmento de pessoas com deficiência, estreitando laços, fazendo história e trabalhando em prol dos paraibanos com deficiência, com colaboração de uma rede diversa, partindo da concepção de que a demanda por políticas públicas para pessoa com deficiência é de responsabilidade de todos/as e possui caráter transversal e interdisciplinar, tendo no Estado a centralidade da oferta dos serviços.

FÓRUM PARAIBANO DE LUTA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA “INCLUSÃO E CIDADANIA”

CAROLINA VIEIRA DOS SANTOS²

O Fórum Paraibano de Luta das Pessoas com Deficiência “Inclusão e Cidadania” é membro da Comissão Intersetorial de Defesa da Pessoa com Deficiência da Paraíba da Assembleia Legislativa, um espaço criado para debater e encaminhar questões vinculadas a esse segmento populacional e em especial nesse momento aos problemas enfrentados no período de pandemia. O objetivo principal foi buscar soluções alternativas envolvendo órgãos públicos e organizações da sociedade civil na busca de alternativas rápidas e viáveis para o acesso às políticas públicas e defesa dos direitos para a prática de cidadania, para conquistar mais respeito, justiça social e inclusão.

Para nós, foi muito importante a criação e o funcionamento dessa Comissão, por ter sido um instrumento institucional de grande significado, pois nos colocou num lugar protagonista tão necessário num momento difícil, diante de situações de vida ou morte que ainda estamos vivendo no país e na Paraíba.

“Somos personagens de uma história universal de abandono, anonimato, exclusão, eliminação, além de outras situações dessa natureza”. Somos muitos. Segundo dados do IBGE do Censo 2010, a Paraíba é o segundo estado do Nordeste, com 27,8% de pessoas com algum tipo de deficiência, ocupando o quarto lugar no *ranking* brasileiro, e João Pessoa, 26% em relação às outras cidades do nosso estado, sendo considerada a terceira capital do país com o maior número de deficientes proporcionalmente ao número de habitantes.

2. Coordenadora Executiva do Fórum de Luta da Pessoa com Deficiência - PB.

Portanto os dados, por si só, revelam a nossa existência, embora sejamos invisíveis ao poder público e à sociedade em geral. A distância entre o que preceituam as leis e a efetivação desses direitos é enorme. A realidade na qual estamos inseridos é um cotidiano de muita adversidade. Além das barreiras físicas e arquitetônicas, comunicacionais, existem as barreiras atitudinais e comportamentais, que tornam os ambientes hostis com manifestações de discriminação, preconceitos e de muita exclusão. Nos falta acessibilidade de todas as formas, e nos é negado o direito de ir e vir com dignidade (Texto extraído do Manifesto desse Fórum dezembro 2020.)

Com a chegada da pandemia tudo se agravou e cada vez mais aconteceram os estrangulamentos da rede pública de atenção e proteção a nossa comunidade PcD, que encontrou ressonância nesse espaço através das representações públicas acertadas comprometidas com a aplicação das leis e a efetivação dos nossos direitos.

Por isso registramos aqui nossa opinião, considerando que:

- a) A composição das representações dos órgãos e as pessoas ali representadas demonstram compromisso e responsabilidade com a causa humana;
- b) Todos os problemas ali apresentados se tornam pautas importantes e nossa representação da sociedade civil teve mais aproximação com as instituições, nos possibilitando vez e voz nos possibilitando ser protagonistas para tratar de assuntos ligados diretamente a nossa vida cotidiana na busca de atendimento e acesso aos serviços públicos;
- c) Atuou a partir da análise dos problemas, da distribuição de tarefas e com encaminhamentos práticos, com bastante agilidade e resolutividade conquistando resultados positivos imediatos;
- d) Algumas conquistas podem ser registradas como importantes, a exemplo: 1. Comunicação Acessível. Através da publicação de vídeos com conteúdo adaptados nas TVs para informar aos deficientes sobre os cuidados e a prevenção sobre o Corona vírus; 2. Acesso ao Programa de Segurança Alimentar com a distribuição de cestas básicas na assistência social para famílias em situação de

vulnerabilidade social em especial nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Campina Grande. Além de outras questões que foram encaminhadas como desdobramentos que devem continuar sendo tratadas.

Nesse sentido, vale salientar que ficou latente a necessidade da criação de estruturas governamentais nos municípios e no estado para coordenar e executar as políticas para as pessoas com deficiência, com a finalidade de implementar atividades específicas e atuar de forma intersetorial para dar mais eficácia e amplitude as ações do governo.

Diante do realizado e da valorização das PcDs como parte importante da sociedade, cidadãos e cidadãs de direitos, reafirmamos que reconhecemos e enalteçemos a iniciativa e a coerência da deputada Cida Ramos à frente das comissões e também protagonista dessa realidade que nos tornou referência para seguirmos lutando por melhores dias e por mais inclusão com igualdade de oportunidades na sociedade.

MPE/PB - COMISSÃO INTERSETORIAL DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA PARAÍBA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

LIANA ESPÍNOLA PEREIRA DE CARVALHO³

No mês de abril de 2020, ainda no início da pandemia de COVID-19 no Brasil, o gabinete da deputada Cida Ramos, representando a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, entrou em contato com diversas instituições, a fim de formar um grupo de trabalho em prol da pauta das pessoas com deficiência, que tanto sofriam e sofrem em decorrência do novo Coronavírus.

Deu-se início, então, a um trabalho conjunto, envolvendo diversas instituições, como o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública Estadual, Assembleia Legislativa, FUNAD, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Defi-

3. Promotora de Justiça, coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça da Cidadania e dos Direitos Fundamentais do Ministério Público do Estado da Paraíba.

ciência e representações da sociedade civil organizada, como o Fórum Paraibano de Luta da Pessoa com Deficiência; sendo o Ministério Público do Estado da Paraíba representado, no grupo de trabalho, por meio da Coordenação do Centro de Apoio às Promotorias da Cidadania e dos Direitos Fundamentais — CAOCDF. Tendo sido o trabalho do grupo formalizado por Termo de Cooperação entre as instituições.

O trabalho se iniciou com a oitiva de esferas diversas da temática da pessoa com deficiência, via reunião virtual. E, com base no tratado nas reuniões virtuais, foi possível atuar em várias frentes.

Como não poderia ser diferente, todo o trabalho do grupo se baseia na Lei 13.146, que foi sancionada em junho de 2015 e entrou em vigor em janeiro de 2016, conhecida como “Lei Brasileira de Inclusão” (ou “Estatuto da Pessoa com Deficiência”), que inaugura um novo paradigma, marcado pela inclusão e pelo reconhecimento de que pessoas com deficiência são sujeitos de direito.

A chamada LBI explicita a autonomia e a capacidade das pessoas com deficiência para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas, assegurando-se seu direito à não discriminação e abarcando áreas como saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte.

A LBI é baseada na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2006, que foi assinada pelo Brasil e ratificada, com força de emenda constitucional, em 2009. A partir da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, estas passam ou devem passar a ser vistas como sujeitos de direitos e não mais, como objetos de piedade, nem como pessoas doentes ou excepcionais. A deficiência passa a ser tratada apenas como mais uma diferença na diversidade humana. Por isso, nomenclaturas como portador de deficiência ou portadores de necessidades especiais caíram em desuso, a partir da premissa de que se trata de uma pessoa, acima de tudo; por isso, as pessoas com deficiência devem assim ser nomeadas. Mesmo porque deficiência é um conceito em evolução, que resulta da interação das pessoas com deficiência com as barreiras devidas às atitudes e aos ambientes, que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade.

Havia e há diversas políticas de combate ao novo coronavírus e implementação de direitos para preservação da segurança alimentar e da saúde das pessoas em geral. No entanto, a comunidade das pessoas com deficiência não obteve a prioridade necessária e prevista em lei, razão pela qual o grupo de trabalho operou em diversas frentes. Sendo este artigo direcionado à participação do Ministério Público do Estado da Paraíba nesse grupo.

De início, procurou-se assegurar a segurança alimentar das pessoas com deficiência. Por isso, em ofício conjunto, Ministério Público e Defensoria Pública estaduais instaram o governo do estado, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano, a garantir que, em meio à distribuição de cestas básicas prometidas pelo Estado, estivessem as pessoas com deficiência, o que foi prontamente acatado. Mais de duas mil cestas básicas foram direcionadas a pessoas com deficiência.

O Ministério Público do Estado da Paraíba, em conjunto com a Defensora Pública Coordenadora de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, remeteu ofício a todas as emissoras de televisão visando à acessibilidade das pessoas surdas e cegas à informação pertinente à pandemia. Foram realizadas reuniões periódicas, por videoconferência, com a Comissão de direitos da pessoa com deficiência da Assembleia Legislativa paraibana e o sindicato das emissoras de rádio, TV e jornal. Decorrente dessas reuniões, a Comissão da ALPB enviou lista de sugestões às emissoras com pautas das pessoas com deficiência. Outrossim, o Ministério Público da PB, em parceria com a Defensoria Pública Estadual, encaminhou ofício conjunto ao governador do estado e aos prefeitos das duas maiores cidades do estado (Campina Grande e João Pessoa), para que disponibilizassem intérpretes de libras para as emissoras quando fossem conceder entrevistas relativas à COVID-19. Cabendo, ainda, ao Sindicato de rádios e TVs orientar a veiculação dos conteúdos informativos com acessibilidade nas redes sociais das emissoras. A partir daí, algumas empresas de televisão já passaram a adotar, para seus repórteres, máscaras transparentes, que possibilitam o acesso à informação por parte da população surda oralizada.

Diante da ideia do uso das máscaras acessíveis, o grupo de trabalho apoiou projeto de lei da deputada Cida Ramos, que se tornaria, após articulação do grupo

junto à Assembleia Legislativa da Paraíba e derrubada do veto do governador do estado, a lei estadual 1.578/2020, a qual prevê que, pelo menos, 5% dos funcionários de estabelecimentos públicos ou privados, que realizam atendimento presencial, deverão utilizar máscaras acessíveis durante o período de pandemia de COVID-19, na Paraíba. E os estabelecimentos deverão dispor de, no mínimo, um funcionário utilizando a máscara acessível, nos casos em que o percentual previsto na lei não atingir um quantitativo maior. Ainda de acordo com a lei, as máscaras deverão ser confeccionadas com material transparente, que possibilite a leitura labial por pessoas surdas.

Neste momento de distanciamento e risco à saúde, é imprescindível que todas as pessoas tenham acesso ao máximo de informação e possam se comunicar da melhor forma possível. E as pessoas com deficiência merecem ser tratadas de maneira igualitária. Pensando, então, na possibilidade de comunicação das pessoas surdas oralizadas, com deficiência auditiva ou com dificuldade de comunicação foi que se pensou na obrigatoriedade de um número mínimo de máscaras acessíveis a serem utilizadas em locais de atendimento ao público, sejam eles públicos ou privados.

Por outro lado, procurou-se garantir o direito das pessoas com deficiência que não conseguem usar máscaras. Após reunião com a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado da Paraíba com a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL e a Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado da Paraíba – FECOMÉRCIO, foi expedida recomendação ministerial explicitando que pessoas com transtorno do espectro autista, com deficiências intelectual, sensorial ou outras que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial devem ter acesso aos estabelecimentos comerciais sem nenhum embaraço, como determinam a Lei 13.979/2020 e a Lei 13.146/2015. Mesmo antes da previsão nacional, a Coordenação do CAO Cidadania e Direitos Fundamentais, com o apoio do grupo de trabalho interinstitucional, já dialogava com procuradores-gerais do estado e dos maiores municípios da Paraíba, buscando essa isenção.

Ademais, em parceria com a Defensoria Pública, o Ministério Público Estadual atuou instando providências quanto à regularização da disponibilização de medicação, insumos para curativos, sondas, fraldas e afins às Pessoas com Deficiên-

cia, por parte da Secretaria de Saúde do município de João Pessoa. Bem como, fez reunião com as Secretarias de Saúde do estado e do município de João Pessoa acerca da garantia da vacinação de H1N1 às pessoas com deficiência.

Vê-se, portanto, que durante a pandemia de COVID-19, o Ministério Público Estadual manteve-se atento à pauta das pessoas com deficiência. Mesmo porque as leis brasileiras são muito boas, mas não suficientes. A maior dificuldade é a sociedade que não consegue conviver de igual pra igual, que nega direitos, que discrimina, que gera barreiras. É preciso haver uma mudança de mentalidade. Pois as pessoas precisam olhar para as pessoas com deficiência acima de sua deficiência, mas em seu potencial.

CONTRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS DO CONTROLE SOCIAL NAS CONQUISTAS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM TEMPO DE PANDEMIA NO ESTADO DA PARAÍBA

LEGY PEDRO FREIRES⁴

A partir de meados do século XX, as pessoas com deficiência ganham as ruas a fim de autonomia, independência, liberdade, através de participações em movimentos sociais. Esta luta incansável por igualdade de condições vem ao longo de décadas apresentando resultados os quais têm tornado as pessoas com deficiência mais visíveis. Para tanto, tivemos que contar com diversos eventos que trouxeram a clareza e exposições por meio de declarações e outros documentos que abriram portas, fazendo com que o mundo enxergasse a capacidade e a importância da pessoa com deficiência.

O Brasil com quase 50 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência é o país que possui a melhor legislação no que se refere aos direitos e deveres do segmento da pessoa com deficiência. A Paraíba por sua vez, segundo IBGE (censo 2010), 27% de sua população que corresponde a cerca de um milhão de pessoas, dispõe de alguma deficiência. Aproximadamente um quinto desse percentual concentra-se na capital.

4. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Associação Paraibana de Cegos (Apaace).

Atualmente, o segmento da pessoa com deficiência no estado da Paraíba tem sido contemplado com diversas políticas públicas no período de pandemia, que conseqüentemente têm possibilitado o melhor acesso aos atendimentos básicos, como saúde, educação, assistência social, mobilidade urbana, comunicação. Este segmento é representado por Organização da Sociedade Civil (OSC), que são instituições que mantêm o ativismo visando implementar o que ao longo desses anos vem sendo conquistado e explicitado por meio de leis e decretos.

Sendo assim, o segmento da pessoa com deficiência tem contado com o belíssimo trabalho da frente parlamentar de defesa dos direitos das pessoas com deficiência da Assembleia legislativa do estado da Paraíba. Tendo como presidente parlamentar a deputada estadual professora dra. Cida Ramos, que tem promovido, durante cerca de dois anos (2019-2020), ações que possibilitaram a pessoa com deficiência a exercer direitos, como: audiodescrição em cinemas paraibanos, o recebimento de documentos escolares em Braille para pessoa com deficiência visual, o uso das máscaras transparentes em espaços públicos e outras conquistas significativas e importantes.

A Associação Paraibana de Cegos (APACE) é uma entidade filantrópica que representa especificamente a pessoa cega e de baixa visão, que há 36 anos vem lutando a favor do segmento da pessoa com deficiência, fortalecendo esse movimento social de forma coerente e objetiva. Reconhecendo o papel importantíssimo da frente parlamentar de defesa dos direitos das pessoas com deficiência da Assembleia Legislativa do estado da Paraíba. Além disso, vale ressaltar que a presidenta da frente parlamentar da pessoa com deficiência da ALPB tem tido uma postura ética e responsável no que tange às demandas que atendem as necessidades do segmento da pessoa com deficiência.

Por fim, o ano de 2020, tão atípico tendo em vista a pandemia causada pela COVID-19, tem sido difícil para toda a sociedade, especialmente para o segmento da pessoa com deficiência, que só não foi pior por causa da interferência de outros órgãos de controle social, como Ministério Público e Defensoria Pública, que intervieram juntamente com os organismo de pessoa com deficiência para reivindicar a distribuição de cestas alimentícias para famílias

com deficiência de baixa renda do município de João Pessoa, na Paraíba, além das conquistas obtidas por intermédio de toda equipe que forma a frente parlamentar de defesa dos direitos das pessoas com deficiência da Assembleia Legislativa do estado da Paraíba.

O CONTROLE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

SUZI BELARMINO⁵

Estou na Presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência desde maio de 2019, no qual represento o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, portanto, é um mandato da sociedade civil. A pandemia nos surpreendeu, pela rapidez com que ela foi instalada e pela necessidade do isolamento social. Sou analista judiciária no Tribunal de Justiça e por ser de grupo de risco, pois tenho diabetes tipo 2 e tenho cegueira total, estou afastada desde o dia 09 de março, sem previsão para retornar às atividades. Não estou fazendo *home office* porque o site do TJ não tem acessibilidade para navegação com leitores de tela.

O primeiro desafio que me impulsionou foi a quantidade de informações veiculada pela mídia e nas redes sociais sobre a forma correta de lavar as mãos e sobre como acessar os auxílios emergenciais. Para os cegos em geral, este conteúdo era totalmente inacessível, estava todo em imagens, sem audiodescrição. Com a ajuda de uma amiga, criei um tutorial seguindo as orientações da ANVISA, traduzindo em palavras e explicações o passo a passo para lavar as mãos. Este tutorial foi amplamente divulgado nas redes sociais e nas TVs locais.

Foi a partir daí que a deputada Cida Ramos, à frente da comissão dos direitos da pessoa com deficiência da Assembleia Legislativa, juntamente com outros parlamentares, a exemplo de Estela Isabel, juntamente com representantes do MP, Defensoria Pública, FUNAD, fórum de Entidades, Conselho Estadual, Conselho Municipal e surdos e intérpretes, criaram uma agenda de reuniões em um grupo de whatsapp, para discutir as demandas e encaminhamentos para solucioná-las.

Foi um processo muito rico de discussões, que trouxe à tona as dificuldades e resultados satisfatórios. Fizemos a divulgação do tutorial na mídia local; fizemos alguns comerciais com audiodescrição, veiculados em TVs da Paraíba; foi operacionalizada a distribuição de cestas básicas para pessoas com deficiência; foi aprovada lei para que em locais públicos tenha um percentual de funcionários usando máscara acessível, que permite aos surdos fazer leitura labial; foi mencionada a necessidade de intérprete de libras durante as entrevistas sobre a pandemia, sobretudo de secretários de saúde; também foi liberado para autistas e deficientes intelectuais poderem circular sem máscara; o intercâmbio com a Secretaria de Saúde para a prioridade de pessoas com deficiência na vacinação do H1N1 e o direito ao acompanhante caso fosse necessária internação em hospital durante a pandemia.

O Conselho Estadual também realizou cerca de quatro reuniões ampliadas com a participação deste grupo e tivemos uma reunião com o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, Marco Castilho, onde foi iniciada a discussão sobre a criação de um órgão gestor de políticas públicas para a pessoa com deficiência no estado e nos municípios de João Pessoa e Campina Grande. Seguiram-se algumas reuniões nesta temática, com a participação de representantes dos respectivos municípios e do estado, mas tendo em vista o período eleitoral, os municípios de João Pessoa e Campina Grande ficaram impedidos de avançar nesta discussão.

Também participamos de algumas *lives* no canal da deputada Cida Ramos, de audiência pública no dia nacional de luta da pessoa com deficiência pela Assembleia Legislativa e houve uma discussão com o Conselho Municipal sobre a falta de acessibilidade nas obras das calçadas da Epitácio Pessoa.

A criação deste grupo, as parcerias geradas e o apoio recebido pelas pessoas com deficiência nas suas lutas cotidianas foram de grande ajuda e foi um exercício do controle social que trouxe muitas conquistas.

Ainda temos muito a percorrer, para romper com as barreiras atitudinais, para sermos vistos como pessoas, cidadãos consumidores, é necessário o cum-

primento das leis pertinentes, os sansões para que a gente possa conjugar o *slogan* “nada sobre nós sem nós” e possamos caminhar de fato rumo à uma sociedade inclusiva.

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

FILIPPE SALES DE OLIVEIRA ALMEIDA⁵

O Direito da Pessoa com Deficiência tem crescido vertiginosamente nos últimos anos, de modo especial a partir da aprovação da Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e muitas instituições passaram a necessitar da intervenção legal de operadores do Direito sobre a referida legislação, especialmente a respeito da acessibilidade que passou a ser feita de maneira universal, pensando as diversas formas de acessibilidade. Nesse sentido, atualmente não se pode mais pensar em acessibilidade do ponto de vista meramente de uma limitação, pois o que se tende a pensar é uma acessibilidade universal que leve inevitavelmente a pensar em uma acessibilidade para o idoso, para a gestante e também para a pessoa com deficiência.

Nesse sentido, passou-se a fomentar políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, no sentido de liberação de cotas e uma maior inclusão no mercado de trabalho. Ato contínuo, passou-se a construir uma sociedade com mais oportunidades para as pessoas com deficiência, pois percebeu-se que a sociedade não deve ser feita de pessoas com deficiência aposentadas ou mesmo para receberem um amparo, na realidade o sentido da legislação atual é amparar a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho, desenvolvendo atividades que garantam a efetividade dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 10, III da Constituição Federal), bem como o do desenvolvimento do pleno emprego (art. 170. VIII da Constituição Federal).

Assim, o que efetivamente se pretende não é mais buscar garantir uma assistência, muito pelo contrário, é garantir a efetividade do direito de todos os cidadãos, e em especial com as pessoas com maior vulnerabilidade. Assim sendo, por ocasião do maior crescimento de demandas voltadas ao público da pessoa com

5. Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das PcD – OAB/PB.

deficiência, buscou-se em várias instituições a criação de comissões comprometidas com as pessoas com deficiência e a exemplo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba criou uma comissão especializada na pessoa com deficiência, presidida pela deputada Cida Ramos, bem como a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, não poderia fugir a essa nova realidade, pois as demandas também surgiram e precisou do olhar crítico de uma instituição como a OAB Paraíba e que atualmente conta com a presidência o advogado Filipe Sales de Oliveira Almeida.

Sendo assim, as duas instituições – OAB Paraíba e Assembleia Legislativa –, por meio de suas comissões específicas voltadas para o público da pessoa com deficiência, têm se engajado em fomentar o desenvolvimento de audiências públicas, bem como ações que possam garantir a efetividade do direito das pessoas com deficiência, em luta constante. Um dos principais enfrentamentos que as referidas instituições têm enfrentado é o desenvolvimento de lutas em torno dos impactos da COVID-19 para o público da pessoa com deficiência, produzindo um documento conjunto com outras instituições com o objetivo de desenvolver garantias de acesso a todos os serviços que são garantidos e assegurados por lei.

Ademais, outras ações têm sido tomadas em conjunto entre a Assembleia Legislativa da Paraíba e da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, por meio de cada uma de suas respectivas comissões, com o objetivo de preservar o direito das pessoas com deficiência e fazer com que o direito cada vez mais seja efetivado e assim permitir que possamos preservar um dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal como objetivo da República Federativa do Brasil de modo a construir uma sociedade livre, justa e solidária, além de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, além de promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, todos conforme o art. 30 da Constituição Federal.

Assim sendo, no que tange às ações, precisamos avançar no sentido de deliberarmos a respeito dos direitos que diariamente vêm sendo mitigados para as pessoas com deficiência e efetivar políticas públicas voltadas para esse público, além de orientar os profissionais das mais diversas áreas a efetivar os referidos profissionais, e também organizar todas as estruturas de poder efetivamente presentes e

necessárias no crescimento de uma sociedade justa para todos, quando chegará o dia no qual não será preciso efetivar assistencialismos, apenas a fiscalização de direitos, pois estes já estarão sendo cumpridos em sua integralidade.

| AUTORIA DEPUTADA/O | LEI | EMENDA | DATA DE PUBLICAÇÃO |
|--------------------|----------------|---|--------------------|
| CIDA RAMOS | Lei 154/2019 | Altera o § 2º do art. 11 e art. 93 da Lei Complementar nº 58 de 2003 que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis do estado da Paraíba. (Este Projeto de Lei Complementar amplia o número de 5 para até 10% das vagas em concursos públicos promovidos pelo Estado da Paraíba às pessoas com deficiência. | DPL 08/05/2019 |
| CIDA RAMOS | Lei 11393/2019 | Dispõe sobre a adaptação de terminais de autoatendimento, das instituições financeiras, no estado da paraíba, para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. | DOE 13/07/2019 |
| CIDA RAMOS | Lei 11428/2019 | Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de equipe médica e técnica com ambulância em competições de atletas paraolímpicos realizadas no estado da paraíba. | DOE 11/09/2019 |

| AUTORIA DEPUTADA/O | LEI | EMENDA | DATA DE PUBLICAÇÃO |
|--------------------|----------------|--|--------------------|
| CIDA RAMOS | Lei 11421/2019 | Ficam disponibilizados, em braille, os livros e materiais didáticos de autoria do poder público; bem como o histórico escolar, certificado e diploma, pelos estabelecimentos de ensino instalados no estado da paraíba. | DOE 29/08/2019 |
| CIDA RAMOS | Lei 11447/2019 | Dispõe sobre a implantação do cine banguê acessível, com sessões mensais, de forma gratuita, para atender as pessoas com deficiência auditiva ou visual. | DOE 10/10/2019 |
| CIDA RAMOS | Lei 11684/2020 | Determina que todas as informações oficiais, veiculadas em campanhas do governo do estado da paraíba nos meios de comunicação, sejam acessíveis às pessoas com deficiência, observando os recursos de linguagem em braille, libras, audiodescrição e legendas, nesse estado. | DOE 06/05/2020 |

| AUTORIA DEPUTADA/O | LEI | EMENDA | DATA DE PUBLICAÇÃO |
|--------------------|----------------|--|--------------------|
| CIDA RAMOS | Lei 11772/2020 | Estabelece o uso de máscaras acessíveis por no mínimo 5% (cinco por cento) dos funcionários de estabelecimentos públicos ou privados, que realizem atendimento presencial, durante o período de pandemia do covid-19, no estado da Paraíba. | DOE 04/09/2020 |
| ADRIANO GALDINO | Lei 11782/2020 | Determina a obrigação de as empresas privadas que atuam sob a forma de prestação direta ou intermediação de serviços médico-hospitalares no âmbito do estado da paraíba a garantir e assegurar o atendimento integral e adequado às pessoas com deficiência. | DOE 01/10/2020 |
| RANIERY PAULINO | Lei 11743/2020 | Dispõe sobre a inclusão das pessoas com deficiência no grupo prioritário de atendimento em razão da pandemia do Coronavírus - covid-19. | DOE 21/07/2020 |

| AUTORIA DEPUTADA/O | LEI | EMENDA | DATA DE PUBLICAÇÃO |
|--------------------|----------------|--|--------------------|
| RANIERY PAULINO | Lei 11647/2020 | Institui o censo de inclusão da pessoa com transtorno do espectro autista e Síndrome de Down no estado da paraíba e dá outras providências. | DOE 18/03/2020 |
| EDMILSON SOARES | Lei 11592/2019 | Torna obrigatório o atendimento aos idosos, gestantes e pessoas com alguma deficiência no térreo das agências bancárias no estado da paraíba que não possuam elevador ou escada rolante. | DOE 24/12/2019 |
| WILSON FILHO | Lei 11580/2019 | Dispõe sobre os assentos preferenciais dos veículos de transporte coletivo no estado da paraíba e dá outras providências. | DOE 19/12/2019 |
| RICARDO BARBOSA | Lei 11552/2019 | Dispõe sobre a reserva de imóveis de programas habitacionais no estado da paraíba para famílias que possuam membros portadores de microcefalia. | DOE 10/12/2019 |

| AUTORIA DEPUTADA/O | LEI | EMENDA | DATA DE PUBLICAÇÃO |
|--------------------|----------------|--|--------------------|
| ADRIANO GALDINO | Lei 11551/2019 | Obriga o órgão ou a instituição de saúde da rede pública e privada, no âmbito do estado da paraíba, a assegurar a pessoa com deficiência, internada ou em observação, o direito a acompanhante ou a atendente pessoal. | DOE 10/12/2019 |
| TIÃO GOMES | Lei 11450/2019 | Institui a semana estadual de conscientização sobre a dislexia. | DOE 10/10/2019 |
| CAMILA TOSCANO | Lei 11444/2019 | Altera dispositivo da lei n° 11.100, de 06 de abril de 2018, e dá outras providências | DOE 01/10/2019 |
| RICARDO BARBOSA | Lei 11433/2019 | Dispõe sobre a emissão de contracheque em braile para os servidores públicos cegos do estado da paraíba | DOE 19/09/2019 |

| AUTORIA DEPUTADA/O | LEI | EMENDA | DATA DE PUBLICAÇÃO |
|--------------------|----------------|--|--------------------|
| ADRIANO GALDINO | Lei 11419/2019 | Dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas por ato administrativo ou de polícia administrativa que não possam mais ser objeto de recurso e não estejam sendo impugnados judicialmente para instituições beneficentes que as transformem em cadeiras de rodas. | DOE 29/08/2019 |
| RICARDO BARBOSA | Lei 11349/2019 | Obriga os estabelecimentos de ensino no estado da paraíba a fornecerem diploma em braile para alunos com deficiência visual na conclusão do ensino médio e do ensino superior. | DOE 12/06/2019 |
| RANIERY PAULINO | Lei 11299/2019 | Estabelece a equiparação de direitos das pessoas com doença renal crônica e os direitos das pessoas com deficiência para fins de acessibilidade e oportunidades referente ao percentual legal de vagas reservadas no âmbito da administração direta e indireta do estado da Paraíba. | DOE 25/01/2019 |

LEIS RELACIONADAS A PC SANCIONADAS EM 2019/2020

Leis publicadas no Estado da Paraíba, voltadas para a garantia de direitos das pessoas com deficiência, nos anos de 2019 e 2020, em vigor:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste primeiro biênio, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ALPB) teve participação efetiva no progresso das lutas por direitos pelo segmento de pessoas com deficiência no estado da Paraíba, ao lado de toda rede de defesa (sistema de justiça, poderes Executivo e Legislativo e sociedade civil), porém o caminho a ser percorrido em busca de igualdade de direitos, acessibilidade e inclusão, ainda é muito longo.

Hoje o maior desafio é, sem dúvida, lutar contra o retrocesso que o Brasil tem vivido e trabalhar contra o desmonte das políticas públicas que vêm sendo imposto à sociedade. Progressos conquistados a custo de muitas lutas não podem ser desconstituídos. Grandes são os desafios impostos às pessoas com deficiência e vencer esses desafios é uma responsabilidade do conjunto societário.

Pode-se dizer que as maiores barreiras, além da atitudinais, estão na falta de acessibilidade arquitetônica, ainda recorrente nas novas obras em cidades. Construir uma rampa, por exemplo, na mesma inclinação de uma escada, não significa promover a acessibilidade para os transeuntes com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Diante destes desafios, podemos considerar como meta de atuação para a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ALPB) avançarmos na articulação interinstitucional com vistas a realizar conjuntamente ações de fiscalização às novas e antigas construções no estado, e assim fazer valer o marco legal instituído e que garante a acessibilidade e mobilidade urbana devida.

A Comissão, durante seu segundo biênio, estreitará laços com as comissões e frentes parlamentares dos demais estados do Brasil, na intenção de articular um grande encontro para trocas de experiências exitosas e assim poder fortalecer as Assembleias Legislativas do Brasil que ainda não tiveram este olhar inclusivo.

A inclusão dos/as PcDs no mercado de trabalho é um outro desafio, pois apesar de se visualizar alguns avanços, se faz necessária uma mudança, em especial na atitude das pessoas. Nesse sentido, a Comissão tem a intensão de fazer encontros e visitas a empresas com o objetivo de dialogar com a importância da inclusão desses indivíduos no mercado de trabalho e que esses espaços ocupacionais ofereçam as condições adequadas para o trabalhador com deficiência, como lhes é garantido por lei.

O processo de qualificação para as PcDs é um direito e sobretudo um dever do Estado, sendo a educação inclusa como uma das bandeiras que a Comissão buscará defender, pela melhoria da educação para pessoas com deficiência, ampliando e complementando leis que contemplem a nova realidade educacional, seja implementada de forma presencial ou digital.

Os avanços foram muitos, mas os desafios são ainda maiores, onde a palavra principal é “resistência”, pois nosso lema é “Nada sem nós sobre nós”.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO¹

A SITUAÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Quando recebi o convite para participar da *live* e da escrita deste texto abordando o papel das políticas públicas na efetivação da doutrina da proteção integral com o foco na Paraíba, pensei como poderia contribuir. Conversei com outros pesquisadores e pesquisadoras sobre a nossa produção científica na Paraíba. Pensamos que seria importante apresentar os problemas, mas também as possibilidades. De modo que este texto se propõe a trazer um pouco de história como um pequeno resgate da memória do que avançamos na proteção de crianças, adolescentes e jovens no Brasil; do que não avançamos ou do que regredimos; apresentar possibilidades sugerindo o novo ou retomando algumas políticas públicas que deram certo ou que trouxeram contribuições no enfrentamento da questão social.

Em 2019 o IBGE estimou a população do Brasil em 210,1 milhões de pessoas, dos quais 53.759.457 teriam menos de 18 anos de idade (Estimativa IBGE para 2019). A população estimada da Paraíba para 2021 foi de 4,059 milhões, sendo que um pouco mais de 1,160 milhões teriam de zero a 19 anos de idade (IBGE, 2020). Ou seja, um pouco mais de 25% da população do estado da Paraíba estaria na faixa etária de zero a 19 anos de idade. Um segmento populacional significativo de crianças, adolescentes e jovens com demandas diferenciadas de políticas sociais. O que leva à reflexão: Como a questão social diz respeito a esse segmento populacional?

A questão social é a expressão da desigualdade social. É a forma que toma a desigualdade social que resulta do sistema de produção capitalista e que afeta a vida do povo, do(a) brasileiro(a), do(a) cidadão(ã). Mas não de todos e todas. Da classe trabalhadora, dos segmentos empobrecidos. A questão social aparece,

1. Dra. Profa. Titular do Depto. de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

expressa-se, torna-se visível e concreta através de várias formas no Brasil. E na Paraíba não é diferente, algumas expressões são até maiores ou mais gritantes.

Ao nos referirmos à criança, adolescente e jovem, as expressões da questão social aparecem através de várias violações, dentre as quais destacamos a necessidade da criança e do adolescente de trabalhar, do trabalho infantil; da violência sexual; do preconceito e discriminação de raça, religião e gênero; da situação de rua; da institucionalização nas casas de acolhida; da falta de formação profissional, da falta de políticas de emprego para juventude, ou da falta de formação profissional porque o adolescente e jovem não têm a escolaridade exigida, das vagas sobrando para aprendizes e da falta de políticas públicas que oportunizem e promovam projetos de vida; da evasão, repetência e desistência da escola, do não acesso ou não permanência no ensino superior; da desnutrição, da fome que leva crianças e adolescentes à mendicância; do ato infracional e da medida socioeducativa; da falta de atendimento de saúde; do encarceramento de jovens negros, do grande número de homicídios ou do genocídio de jovens negros; da violência da polícia, das guerras de facções; da tortura por parte do Estado, dentre outras violações.

Por trabalho infantil, referimo-nos à inserção precoce antes do que a Lei permite. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbem o trabalho antes dos 16 anos e antes dos 18 nas piores formas. Permite a formação profissional entre 14 e 16 anos como aprendizagem. Mas há no imaginário da sociedade brasileira a falsa ideia de que o trabalho infantil é um “antídoto à marginalidade”, que “previne o crime” ou “evita fazer coisa errada”.

Mas o que de fato os pesquisadores na Paraíba (ALBERTO & COSTA, ALBERTO, [costa, pessoa & malaquias, 2020](#)) e outros pesquisadores (VOLPI, 1997; ROCHA, 2013; Simão, 2014; BORTOLOZZI, 2014; COSTA & BARROS, 2019), em outras regiões no Brasil, têm encontrado é que o trabalho infantil tem muitas e variadas consequências e uma delas é a medida socioeducativa. Em pesquisa na Paraíba, entre 2018 e 2021, com 167 adolescentes e jovens entre 14 e 21 anos, que cumprem medidas socioeducativas de internação, provisória e semiliberdade, em privação e

restrição de liberdade, identificamos que entre 83,6% e 98,5% foram trabalhadores infantis. Quando perguntamos se trabalharam, 83,6% responderam que sim. Mas alguns respondem que só ajudaram. Só que o formato ajuda e às vezes invisibiliza o trabalho infantil. Quando juntamos trabalho e ajuda temos 98,5%.

Se trabalho infantil fosse um “antídoto”, não haveria nenhum adolescente cumprindo medidas socioeducativas. Mas não é o que mostram os dados da PNAD Contínua de 2019 do IBGE. Pelo contrário, a PNADC revelou que a Paraíba em 2019 tinha 39.663 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando.

Nossas pesquisas na Paraíba revelam entre os adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação, provisória e semiliberdade, a trajetória no trabalho infantil. Começaram a trabalhar com idades variando entre cinco e 17 anos, sendo que 70% começaram na faixa de 10 a 14 anos, 9% na faixa de cinco a nove anos de idade e 18,18% na faixa de 15 a 17 anos. Ou seja, 79% começaram antes da idade permitida na legislação, mas é mais grave quando se identifica que pelo menos 10% tenham começado a trabalhar a partir de cinco ou seis anos de idade e 70% são negros (ALBERTO; ROCHA, 2021).

Identificamos 66 atividades de trabalho. As atividades de trabalho desempenhadas são variadas, mas se sobressaem as piores formas: vendedor, lava jato, servente de pedreiro, carregador e entregador, mecânica (de carro ou moto), catador de recicláveis, trabalho doméstico, agricultura e tráfico de drogas. Ainda, 37% trabalharam no tráfico de drogas (ALBERTO, COSTA, PESSOA & MALAQUIAS, 2020). Nem todos e todas percebem as consequências do trabalho infantil, mas quem percebe, ou quando instigados, apontam perda da infância; adultização precoce; atraso, evasão e afastamento da escola; envolvimento em ato tipificado como infracional; violência policial, prisão e risco de morte nas três últimas devido ao trabalho no tráfico de drogas.

O ato infracional é uma consequência do trabalho infantil. Suas trajetórias se iniciam com uma violência: o trabalho infantil. O Estado não os protege com

a medida protetiva definida no ECA (Artigo98), mas os criminaliza, levando-os a cumprir medida socioeducativa em instituição onde são vítimas de outras séries de violências e violações. As pesquisas revelam que ocorre o encarceramento, a institucionalização e punição como política de enfrentamento ao trabalho infantil.

Quando se aborda a violência, a discussão de segmento da população e da “grande mídia” (ou mídia corporativa) concebe e apresenta como política a redução da idade penal. Acusa-se o jovem de ser responsável pela violência, mas os dados “oficiais” revelam outra coisa, que o jovem é a grande vítima da violência. Os crimes violentos eram a principal causa de morte de jovens no Brasil em 2019. No referido ano houve 45.503 homicídios no Brasil, taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Destes, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. Foram 23.327 jovens, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. Os homens representaram 93,9% do total de jovens vítimas em 2019. A Paraíba apresentou taxa de 87 homicídios a cada 100 mil homens jovens: acima da média brasileira de 84,9 (IPEA, 2021). Logo, o que se verifica é o genocídio de jovens.

Em pesquisa de mestrado em João Pessoa com dados dos laudos cadavéricos, elaborados pelo Instituto de Polícia Científica, Guedes (2020) encontrou que 94,6% dos jovens assassinados eram considerados pardos, 4,7% negros. Seguindo a nomenclatura adotada pelo IBGE, 99,2% dos sujeitos assassinados foram considerados pretos e pardos. Mas, conforme o Estatuto da Igualdade Racial, eram negros. O referido autor constatou que 52,2% dos homicídios analisados ocorreram em apenas 10 bairros da capital paraibana, de um total de 65 que compõem a cidade. São bairros com os maiores índices de violência letal. Procedendo uma comparação, identificou que se tratava de regiões semelhantes que também apresentavam menores índices de “autonomia”, compreendida como capacidade de renda, rendimento dos chefes de família por domicílio, qualidade de vida, anos de estudo dos chefes de família (SPOSATI, 2010). Territórios onde as políticas públicas do estado não se fazem presentes, são insuficientes ou ineficazes. Semelhantes aos dados do Ceará (Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2016), onde foi possível fazer uma correlação entre os crimes violentos, homicídio dos jovens e os contextos sociais, bairros com serviços precários, doenças causadas pela determinação social e péssimas condições

de moradia. Então, trata-se do genocídio de jovens negros, empobrecidos e que residem em áreas periféricas.

Quando analisamos a Formação Profissional ou especificamente o Programa de Aprendizagem ou o Jovem Aprendiz, dados da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência (SIT) demonstram que “34,2% de jovens aprendizes estão inscritos no CadÚnico”; na Paraíba esse percentual é de 45,59%. Esse Programa desempenha um papel importante, no enfrentamento do trabalho infantil, na formação profissional, na primeira experiência para o trabalho e na manutenção financeira da família. Logo, não podemos ter metas sobrando. Entretanto, na Paraíba a meta em setembro de 2021 era 9.095 e estavam contratados 5.022, o que significa que sobravam 4.073. Ou seja, sobravam vagas, ou melhor, havia vagas não ocupadas. E contraditoriamente jovens procurando trabalho e formação profissional, mas que não conseguiram.

O Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente do Município de João Pessoa (2021), capital do estado da Paraíba, feito entre 20 de março de 2018 e 17 de junho de 2019 com 1.819 participantes e a análise de 1.174 documentos identificaram uma série de violações. Os participantes foram crianças, adolescentes, famílias e trabalhadores e os documentos eram oriundos de instituições públicas que compreendem os eixos de defesa e promoção dos direitos humanos, que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (Resolução 113, de 19 de abril de 2006). Os dados revelaram, dentre outros aspectos: as áreas referentes aos Conselhos Tutelares, que apresentaram a maior concentração de renda baixa e os maiores déficits quanto ao saneamento básico; as violações, 61,9% dos que estavam em situação de rua estavam trabalhando; as violências e violações têm raça e cor, pois as crianças e adolescentes negros e negras são as maiores vítimas da violência sexual, da situação de rua, dos que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas de internação (76,7% se identificaram como de cor parda e 10% como preta) e no meio aberto (37,2% parda, 19,6% negro).

Com a pandemia causada pela COVID-19, várias dessas situações se agravaram, porque a necessidade de sobrevivência empurrou famílias, crianças e adolescentes para a vulnerabilidade social, a perda dos pais e cuidadores, sem o suporte da escola, atrelada às situações de sofrimento, impactou na saúde mental de crianças, adolescentes e jovens. A COVID-19, segundo o Butantan, estava entre as dez principais causas de morte de crianças entre cinco e 11 anos no Brasil⁷. E, segundo o Instituto ALANA, entre pessoas de 10 a 19 anos, a COVID-19, em julho de 2021, já era a maior causa de morte por doenças.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 (Lei 13.005/2014) prevê, em sua meta número 6, “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica”. Dados do Observatório do Plano Nacional dão conta que em 2020 só havia 29,5% das escolas em tempo integral e só 12,9% de matrículas em educação integral⁸.

O AVANÇO

O avanço que sinalizei no início se deu quando na década de 1980 os movimentos sociais, a sociedade civil organizada conseguiu pautar e inserir na Constituição Federal o Artigo 227 e seus correlatos, que define a criança e o adolescente como prioridade absoluta, complementado 20 anos depois, 2010, por uma Emenda que inseriu também o jovem no referido artigo. Decorrente da luta dos movimentos sociais, conseguiu-se a elaboração de um conjunto de leis e políticas protetivas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990; o Estatuto da Juventude, em 2013; a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2012; a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE); Lei da Adoção, em 2009, que priorizou políticas de promoção para permanência com a família natural e proibiu prolongamento em instituição de acolhimento por mais de dois anos; Lei de Cotas e Ações Afirmativas para Universidades, em 2012. Foram leis especiais ou complementares fundamentais para promover e efetivar a garantia de direitos para crianças, adolescentes e jovens.

7. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/ Covid-19-ja-matou-mais-de-1.400-criancas-de-zero-a-11-anos-no-brasil-e-deixou-outras-milhares-com-sequelas>. Acesso em: 17 out. 2022.

8. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>. Acesso em: 17 out. 2022.

Essas leis geraram várias políticas públicas, programas, serviços, ações, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a Política de Aprendizagem, a Política SINASE, o Programa Sentinela de Enfrentamento à Violência sexual etc. Essas políticas geraram diminuição da vulnerabilidade, redução da desigualdade, ou extinção. Tais como a diminuição dos dados de trabalho infantil, erradicação de doenças como poliomielite, sarampo, desnutrição, fome etc. A tal ponto que as políticas públicas e programas sociais foram reconhecidos internacionalmente.

Em 2013, o governo brasileiro recebeu, na Suíça um prêmio internacional devido ao programa Bolsa Família, o I Prêmio *Award for Outstanding Achievement in Social Security*, pelo combate à pobreza e na promoção dos direitos sociais da população mais vulnerabilizada. Hoje, quando eu vejo um *outdoor* nas ruas de João Pessoa, de que a Paraíba tem 519 mil famílias com o Auxílio Brasil, apresentado como um grande feito, uma marca de avanço, eu pergunto: onde está o avanço? Constatando nos dados que diminuiu o número de pessoas com acesso a um Programa de transferência de renda. Pois, em 2014 eram 526 mil famílias ou, se preferirem, 40% da população da Paraíba⁹. Para garantir proteção às crianças, precisamos garantir proteção às famílias.

PRECISAMOS RELEMBRAR O QUE FOI CRIADO, RESGATAR OU CRIAR POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise da Doutrina da Proteção integral, instituída com a Constituição Federal de 1988 e consolidada na Lei 8.069, de 1990, o ECA, possibilitou o início da institucionalização de políticas protecionistas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, criado em 1996, objetivava o enfrentamento do Trabalho infantil, retorno à escola, formação e inserção profissional da família, integração escola e socioassistencial, transferência de renda. Sofreu alterações em 2005, juntou-se ao Bolsa Família e em 2011 integrou a Política Nacional de Assistência Social, mantendo o tripé escola, família, atividades socioeducativas.

Houve um conjunto expressivo de políticas públicas, programas, ações e serviços voltados para a efetivação e garantia de direitos de crianças, adolescentes

9. Fonte: fonte g1: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/12/mais-de-40-da-populacao-da-pb-e-beneficiada-com-o-bolsa-familia.htm>.

e jovens, instituídos ou criados no início dos anos 2000, a partir do governo do presidente Lula e que teve continuidade no governo da Presidente Dilma. Dentre estes se destacam: programas de formação profissional, como o Programa de Educação Tutorial (PET), que objetivam a formação profissional, destinando bolsa de iniciação científica a estudantes de graduação das universidades, criado em 2005; o Programa de Aprendizagem, que visava à formação técnico-profissional, regulamentou o contrato de aprendizagem em 2005; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), criado em 2005, alterado em 2008, passou a contemplar Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Adolescente. Projovem Urbano (MEC), em que o objetivo era elevar a escolaridade, promover inserção social e formação profissional; Pronatec (MEC), que objetiva formação profissional; educação e formação profissional de jovens e adultos (Proeja), criado em 2006; Ensino Médio Integrado (EMI), que objetiva a integração e verticalização da educação básica à educação profissional, criado em 2008.

No âmbito da educação, cultura, esporte, lazer e enfrentamento da violência destaco o Programa Mais Educação (MEC), educação integral, criado em 2011; Programa Saúde na Escola, prevenção, promoção, atendimento à saúde do estudante da educação básica; Programa Segundo Tempo, prática e cultura do esporte, criado em 2010; Pontos de Cultura, coletivos culturais nos territórios, criado em 2004 como Cultura Viva, em 2014 passou a ser Política de Estado como Pontos de Cultura. O Plano Juventude Viva, lançado em 2012, tinha como objetivo a integração de ações do governo federal voltadas para os territórios vulneráveis, objetivando criar oportunidades de inclusão social, enfrentar o racismo institucional e promover segurança pública. Promoveu a pactuação entre 11 ministérios, além da Justiça, criando 43 Programas. Foi implantado na Paraíba em 2013.

Voltado para crianças e adolescentes, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, foco na vulnerabilidade social, práticas integrativas, foi criado em 2013; Sistema de Notificação Compulsória da Violência Doméstica e Sexual (Ficha SINAN), instituído em 2014. Voltada mais especificamente para adolescentes, a Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI) objetiva atenção integral à saúde de

adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade, e foi criado em 2014.

Esse conjunto de políticas, ações, programas e serviços tinham muitas vezes na sua base movimentos sociais que propunham nas conferências e conselhos e dialogavam com as diversas instâncias do Estado com pautas reivindicatórias de mecanismos de efetivação de legislações que visavam garantir o direito de crianças, adolescentes e jovens. Mas não podemos deixar de avaliar que se tratando de políticas públicas é preciso monitorar, avaliar, ver o que deu certo e refazer. Infelizmente, no Brasil não há uma cultura sistemática de monitoramento e avaliação.

Algumas dessas ações tinham problemas na sua efetivação, os quais precisavam de ajustes. Cito a título de exemplo o PETI. Hoje não dispomos de um Programa específico de enfrentamento ao Trabalho Infantil. O PETI retirava do trabalho e devolvia à escola. Aumentava a frequência e permanência na escola. Outro exemplo é o Programa Sentinela ou PAIR, uma metodologia de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Verificamos que hoje não há clareza, falta nos municípios um fluxo e espaços específicos para atender e acompanhar crianças, adolescentes e famílias com histórico de violência sexual. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) tem a violência como campo de atuação. Mas tem muitas demandas (violência contra idosos, violência sexual contra crianças e adolescentes, medidas socioeducativas meio aberto etc.), com equipes reduzidas, precarizadas e sem infraestrutura, não consegue dar conta.

Em 2013, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) passou a aplicar o sistema de cotas e ações afirmativas que garantiu a entrada nas universidades públicas, federais e estaduais e nos institutos federais de educação de pessoas negras, pardas indígenas, quilombolas, povos tradicionais, pessoas com deficiência, estudantes de ensino médio em escolas públicas e baixa renda inscritos nos Programas de Transferência de renda. Além do SISU, o Prouni e o Fies promoveram o acesso ao ensino superior.

Também voltado para o ensino superior, foi criado em 2010 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), objetivando minimizar a desigual-

dade social e garantir a permanência dos jovens nas universidades. Tem como foco da assistência estudantil, moradia, alimentação, saúde, transporte, cultura e apoio pedagógico. Antes do sistema de cotas, como professora universitária, eu tinha em turmas de 40 alunos cerca de três a quatro oriundos de escolas públicas, sendo que pelo menos um ou dois vinham de escola técnica federal. Hoje tenho pelo menos 50%. Não se pode esquecer de citar o Programa Ciência Sem Fronteiras, instituído em 2011, cujo objetivo era formação, capacitação, elevar qualificação e internacionalização da ciência.

Mas com o golpe em 2016 e outras ações dos governos Temer e Bolsonaro, essas políticas, programas, ações e serviços foram atingidos com a redução de recursos ou alterações nas suas concepções ou públicos a quem se destinam. Cito a título de exemplo a redução do número de conselheiros e a participação da sociedade civil no CONANDA; foi necessária uma ação do Supremo Tribunal Federal que devolveu ao referido Conselho o exercício de suas funções; o corte de recursos da ciência e da educação com cortes de verbas e de bolsas do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia (cortes de recursos do CNPq e CAPES); reforma de currículos rebaixando a capacidade de acesso ao conhecimento científico e teórico por parte da classe trabalhadora; contingenciamento de recursos da Emenda Constitucional 95; além de uma série de Projetos de Lei que se encontram tramitando no Congresso Federal propondo redução da idade para o trabalho, redução da idade penal e mudança na política de formação profissional de adolescentes e jovens.

ALGUMAS SUGESTÕES PARA CRIAÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Faz-se necessário e urgente a retomada ou criação de políticas sociais que efetivem os direitos de crianças, adolescentes e jovens garantidos na doutrina da proteção integral. Poderíamos deixar como sugestões a criação, institucionalização ou integração de políticas públicas visando à proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens. São elas:

- | Institucionalização no executivo do Programa Pós-Medidas (para adolescentes após cumprimento de Medidas Socioeducativas). Iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, precisamos efetivar como política pública no executivo, nacional, estadual e municipal.
- | Institucionalização da Justiça Restaurativa ou das Práticas Restaurativas como política pública para as medidas socioeducativas e para as escolas.
- | Reeditar o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) pelo Ministério da Educação. O PROEXT objetivava apoio e financiamento nas universidades públicas de ações de extensão voltadas para a comunidade.
- | Reeditar o Programa Escola Que Protege, que visava à formação de trabalhadores da escola e articulação da Rede do Sistema de Garantia de Direitos, para intervir nas situações de violações nos contextos escolares.
- | Efetivar, através de política específica, a Lei Federal 11.525, de 2007, que trata da inserção dos conteúdos no Ensino Fundamental do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ampliar para ensino médio.
- | Trabalhar Direitos Humanos requer a discussão da amplitude do que significa direitos humanos e estabelecer relações de pertença, participação e protagonismo, através de temas relacionados ao direito à água potável, alimentação, moradia, saúde, família, gênero, violência, tudo que o ser humano precisa para sobreviver e se humanizar.
- | Estabelecer parcerias com as universidades para “aproveitar” o potencial de professores, pesquisadores e estudantes e aplicar os conhecimentos produzidos a serviço da sociedade. Cito a título de exemplos:

O Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (PAIR) foi instituído em 2003. Tratou-se de Metodologia de Intervenção na Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes através do diagnóstico do território, formação e integração da Rede com metodologia de intervenção, aparelhamento da infraestrutura para Conse-

lhos Tutelares. Poderia ser reeditado com as devidas adaptações. Era executado em parceria com as universidades.

Os cursos de pós-graduação no Brasil são avaliados pela CAPES e recebem um *qualis* que estabelece um *ranking* que varia de nível 3 a 7. Um dos itens de pontuação é a inserção social, o peso dele é 10% nas avaliações. Há no Brasil 6.915 (dados CAPES 2021) cursos de pós. Sugiro articular Ministério da Educação e Ciência e Tecnologia/CAPES, para que os cursos de pós-graduação façam essa aplicabilidade da sua produção. Um incentivo para os cursos, cuja premiação poderia ser bolsas de mestrado e doutorado.

Proponho também a criação de uma espécie de câmara “setorial” ou comissão intersetorial que reúna universidades, conselhos, movimentos sociais, que procedam à avaliação das políticas e programas. O modelo poderia contemplar a consulta através da internet para todos(as) que trabalhem na ou com a política. Em seguida, um grupo de especialistas analisa e valida. Parece ser longo, problemático, mas com a ferramenta da internet que se aprendeu a usar muito nas atividades remotas, durante a pandemia da COVID-19, não custará quase nada para o Estado e possibilitará monitorar, avaliar, melhorar ou trocar políticas. Os focos de articulação poderiam ser Ministérios e Sistema de Conselhos (Conselhos Estaduais dos Direitos de Crianças e Adolescentes, CONANDA e Conselhos Setoriais de Educação, Saúde e Assistência Social etc.).

O Brasil carece um projeto de sociedade solidária com a efetivação de políticas sociais que visem o desencarceramento, a proteção da vida de crianças adolescentes e jovens, a oportunização de acesso a saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer, esporte cidadania tudo aquilo que se configura como Direitos Humanos e que disponha de um orçamento específico para tal, o Orçamento Criança e Adolescente (OCA).

O NEPP-PB, em parceria com a TV Roda de Conversa e a Juventude do PT, realizou uma *live*¹⁰ no dia 25 de abril de 2022, com convidados e ouvintes que debateram sobre a pauta em questão. Nesta, pode-se concluir que a ausência de

10. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xyn5xRyBSZo&list=PLscFjkqoYQtXiIEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=1&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello.

Crianças e Adolescentes na construção de políticas públicas é um verdadeiro problema. É de suma importância a presença destas nestes atos, pois são elas que conhecem suas limitações e suas carências. Além disso, ficou claro a importância da implementação de comitês e conselhos consultivos dentro de centros especiais, para dar a oportunidade de fala aos adolescentes sobre suas realidades na escola pública em situação de vulnerabilidade e consigam ser ajudados através disso. Também, que tenham o apoio para falar, ser ouvido e tenham condições de discutir as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. F. P.; COSTA, R. R. (Org.). *Trabalho infantil e trajetórias de vida punidas e encarceradas com medidas socioeducativas*. 1. ed. Curitiba: EDITORA CRV, 2021, v. 1. 210p.

ALBERTO, M. F. P.; COSTA, R. R.; PESSOA, M. C. B.; MALAQUIAS, T. A. "A institucionalização e punição como política de enfrentamento ao trabalho infantil no tráfico de drogas". In: FERREIRA RAMOS, Ana Maria Villa Real et al. (Orgs.). *Coordinfância: 20 anos de luta pela efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, v. 1, p. 325-341.

BORTOLOZZI, R. M. *O sentido do trabalho para jovens trabalhadores da economia da droga: exame retrospectivo*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CEARA. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. *Cada vida importa: Relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios da Adolescência*. Fortaleza: governo do Estado do Ceará, 2016.

COSTA, A. P. M.; BARROS, B. W. "Traficante não é vagabundo": trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. *Rev. Direito Práx.* 2019, DOI: 10.1590/2179-8966/2019/36727.

FERREIRA, Anadilza Maria P. et al. (orgs.). *Diagnóstico da situação da criança e do adolescente no município de João Pessoa: conhecer é proteger*. João Pessoa: Ideia, 2021.

GUEDES, I. O. *As condições objetivas de vida da juventude vítima de homicídio na cidade de João Pessoa*. 2020. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. (Não publicada).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Projeções da população*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html>. Acesso em: 17 out. 2022.

IPEA (2021). *Atlas da Violência*. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

ROCHA, A. P. "Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas". *Serviço Social & Sociedade*, (115), 561-580, 2013. DOI: 10.1590/S0101-66282013000300009.

SIMÃO, A. V. *Juventude em discurso: histórias de vida de jovens aprisionados no município de Cáceres/MT*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SPOSATI, A. *et al. Topografia Social da Cidade de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

VOLPI, M. *O adolescente e o ato tipificado como infracional*. São Paulo: Cortez, 1997.

JUVENTUDE

MICHAEL MOREIRA¹

A pandemia de Covid-19 criou inúmeras problemáticas para as sociedades mundo afora, entretanto, o que se nota é que a ampla maioria das tendências negativas gestadas nos últimos dois anos já estavam postas, ocultas ou em marcha lenta. Saindo do catastrófico plano da saúde mental, há uma queda brusca nos postos de trabalho e aumento vertiginoso em índices como evasão escolar. Violência, exclusão e desigualdade entraram na ordem no dia em maior ou menor grau para toda uma geração de jovens.

Diante do macabro espetáculo (tratado assim por extensos setores da direita instalados no poder) descortinando constantes violações de direitos, além de uma crescente exposição às mais diversas formas/tipos de vulnerabilidades sociais, é imperativo proteger a população jovem em nossas cidades, estados e país garantindo assim um futuro melhor, particularmente, inseridos em uma coletividade próspera.

O Brasil vivencia um fenômeno que não é inédito na história das nações, mas certamente tem especificidades com grande potencial. Em várias partes, sob diferentes realidades, inúmeros jovens experimentam uma fase determinante na transição em seu ciclo de vida, uma busca pela construção da sua autonomia, convencionado de bônus demográfico, no qual a população economicamente ativa supera o restante do conjunto de recortes sociais propostos.

1. Graduando em Administração na UEPB. Secretário Municipal da Juventude do PT de Campina Grande e do NEPP-PB.

Esses dias repletos de perguntas sem respostas, e todos os mais variados tipos de urgência, nos empurram no sentido de elaborar/executar formas de ação concreta, firmemente ancoradas em capacidade de levar adiante transformações, atingindo as expectativas, emergências e elevando as perspectivas.

Nossa descontinuidade administrativa é uma das mais elevadas no mundo, sendo alçada a níveis aterradores por um governo que tem por mote o desmontem total daquilo o qual está posto, enquanto trabalha ativamente para pôr em marcha o quanto pior melhor. Qualquer política pública plausível, precisa ser amparada por evidências que meçam sua efetividade. Porém, a histórica dificuldade de acesso a informações e conhecimento sistematizado sobre os jovens está amplificada por decisões governamentais como a não realização dos mais recentes Censos Demográficos.

Essa é uma janela de oportunidade tão importante quanto histórica, haja visto que a totalidade do contexto elencado até o presente momento tem forte influência no desenvolvimento da população jovem e está, por sua vez, no ascenso da nação. Isto é, caso este cenário não seja revertido, paira sobre o Brasil não só o risco de ter uma geração perdida, mas desperdiçar a oportunidade de alavancar o seu crescimento utilizando como força motriz a maior população de jovens da sua história, o chamado bônus demográfico.

A população jovem é plural e vive os impactos das desigualdades sociais, políticas e culturais de forma heterogênea. O padrão de desigualdade por cor/raça e nível de escolaridade é demonstrado na medida em que ter menor escolaridade, residir em localidades mais pobres e ser negro aumentam as chances de homicídio e de uma gravidez na adolescência.

O Nordeste como um todo, e a Paraíba em particular, apresentam um perfil demográfico de jovens acima da média nacional. Entretanto, é mais fácil encontrar esse mesmo recorte em índices até 10% mais altos, nas faixas de renda mais baixas em comparação às mais altas. Cumpre destacar ainda que segundo o IBGE, as taxas de juventude tendem a ser maiores em domicílios sem geladeira, sem fogão, sem máquina de lavar, sem televisão e sem outros utensílios de uso básico em geral.

As políticas públicas mais frequentes e mais exitosas destinadas a tal público, em âmbito estadual, remontam às gestões de 2010 a 2018, com um baixíssimo número de dados ou exemplos antes dessa temporalidade, inclusive pela criação de pasta específica para tratar dessas e outras demandas durante a mesma gestão, via Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer.

Os mecanismos de promoção coletiva e controle social postos em marcha no curso do governo supracitado tinham uma incidência muito forte nas pautas e atuação educacional. A universalização e garantia do direito à educação ganhou na perspectiva de formar jovens protagonistas, além de todos os desdobramentos naturais oriundos disso, mais uma frente de ação.

Cumprir salientar que se as ações foram muitas e eivadas de métricas/indicadores/resultados capazes de atestar sem muita firula seu sucesso estrondoso, foi tímida ou bem aquém do panorama constatado na educação, os avanços ou mesmo as propostas para o público jovem durante a gestão PSB. Enquanto tínhamos Gira Mundo para alunos que em condições normais de pressão e temperatura, talvez só tivessem acesso às praias do nosso litoral, podendo viajar o mundo ou mesmo a valorização do nosso futebol seja de base, seja amador por meio do programa Gol de Placa... o Mês das Juventudes, programado sempre para agosto dos anos correntes, mal chegou a figurar enquanto destaque na imprensa.

Nesse sentido, o governo de continuação das gestões 2010 a 2018, se mostrou mais ambicioso e acertado ao espírito do tempo, propondo um plano plurianual, verdadeira política de Estado, municiado por dados precisos, amparado em mecanismos de controle em curto/médio/longo prazo, com intento de alçar as juventudes paraibanas ao seu local de destaque mais que merecido.

No entanto, embora arrojado e vanguardista, o plano não será o suficiente para compensar o desmonte promovido pela atual gestão, das políticas públicas citadas anteriormente. É fundamental que o lazer, esporte, educação e outras áreas correlatas avancem em sinergia com o setorial da juventude, na construção de sujeitos multifacetados, emancipados e com senso crítico para intervir rumo a uma sociedade paraibana mais justa.

O coronavírus criou uma crise social e de saúde sem precedentes, prejudicando a vida de milhares de indivíduos e modificando as formas de viver dos jovens, sobretudo, por ser esse o setor mais dinâmico e transversal da sociedade. Ao passo que houve um alongamento e alastramento da pandemia, por inúmeras razões, tal recorte social tem estado entre aqueles que se mobilizam na criação/adoção de novos meios em solidariedade, demonstrando altruísmo, criatividade. Por outro lado, os jovens figuram fortemente entre aqueles mais afetados pela crise atual em uma das suas esferas mais graves: a de saúde mental (sem deixar de lado, claro a aprendizagem, desenvolvimento profissional, envolvimento cívico etc.).

Está na ordem do dia a urgência de atribuir a tal tema a relevância e celeridade para buscar soluções que ele merece.

ANEXO 1
MEMÓRIA DO NEPP-PB
NÚCLEO ESTADUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA PARAÍBA

05/05/21 – “Tempestade de Ideias”



LISTA DE PRESENÇA

1. TEREZA CAMPELO (DN)
2. EDUARDO TADEU (FPA)
3. MÁRCIO CANIELLO (DR)
4. RODRIGO SOARES (DN)
5. ALMIR NÓBREGA
6. CARLOS ANDRADE
7. CARLOS MINOR
8. FLÁVIO TAVARES
9. JAIMAR MEDEIROS
10. JONAS DUARTE
11. LÍGIA PEDROZA
12. LUIZ COUTO
13. MARCO VIDAL
14. NILDA CÂMARA
15. RODRIGO FREIRE
16. TEREZINHA CAVALCANTE
17. VERÔNICA OLIVEIRA

PAUTA

- Apresentação dos participantes
- O que são os NEPPs?
- Organização do NEPP-PB

ENCAMINHAMENTOS

- Coordenação provisória: Márcio Caniello, Rodrigo Soares, Marco Vidal, Rodrigo Freire, Nilda Câmara, Verônica Oliveira, Lígia Pedroza;
- Criação de um grupo de WhatsApp;
- Organização dos GTs;
- Pedir pauta para a Executiva Estadual para apresentação do NEPP/PB.

GRUPOS DE TRABALHO CRIADOS

1. **Economia**
 - Carlos Andrade
2. **Semiárido e Agricultura Familiar**
 - Jonas Duarte
3. **Meio Ambiente**
 - Marco Vidal
4. **Cidades**
 - Flávio Tavares
5. **Política**
 - Rodrigo Soares
6. **Políticas Fiscais e Tributárias**
 - Almir Nóbrega
7. **Direitos Humanos**
 - Rodrigo Freire

26/05/21 – 1ª Reunião Geral




LISTA DE PRESENÇA

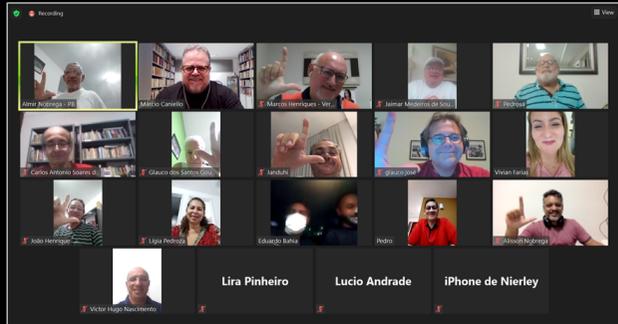
Aldrin Marin
Alisson Nóbrega
Almir Nóbrega
Anselmo Castilho

Carlos Andrade
Carlos Minor
Cassandra Veras
Eduardo Tadeu

Flávio Tavares
Jonas Duarte
Lígia Pedroza
Márcio Caniello

Marco Vidal
Nilda Câmara
Rodrigo Soares
Terezinha Cavalcante

Verônica Oliveira
Vladimir Cunha

02/06/21 – Lançamento do GTPFT**LANÇAMENTO
GT POLÍTICAS
FISCAIS E
TRIBUTÁRIAS****MEMBROS DO GT PRESENTES**

Alisson Nóbrega Glaucio Eggers Lígia Pedroza
Almir Nóbrega Glaucio Gouvêa Nierley Nóbrega
Carlos Andrade Jaimar Medeiros Victor Hugo
Carlos Pedrosa Jr. Janduhy Medeiros Wagner Pinheiro

PALESTRANTES CONVIDADOS

Charles Alcântara (Pres. FENAFISCO) Pedro Lopes Neto (Contr. Geral/RN)
Eduardo Bahia (SECOM/Maricá/RJ) Rodrigo Soares (Dir. Nacional PT)
Márcio Caniello (Coord. NEPP-PB) Vivian Farias (Vice Presidenta da
Marcos Henriques (Ver. João Pessoa) Fundação Perseu Abramo)

APOIO

Lúcio Andrade
(Assistente Técnico)
João Henrique
(Assistente de Mesa)

18/06/21 – Instalação Oficial

A Fundação Perseu Abramo e a Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores da Paraíba têm a satisfação de convidá-lo(a) a participar da cerimônia de instalação do Núcleo Estadual de Políticas Públicas da Paraíba (NEPP-PB), que será realizada no dia 18/06/2021, às 19 h., pela Plataforma Zoom.



Data: 18/06/2021 às 19 horas
Plataforma Zoom (link 30 min. antes)

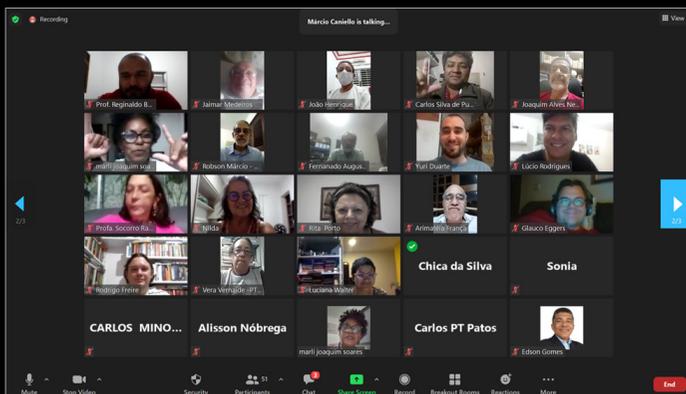
Programação

Mesa de Abertura: Vivian Farias (vice presidenta da FPA), Jackson Macêdo (presidente do PT/PB) e Márcio Caniello (coordenador do NEPP-PB).

Mesa Dialógica: Eduardo Tadeu (FPA): "Análise de Conjuntura" e Jonas Paulo (NAPP-NE): "Estratégias do projeto de desenvolvimento e desafios políticos".

Encaminhamentos

18/06/21 – Instalação Oficial



18/06/21 – Instalação Oficial

LISTA DEPRESEÇA

- | | | | |
|----------------------|-----------------------|----------------------|--------------------------|
| 1. ALDRIN MARTIN | 17. EDNAMAY | 33. LEONARDO BORGES | 49. RITA PORTO |
| 2. ALEXANDRE GUEDES | 18. EDSON GOMES | 34. LÍGIA PEDROZA | 50. ROBSON MÁRCIO |
| 3. ALISSON NÓBREGA | 19. EDUARDO TADEU | 35. LUCIANA WALTER | 51. RODRIGO FREIRE |
| 4. ALMIR NÓBREGA | 20. EUDES HERMANO | 36. LUCIMAR RAMALHO | 52. RODRIGO SOARES |
| 5. AMANDA FERNANDES | 21. FELIPE DOS SANTOS | 37. LUCIO RODRIGUES | 53. SOCORRO PIMENTEL |
| 6. ANA LÚCIA | 22. FERNANDO AUGUSTO | 38. MÁRCIO CANIELLO | 54. SOCORRO RAMALHO |
| 7. ANTÔNIO BARBOSA | 23. FLÁVIO TAVARES | 39. MARCO VIDAL | 55. SÔNIA LIRA FERREIRA |
| 8. ARIMATÉIA FRANÇA | 24. GLAUCO EGGERS | 40. MARCOS HENRIQUES | 56. SUELENE DE SOUSA |
| 9. CARLOS (PT PATOS) | 25. JACKSON MACÊDO | 41. MARIANA MOREIRA | 57. TEREZINHA CAVALCANTE |
| 10. CARLOS ANDRADE | 26. JAIMAR MEDEIROS | 42. MARINHA SILVA | 58. VERA VERNAIDE |
| 11. CARLOS MINOR | 27. JOÃO HENRIQUE | 43. MARLI SOARES | 59. VERÔNICA OLIVEIRA |
| 12. CARLOS SILVA | 28. JOEL MARTINS | 44. NIERLEY NÓBREGA | 60. VIVIAN FARIAS |
| 13. CÉSAR NÓBREGA | 29. JONAS PAULO | 45. NILDA CÂMARA | 61. YURI DUARTE LOPES |
| 14. CHICA DA SILVA | 30. JÚNIOR ROCHA | 46. PRISCILA KELLY | 62. ZIZO MAMEDE |
| 15. CLEANTO BELTRÃO | 31. KIM ALVES | 47. REGINALDO BORGES | |
| 16. ÉDER DANTAS | 32. LENILMA | 48. RILDO SIMÕES | |

21/06/21 – Audiência Pública CMJP



AUDIÊNCIA PÚBLICA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

REFORMA TRIBUTÁRIA SOLIDÁRIA
SEGUNDA, 21 JUNHO | 15 HORAS

TRANSMISSÃO: TV CÂMARA JP - CANAL 8.2 (CANAL 23 DA NET TV) e CABO

DE POLÍTICAS PÚBLICAS E TRIBUTÁRIAS NEPPPB
MARCOS HENRIQUES

Grandes Números DIRPF 2016
Comportamento arrecadação por aliquota efetiva

Salários mínimos

| Salário Bruto | Salários mínimos | Empresários | Sociedade limitada |
|---------------|------------------|-------------|--------------------|
| 0 | 0 | 0 | 0 |
| 10000 | 10 | 15 | 20 |
| 20000 | 15 | 25 | 30 |
| 30000 | 20 | 35 | 40 |
| 40000 | 25 | 45 | 50 |
| 50000 | 30 | 55 | 60 |
| 60000 | 35 | 65 | 70 |
| 70000 | 40 | 75 | 80 |
| 80000 | 45 | 85 | 90 |
| 90000 | 50 | 95 | 100 |
| 100000 | 55 | 100 | 100 |

Salários mínimos

Regressividade a partir dos 40 salários mínimos

Apenas da orientação constitucional...

Art. 145...
§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte...

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:
§ 2º O imposto previsto no inciso III (IR):
I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.

Reduzida tributação IRPF incidente sobre o empresário.

Causa: decorre da isenção na distribuição de lucros e dividendos (Lei nº 9.249, de 1995, art. 10)

SOMENTE o BRASIL e a ESTÔNIA
(casos de adoção da CEE) concedem isenção na distribuição de lucros e dividendos aos sócios.

| País | Isenção |
|------------------------------|---------|
| Brasil | Sim |
| Estônia | Sim |
| Portugal | Sim |
| Polónia | Sim |
| Países Baixos | Sim |
| Irlanda | Sim |
| Reino Unido | Sim |
| Eslovénia | Sim |
| Eslováquia | Sim |
| Países Escandinavos | Sim |
| Países Benelux | Sim |
| Países do Norte da Europa | Sim |
| Países do Sul da Europa | Sim |
| Países do Leste da Europa | Sim |
| Países do Oeste da Europa | Sim |
| Países do Centro da Europa | Sim |
| Países do Sudoeste da Europa | Sim |
| Países do Sudeste da Europa | Sim |
| Países do Sul da Europa | Sim |
| Países do Norte da Europa | Sim |
| Países do Centro da Europa | Sim |
| Países do Leste da Europa | Sim |
| Países do Oeste da Europa | Sim |
| Países do Sudoeste da Europa | Sim |
| Países do Sudeste da Europa | Sim |
| Países do Sul da Europa | Sim |
| Países do Norte da Europa | Sim |
| Países do Centro da Europa | Sim |
| Países do Leste da Europa | Sim |
| Países do Oeste da Europa | Sim |
| Países do Sudoeste da Europa | Sim |
| Países do Sudeste da Europa | Sim |
| Países do Sul da Europa | Sim |

22/06/21 – Reunião Setorial de Educação



Vamos
conversar
sobre a

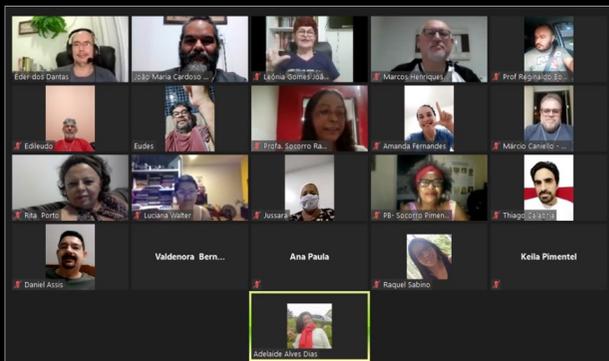


CONAPE
2022



Nesta terça 22/06
19h pelo Zoom

Um convite do Núcleo Setorial de Educação
Paraíba



28/06/21 – Reunião de Coordenação



LISTA DE PRESENÇA

1. ALEXANDRE GUEDES
2. ALMIR NÓBREGA
3. CARLOS ANDRADE
4. FLÁVIO TAVARES
5. JACKSON MACÊDO
6. JONAS DUARTE
7. KIM ALVES
8. LÍGIA PEDROZA
9. LUCIO RODRIGUES
10. MÁRCIO CANIELLO
11. MARINHA SILVA
12. PRISCILA KELLY
13. RODRIGO FREIRE
14. SOCORRO PIMENTEL
15. VERÔNICA OLIVEIRA

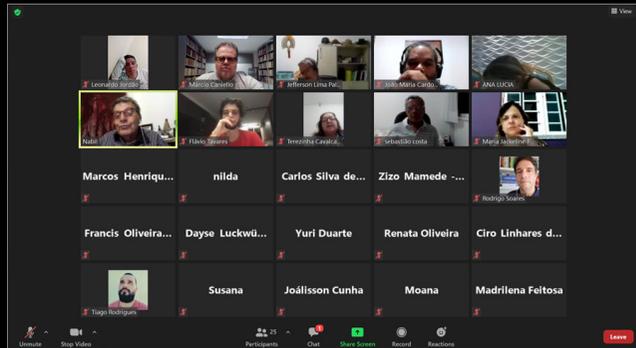


13/07/21 – Lançamento do GT Cidades


CONVITE
Reunião Inaugural do GT Cidades / Apresentação da pauta de Cidades do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil com Nabil Bonduki

João é Coordenador do NEPP Cidades do Núcleo Estadual de Políticas Públicas. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo de Universidade de São Paulo, Pós-graduação em Arquitetura, professor de Arquitetura e de disciplinas para graduação.

13/07 (terça-feira) | 19 horas | Via Zoom

**13/07/21 – Lançamento do GT Cidades****LISTA DE PRESENÇA**

- | | |
|--|---|
| 1. ALMIR NÓBREGA DA SILVA | 16. MARCOS HENRIQUES E SILVA |
| 2. ANA LÚCIA | 17. JACKELINE CARVALHO FEITOSA |
| 3. CARLOS SILVA | 18. MADRILENA FEITOSA |
| 4. CIRO LINHARES DE AZEVEDO | 19. MOANA LOPES |
| 5. DAYSE LUCKWÜ MARTINS | 20. NABIL BONDUKI (PALESTRANTE CONVIDADO) |
| 6. EDUARDO TADEU (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO) | 21. NILDA CAMARA DE ARAUJO |
| 7. EUDES HERMANO | 22. RENATA OLIVEIRA |
| 8. FLÁVIO TAVARES BRASILEIRO (COORDENADOR DO GT) | 23. ROBSON MÁRCIO BRANDÃO DA SILVA |
| 9. FRANCIS OLIVEIRA BEZERRA | 24. RODRIGO SOARES |
| 10. JEFFERSON LIMA PALMEIRA | 25. SEBASTIÃO COSTA |
| 11. JOÁLISSON DIAS CUNHA | 26. SUSANA FREIRE DE SOUSA MONTENEGRO BORBA |
| 12. JOÃO MARIA CARDOSO E ANDRADE | 27. TEREZINHA CAVALCANTE |
| 13. LEONARDO JORDÃO BORGES | 28. TIAGO RODRIGUES ARAUJO |
| 14. LÍGIA PEDROZA | 29. YURI DUARTE LOPES |
| 15. MÁRCIO CANIELLO (COORDENADOR NEPP-PB) | 30. ZIZO MAMEDE |

16/07/21 – Reunião Geral Ordinária



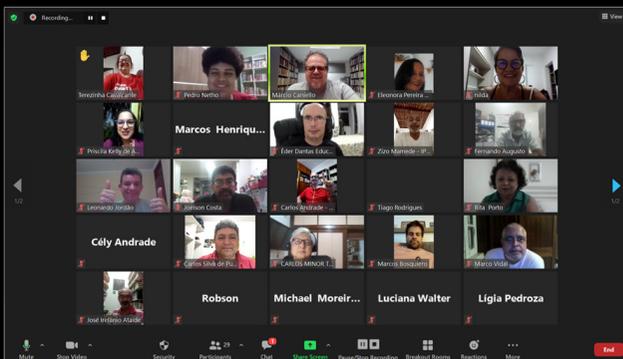
NEPP-PB
NÚCLEO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

REUNIÃO GERAL

INFORMES
PLANEJAMENTO DOS GRUPOS DE
TRABALHO
ENCAMINHAMENTOS

16/07/2021 - 19h (Zoom)

FUNDAÇÃO
Pereira Abreu
Instituto de Desenvolvimento



16/07/21 – Reunião Geral Ordinária



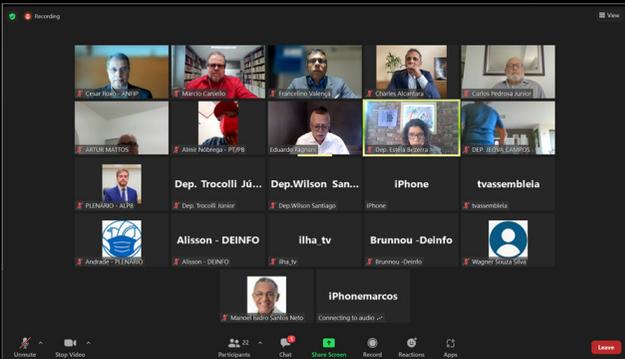
LISTA DE PRESENÇA

- | | |
|-------------------------------------|---|
| 1. ALMIR NÓBREGA DA SILVA | 21. MARCO VIDAL |
| 2. AMANDA FERNANDES | 22. MARCOS BOSQUIERO |
| 3. BIVAR DE SOUZA DUDA | 23. MARCOS HENRIQUES |
| 4. CARLOS ANTONIO SOARES DE ANDRADE | 24. MARIA DO ROSÁRIO |
| 5. CARLOS MINOR TOMIYOSHI | 25. MICHAEL MOREIRA PINTO |
| 6. CARLOS SILVA | 26. MIRELLA KARLA COSTA SILVA SANTOS |
| 7. CELY ANDRADE | 27. NILDA CÂMARA DE ARAUJO |
| 8. CIRO LINHARES DE AZEVEDO | 28. PEDRO NETHO |
| 9. ÉDER DA SILVA DANTAS | 29. PRISCILA KELLY DE ALENCAR SILVA |
| 10. ELEONORA PEREIRA DA SILVA | 30. RICKELMY SILVA RODRIGUES |
| 11. FELIPE DOS SANTOS | 31. RITA PORTO |
| 12. FERNANDO AUGUSTO SILVA | 32. ROBSON MÁRCIO BRANDÃO DA SILVA |
| 13. IRELANIO LEITE DE ATAIDE | 33. RODRIGO SOARES |
| 14. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA | 34. TARCIA CAMILA GONCALVES DE OLIVEIRA |
| 15. JOEL MARTINS CAVALCANTE | 35. TEREZINHA CAVALCANTE |
| 16. JOELSON DA COSTA BARBOSA | 36. TIAGO RODRIGUES ARAUJO |
| 17. LEONARDO JORDÃO BORGES | 37. VERA VERNAIDE |
| 18. LÍCIA PEDROZA | 38. VIVIAN FARIAS |
| 19. LUCIANA WALTER | 39. VLADIMIR BRITO CUNHA |
| 20. MÁRCIO CANIELLO | 40. ZIZO MAMEDE |

27/07/21 – Lançamento dos GTs Mulheres, LGBT e Combate ao Racismo



19/08/21 – Sessão Especial ALPB



Repercussão:

<http://www.al.pb.gov.br/2021/08/19/assembleia-legislativa-realiza-sessao-especial-para-debater-proposta-de-reforma-tributaria.html>
<https://www.ihbrasil.com.br/2021/08/19/assembleia-legislativa-realiza-sessao-especial-para-debater-proposta-de-reforma-tributaria/>
<https://www.informaparaiba.com.br/2021/08/20/proposta-de-reforma-tributaria-em-tramitacao-no-congresso-nacional-evidencia-estado-mul-casos-nao-tributa-grandes-fortunas/>
<https://www.sobp.com.br/post/deputada-trabalha-para-bancada-federal-para-bancas-dire-c3c3a3c-3c33a2-por-qa-reforma-tributaria/>

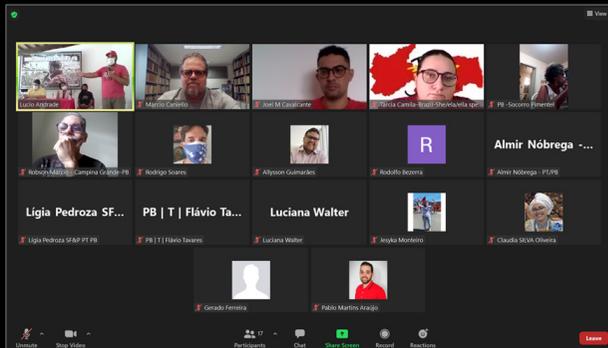
21/08/21 – Lançamento do GT Juventude



Lançamento do GT Juventude do NEPP-PB

Sábado
21/08
09:30

| | | | |
|---|--|--|---|
| Jackson Macedo Coordenador do GT NEPP-PB | Nádia Garcia Coordenadora do GT NEPP-PB | Ramona Silva Coordenadora do GT NEPP-PB | Márcia Firmino Coordenadora do GT NEPP-PB |
| Marcia Carvalho Coordenadora do GT NEPP-PB | Diego Mattos Coordenador do GT NEPP-PB | Alysson Guimarães Coordenador do GT NEPP-PB | Transmissão LIVE Transmissão em tempo real |



NEPP-PB
NÚCLEO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

REUNIÃO DA COORDENAÇÃO

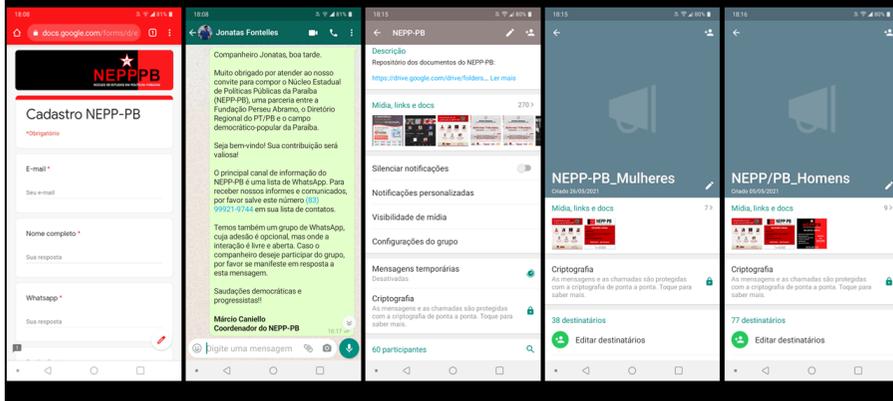
- Informes
- Ajuste de rumos: estrutura, funcionamento e cronograma
- Encaminhamentos

23/08/2021 - 19h (Zoom)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Processo de Mobilização e Organização

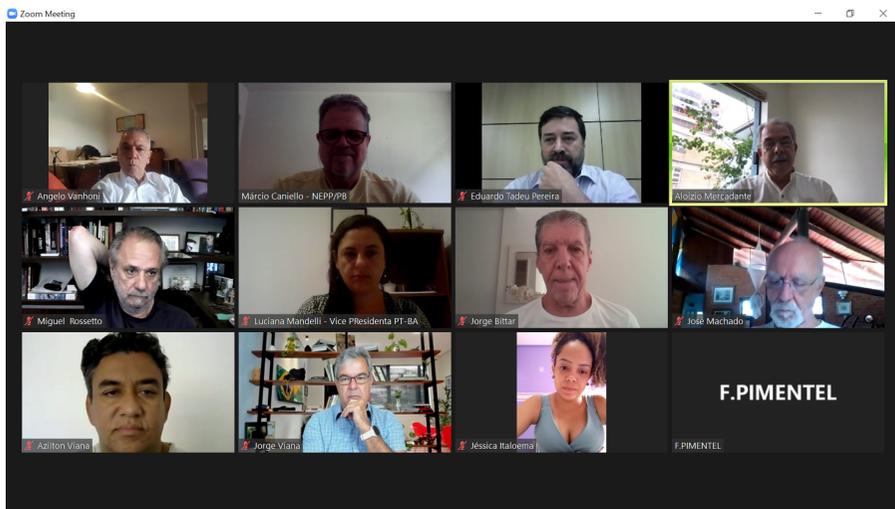


DIAGNÓSTICO DO ESTADO: TEMÁTICAS SUGERIDAS

- Geografia Física
- Demografia
- Economia
- Indicadores Sociais
- Meio Ambiente
- Setor Agropecuário
- Mineração
- Infraestrutura
- Meios de Comunicação
- Educação
- Saúde
- Assistência Social
- Habitação
- Cultura
- Esportes e Lazer
- Mulheres, Negros(as), LGBTQIA+
- Juventude, Crianças e Adolescentes
- Idosos
- Cidades
- Política
- Governo
- Legislativo
- Judiciário
- Segurança Pública
- Órgãos Fiscais e de Controle
- Relações Federativas
- Governos Lula e Dilma

Fonte: [documento-base](#)

REUNIÃO COORDENADORES DE NEPPS - NOV/2021





Professor Márcio Caniello, coordenador do Nepp-PB, entrega o Relatório Final de Atividades ao presidente Lula, em sua visita de pré-campanha a Campina Grande, 02/08/2022.

Fotos de Ricardo Stucker



ANEXO II LISTA DE LIVES DO NEPP-PB

WEBINÁRIOS DO NEPP-PB: ECONOMIA EM PERSPECTIVA (30.08.2021)

Parceiros: NEPP-PB, GT Economia, GT Políticas Fiscais e Tributárias e TV Roda de Conversa

https://www.youtube.com/watch?v=ucOWikTiiHI&list=PLScFjkqoYQtUisoRr_H4Oqg-F77EZhagOj&index=8&ab_channel=TVRodadeConversa

Participantes:

Ladislau Dowbor: Economista e professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, além de várias organizações do sistema “S”. Autor e coautor de cerca de 45 livros.

Carlos Andrade: Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1985) e mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba (2003). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Campina Grande.

Carlos Pedrosa Júnior: Possui graduação em Economia pelo Centro Universitário de Brasília (1973), mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1981) e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1990). Atualmente é professor titular da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Controladoria, especialmente na área pública.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é Secretário Estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

WEBINÁRIOS DO NEPP-PB: SAÚDE E DEMOCRACIA NO BRASIL (14.09.2021)

Parceiros: NEPP-PB, GT Saúde e TV Roda de conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=b2UD5ATBywQ&list=PLscFjkqoYQtUlsorRr_H4Oqg-F77EZhagOj&index=7&ab_channel=TVRodadeConversa

**WEBINÁRIOS TEMÁTICOS DO NEPP-PB:
SAÚDE E DEMOCRACIA NO BRASIL**

ARRUDA BASTOS
Médico oncologista, sanitarista, gestor em Saúde, professor, ex-Secretário de Saúde do Ceará e membro da CEN da ABMMD

MIRIAM DE ANDRADE BRANDÃO
Médica formada em Cuba, professora da EMCN/UFRN, pesquisadora NUPED-RN, membro da RNMMP e da direção nacional da ABMMD

FRANCISCO RAMOS DE BRITO
Médico, advogado, professor da UEPB, membro da CEN da ABMMD e da ABJD-PB. Coordenador do GT Saúde

MÁRCIO CANIELLO
Coordenador do NEPP-PB
#mediador

**14/09/2021
19H00**

NEPP-PB
GT SAÚDE
ACOMPANHE PELA TV RODA DE CONVERSA

Participantes:

Arruda Bastos: Médico oncologista, sanitarista, gestor em Saúde, professor, ex-Secretário de Saúde do Ceará e membro da CEN da ABMMD.

Miriam de Andrade Brandão: Médica formada em Cuba, professora da EMCN/UFRN, pesquisadora NUPED-RN, membro da RNMMP e da direção nacional da ABMMD.

Francisco Ramos de Brito: Médico, advogado, professor da UEPB, membro

da CEN da ABMMD e da ABJD-PB. Coordenador do GT Saúde.

Márcio Caniello (mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi Diretor-Fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

WEBINÁRIOS DO NEPP-PB: TRANSIÇÃO ECOLÓGICA (20.09.21)

Parceiros: NEPP-PB, GT Meio ambiente e TV Roda de conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=8GuyoyXe2sk&list=PLscFjkqoYQtUisoRr_H4Qq-F77EZhagOj&index=6&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

Participantes:

Nilto Tatto: Deputado federal pelo PT de São Paulo em segundo mandato. Originário da base e militante das causas agrárias e da sociobiodiversidade, atualmente é secretário nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT e um dos coordenadores do NAPP Meio Ambiente da Fundação Perseu Abramo.

Marco Vidal: Biólogo, analista ambiental, especialista em conservação da biodiversidade e militante da setorial de meio ambiente do PT, é coordenador do Grupo de Trabalho Meio Ambiente do NEPP-PB.

Márcio Caniello (mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi Diretor-Fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

WEBINÁRIOS DO NEPP-PB: CULTURA (27.09.2021)

Parceiros: NEPP-PB, GT Cultura e TV Roda de conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=apBZBuQxxew&list=PLscFjkqoYQtUlsoRrH4QqF77EZha-gOj&index=5&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

**WEBINÁRIOS TEMÁTICOS DO NEPP-PB:
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA**

27/09/2021 às 19h00

NAJARA LEITE
Indígena guarani, atriz, escritora, socióloga em formação e produtora cultural. Representante do NAPP Cultura da FPA

LUCIO RODRIGUES
Secretário Estadual de Cultura do PT/PB, Coordenador do GT Cultura

MARIAH MARQUES
Ativista cultural, defensora das culturas de povos e comunidades tradicionais, professora, produtora cultural

MÁRCIO CANIELLO
Professor Titular de Antropologia da UFCG
Coordenador do NEPP-PB

NEPP-PB | GT CULTURA | TV RODA DE CONVERSA | JUNTE-SE A NÓS

Participantes:

Najara Leite: indígena guarani, feminista, antiproibicionista, atriz, escritora, socióloga em formação e produtora cultural. Fundadora e coordenadora da Organização de Cultura e Comunicação Alternativa (OCCA). Compôs a Executiva Nacional da Juventude do PT, a Comissão Executiva Nacional do PT e foi candidata a vice-prefeita de Araçatuba (SP) pelo PT.

Lucio Rodrigues: Secretário Estadual de Cultura do PT/PB, Coordenador do GT Cultura.

Mariah Marques: Ativista cultural, defensora das Culturas de Povos e Comunidades Tradicionais, professora, produtora cultural e membro de Religião de Matriz Africana.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

WEBINÁRIOS DO NEPP-PB: DESPORTO (05.10.2021)

Parceiros: NEPP-PB, GT Esportes e lazer e TV Roda de conversa

https://www.youtube.com/watch?v=Y8gaEWdbdk&list=PLscFjkqoYQtUIsoRr_H4Qq-F77EZhagOj&index=4&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

Participantes:

Marta Sobral: Pivô da seleção brasileira de basquete, conquistou, ao lado de Hortência e Paula, a medalha de ouro nos Jogos Pan-americanos de Havana, em 1991, a medalha de prata nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996, e a medalha de bronze em Sydney 2000. É pré-candidata a deputada estadual pelo PT de São Paulo.

Marcos Boccatto: Treinador de futebol com vasta experiência profissional, é vice-presidente do Sindicato dos Treinadores Profissionais do Estado de São Paulo e diretor da Federação Brasileira de Treinadores de Futebol.

Kim Alves: Professor universitário de Educação Física, doutorando em Ciências da Educação, é treinador de futebol profissional, presidente do Sindicato dos Treinadores de Futebol do Estado do Ceará e do Instituto Unidos pelo Futebol. Filiado ao PT de Cajazeiras, é coordenador do GT Esportes e Lazer do NEPP-PB.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

WEBINÁRIOS DO NEPP-PB: SEGURANÇA ALIMENTAR (01.11.2021)

Parceiros: NEPP-PB, Grupo de saúde Segurança alimentar e TV Roda de conversa

https://www.youtube.com/watch?v=H75siJ0BZDs&list=PLscFjkqoYQtUisoRr_H4Oq-F77EZhagOj&index=3&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

**WEBINÁRIOS TEMÁTICOS DO NEPP-PB:
A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL**
01/11/2021 às 19h00

TEREZA CAMPELLO
Economista, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Dilma Rousseff

BÁRBARA ZEN
Militante do Mov. de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD/PB), Rede Periferia Viva e Consulta Popular

VANILLE PESSOA
Professora de Nutrição da UFCG, Coordenadora do Núcleo PENSO, Conselheira do CONSEA/PB

MÁRCIO CANIELLO
Professor Titular de Antropologia da UFCG
Coordenador do NEPP-PB

NEPP-PB Rede Nacional de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas
REDE NACIONAL SEGURANÇA ALIMENTAR
TV RODA DE CONVERSA
f i t

Participantes:

Tereza Campello: Economista, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo Dilma Rousseff;

Bárbara Zen: Militante do Mov. de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos MTD-PB, Rede Periferia Viva, Consulta Popular;

Vanille Pessoa: Professora de Nutrição da UFCG, coordenadora do Núcleo PENSO, conselheira do CONSEA-PB;

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

WEBINÁRIOS DO NEPP-PB: SAÚDE MENTAL (22.11.2021)

Parceiros: NEPP-PB, GT Saúde e TV Roda de conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=y0fGwVmHZYc&list=PLscFjkqYQtUlsorR_H4Oq-F77EZha-gOj&index=2&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

**WEBINÁRIOS TEMÁTICOS DO NEPP-PB:
DEMOCRACIA E SAÚDE MENTAL NO BRASIL**
23/11/2021 às 19h

DOUTOR ROSINHA
Médico Pediatra e Sanitarista, ex-Deputado Federal (PT/PR), foi Alto Representante Geral do Brasil no Mercosul

VERA PRATES
Médica Psiquiatra da Rede de Atenção Psicossocial de Belo Horizonte, militante da RNMP e membro da CEN da ABMMD

FRANCISCO RAMOS DE BRITO
Médico, Advogado, Professor da UEPB, membro da CEN da ABMMD e da ABJD-PB. Coordenador do GT Saúde

MÁRCIO CANIELLO
Professor Titular de Antropologia da UFCG, Secretário de Assuntos Institucionais do PT/PB, Coordenador do NEPP-PB

UNITE-SE AO NEPP-PB

NEPP-PB GT SAÚDE TV RODA DE CONVERSA

Participantes:

Doutor Rosinha: Médico pediatra e sanitarista, ex-deputado federal (PT/PR), foi alto representante geral do Brasil no MERCOSUL;

Vera Prates: Médica psiquiatra da rede de atenção psicossocial de Belo Horizonte, militante da RNMP e membro da CEN na ABMMD;

Francisco Ramos de Brito: Médico, advogado, professor da UEPB, membro da CEN na ABMMD e da ABJD-PB, coordenador do GT - Saúde

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

WEBINÁRIOS DO NEPP-PB: MEMÓRIA DOS GOVERNOS LULA E DILMA (29.11.2021)

Parceiros: NEPP-PB, Memória governos Lula e Dilma e TV Roda de conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=BrsUjHtHSHLA&list=PLscFjkqoYQtUisoRr_H4Qq-F77EZhagOj&index=1&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

**WEBINÁRIOS TEMÁTICOS DO NEPP-PB:
MEMÓRIA GOVERNOS LULA E DILMA: NE e PB**
29/11/2021 às 19h

MIRIAM BELCHIOR
Engenheira de Alimentos, Professora, foi Ministra do Planejamento e Presidenta da Caixa Econômica Federal

DILEI APARECIDA SCHIOCHET
Coordenação Estadual do MST, Graduada em História pelo PRONERA, Especialização em Semiárido

ALEXANDRE GUEDES
Advogado, Filósofo, Educador, Presidente da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves - FDDH-MMA

MÁRCIO CANIELLO
Professor Titular de Antropologia da UFCG, Secretário de Assuntos Institucionais do PT/PB, Coordenador do NEPP-PB

NEPP-PB | MEMÓRIA GOVERNOS LULA E DILMA | TV RODA DE CONVERSA | QR CODE

Participantes:

Miriam Belchior: Professora, engenheira de alimentos e servidora pública brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores. Ex-ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão e ex-presidente da Caixa Econômica Federal durante o governo Dilma Rousseff.

Dilei Aparecida Schiochet: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba UFPB (2008), foi dirigente nacional do Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2002 a 2008), responsável pela articulação e convênios e parcerias MSC/UFPB/PRONERA, cursa o curso de especialização em Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido UFPB/INSA/PRONERA e compõe a coordenação política pedagógica do curso de especialização em agroecologia a UEPB/PRONERA

Alexandre Guedes: Advogado, filósofo, educador, presidente da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves – FDDH-MMA.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos campi da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e

Sumé. Foi diretor-fundador dos Campi de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: SEGURANÇA PÚBLICA (31.01.2022)

Parceiros: NEPP-PB e TV Roda de Conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=OcFxdjS1_wA&list=PLscFjkqYQtXIEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=9&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

DIÁLOGOS DO NEPP-PB
SEGURANÇA PÚBLICA

Segunda-Feira
31/01/2022
19h

PEDRO CHÊ
Professor de História, Policial Civil, Membro do Conselho Nacional de Policiais Antifascismo, Coordenador de Comunicação da Setorial Nacional de Segurança do PT

ASTRONADC PEREIRA DE MORAES
Tenente da PM/PB, Psicólogo com Especialização em Criminologia e Psicologia Criminal, Coordenador do Movimento Policiais Antifascismo da Paraíba

MÁRCIO CANIELLO
Antropólogo, Doutor em Sociologia, Professor Titular de Antropologia da UFCG, Secretário de Assuntos Institucionais do PT/PB, Coordenador do NEPP-PB

NEPP-PB | FUNDAC/PB | TV RODA DE CONVERSA

Participantes:

Pedro Chê: Professor de História, policial civil, membro do Conselho Nacional de Policiais Antifascismo, Participante do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas na Fundação Perseu Abramo e um dos redatores do Programa do presidente Lula para 2022, coordenador de Comunicação da Setorial Nacional de Segurança Pública do PT. Membro do Coletivo Estrela.

Astronadc Pereira de Moraes: Tenente da Polícia Militar da Paraíba. Psicólogo. Especialização em Criminologia e Psicologia Criminal pela UNIPÊ-PB. Especialista em gerenciamento de crises e negociação policial. Palestrante sobre Segurança Pública e Direitos Humanos na Front Line Defenders, (Irlanda, Europa). Foi conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da PB (CEDH/PB), coordenador da Segurança da FUNDAC/PB, assessor especial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social da Paraíba no Departamento de Assuntos estratégicos e assessor do secretário estadual de Segurança e Defesa Social (2013/2014). Integrou o Estado Maior Estratégico da Polícia Militar da Paraíba nos projetos de Implantação de Polícia Comunitária. Atualmente é chefe da P3 do BEPTur da Polícia Militar da PB e Coordenador do Movimento Policiais Antifascismo na Paraíba.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacio-

nal (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: O MUNDO DO TRABALHO NA PARAÍBA (14.02.2022)

Parceiros: NEPP-PB, Setorial sindical PT Paraíba, CUT e TV Roda de Conversa

https://www.youtube.com/watch?v=sOggXAl5ak&list=PLscFjkqoYQtXiEEFq8Brw4-QvpBPxd4Ch&index=8&t=6014s&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

DIÁLOGOS DO NEPP-PB Segunda-Feira
MUNDO DO TRABALHO 07/02/2022
19h

MÁRIO LADOSKY
Professor de Sociologia da UFCG, Ex-Assessor Sindical, Coordenador do Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB)

VERA LEVEL
Servidora Pública, Dirigente Sindical Cutista, Militante Petista, Atualmente atua no Sindsprev PB e é Secretária da Setorial Sindical do PT da Paraíba

TIÃO SANTOS
Pedagogo, Especialista em Educação de Jovens e Adultos, Professor do Ensino Fundamental I, atualmente é Presidente do PT de Nova Palmeira e Presidente da CUT/PB

MÁRCIO CANIELLO
Antropólogo, Doutor em Sociologia, Professor Titular de Antropologia da UFCG, Secretária de Assuntos Institucionais do PT/PB, Coordenador do NEPP-PB

Logos: NEPP-PB, SINDS PREV PB, SETORIAL SINDICAL PT PARAÍBA, CUT, TV RODA DE CONVERSA

Participantes:

Mario Ladovsky: Professor de Sociologia da UFCG, atuou de 1987 a 2013 como assessor do movimento sindical ligado à CUT, sobretudo na formação sindical. Possui mestrado em Sociologia pela UFRJ (1996) e doutorado em Sociologia pela USP (2009) na mesma área. Desde 2014 é docente no curso de Graduação em Ciências Sociais (área de Sociologia) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e credenciado no

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG). Participa do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Política Pública (TDEPP) e coordena o Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB). Participa da Coordenação da Red de Estudios del Trabajo y Economía Informal en América Latina (REDLATT) e da representação brasileira na Asociación Latinoamericana de Estudios del Trabajo (ALAST) na gestão 2019-2022.

Veral Level: Servidora pública desde 1985, é dirigente sindical cutista e militante petista. Atualmente atua no Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Previdência e Trabalho do Estado da Paraíba (Sindsprev PB) e é secretária da Setorial Sindical do PT da Paraíba.

Tião Santos: Pedagogo, especialista em Educação de Jovens e Adultos, professor do Ensino Fundamental I, atualmente é presidente do PT de Nova Palmeira e presidente da CUT/PB.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi Diretor-Fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: O HOLOCAUSTO NEGRO NO BRASIL (21.02.2022)

Parceiros: NEPP-PB, JPT e TV Roda de Conversa

https://www.youtube.com/watch?v=X_0Qgea47m4&list=PLscFjkqYOtXiEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=7&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

DIÁLOGOS DO NEPP-PB SEGUNDA FEIRA
21/02/2022 – 19h

O HOLOCAUSTO NEGRO NO BRASIL

ANDRÉ CONSTANTINE
Liderança do Movimento Nacional das Favelas e Periferias e do Coletivo Babilônia Utopia, é membro do Diretório Estadual do PT do Rio de Janeiro

SOCORRO PIMENTEL
Psicóloga, Mestre em Educação Popular, Doutoranda em Educação Brasileira, Integra a Marcha da Negritude Unificada da Paraíba e é Secretária Estadual de Combate ao Racismo do PT/PB

MÁRCIO CANIELLO
Antropólogo, Doutor em Sociologia, Professor Titular de Antropologia da UFCG, Secretário de Assuntos Institucionais do PT/PB, Coordenador do NEPP-PB

Logos: NEPP-PB, Movimento Nacional das Favelas e Periferias, Associação Nacional de Psicólogos e Psicólogas e Pesquisadores (as) Negros e Negras – Núcleo Paraíba (ANPSINEP – PB), Marcha da Negritude Unificada da Paraíba, TV RODA DE CONVERSA, YouTube, Facebook, Instagram, Twitter.

Participantes:

André Constantine: Liderança do Movimento Nacional das Favelas e Periferias, é membro do Diretório Estadual do PT de Rio de Janeiro. De origem humilde, passou os primeiros anos de vida na favela do Chapéu Mangueira e no Morro da Babilônia. Em 2013, criou o movimento “Favela Não se Cala” e o “Parem de nos Matar”, para unificar as reivindicações das comunidades da Zona Sul no Rio de Janeiro, tendo como

principais diretrizes a luta contra a remoção branca e a denúncia de violência policial. Atualmente, está à frente do coletivo Babilônia Utopia, “um espaço comunitário para sonhar utopias”, que oferece aos moradores assistência psicológica, bibliotecas, aulas para adultos e jovens, cursos e rádio comunitária.

Socorro Pimentel: Psicóloga, mestra em Educação Popular (UFPB), doutoranda em Educação Brasileira (UFC), integra a Associação Nacional de Psicólogos e Psicólogas e Pesquisadores (as) Negros e Negras – Núcleo Paraíba (ANPSINEP – PB) e a Marcha da Negritude Unificada da Paraíba. Foi coordenadora-geral da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de João Pessoa e atualmente é secretária estadual de Combate ao Racismo do PT/PB e membro do NEPP-PB.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacio-

nal (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: O BRASIL QUE AS MULHERES QUEREM (07.03.2022)

Parceiros: NEPP-PB, Secretaria de mulheres do PT, Elas por elas, NAPP mulher e TV Roda de Conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=UJDTiqHVT0&list=PLscFjkqoYQtXiEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=6&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

DIÁLOGOS DO NEPP-PB SEGUNDA FEIRA
07/03/2022 – 19H

O BRASIL QUE AS MULHERES QUEREM

MAIA AGUILERA
Indígena Itonama, Advogada, Coordenadora de Formação do Projeto Elas por Elas, membro do NAAP Mulher, co-fundadora da Rede Feminista de Juristas

PRISCILA KELLY
Pedagoga, Professora de Educação Básica, Mestranda em Desenvolvimento Social pela FLACSO/Universidade de Havana, Secretária Estadual de Mulheres do PT/PB

LÍGIA PEDROZA
Economista, foi Secretária de Organização do PT de João Pessoa, atualmente é Secretária de Planejamento e Finanças do PT/PB e Coordenadora-Adjunta do NEPP-PB

NEPP-PB | SECRETARIA DE MULHERES DO PT | ELAS | NAPP Mulher | TV RODA DE CONVERSA

Participantes:

Maia Aguilera: Indígena itonama, advogada e mestranda de sociologia jurídica da USP. Coordenadora de formação do projeto Elas por Elas, da Secretaria Nacional de Mulheres do PT. Membro do NAPP Mulher, Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo. É cofundadora da de-FEMde, Rede Feminista de Juristas.

Priscila Kelly: Mulher, negra, periférica e nordestina. Nascida em João Pessoa,

é professora de Educação Básica na rede municipal da capital, e mestranda em Desenvolvimento Social na FLACSO Cuba pela Universidade de Havana. Atualmente é secretária estadual de Mulheres do PT/PB e coordenadora do GT de Mulheres do NEPP-PB.

Lígia Pedroza (Mediadora): Economista, especialista em Contabilidade e Auditoria Pública. Filiada ao PT desde 1994, exerceu os cargos de assessora nos mandatos dos vereadores Carlos Barbosa de Sousa e Júlio Rafael na CMJP. Ocupou cargos de chefia na Secretaria de Desenvolvimento Humano, no governo Zé Maranhão, e de chefe de gabinete na EMLUR, no primeiro governo de Luciano Cartaxo. Atuou no Movimento Estudantil e fez parte da última gestão do Coletivo Estadual de Mulheres do PT. Foi secretária de organização do PT de João Pessoa e atualmente é secretária estadual de Planejamento do PT/PB e coordenadora-adjunta do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: UNIVERSIDADE PÚBLICA (14.03.2022)

Parceiros: NEPP-PB, NAPP Educação e TV Roda de Conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=9AqFkMYhZMs&list=PLscFjkqoYQtXiEEFq8Brw4QvpBPxd4Ch&index=5&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

DIÁLOGOS DO NEPP-PB SEGUNDA FEIRA
14/03/2022 – 19H

UNIVERSIDADE PÚBLICA

CARLOS ABICALIL
Professor, Mestre em Educação, foi presidente do SINTEP-MT e da CNTE, Deputado Federal pelo PT/MT e atualmente é Coordenador do NAPP/Educação da Fundação Perseu Abramo

CIDA RAMOS
Professora Titular de Serviço Social da UFPB, foi presidenta da ADUFPB, Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba e atualmente é Deputada Estadual pelo PT/PB

MÁRCIO CANIELLO
Antropólogo, Doutor em Sociologia, Professor Titular de Antropologia da UFCG, Secretário de Assuntos Institucionais do PT/PB, Coordenador do NEPP-PB

NEPP-PB NAPP EDUCAÇÃO 25 ANOS TV RODA DE CONVERSA

Participantes:

Carlos Abicalil: Professor, mestre em Educação, foi diretor de escola, presidente do SINTEP-MT e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), deputado federal (2003-2011), secretário de articulação com os Sistemas de Ensino do MEC e diretor geral de Educação, Ciência e Cultura da Organização de Estados Ibero-americanos. Atualmente é coordenador do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Educação da Fundação Perseu Abramo - NAPP Educação.

Cida Ramos: Professora Titular do Departamento de Serviço Social da UFPB. Foi presidenta da ADUFPB, Secretária de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba (2011 a 2018) e presidenta do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social (FONSEAS) por duas gestões consecutivas. Atualmente é deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Na Assembleia Legislativa da Paraíba preside a Comissão Permanente em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, a CPI do Femicídio, a Frente Parlamentar Defesa da Assistência Social. É, ainda, vice-presidenta da Comissão Permanente dos Direitos das Mulheres e membro da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacio-

nal (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi Diretor-Fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: SEMIÁRIDO PARAIBANO (28.03.2022)

Parceiros: NEPP-PB, ASA e TV Roda de Conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=9AqFkMYhZMs&list=PLscFjkqYQtXiEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=6&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello

DIÁLOGOS DO NEPP-PB SEGUNDA FEIRA
28/03/2022 – 19H
SEMIÁRIDO PARAIBANO

JEOVÁ CAMPOS
Advogado, Professor da UFCG, Deputado Estadual pelo PT/PB, é Presidente da Frente Parlamentar da Água e Agricultura Familiar

GLÓRIA ARAÚJO
Licenciada em História, possui Especialização em Educação, é Coord. Técnica do PATAc e faz parte da Coordenação Executiva da ASA Brasil

JONAS DUARTE
Professor Titular de História da UFPB, Coordenador do Setor de Estudos e Apoio aos Movimentos Populares da UFPB – SEAMPO

MÁRCIO CANIELLO
Professor Titular de Antropologia da UFCG, Secretário de Assuntos Institucionais do PT/PB, Coordenador do NEPP-PB

NEPP-PB ASA Articulação Semárido Paraibano TV RODA DE CONVERSA

Participantes:

Jeová Vieira Campos: Natural de São José de Piranhas, município do alto sertão paraibano, é advogado e professor de Direito do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFCG, campus de Sousa. Filiado ao Partido dos Trabalhadores, está no exercício de seu terceiro mandato como deputado estadual na Assembleia Legislativa da Paraíba, ALPB. Define-se como um eterno feirante, por conta de seu trabalho

como vendedor de alho, ainda criança, para ajudar no sustento da família. Jeová é um incansável defensor das causas de interesse da população sertaneja, em especial a da questão hídrica, tendo ficado conhecido como o “deputado das águas”, por conta de sua luta pela transposição das águas do Rio São Francisco. Além disso, em decorrência de sua identificação e compromisso com essa causa, preside, na ALPB, a Frente Parlamentar da Água e Agricultura Familiar, assim como a Comissão de Desenvolvimento, Turismo e Meio Ambiente da Casa Epitácio Pessoa.

Maria da Glória Batista de Araújo: Licenciada em História, possui especialização em Educação. Atua nos movimentos sociais desde os anos 1980, iniciando no movimento estudantil e logo após como professora da Rede Estadual de ensino da PB, militando em defesa da educação pública de qualidade e da valorização dos Trabalhadores em Educação. Apoiou as lutas em defesa da moradia na periferia de Campina Grande e trabalhou nos Bairros de Bodocongó, Pedregal e

Ramadinha, com Alfabetização de Adultos através do Método Paulo Freire. Há cerca de 27 anos, vem se dedicando às ações e lutas em defesa da dignidade dos povos do Semiárido Paraibano e Brasileiro, na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar camponesa de base agroecológica, dos direitos humanos pelo acesso à água, às sementes crioulas (de origem vegetal e animal), à soberania e segurança alimentar e nutricional. Atualmente é Coordenadora Institucional do PATAC, da Coordenação Executiva da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba) e faz parte do GT Mulheres e Agroecologia da ASA Paraíba. É vice-presidente da Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido e da Coordenação Executiva da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA Brasil).

Jonas Duarte: Professor da Universidade Federal da Paraíba, pesquisador do Semiárido, coordenador do Setor de Estudos e apoio aos Movimentos Pulares (SEAMPO) da UFPB. Coordenador do Instituto Cariri do Bem-Viver (ICBV-HD) – Hemetério Duarte.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi Diretor-Fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: JUVENTUDES (11.04.2022)

Parceiros: NEPP-PB, JPT e TV Roda de Conversa.

https://www.youtube.com/watch?v=opT4iQ_K458&list=PLscFjkqoYQtXiEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=3&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello



Participantes:

Nádia Garcia: Primeira mulher negra e primeira LGBT secretária nacional da Juventude do PT

Pedro Matias: Secretário Estadual da Juventude do PT da Paraíba, assessor da reitoria e graduando em direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Marinha Silva: Graduada em Enfermagem, é dirigente estadual do PT/PB e militante da Juventude do PT. Coordenadora do Orçamento Parti-

cipativo do Município de Bayeux. Coordenadora do GT Juventudes no NEPP-PB.

Michael Moreira: Estudante de Administração na UEPB. Secretário Municipal da Juventude do PT de Campina Grande, secretário do NEPP-PB.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: POVOS INDÍGENAS (18.04.2022)

Parceiros: NEPP-PB e TV Roda de conversa

https://www.youtube.com/watch?v=y35iQto1X1c&list=PLscFjkqoYQtXiEEFq8Brw4_QvpBPxd4Ch&index=2&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello



Participantes:

Caboquinho Potiguara: Graduado em história e professor de Etno-história, residente da Aldeia forte em Baía da Traição. Militante do movimento indígena desde os anos 1980. Foi membro titular da Comissão Nacional de Política Indigenista/Ministério da Justiça (CNPI), de 2005 a 2015, tendo exercido o cargo de cacique geral do Povo Potiguara, durante os anos de 2001 a 2011.

Ednaldo Tabajara: Nascido em Pitimbu e morador de Maceió (AL) até os 19 anos de idade, retornou à Paraíba para lutar pelo direito do povo indígena Tabajara. Atualmente é cacique do povo Tabajara na Aldeia Vitória e participa dos movimentos indígenas do Nordeste, Minas gerais e Espírito Santo.

Cristina Bernardo: Formada em Hotelaria pela UFPB, mestranda em Antropologia Social pela UFRN. Membra da Organização de Juventude indígena Potiguara da Paraíba (OJIP PB) e da Articulação das mulheres indígenas na Paraíba (AMIP).

Ana Tabajara: Nome indígena lasýtatá, que tem significado de estrela. Tem 17 anos e atualmente mora na cidade de João Pessoa, na aldeia Vitória, liderada pelo cacique Ednaldo Tabajara. Pretende ser professora da língua Tupi Tabajara.

Márcio Caniello (Mediador): Professor Titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacio-

nal (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: CRIANÇAS E ADOLESCENTES (25.04.2022)

Parceiros: NEPP-PB e TV Roda de conversa

https://www.youtube.com/watch?v=xyn5xRybSZo&list=PLscFjkqoYQtXIEEFq8Brw4QvpBPxd4Ch&index=1&ab_channel=ProfessorM%C3%A1rcioCaniello



Participantes:

Verônica Oliveira: Educadora Popular, conselheira Tutelar em João Pessoa, ativista de DH crianças e Adolescentes, membro da Comissão Gestora da Rede de Proteção Criança e Adolescente João Pessoa. Representa o Colegiado do CT na Rede de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Paraíba (REDEX) e o Colegiado do CT no Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e

Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba (FEPET). Também é ex-dirigente do PT JP.

Nidja Rayla Damásio Lopes: Protagonista da REMAR e representante dos adolescentes da Paraíba no Comitê Nacional de participação de adolescentes.

Maria de Fatima Pereira Alberto: Pós-doutora em Psicologia pela UFRN, doutora em Sociologia pela UFPE (2002), mestre em Serviço Social pela UFPB (1991) e graduada em Psicologia pela UFPB (1986). Atualmente é professora titular da UFPB. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social, Psicologia e Políticas Sociais e Direitos Humanos atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho infantil, infância e juventude em contextos de violência, direitos humanos de crianças e adolescentes, violência sexual e socioeducação nos quais se centra a produção de textos e artigos. Trabalha com ensino, pesquisa, extensão e assessoria. Coordena

o Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Integra o GT Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

Erika Kokay: Nascida em Fortaleza, no Ceará, Erika Jucá Kokay tem mais de 45 anos de militância política em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos direitos humanos e dos direitos das parcelas mais vulnerabilizadas e minorizadas da população brasileira. Elegeu-se para cinco mandatos parlamentares consecutivos pelo Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal: foi deputada distrital duas vezes, nos anos 2000, e, desde 2019, cumpre o terceiro mandato de deputada federal. Erika integrou também comissões de Finanças e Tributação, Desenvolvimento Urbano, Legislação Participativa e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Márcio Caniello (Mediador): Professor Titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

DIÁLOGOS DO NEPP-PB: SAÚDE PÚBLICA (02.05.2022)

Parceiros: NEPP-PB e TV Roda de conversa

https://www.youtube.com/watch?v=VLqasadaFhE&ab_channel=TVRodadeConversa



Participantes:

Humberto Costa: Médico e jornalista, pós-graduado em Medicina Geral Comunitária, Clínica Médica, Psiquiatria e Ciência Política e fundador do Partido dos Trabalhadores. Foi o primeiro ministro da Saúde do presidente Lula e responsável pela criação de programas que mudaram a vida dos brasileiros, como o SAMU 192, o Farmácia Popular e o Brasil Sorridente. Desde 2011, quando assumiu o primeiro mandato no

Senado Federal, figura entre os 100 parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo o DIAP.

Socorro Ramalho: Professora da Rede Estadual de Ensino, dirigente do SINTEP, vice-presidenta da CUT/PB e conselheira Conselho Municipal de Saúde de CG.

Evandro Julio da Silva: Enfermeiro Sanitarista Geral graduado pela UFPB – Campus I de João Pessoa, enfermeiro efetivo do PSF de Campina Grande, especialista em Saúde Pública pela FACISA, especialista em Educação Profissional em Saúde pela FIOCRUZ; conselheiro do COREN-PB e do conselho Municipal de Saúde de Campina Grande; membro da Câmara Técnica da Atenção Básica a Saúde do COFEN e socorrista Avançado pela FALP.

Márcio Caniello (Mediador): Professor titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ) e doutor em Sociologia pela UFPE. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG e pró-reitor de Projetos Estratégicos da

Instituição, quando elaborou o Plano de Expansão Institucional da UFCG, que propiciou a criação de três novos *campi* da Instituição, nas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Foi diretor-fundador dos *Campi* de Cuité e Sumé. Filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987, foi presidente municipal do PT de Campina Grande e atualmente é secretário estadual de Assuntos Institucionais do PT da Paraíba e coordenador do NEPP-PB.

Autores de Capítulos

ADEMIR DINIZ

ALEXANDRE GUEDES

ASTRONADC PEREIRA DE MORAES

CARLOS ANDRADE

CIDA RAMOS

EMILLY DOS SANTOS RODRIGUES

FELIPE SANTOS

FLÁVIO TAVARES

FÓRUM PARAIBANO DE CULTURA

JACKELINE CARVALHO

JONAS DUARTE

KIM ALVES

MÁRCIO CANIELLO

MARCO VIDAL

MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO

MARIO LADOSKY

MICHAEL MOREIRA

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS DA PARAÍBA (OBSERVACULT)

PRISCILA KELLY

SOCORRO PIMENTEL

YURI DUARTE

Palestrantes e debatedores convidados para eventos e lives

ANA PAULA ROMÃO – Professora da UFPB

ANDRÉ CONSTANTINE – Movimento Nacional de Favelas e Periferias

ARRUDA BASTOS – Médico oncologista

BÁRBARA ZEN – Militante do MTD/PB

CABOQUINHO POTIGUARA – Ex-Cacique Geral do Povo Potiguara

CARLOS ABICALIL – Ex-Deputado Federal (PT/MT), Coordenador do NAPP Educação

CIDA RAMOS – Deputada Estadual (PT/PB)

CRISTINA POTIGUARA – Organização de Juventude Indígena Potiguara

DILEI APARECIDA SCHIOCHET – Coordenação estadual do MST

DOUTOR ROSINHA – Ex-Deputado Federal (PT/PR)

EDNALDO TABAJARA – Cacique do Povo Tabajara na Aldeia Vitória

EDUARDO FAGNANI – Professor de Economia da UNICAMP

EDUARDO TADEU – Fundação Perseu Abramo

ÉRIKA KOKAY – Deputada Federal (PT/DF)

EVANDRO JULIIO – Conselheiro de Saúde de Campina Grande e COREN/PB

GLÓRIA ARAÚJO – Coordenação Executiva da Articulação do Semiárido (ASA Brasil)

HUMBERTO COSTA – Senador (PT/PE)

JEOVÁ CAMPOS – Deputado Estadual (PT/PB)

LADISLAU DOWBOR – Economista

MAIA AGUILERA – Rede Feminista de Juristas

MARCOS BOCATTO – Treinador de Futebol

MARCOS HENRIQUES – Vereador PT/JP

MARIA DE FÁTIMA ALBERTO – Professora da UFPB

MARIAH MARQUES – Professora e Ativista Cultural

MÁRIO LADOSKY – Professor da UFCG

MARTA SOBRAL – Ex-jogadora de Basquete

MICHAELMOREIRA – Secretário Municipal de Juventude de Campina Grande (JPT/CG)

MIRIAM BELCHIOR – Ex-Ministra de Planejamento

MIRIAM DE ANDRADE BRANDÃO – Médica formada em Cuba

NABIL BONDUKI – Coordenador do NAPP Cidades

NÁDIA GARCIA – Secretária Nacional de Juventude (JPT)

NAJARA LEITE – Representante do NAPP-Cultura

NIDJA RAYLA – Jovem Protagonista do REMAR

NILTO TATTO – Deputado Federal (PT/SP), Secretário Nacional de Meio Ambiente

PEDRO CHÊ – Movimento Policiais Antifascismo

PEDRO MATIAS – Secretário Estadual de Juventude (JPT/PB)

PRISCILA KELLY – Secretária de Mulheres do PT/PB
SOCORRO RAMALHO – Vice Presidente da CUT/PB
TEREZA CAMPELO – Ex-Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
TIÃO SANTOS – Presidente da CUT/PB
VANILLE PESSOA – Professora da UFCG
VERA LEVEL – Secretária da Setorial Sindical do PT/PB
VERA PRATES – Médica Psiquiatra
VIVIAN FARIAS – Fundação Perseu Abramo

Coordenadores envolvidos em eventos e lives

ALEXANDRE GUEDES – GT Memória governos Lula e Dilma na PB
ALMIR NÓBREGA – GT Políticas Fiscais e Tributárias
ASTRONADC PEREIRA DE MORAES – GT Segurança Pública
CARLOS ANDRADE – GT Economia
CARLOS PEDROSA JÚNIOR – GT Políticas Fiscais e Tributárias
FRANCISCO RAMOS DE BRITO – GT Saúde
JONAS DUARTE – GT Semiárido e Agricultura Familiar
KIM ALVES – GT Desporto
LÍGIA PEDROZA – Coordenadora-Adjunta do NEPP-PB
LUCIO RODRIGUES – GT Cultura
MÁRCIO CANIELLO – Coordenador Geral
MARCO VIDAL – GT Meio Ambiente
MARINHA SILVA – GT Juventude
SOCORRO PIMENTEL – GT Combate ao Racismo
VERÔNICA OLIVEIRA – GT Crianças e Adolescentes

Lista geral de participantes

1. ADEMAR PEREIRA DA SILVA
2. ADEMIR ALVES DE MELO
3. ADEMIR DINIZ DE ANDRADE

4. ALDRIN MARTIN PEREZ MARIN
5. ALEXANDRE GUEDES
6. ALISSON CORDEIRO NÓBREGA
7. ALMIR NÓBREGA DA SILVA
8. AMANDA CRISTIANE GONÇALVES FERNANDES
9. ANDRÉIA SANTOS DE LIMA
10. ANITA LEOCADIA PEREIRA DOS SANTOS
11. ANSELMO GUEDES DE CASTILHO
12. ANTONIO FERREIRA SOUZA NETO
13. ANTONIO JOSÉ LOPES ROCHA JÚNIOR
14. ANTONIO ROBERTO RAMIREZ SANT'ANNA
15. ARCHIDY TRIGUEIRO
16. ASTRONADC PEREIRA DE MORAES
17. BIVAR DE SOUZA DUDA
18. CARLOS ANTONIO SOARES DE ANDRADE
19. CARLOS ANTÔNIO V. DA SILVA
20. CARLOS MINOR TOMIYOSHI
21. CARLOS PEDROSA JUNIOR
22. CAROLINA VIEIRA DOS SANTOS
23. CASSANDRA VÉRAS
24. CIDA RAMOS
25. CIRO LINHARES DE AZEVEDO
26. CLÁUDIA FABIANA DA SILVA OLIVEIRA
27. CLÁUDIA REGINA BONALUME
28. CLEANTO BELTRAO DE FARIAS
29. CRISTINA POTIGUARA
30. DALMO OLIVEIRA DA SILVA
31. DERLANDO PAIVA DO NASCIMENTO
32. DIAGO MARENILSON OLIVEIRA BATISTA DA SILVA
33. ÉDER DA SILVA DANTAS

34. EDIVALDO MIGUEL ALVES
35. ELANLIGIA VALENCIO PEDROZA
36. ELEONORA PEREIRA DA SILVA
37. EMMANUELLE ALBUQUERQUE
38. EMILLY DOS SANTOS RODRIGUES
39. ERONIDES CAMARA DE ARAUJO
40. FERNANDO AUGUSTO B SILVA
41. FLÁVIO TAVARES BRASILEIRO
42. FRANCIS OLIVEIRA BEZERRA
43. FRANCISCO RAMOS DE BRITO
44. FRANCISCO RAPHAELL MARTINS LOPES MOTA
45. FRANÇUALDO ALVES DA SILVA
46. GLAUÇO DOS SANTOS GOUVÊA
47. GLAUÇO JOSÉ EGGERS
48. HELIDA CRISTINA CAVALCANTE VALERIO
49. HERRY CHARRIERY DA COSTA SANTOS
50. HILDEVANIO DE SOUZA MACEDO
51. ÍCARO CÁSSIO DOS SANTOS MARQUES CORDEIRO
52. INGRID RAISSA GUERRA LINS
53. ITAMARA FRANCISCO DA SILVA
54. JACKSON AZEVEDO DE MACÊDO
55. JAIMAR MEDEIROS DE SOUZA
56. JANDUHI MEDEIROS DE SOUZA E SILVA
57. JEFFERSON LIMA PALMEIRA
58. JOÁLISSON DIAS CUNHA
59. JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA
60. JOÃO MARIA CARDOSO E ANDRADE
61. JOÃO OTÁVIO PAES DE BARROS JÚNIOR
62. JOAQUIM ALVES NETO – KIM ALVES
63. JOEBSON RODRIGUES SILVA

64. JOEL MARTINS CAVALCANTE
65. JOELSON DA COSTA BARBOSA
66. JOHANSSON JOHAN OLIVEIRA HONNINGSVAG
67. JONATAS FONTELLES
68. JOSÉ DE ARIMATÉIA RODRIGUES FRANÇA
69. JOSÉ FELIPE DOS SANTOS
70. JOSÉ IRELANIO LEITE DE ATAIDE
71. JOSÉ JOÃO DO NASCIMENTO
72. JOSÉ JONAS DUARTE DA COSTA
73. JOSÉ JUDIMACI MARQUES RICARTE
74. JOSÉ MOREIRA DA SILVA
75. JOSÉ MOREIRA DA SILVA
76. KACIO ROGERIO DE ARAUJO
77. KARLA GERMANA ROLIM GADELHA
78. KEYLA DE LIMA CORDEIRO
79. LAURECY PENAFORTE VIEIRA
80. LENINE CAITANO DANTAS
81. LEONARDO JORDÃO BORGES
82. LEONIDAS MENDES DE ARAUJO FILHO
83. LUCIANA SIQUEIRA WALTER
84. LUCIO ANDRÉ DE FIGUEIREDO RODRIGUES
85. LUIZ COUTO
86. LUIZ JOSÉ MAMEDE DE LIMA – ZIZO MAMEDE
87. MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO
88. MÁRCIO DE MATOS CANIELLO
89. MARCIO JAVAN CAMELO DE LIMA
90. MARCO ANTONIO VIDAL DOS SANTOS PINTO
91. MARCOS FILIPE RODRIGUES BOSQUIERO
92. MARCOS HENRIQUES E SILVA
93. MARIA CELY DE ANDRADE

94. MARIA DO SOCORRO PIMENTEL DA SILVA
95. MARIA HELOÍSA DA SILVA MARINHO
96. MARIA JACKELINE CARVALHO FEITOSA
97. MARIA LEÔNIA GOMES DE LIMA
98. MARIANA MOREIRA NETO
99. MARLENE GOMES JURADO CENTURION
100. MARLI JOAQUIM SOARES
101. MARX DA FONSECA
102. MAXWELL AMORIM DOS SANTOS
103. MICHAEL MOREIRA PINTO
104. MIRELLA KARLA COSTA SILVA SANTOS
105. MUSSARA GOMES CAVALCANTI ALVES MONTEIRO
106. MYRIAM PIRES BENEVIDES GADELHA
107. NATANAEL NUNES DA NÓBREGA
108. NIERLEY KARINE CORDEIRO NÓBREGA GALVÃO DA TRINDADE
109. NILTON JOSÉ DANTAS WANDERLEY
110. NIVALDO PIRES CARNEIRO DA CUNHA SALES
111. PABLO EMERSON MARTINS DE ARAÚJO
112. PAULO HENRIQUE PEREIRA DE LIMA
113. PEDRO MANOEL DE SOUZA SILVA NETO
114. PEDRO MATIAS
115. PRISCILA KELLY DE ALENCAR SILVA
116. RAFAEL SOARES RAIMUNDO
117. RAMYREZ RAMONN TAVARES ANTUNES
118. REGINALDO BORGES BARBOSA
119. RENATO LUIZ DE LIMA
120. RICARDSON DA SILVA DIAS
121. RICKELMY SILVA RODRIGUES
122. RITA DE CASSIA CAVALCANTI PORTO
123. ROBSON MÁRCIO BRANDÃO DA SILVA

124. RODRIGO DE SOUSA SOARES
125. RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA
126. ROGERIO CESAR ALCÂNTARA DE LIMA
127. SANDRO GOMES DA SILVA
128. SÔNIA MARIA LIRA FERREIRA
129. SUELENE DE SOUSA
130. SUSANA FREIRE DE SOUSA MONTENEGRO BORBA
131. TARCIA CAMILA GONÇALVES DE OLIVEIRA
132. TEREZINHA L CAVALCANTE
133. TIAGO RODRIGUES ARAUJO
134. VANDA FAUSTO DE ARAUJO
135. VERA VERNAIDE PORDEUS FORMIGA DE OLIVEIRA
136. VERONICA SILVA DE OLIVEIRA
137. VICTOR HUGO PEREIRA DO NASCIMENTO
138. VLADIMIR BRITO CUNHA
139. WAGNER LIRA PINHEIRO
140. WATTEAU FERREIRA RODRIGUES
141. YOHANE RIBEIRO DE OLIVEIRA
142. YURI DUARTE LOPES

